

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

PARA O

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

(Documento Corporativo Oficial, Peça II do Processo de Prestação de Contas do exercício de 2009, atende à Portaria CGU nº 2.270, de 04.11.2009, que aprova a Norma de Execução nº 3 – Anexo I à mesma. Considera as Decisões Normativas TCU nº 100/2009, 102/2009 e 103/2010, a Portaria TCU nº 389/2009 e a Instrução Normativa TCU nº 57/2008, que regulamentam o assunto. Tem por objetivo dar conhecimento à CGU/TCU sobre o andamento do negócio no período).

FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

SUMÁRIO

	Página
1. Identificação	1
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Pragmáticos	3
2.1. Responsabilidades Institucionais na Execução de Políticas Públicas.....	3
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	16
2.3. Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade.....	21
2.3.1. Relação dos Programas Constantes do Sigplan	21
2.3.2. Empreendimentos Realizados em Articulação com Outros Agentes sob a Forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	38
2.4. Desempenho Operacional.....	44
2.4.1. Programação Orçamentária.....	54
2.4.2. Execução Orçamentária.....	56
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais	57
2.4.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada.....	58
2.4.5. Indicadores de Desempenho	58
3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos.....	63
4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	72
5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	72
6. Demonstrativo de Transferências	73
7. Previdência Complementar Patrocinada.....	84
8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	103
9. Renúncia Tributária	103
10. Operações de Fundos.....	104
11A. Recomendações do Órgão de Controle Interno	104
11B. Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU)	112
12. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão	133
13. Registros Atualizados do Sistema SIASG	133

14.	Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para Avaliação do Desempenho da Gestão	135
14.1.	Análise do Desempenho Orçamentário dos Investimentos de Transmissão – 2009	135
14.2.	Blecaute	136
14.3.	Prêmios	136
15.	Informações Contábeis da Gestão.....	137
16.	Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins	219

1. IDENTIFICAÇÃO

Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Ministério de Minas e Energia (MME)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Denominação abreviada: FURNAS

CNPJ: 23.274.194/0001-19

Código SIORG: 60478

Código LOA: 01.30.32.228

Código SIAFI: 910811

Situação: Ativa

Natureza jurídica: Sociedade de Economia Mista

Principal atividade:	Geração de Energia Elétrica	Código: 3511-5
	Transmissão de Energia Elétrica	Código: 3512-3
	Comércio Atacadista de Energia Elétrica	Código: 3513-1

Telefone / Fax de contato: Tel.: (21) 2528-4480 Fax: (21) 2528-4378

Endereço eletrônico: presidencia@furnas.com.br

Página na internet: www.furnas.com.br

Endereço postal: Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo
Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da mesma data), autorizou FURNAS a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no de "Minas Gerais", em 14.03.1957, arquivada por despacho de 12.03.1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.1971, com vigência a partir de 01.06.1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para FURNAS – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.1971 (página 10.196).

Em 2009, não houve alteração no Estatuto Social da Empresa.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura

O documento que formaliza a estrutura organizacional de FURNAS é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;
- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, Políticas de Estoques, Informática, Recursos Humanos, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança Empresarial, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual e Gestão Sociopatrimonial, Atos Normativos, Instrumentos de Comunicação, Formulários e Impressos Institucionais e Código de Ética. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como Separata.

Apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apóiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de FURNAS por Diretoria, até o nível de Divisão.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno. Apresenta a seguinte composição:

- Administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividades: Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; Operação do Sistema e Comercialização de Energia.
- As atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Companhia, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência / Coordenação; Departamento / Assessoria; Divisão.

No site de FURNAS (www.furnas.com.br), item Institucional / Perfil, podem ser obtidos, entre outras informações, Estatuto Social, Missão e Visão, Estrutura Organizacional e membros da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal.

Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade

Além dos documentos acima citados afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para o trato do material da Empresa, envolvendo: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.

Manual de Aquisição – estabelece critérios e procedimentos para requisitar, licitar e adquirir materiais e equipamentos.

Manual de Contabilidade – estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa.

Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.

Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva, do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.

Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para tanto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos e responsabilidades e competências relativas às suas atividades em FURNAS.

Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Não possui.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades Institucionais na Execução de Políticas Públicas

FURNAS como Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica

A Empresa atua há mais de 50 anos nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, serviço público prestado sob regime de concessão. Entende-se que a prestação desse serviço tem que atender, prioritariamente, ao interesse público, já que toda concessão pressupõe a prestação de serviço adequado.

Sua missão é atuar com excelência empresarial e responsabilidade sócio-ambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. A visão de FURNAS é ser o maior e mais bem sucedido agente brasileiro no setor de energia elétrica.

A Empresa garante o fornecimento de energia em uma região onde estão situados cerca de 50% dos domicílios brasileiros e que responde por 66% do PIB brasileiro. Para tanto, conta com um diversificado parque gerador, no qual figuram 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada, 2 sob a forma de SPE e 2 térmicas convencionais.

O sistema de transmissão de FURNAS é composto por 48 subestações, com capacidade de transformação de 102.012 MVA, e 19.256 km de linhas de transmissão, incluindo circuitos destinados à transmissão da energia da UHE Itaipu, nas tensões de 750 kV CA e \pm 600 kV CC, e circuitos estratégicos, para otimização eletroenergética do País, que interligam as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte.

Vencido o desafio inicial, FURNAS tem gradativamente ampliado sua missão. A Empresa desenvolve diversos programas que visam preservar a biodiversidade dos ecossistemas. Destaca-se, também, na realização de projetos de preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, conservação de energia, em ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

No que tange à participação do Setor Elétrico no PAC, lançado em 2007, pelo Governo Federal, FURNAS é forte indutora na implantação de empreendimentos de geração e transmissão descritos nos subitens 2.3.1. Programas e Ações Pertencentes ao Plano Plurianual (PPA) e 2.3.2. Empreendimentos Realizados em Articulação com Outros Agentes sob a Forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE)..

Programa Luz para Todos

Este Programa, lançado pelo Governo Federal, em 2004, coordenado pelo MME e executado pela Eletrobras, por meio de suas Controladas, em parceria com os governos estaduais, concessionárias de energia e cooperativas de eletrificação rural, tem por objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, em localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), facilitando o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Coordenado por FURNAS na Região Sudeste e no Estado de Goiás, até dezembro de 2009, foram eletrificados 413 mil domicílios contemplando 2 milhões de pessoas. Um dado fundamental do sucesso do Programa é o rápido crescimento da demanda, em razão da regularização de posses, retorno de familiares ao campo e facilidades para a produção agropastoril.

Constatou-se, também, que o Programa tem impacto positivo no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, que hoje têm acesso a bens que dependem da energia elétrica para funcionar. E não é só a compra de eletrodomésticos e electroeletrônicos que a energia tem possibilitado. Com ela, as comunidades estão investindo na aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, como resfriadores de leite, picadeira de ração para gado e equipamentos para irrigação de plantações, que acabam por potencializar a capacidade produtiva das propriedades atingidas.

A implantação de Centros Comunitários de Produção (CCP) é um dos projetos complementares do Programa e visa incentivar o cooperativismo como forma de aumentar a produção e a qualidade dos produtos, bem como a geração de renda das famílias.

O Programa já ajudou a implantar 260 CCP em toda a Região Sudeste e no Estado de Goiás. Entre os principais estão aqueles voltados para a criação de viveiros de mudas e produção de hortaliças; tanques para criação de peixes; atelier de costura; tanques de beneficiamento de leite; máquinas de arroz e secadores de café. Incentiva, ainda, a capacitação de técnicos agrícolas para disseminação do uso eficiente e produtivo da energia.

Em 2009, FURNAS gastou R\$ 4.437 mil com o Programa Luz para Todos.

Programa Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado em 1994 pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE), do MME, tem por objetivo atender às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. Os sistemas energéticos utilizados pelo Programa incluem, principalmente, painéis fotovoltaicos, que expostos à luz solar produzem eletricidade em corrente contínua, podendo ser usada diretamente ou armazenada em baterias para uso posterior.

FURNAS, desde 2004, é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRC/Prodeem), nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

O PRC/Prodeem visa dar continuidade ao fornecimento de energia elétrica para atender às demandas sociais básicas em escolas, centros de saúde, comunidades e bombeamento de água, utilizando sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica, em locais não servidos por rede de distribuição elétrica convencional.

No escopo desse Programa, FURNAS realizou, em 2009, manutenção em 19 sistemas fotovoltaicos e desativação de 33 em comunidades que passaram a ser servidas por redes de distribuição rural, com energia convencional, por meio do Programa Luz para Todos. Ao final do exercício, 173 sistemas permaneceram em operação e 240 foram desativados. Os equipamentos desativados, após definição e autorização do MME, serão disponibilizados para outras empresas do Setor Elétrico ou para outras entidades.

Além disso, iniciou serviços de revitalização e desmontagem em 323 sistemas fotovoltaicos da Fase V do PRC, última etapa do Plano, que abrange os Estados do Espírito Santo, Goiás e Minas Gerais. Até dezembro, foram concluídos trabalhos em 72 sistemas dessa etapa.

Os módulos fotovoltaicos de geração de energia armazenados em FURNAS, até o final do ano, totalizam 2.017 unidades, com potência nominal de 138.498 W, em condições de reaproveitamento e à disposição do MME.

Em 2009, FURNAS gastou R\$ 3.747 mil com o Prodeem.

Programa Estadual de Racionalização do Uso de Energia (Proren)

Instituído pelo Decreto nº 41.161, de 30.01.2008, o Proren tem por objetivo melhorar a eficiência energética do Estado do Rio de Janeiro e obter a mitigação de impactos ambientais. Esta iniciativa, coordenada pela Subsecretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro, surgiu no Comitê Especial de Gestão Energética. Reúne os principais órgãos e empresas dos setores energético e ambiental, além de entidades representativas dos principais consumidores.

O Proren está dividido em cinco grupos de trabalho, responsáveis pelo desenvolvimento de projetos estabelecidos para a execução do Programa. FURNAS faz parte de dois – energia elétrica e energias renováveis – e acompanha projetos voltados à avaliação do potencial de eficiência energética do Estado do Rio de Janeiro.

Tais ações não acarretam custos para a Empresa e consistem na participação de reuniões para discutir assuntos relativos aos temas citados anteriormente.

Conservação de Energia

O uso racional da energia é fundamental para o País, pois a escassez desse recurso provoca elevados custos sociais e econômicos. Para disseminar padrões de consumo sustentáveis, FURNAS realiza diversas ações para estimular o uso consciente de bens coletivos, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

As atividades desenvolvidas pela Empresa têm dois focos:

- educativo: de sensibilização das novas gerações para que adotem práticas conscientes e sustentáveis de consumo. Essas atividades são realizadas nos municípios em que atua, por meio de suas unidades regionais de construção e de operação;
- técnico: promove estudos e propõe melhorias em instalações e sistemas elétricos de áreas públicas e privadas, de modo a torná-los energeticamente eficientes.

Essas ações educativas e técnicas, promovidas para o combate ao desperdício de energia elétrica, são realizadas com apoio de seu quadro de pessoal e por meio de parcerias, entre as quais com a Eletrobras; secretarias estaduais e municipais de Educação, de Energia, de Meio Ambiente e de Cultura; universidades públicas e privadas; associações comerciais e industriais; órgãos da Defesa Civil; parques públicos; concessionárias de energia elétrica; organizações não governamentais; e a Sociedade de Zoológicos do Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal.

Todas as ações desenvolvidas estão alinhadas à legislação brasileira; ao Procel, coordenado, nacionalmente, pela Eletrobras; e às diretrizes de eficiência energética definidas pelo MME.

Em 2009, foram executados 74 projetos educativos visando ao uso racional da energia elétrica e água, que envolveram 1 milhão de pessoas. Parte deles é realizada de forma permanente nos estados onde FURNAS possui empreendimentos. Destacam-se os seguintes programas:

- “A Natureza da Paisagem – Energia Recurso da Vida” – programa de educação ambiental implementado nas comunidades impactadas por empreendimentos da Empresa. Destinado a professores dos ensinos fundamental e médio que, após capacitação, se tornam multiplicadores dos conceitos e práticas de conservação de energia;
- “FURNAS Procel nas Escolas” – tem por escopo visitas guiadas às instalações da Empresa e a realização de atividades lúdico-pedagógicas sobre conservação de energia, baseadas em metodologias educativas sistematizadas;
- “FURNAS para Filhos de Empregados” – constitui proposta educativa que visa à interação do jovem com o espaço de trabalho de seus pais, bem como conhecimento e compreensão do tema conservação de energia de forma ativa;
- “Círculo da Energia” – tem como objetivo a construção de conceitos de energia elétrica e seu uso racional, pelos alunos da rede pública, a partir de experiências educativas diversificadas e interativas;
- “Patrulha da Energia” – visa dinamizar as questões de conservação de energia e uso racional da água, na escola e na comunidade, com base na capacitação de grupo de estudantes encarregados de orientar os colegas.

Com o mesmo objetivo, foram veiculados folders e boletins e realizadas inserções na mídia externa – rádio, televisão, Internet e jornal – exemplificando práticas que evitam o desperdício no dia a dia.

Os demais projetos desenvolvidos em 2009, que não são realizados de forma permanente, podem ser assim descritos:

- convênio com a Sociedade Astronômica Brasileira e a Agência Espacial Brasileira para realização de olimpíadas anuais que exigem conhecimentos de conservação de energia e água, cultura do “saber cuidar” e do “não desperdício”, entre outros. Em 2009, a olimpíada envolveu Secretarias de Educação de 5.500 municípios, de 26 estados brasileiros, além de 428 Diretorias Regionais de Educação, com participação de cerca de 870 mil alunos e 76 mil professores, pertencentes a 10 mil escolas do País;
- “Energia da Sabedoria”, voltado para pessoas da terceira idade, o projeto visa à sensibilização e conscientização para o desperdício de energia elétrica e outras questões ambientais relacionadas ao tema.

Além disso, foram desenvolvidas as seguintes atividades técnicas:

- otimização de sistemas de iluminação nas SE Bandeirantes, Araraquara e Campinas e no Prisma, no Escritório Central, permitindo o resgate de mais de 350 MWh/ano e uma redução de demanda de cerca de 92 kW;
- instalação de luminárias mais eficientes, com lâmpadas de alto rendimento e menor consumo, nas ruas e avenidas de Goiânia – convênio firmado entre Eletrobras, FURNAS e a Prefeitura do Município – no Projeto Reluz Goiânia, com significativa redução de consumo e dos custos de manutenção. Em 2009, 73,68% das atividades previstas foram executadas, com economia de 6.245 MWh/ano. Esse Projeto foi a primeira obra de Iluminação Pública no Brasil que recebeu certificações internacionais (NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001);
- realização de 45 diagnósticos energéticos em escolas, prédios públicos e sistemas de abastecimento de água e esgoto, nos estados onde a Empresa possui instalações. Esses estudos identificaram um potencial de economia de 475 MWh/ano e um potencial de redução de demanda de 240 kW;
- iniciados estudos para substituição de bombas de recalque e para instalação de painéis solares do sistema de aquecimento de água para cozinha, refeitório e banheiros, de modo a reduzir custos com energia elétrica no Escritório Central.

Em 2009, FURNAS gastou R\$ 761 mil em Conservação de Energia.

Responsabilidade Social

A atuação social de FURNAS ganhou novos contornos, nos últimos 16 anos, no que diz respeito à promoção e concretização de sua responsabilidade social, perante seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes bem como as organizações que fazem parte do sistema elétrico, a sociedade e demais públicos de seu interesse.

Ao reconhecer os impactos de suas ações e de seu poder de contribuição para o desenvolvimento sustentável, a Empresa procura construir uma reputação de excelência em cidadania empresarial.

Nesse sentido, estabeleceu diálogo com as comunidades do entorno de seus empreendimentos e consolidou uma relação de parceria, para otimizar seu investimento social e contribuir para o desenvolvimento das mesmas e, por consequência, fortalecer seu negócio.

Compromissos e Parcerias

A Empresa participa do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep), do qual foi uma das criadoras, em 1993. O Coep reúne organizações públicas e privadas e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano e social sustentável. São mais de mil entidades, organizadas em 27 comitês estaduais e 29 municipais.

Aderiu a duas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol da responsabilidade social e da sustentabilidade: o Pacto Global e os Oito Objetivos do Milênio. Desde 2001, integra o Pacto Global e diversos documentos da Empresa constam do site desse programa, como forma de reafirmar o compromisso aos dez princípios do Pacto. Os Objetivos do Milênio servem de eixo estrutural da atuação de FURNAS nas comunidades do entorno.

A promoção da equidade de gênero e valorização da mulher é outro marco da atuação social de FURNAS. As práticas estão formalizadas desde 2004, quando foi criado o Grupo Gênero com a missão de eliminar todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. O reconhecimento ao seu empenho foi avalizado, em 2009, pela concessão do Selo Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em consideração ao conjunto de ações, implementadas em 2007-2008, voltadas à promoção de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, e ao desenvolvimento de novas concepções de gestão de pessoas e de cultura organizacional.

Outra ação de destaque é o “Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento Sustentável no Entorno do Lago de Furnas”, em Minas Gerais, uma iniciativa da Secretaria Geral e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, ambas da Presidência da República, com o intuito de buscar uma ação integrada para a revitalização do reservatório da UHE Furnas e da região do seu entorno, abrangendo 52 municípios da região. Em 2009, a Empresa assinou Termo de Cooperação Técnica, no valor de R\$ 3,9 milhões, para a realização de projetos básicos e executivos de obras de saneamento em 35 cidades, incluindo destinação final de resíduos sólidos e drenagem pluvial urbana.

Investimento Social

O investimento social da Empresa visa à criação de oportunidades e à inclusão social, priorizando a realização de projetos e ações sustentáveis e emancipadoras que contribuam para o desenvolvimento autônomo das comunidades e o fortalecimento das parcerias.

Em 2009, foram patrocinadas 76 iniciativas de cunho social, estruturadas em torno de quatro eixos: Educação e Formação, Promoção da Cidadania, Saúde e Nutrição e Trabalho e Renda, beneficiando cerca de 66 mil pessoas, com geração de novas oportunidades e promoção da inclusão social.

FURNAS possui programa de desenvolvimento para as comunidades do entorno de seus empreendimentos, tendo como principais diretrizes os Oito Objetivos do Milênio, por entender que a melhor maneira de contribuir para o desenvolvimento local se dá por meio da participação de instituições locais e da comunidade como protagonistas de um processo de transformação, direcionando o caminho desejado e assumindo responsabilidades.

Nesse sentido, cabe destacar o projeto “Núcleos de Integração”, desenvolvido desde 2005, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e com a Rede de Comunidades Coep, que busca dinamizar o relacionamento entre moradores, poderes públicos e agentes locais, como forma de promover o desenvolvimento social e econômico, apoiando a geração de renda e a emancipação. Cinco comunidades já possuem seus núcleos: Jardim Gramacho, no Município de Duque de Caxias (RJ),

Comunidades Quilombolas de Araçatiba, no Município de Viana, e Retiro no Município de Santa Leopoldina, ambas no Espírito Santo, João Carro, no Município de Chapada dos Guimarães (MT) e Vista Alegre, no Município de Cristalina (GO).

FURNAS, por meio do apoio institucional sistematizado, contribui com recursos financeiros ou materiais para ações que tenham por finalidade a melhoria da qualidade de vida das comunidades de entorno. Com o intuito de garantir total transparência ao processo de apoio, a página da Empresa na internet contém informações sobre critérios, procedimentos e prazos para encaminhamento das solicitações bem como as organizações beneficiadas.

Projetos Culturais

Reconhecendo a cultura como vetor da inclusão social, foi concebido o programa “FURNAS Sociocultural – Iluminando o Novo” que pretende incentivar as artes visuais e os projetos socioculturais para as diversas bases geográficas onde a Empresa atua. O programa integra 5 iniciativas distintas, a saber:

- Patrocínio Cultural

Tem como foco a construção da identidade cultural brasileira, valorização da cultura popular e inclusão social. Em 2009, a Empresa patrocinou 19 projetos culturais, sob os auspícios da Lei *Rouanet*, previamente selecionados por uma comissão de avaliação constituída por especialistas. Os projetos patrocinados são divulgados na página da Empresa na internet.

- Espaço FURNAS Cultural

Situado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, acolhe exposições de pintura, gravura, fotografia, videoarte, instalações e esculturas de artistas pouco reconhecidos pelo mercado, mídia ou público, com o objetivo de revelar novos talentos. Em 2009, foram realizadas 7 exposições de artistas convidados, atraindo cerca de 11.000 pessoas.

- FURNAS Geração Musical

A final da terceira edição do Programa FURNAS Geração Musical (versão 2008) ocorreu em abril de 2009, no Espaço Tom Jobim, situado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Duas apresentações ocorreram para 865 pessoas: uma, dos 8 grupos finalistas da categoria Música Erudita; e a outra, dos 8 finalistas da categoria Música Instrumental Brasileira.

- Incubadora FURNAS Sociocultural

Trata-se de um programa de fomento social, que oferece capacitação teórica e prática a artistas oriundos de comunidades de baixa renda e de instituições públicas de ensino de artes plásticas. O período de incubação para os artistas é de 12 meses e para os projetos de organizações culturais, de 4 meses. Ao final do prazo de incubação, espera-se a materialização de produtos artísticos inovadores, que contam com apoio financeiro da Empresa.

Em 2009, foram realizadas duas exposições coletivas dos novos talentos, visitadas por mais de 3 mil pessoas, sendo uma, no Espaço FURNAS Cultural e a outra, no Largo das Artes, no centro do Rio de Janeiro, onde ocorreu, também, o lançamento do catálogo das exposições, que contou com a presença de 350 pessoas.

Voluntariado Corporativo

A participação dos empregados em ações sociais é considerada estratégica para FURNAS e vem se consolidando ano a ano. O objetivo desse programa é incentivar os empregados a formular e desenvolver projetos para melhoria das condições de vida das pessoas de baixa renda.

Em 2009, os voluntários desenvolveram uma série de ações com as comunidades próximas às suas áreas de atuação, destacando-se os seguintes projetos:

- Aldeia da Cidadania – beneficiou mais de 30 mil pessoas, com foco na promoção da cidadania e dos direitos, mediante emissão de documentos e outros serviços comunitários gratuitos, nas áreas de saúde e de educação ambiental;
- Hortas Comunitárias – beneficiou mais de 6 mil pessoas nas áreas de entorno das instalações da Empresa, em 8 hortas comunitárias, em funcionamento nos Estados de Minas Gerais (3), Goiás (1), Mato Grosso (1), São Paulo (1) e Rio de Janeiro (2), contribuindo para melhorar as condições de nutrição da população atendida;
- Horto de Mudas – atendeu nove escolas municipais, quatro creches, três associações de moradores e uma penitenciária estadual, beneficiando cerca de 9 mil pessoas. Localizado em área de 200 m² pertencente à SE Foz de Iguaçu, no Estado do Paraná, produz e distribui, anualmente, cerca de 160 mil mudas de legumes e hortaliças.

Responsabilidade Ambiental

Política Ambiental

Como Empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social, FURNAS reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir as ações da Empresa respeitando o meio ambiente. Essa política, aprovada pela Diretoria Colegiada desde março de 1998, firmou a atuação da Empresa nessas questões.

Sua implantação tem proporcionado benefícios em relação ao desenvolvimento sustentável, não só pelo compromisso formalmente assumido pela Diretoria Colegiada, como pela internalização da questão ambiental nas atividades da Empresa, pela divulgação no plano externo, pela adequação à norma NBR ISO 14001:2004 e pela compatibilização com a Política Ambiental do Sistema Eletrobras e com as demandas da sociedade.

Política de Recursos Hídricos

Com vigência a partir de março de 2007, essa Política tem por objetivo estabelecer princípios que orientem a Empresa quanto aos critérios de utilização de recursos hídricos no cumprimento de suas atividades, consoante a Política Nacional de Recursos Hídricos e as demais políticas de FURNAS.

Política de Recursos Florestais

A Política de Recursos Florestais de FURNAS, com vigência a partir de abril de 2008, tem por objetivo estabelecer critérios de gestão, manejo e conservação de recursos florestais.

A Empresa reconhece ser inerente à sua atividade-fim a conservação do meio ambiente e todas as ações que envolvam o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável, a conservação da diversidade biológica e dos processos associados ao ecossistema florestal, núcleo dessa política.

A elaboração dessa política baseia-se na consideração de aspectos legais, práticas e experiências acumuladas e, principalmente, na busca da integração harmônica dos empreendimentos da Empresa com o meio ambiente.

Principais Ações

FURNAS aderiu ao Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol*, desde 2008, como membro fundador. Este Programa tem como objetivo promover ações voluntárias de gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa por parte das organizações.

Em 2009, com a realização, em dezembro, da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-15), em Copenhague, Dinamarca, cresceu a conscientização em diversos setores da sociedade, no Brasil e no mundo, da importância de se organizarem e manifestarem opiniões, sugestões e posições com intuito de influir, construtivamente, no rumo das negociações. Nesse sentido, ocorreram diversas iniciativas, tendo FURNAS referendado os *Positions Papers* do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico.

Em 2009, foram obtidas as seguintes Licenças Ambientais:

- Licença Prévia: LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste;
- Licença de Instalação: LT 345 kV Furnas – Pimenta 2 e SE Viana (2^a Ampliação);
- Licença de Operação: SE Iriri e SE Vitória.

Além disso, destacaram-se, também, as seguintes ações:

- na UHE Serra da Mesa: em andamento o ajustamento do convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Programa de Apoio ao grupo Avá-Canoeiro;
- nas UHE Serra da Mesa e Corumbá, Manso, Furnas, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Itumbiara e Marimbondo e UTE Santa Cruz e Campos: prosseguiram as atividades relacionadas ao monitoramento e gerenciamento dos programas ambientais;
- nas UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Furnas, Mascarenhas de Moraes, Corumbá, Itumbiara e Porto Colômbia: continuidade da recuperação ambiental das áreas remanescentes;
- na UTE Santa Cruz e nas LT Ouro Preto 2 – Vitória, Cachoeira Paulista – Adrianópolis 3, Bateias – Ibiúna, Foz – Ivaiporã 3, Itaberá – Tijuco Preto 3 e Serra da Mesa – Samambaia 1: em andamento as negociações dos contratos de compensação ambiental com os órgãos ambientais licenciadores;
- na LT Ouro Preto 2 – Vitória: execução de atividades relacionadas aos processos de desapropriações e de monitoramento das ações ambientais;
- na LT Itaberá – Tijuco Preto 3: em andamento as ações definidas no Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta para as comunidades indígenas. O Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência (PRAS), parceria de FURNAS com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e aldeias Guaranis de São Paulo (SP), propiciou a 215 famílias indígenas significativa melhoria da qualidade de vida, respeitando seus valores culturais. O projeto apoia a subsistência das aldeias Tenonde Porã, Krukutu, Tekoa Pyay e Ytuporã com o desenvolvimento de atividades de agricultura sustentável.

Indicadores Ambientais

Os cinco indicadores apresentados, a seguir, demonstram a complexidade associada à regularização, implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica e permitem verificar a evolução da atuação da Empresa, no trato da questão ambiental. As informações apresentadas consideram o período acumulado de 2005 a 2009.

Área de Espelho D'Água Monitorada

Considera-se a área dos reservatórios das 10 usinas hidrelétricas em operação, que são monitoradas diretamente pela equipe de meio ambiente de FURNAS, em termos de parâmetros limnológicos e de qualidade da água e de composição ictiofaunística. Essa área é de 5.411 km² de espelho d'água, monitorada periodicamente. Ressalta-se que os reservatórios das UHE Peixe Angical e Baguari não são monitorados diretamente pela Empresa e, por isso, não constam desse indicador.

Hectares de Áreas Protegidas

A legislação ambiental brasileira, relativa à compensação ambiental de empreendimentos, está em vigor desde 1987. FURNAS foi uma das empresas pioneiras no seu cumprimento, quando da implantação das UHE Serra da Mesa e Corumbá, cujas construções iniciaram-se em meados da década de 1980. Desde então, a Empresa tem contribuído na conservação ambiental.

Como compensação pela implantação de seus empreendimentos, a Empresa tem investido na consolidação de unidades de conservação instituídas pelo Poder Público, tais como: parques nacionais, estaduais e municipais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, bem como em reservas indígenas. Trata-se de expressivo investimento para a conservação da biodiversidade dos ecossistemas brasileiros, nos quais a Empresa tem atuado (Mata Atlântica e Cerrado), cobrindo uma área de cerca de 1.260 mil hectares (ha). Não houve alteração na área protegida, em relação a 2008.

Ações de Educação Ambiental

Desde 2000, FURNAS investe na comunicação social das populações atingidas por seus empreendimentos e em educação ambiental, em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação e organizações não governamentais. No período 2005-2009, 252.907 alunos foram contemplados com programas de educação ambiental, distribuídos em 136 municípios situados na área sob influência dos empreendimentos da Empresa. O acréscimo verificado em 2009, de 52.712 alunos a mais em relação a 2008, refere-se à inclusão de programas de conservação de energia desenvolvidos pela Empresa, conforme mostra o quadro a seguir:

Acumulado até o Ano	Quantidade	
	Alunos Educados	Municípios Atendidos
2005	109.857	122
2006	110.337	122
2007	126.062	126
2008	200.195	136
2009	252.907	136

Tratamento de Resíduos

- Ascarel (Bifenilas Policloradas – PCB)

FURNAS mantém seu compromisso de erradicar de suas instalações os equipamentos que utilizam PCB. Para tanto, contrata empresas especializadas e detentoras de licenças ambientais para as atividades de descontaminação dos transformadores e de incineração dos resíduos contaminados. Paralelamente, desenvolve projetos para substituição dos referidos equipamentos.

A tabela a seguir apresenta histórico resumido destas atividades.

Ano	Peso Líquido (kg)
2005/2006	14.040
2007/2008	196.200
2009	2.430

- **Óleo Mineral Isolante e Hidráulico**

A Empresa regenera o óleo mineral isolante de transformadores por meio de tratamento físico-químico. Quando esta recuperação se torna tecnicamente inviável, o mesmo é vendido em leilões públicos, restritamente, a rerefinaidores credenciados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), conforme Portarias ANP nº 127, de 30.07.1999, e nº 128, de 28.08.2001.

Quanto ao óleo hidráulico, cujas quantidades são pouco expressivas, a alienação dos seus resíduos é realizada juntamente com o óleo mineral isolante não passível de regeneração.

As quantidades vendidas nos cinco últimos anos são apresentadas a seguir:

Ano	Quantidade (mil litros)
2005	415
2006	281
2007	429
2008	552
2009	173

Emissões Atmosféricas

- **Gás Hexafluoreto de Enxofre (SF₆)**

O gás SF₆ é aplicado nos disjuntores da Empresa, com objetivo de extinguir o arco elétrico nas subestações blindadas. Este gás tem potencial de aquecimento global, aproximadamente, 23 mil vezes superior ao dióxido de carbono (CO₂).

Desde 2007, a Empresa mantém um programa de redução de emissão do SF₆, por meio de recuperação e tratamento, por ocasião das manutenções realizadas nos disjuntores.

Ano	Quantidade Recuperada (kg)
2007	45
2008	523
2009	289
Total	857

Informações de Natureza Social e Ambiental

	2009	2008				
1. Geração e Distribuição de Riqueza	R\$ Mil	R\$ Mil				
Valor Adicionado Total	2.259.727	2.653.327				
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis	(3,5)% governo 0% acionistas	39,0% empregados 49,3% financiadores 15,2% outros	16,7% governo 9,6% acionistas	26,7% empregados 47% financiadores		
2. Recursos Humanos	2009	2008				
2.1. Remuneração						
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ Mil)	1.016.709	820.101				
- Empregados (R\$ Mil)	1.013.084	816.273				
- Administradores (R\$ Mil)	3.625	3.828				
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	22	17				
- Administradores	1	1				
2.2. Benefício Concedido	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	201.903	19,86	3,32	160.953	19,63	2,79
Alimentação	38.695	3,81	0,64	37.558	4,58	0,65
Transporte	1.113	0,11	0,02	995	0,12	0,02
Previdência privada	90.687	8,92	1,49	76.633	9,34	1,33
Saúde	86.717	8,53	1,43	82.287	10,03	1,44
Segurança e medicina do trabalho	8.040	0,79	0,13	6.287	0,77	0,11
Educação	2.896	0,28	0,05	1.860	0,23	0,03
Cultura	1.986	0,20	0,03	3.274	0,40	0,06
Capacitação e desenvolvimento profissional	18.157	1,79	0,30	21.452	2,62	0,37
Creches ou auxílio creche	5.673	0,56	0,09	683	0,08	0,01
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00	0,00	70.479	8,59	1,22
Outros	200.499	19,72	3,30	42.381	5,17	0,73
Total	656.366	64,57	10,80	504.842	61,56	8,76
2.3. Composição do Corpo Funcional	2009	2008				
Nº de empregados	4.758				4.724	
Nº de admissões	65				250	
Nº de demissões	31				60	
Nº de estagiários	598				632	
Nº de empregados portadores de necessidades especiais	237 *				255	
Nº de prestadores de serviços terceirizados	1.676				1.723	
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	4.088				4.066	
- Feminino	670				658	
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0				0	
- De 18 a 35 anos	664				748	
- De 36 a 60 anos	3.766				3.732	
- Acima de 60 anos	328				244	
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0				0	
- Com ensino fundamental	345				346	
- Com ensino médio	682				675	
- Com ensino técnico	1.245				1.303	
- Com ensino superior	1.441				1.501	
- Pós-graduados	1.045				899	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	86,79				87,86	
- Feminino	13,21				12,14	

2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas		2009		2008	
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		1.096		587	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		2		5	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		24		12	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		113.767		25.628	
3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO
3.1. Relacionamento com a Comunidade					
Totais dos investimentos em:					
Educação	6.643	(1,43)	0,11	5.735	0,87
Cultura	6.083	(1,31)	0,10	7.166	1,09
Saúde e infraestrutura	8.501	(1,84)	0,14	6.685	1,02
Esporte e lazer	15	0,00	0,00	21	0,00
Alimentação	3.338	(0,72)	0,05	3.126	0,48
Geração de trabalho e renda	987	(0,21)	0,02	133	0,02
Outros	6.485	(1,40)	0,11	8.625	1,32
Total dos investimentos	32.052	(6,91)	0,53	31.491	4,80
Tributos (excluídos encargos sociais)	(79.418)	17,15	(1,31)	443.732	67,68
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	163.786	(35,36)	2,70	152.953	23,33
Total – Relacionamento com a Comunidade	116.420	(25,12)	1,92	628.176	95,81
3.2. Interação com os Fornecedores	É exigida declaração dos fornecedores de que os mesmos não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menores de 16 anos. É, ainda, exigida ressalva no caso de menores, a partir de 14 anos, empregados na condição de aprendizes.				
Além disso, consta dos Editais de Licitação o documento “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de FURNAS com seus Fornecedores”, disponível em www.furnas.com.br/fornecedores .					
4. Interação com o Meio Ambiente	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO
4.1. Investimentos e Gastos Ambientais	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	13.882	(3,00)	0,23	12.260	1,87
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	26.719	(5,77)	0,44	25.864	3,94
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	64	(0,01)	0,00	1	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2.913	(0,63)	0,05	3.055	0,47
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	3.927	(0,85)	0,06	3.568	0,53
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Passivos e contingências ambientais	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total da Interação com o Meio Ambiente	47.505	(10,26)	0,78	44.748	6,81
5. Outras Informações	2009		2008		
Receita Líquida (RL)	6.073.939		5.771.647		
Resultado Operacional (RO)	(463.193)		655.640		

* Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 214 profissionais vinculados ao contrato firmado com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape).

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Em 2009, dando prosseguimento à implantação do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, foram identificados objetivos de grande relevância, que admitem a formulação de metas cuja consecução depende do esforço integrado das Empresas do Sistema Eletrobras. Esses objetivos, discriminados a seguir, se processam no âmbito da Governança Corporativa de todas as empresas controladas:

- melhorar o atendimento a requisitos de sustentabilidade – de forma direta, na busca de maior efetividade na atuação dos conselheiros de administração e fiscais e, de forma indireta, na atuação dos Comitês de Sustentabilidade na busca de resultados mensuráveis para participação em indicadores de grande visibilidade nos mercados nacional e internacional (ISE Bovespa e DJSI, entre outros) e ascensão ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa;
- aumentar o retorno médio dos investimentos do Sistema Eletrobras; participar ativamente dos mercados de geração e transmissão de energia elétrica; e viabilizar empreendimentos futuros além de 2012 – com o objetivo de restabelecer o papel estruturante do Sistema Eletrobras como indutor do desenvolvimento sustentável do País;
- estruturar a carteira de empreendimentos do Sistema Eletrobras no exterior;
- alinhar e otimizar processos que permitam atuação integrada e ganhos de competitividade (Gestão Integrada de Riscos; Logística de Suprimentos; Sistema Integrado de Ouvidoria; Certificação SOX; e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação);
- valorizar o quadro funcional do Sistema Eletrobras como agente e principal beneficiário do processo de transformação – tem por objetivo proporcionar a retenção de talentos e ampliar seu capital humano e tecnológico;
- consolidar a imagem do Sistema Eletrobras como agente estratégico no crescimento sustentável do País – tem por objetivo a adesão do público interno, contribuindo para mudanças na cultura organizacional e a consolidação da nova imagem do Sistema perante as demais partes interessadas, com agregação de valor à marca.

Em 30.12.2009, FURNAS e Eletrobras assinaram o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), ciclo 2010 a 2014, no qual a Empresa se compromete, perante a *Holding*, a cumprir, anualmente, orientações estratégicas definidas para o exercício social seguinte. O CMDE tem por objetivo fixar procedimentos para o acompanhamento do desempenho empresarial, promover maiores níveis de eficiência e eficácia, atingir metas e resultados aferidos por indicadores específicos e quantificados, conquistar a excelência de gestão corporativa, manter resultado econômico-financeiro positivo e crescente e cumprir as condições estabelecidas no contrato de concessão, resoluções e determinações estabelecidas pela Aneel e legislação pertinente.

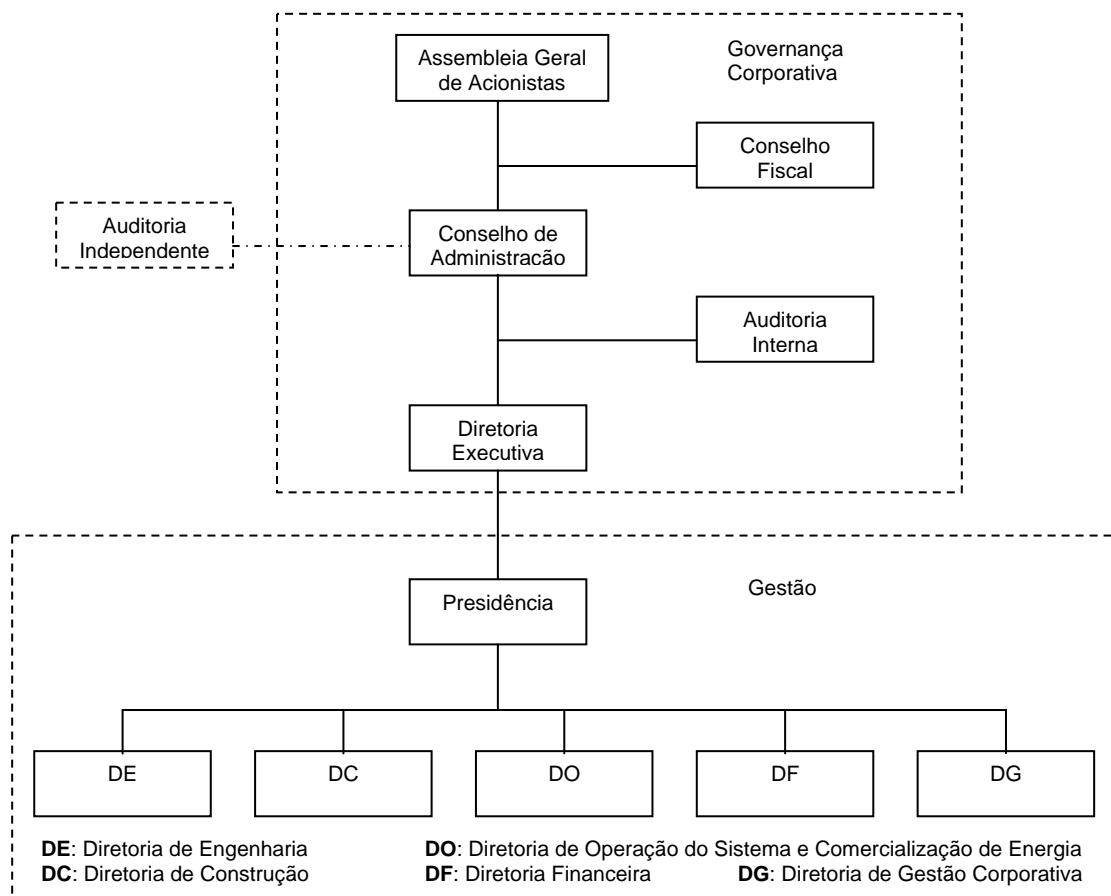
Ainda em 2009, tiveram continuidade três projetos de vital importância para o aprimoramento da gestão da Empresa e, por consequência, de sua Governança Corporativa, que se alinham às diretrizes definidas pela *Holding*, no seu Plano de Transformação. São eles:

- Planejamento Estratégico Corporativo de FURNAS – desenvolvido de forma integrada com a Eletrobras encontra-se em processo de implantação. Contempla nove iniciativas com foco no aprimoramento da gestão, a saber: institucional, projetos, processos e sistemas, compras, riscos, conhecimento, pessoas, mudança e estratégia de crescimento sustentável. Cada iniciativa está pautada em ações estratégicas, indicadores e metas definidas por grupos de trabalho constituídos por representantes de cada diretoria da Empresa;

- ERP-Projeto Sintonia – iniciado em outubro de 2008, com duração de 18 meses, reúne a maior parte dos processos de negócios da Empresa por meio de um único banco de dados, com informações em tempo real, utilizando a ferramenta SAP 6.0. Esse sistema possibilitará, a partir de 2010, melhor controle dos processos de gerenciamento de projetos, finanças, controladoria, finanças corporativas, manutenção de ativos, recursos humanos e suprimentos. A implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial significa mudança revolucionária na forma de atuação da Empresa, que ficará alinhada às melhores práticas de mercado;
- Projeto SOX – prosseguimento do levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley, para que a *Holding* possa manter a negociação das ações *American Depository Receipts* (ADR), nível 2, no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, iniciada em outubro de 2008.

Processo Deliberativo

De forma distinta das autarquias e empresas públicas controladas diretamente pela União, o processo deliberativo da Administração Superior de FURNAS ocorre de forma colegiada, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976. Esse colegiado é constituído pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, com a Auditoria Independente Externa, conforme organograma a seguir:



Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, reúne-se, extraordinariamente, sempre que o Conselho de Administração achar conveniente e, em especial, para alienar ações do capital social; proceder abertura de capital; aumentar o capital social; emitir debêntures, títulos ou valores mobiliários; promover cisão, fusão ou incorporação societária; e permutar ações ou valores mobiliários.

Em 2009, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril e uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi realizada para deliberar sobre eleição de participantes dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de FURNAS, composto de um presidente e cinco conselheiros, todos acionistas, com mandato de três anos, eleitos em AGO, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Um representante é indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os demais, pelo MME, cabendo a um deles a presidência do colegiado, observando-se a prévia aprovação, pelo Presidente da República, de todos os nomes indicados. Este colegiado reuniu-se 16 vezes, durante o exercício, para deliberar sobre planejamento estratégico, projetos de expansão, aquisição de novos ativos, entre outros assuntos.

Diretoria Executiva

Constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; e Operação do Sistema e Comercialização de Energia. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2009, foram realizadas 50 reuniões.

Conselho Fiscal

Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, e os demais pelo MME, com prévia aprovação do Presidente da República. Este colegiado reuniu-se dez vezes para fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Auditória Interna

A Auditoria Interna promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, cumprimento das diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Ouvidoria

Subordinada à Presidência, a Ouvidoria tem por objetivo estabelecer, de forma permanente, um canal de comunicação para intermediar e facilitar o atendimento e a relação entre cidadãos, empregados e FURNAS. Nesse sentido, coordena e executa as atividades relativas ao recebimento e análise de reclamações, sugestões, elogios, solicitações ou denúncias decorrentes de procedimentos e ações da Empresa, com a finalidade de encaminhar respostas ou soluções, sempre observando os princípios da legalidade e da ética.

Durante o ano de 2009, como canal de comunicação de segunda instância e porta de entrada, a Ouvidoria recebeu e respondeu 514 manifestações, que incluem: informações (39%); reclamações (30%); solicitações (16%); denúncias (8%); sugestões (5%); e elogios (2%). Desses manifestações, cerca de 72% foram de origem externa.

Supporte ao Processo Deliberativo

Destacam-se as seguintes estruturas de apoio ao processo deliberativo, comunicadas por Circular Geral e disponíveis na intranet:

- normas internas: definidas a partir do trabalho dos representantes normativos, designados por cada Diretoria e aprovadas pela Diretoria Executiva;
- grupos de trabalho transitórios, criados por decisão da Diretoria Executiva, para analisar e definir ações em relação às matérias em que haja conflitos de interesses;
- políticas corporativas de gestão utilizadas como instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva;
- colegiados permanentes compostos, por representantes de cada Diretoria, para apoiar a Diretoria Executiva no suporte ao cumprimento das políticas corporativas de gestão.

No que diz respeito aos controles de riscos, a Empresa adota as seguintes práticas:

- risco de crédito: controle, mantido pela Diretoria Financeira, que acompanha a avaliação da Empresa pelas agências classificadoras de risco;
- risco de mercado: controle, mantido pela Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, por meio do Comitê de Comercialização de Energia;
- risco operacional: controle de riscos relevantes, mitigados por meio de contratação de seguros, ou por auto-seguro, conforme critérios definidos pelo Comitê de Seguros, baseados na probabilidade de ocorrência de perdas, determinada com base no histórico de contingências de FURNAS, e na viabilidade econômica e de mercado destas duas modalidades alternativas de proteção dos seus ativos.

Divulgação de Informações Corporativas

Mídias Digitais

A partir de 2009, novas mídias digitais foram incorporadas para ampliar a interatividade da Empresa com as partes interessadas, destacando-se as seguintes:

A nova mídia *twitter* foi adotada, desde agosto, com 106 publicações e mais de 500 seguidores.

O site de FURNAS registrou 71.026 visitas, obtendo, em média, cerca de 194 por dia. Teve 300 atualizações, 215 publicações de notícias corporativas e 64.342 acessos. Nele estão disponibilizados os Relatórios Corporativos Oficiais: Anual (em português, inglês e espanhol), da Administração (em português e inglês) e Socioambiental (em português), além de outros documentos, tais como políticas de Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Ambiental e de Responsabilidade Social, além de outras publicações institucionais: Anuário Estatístico, Resenhas do Mercado de Energia Elétrica, Informativos Gerenciais de Mercado e Economia, Balanço Social, Revista FURNAS e Revista P&D.

A segunda edição do *hotsite* “FURNAS em Foco” apresentou balanço anual com as principais conquistas, destaques, perspectivas e desafios de FURNAS, e a consolidação do Informativo Digital (semanário digital enviado via correio eletrônico), como importante veículo de comunicação.

Durante o ano de 2009, o Fale Conosco recebeu 7.611 e-mails solicitando informações sobre os mais diversos assuntos, perfazendo uma média de mais de 600 consultas ao mês.

Mídia Impressa

A Revista FURNAS, publicação mensal de matérias sobre a atuação da Empresa, com distribuição gratuita de 8.500 exemplares, destina-se, internamente, a todos os empregados e, externamente, às autoridades federais, estaduais e municipais, jornalistas, universidades, centros de pesquisa, empresas do setor elétrico e pessoas físicas cadastradas. É distribuída em locais de visitação da Empresa, feiras, congressos e seminários.

Publicidade Institucional e Legal

A Empresa fez investimentos em publicidade institucional, em jornais e revistas de grande circulação e rádios das principais capitais brasileiras. Todas as peças publicitárias foram, previamente, aprovadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR), conforme discriminado no item 16 – Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins (DN TCU 100/2009, Anexo II, Item C 4).

As campanhas institucionais trataram de temas como: Imagem Institucional, Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Geração e Transmissão de Energia, Novos Empreendimentos e Ações Regionais.

A Publicidade Legal atuou prestando serviço para as demais áreas da Empresa, publicando a prestação de contas, atas, avisos de licitação, editais, comunicados, chamadas públicas e outros.

Vídeos Corporativos

Com o intuito de preservar a memória institucional e divulgar a sua imagem corporativa, a Empresa editou 150 programas e mantém um acervo de cerca de 1.700 fontes de vídeos institucionais, com registros de ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, desde a sua criação.

Código de Ética

O Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional da Empresa tem por objetivo afirmar os princípios e os valores que norteiam as suas ações e assegurar lisura e transparência na condução das atividades institucionais. O Código também foi concebido para:

- proteger o patrimônio físico e intelectual;
- prevenir e administrar situações de conflito de interesses;
- preservar a imagem e reputação da Empresa;
- contribuir para um clima de harmonia nos relacionamentos internos e externos.

O Código de Ética de FURNAS, em vigor desde 12.07.2005, integra os documentos oficiais da Organização e está disponível, interna e externamente, na intranet e na internet. Encontra-se em fase de revisão e elaboração do Código de Ética único para o Sistema Eletrobras, visando atender ao Decreto nº 6.029/2007 e à Resolução nº 10 da Comissão de Ética Pública, de 29.09.2008, bem como o alinhamento com os princípios e indicadores da Sustentabilidade Empresarial.

Para assegurar o cumprimento do Código, a Comissão Permanente de Ética recebe e apura denúncias relativas a possíveis desvios éticos e se responsabiliza pela atualização do documento, bem como pela gestão da ética na Empresa. A Comissão integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, estabelecendo um elo entre FURNAS e a Comissão de Ética Pública. Em 2009, foi criada a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética, para cumprir o plano de trabalho por ela aprovado e prover apoio técnico e material necessário ao cumprimento das suas atribuições.

2.3. Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1. Relação dos Programas Constantes do Sigplan

A execução das Ações Orçamentárias do Governo Federal sob responsabilidade de FURNAS Centrais Elétricas S.A., constantes do PPA 2009-2012, correspondeu a um volume de investimento de R\$ 1.433,2 milhões, valores orçamentários informados ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), cujos empreendimentos encontram-se relacionados a seguir.

Gestão da Política de Energia

Programa do PPA: 0276

Ação: Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 6508

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 900 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 355 mil.
- Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
- Objetivo: elaboração de estudos de novos aproveitamentos de geração para expansão da oferta de energia elétrica por meio da implantação de novas usinas.
- Principais realizações em 2009:
 - O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) para a UHE Água Limpa foram entregues ao órgão ambiental do Estado do Mato Grosso com os estudos etnoecológicos elaborados a partir de dados secundários. Após conclusão das negociações entre Funai e aldeias indígenas, serão realizados levantamentos de campo com o objetivo de complementar os estudos.
 - Os estudos de viabilidade da UHE Torcoejó aguardam conclusão das negociações entre a Funai e as comunidades indígenas, o que viabilizará a realização dos levantamentos de campo os quais subsidiarão os estudos antropológicos.
 - Com um potencial estimado de 990 MW, continuam em andamento os estudos de inventário dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, que estão sendo realizados em parceria com as empresas Cemig e Neoinvest. Os estudos foram concluídos em dezembro/2009, entretanto foi solicitada prorrogação do prazo de entrega dos estudos finais para julho/2010, o que possibilitará a elaboração de análise detalhada dos aproveitamentos, que tem como objetivo permitir um aprofundamento dos estudos na fase de viabilidade.
 - Com relação aos estudos de viabilidade das UHE Maranhão e Buriti Queimado, a entrega do Estudo Integrado da Bacia Hidrográfica (EIBH) para o órgão ambiental foi protocolada em 19.08.2009. Os estudos foram retomados buscando conciliar o atendimento às recomendações do EIBH com a manutenção do registro ativo perante a Aneel.
 - Os estudos de viabilidade da UHE Porteiras encontram-se paralisados aguardando a aprovação do EIBH da bacia do rio Maranhão, cuja entrega ao órgão ambiental ocorreu em 19.08.2009.
 - Os estudos de viabilidade da UHE Mirador, já apresentados à Aneel, deverão ser revistos considerando uma redução de 50% na área do reservatório. Após a entrega do EIBH ao órgão ambiental, que foi protocolada em abril/2009, os estudos foram reiniciados levando-se em consideração as recomendações apontadas.

-
- A revisão dos estudos de viabilidade e o EIA/RIMA da UHE Colíder foi concluída.
 - Os estudos de viabilidade e o EIA/RIMA da UHE Tabajara encontram-se paralisados, pois dependem da conclusão do entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente e o de Minas e Energia para nova demarcação do Parque Nacional Campos Amazônicos. A demarcação atual interfere em uma pequena área do reservatório.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC01), as atividades referentes a esta ação passaram a ser direcionadas para despesa.
-

Ação: Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 6510

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 112 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 83 mil.
 - Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
 - Objetivo: promover estudos que visem definir obras necessárias para viabilizar a ampliação da transmissão de energia elétrica, além de permitir otimização energética entre os subsistemas elétricos e aumentar a confiabilidade e a segurança do SIN.
 - Principais realizações em 2009: continuidade dos estudos de viabilidade técnica e econômica para expansão do suprimento à área de Goiás e Brasília, e estudo de avaliação do sistema do Estado do Rio de Janeiro considerando novos agentes geradores e consumidores.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: de acordo com o pronunciamento técnico CPC01, as atividades referentes a esta ação passaram a ser direcionadas para despesa.
-

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Programa do PPA: 0296

Ação: Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Reforços nas Torres da LT 750 kV Foz – Ivaiporã, LT Ivaiporã – Itaberá 1 e 2 e na LT Itaberá –Tijuco Preto 1 e 2)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 3360

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 100 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ zero.
 - Meta física prevista para 2009: 0%
 - Meta física atingida em 2009: 0%
 - Objetivo: reforçar as estruturas das torres do 3º trecho das LT 750 kV Ivaiporã – Itaberá 1 e 2 e Itaberá – Tijuco Preto 1 e 2, do circuito de Itaipu, com o objetivo de minimizar os riscos de queda das estruturas, devido a ventos fortes na região. A execução das obras depende de autorização do ONS para desligamento das respectivas linhas.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: a execução desse empreendimento depende de autorização de desligamento das LT pelo ONS, o que não ocorreu em 2009. Além disso, foi retomado um novo processo licitatório para a realização dos reforços.
-

Ação: Implantação da UHE Batalha, com 52,5 MW (MG/GO) e Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 1G96 – Faz parte do PAC

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 230.666 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 213.000 mil.
 - Meta física prevista para 2009: 42%
 - Meta física atingida em 2009: 26,84%
 - Objetivo: construção da UHE Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com área inundada de 138,13 km², 2 turbinas do tipo *Kaplan*,
-

potência total instalada de 52,5 MW. Contempla, além disso, a conexão da Usina ao SIN, por meio de uma LT 138 kV, com 75 km de extensão, circuito simples, entre a SE Paulistas (implantação de um módulo geral 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 2 vãos de conexão de transformador 138 kV) e a SE Paracatu 1 (implantação de uma entrada de LT 138 kV), pertencente à Cemig. Empreendimento adjudicado a FURNAS, por meio do Leilão Aneel nº 002/2005. O contrato de concessão foi assinado em agosto de 2006.

- Principais realizações em 2009:
 - Continuidade da investigação de campo e dos serviços complementares de topografia e sondagem para o desenvolvimento do projeto executivo e demais documentos técnicos necessários.
 - Prosseguem as ações voltadas à aquisição dos terrenos e benfeitorias, bem como a execução do Projeto Básico Ambiental (PBA), em atendimento ao condicionado na Licença Prévia emitida pelo Ibama.
 - Continuidade da execução das ações para atendimento as 13 condicionantes da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 234/2008, que autoriza a supressão de vegetação para a implantação do canteiro de obras, de estradas vicinais, de áreas de empréstimo e de 37 condicionantes da Licença de Instalação (LI). Em 19.06.2009 o Ibama emitiu a renovação da ASV. Com isso, foi iniciada a supressão de vegetação da margem direita.
 - Emitida pelo Ibama, em 24.08.2009, a Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Animais Silvestres nº 194/2009, com validade até 19.02.2010.
 - O Ibama renovou as ASV de: área complementar no canteiro de obras, estradas de acesso e áreas de empréstimo, nº 234/2008 e 256/2008, em 19.06.2009 e 09.07.2009, respectivamente.
 - Emitido, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), em 14.05.2009, o Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA) nº 0001115-D, com validade até 14.11.2009, que autoriza a supressão de vegetação para a implantação da Linha de Distribuição Guarda Mor – Paracatu, que tem por finalidade alimentar o canteiro de obras com energia elétrica durante a construção da UHE Batalha.
 - O Ibama emitiu, em 05.01.2009, a ASV nº 314/2008, que autoriza FURNAS a proceder à supressão de vegetação necessária à exploração de cascalho a ser utilizado no canteiro de obras e nas estradas de acesso.
 - FURNAS solicitou a ASV para as áreas de supressão prioritária do reservatório e em 01.10.2009 foi emitida a 1ª renovação da ASV nº 282/2008, que é destinada às áreas do reservatório onde serão realizadas obras de engenharia.
 - Continuidade da elaboração do processo para a transformação da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em outorga de direito de uso de recursos hídricos e os serviços referentes à elaboração do Plano de Utilização do Reservatório (PUR).
 - Continuidade da execução dos seguintes Programas: Preservação do Patrimônio Arqueológico e Cultural; Comunicação Social; Conservação da Fauna Silvestre; Educação Ambiental; Monitoramento Hidrossedimentológico; Conservação da Flora; Monitoramento Climatológico; Monitoramento Cismológico; Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água e Controle de Vetores e Saúde.
 - Os serviços de levantamento de Arqueologia Pré-Histórica e Histórica das áreas prioritárias para a construção do empreendimento foram concluídos. Em execução os serviços de prospecção e resgate simultâneo, que estão concentrados na área de abrangência do reservatório.
 - Em 03.09.2009 foi assinado contrato para execução do Programa de Conservação da Fauna Aquática e, em novembro, foi realizada a primeira campanha de campo.
 - O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas está sendo adequado conforme condicionante da LI.
 - Continuidade da execução dos seguintes serviços: nivelamento de áreas referentes à cota de inundação, elaboração do cadastro dominial e da população atingida, confecção de Atas Notariais, elaboração de laudos de avaliação, levantamento topográfico, bem como negociações, pagamentos e regularizações dos imóveis atingidos.
 - Na área que será alagada foi dado andamento aos levantamentos para a realocação de LT em 13,8 e 34,5 kV.
 - O contrato de fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos, que também considera as SE Batalha e Paracatu e a construção da LT, foi assinado em 06.04.2009.
- Sistema de transmissão:
 - Continuidade das vistorias técnicas em campo (levantamento de benfeitorias, análise de solo etc.), que auxiliam os trabalhos de avaliação dos imóveis, elaboração dos laudos e processos de liberação de áreas, com exceção de 10 km, que encontram-se sob embargo judicial.

-
- Os serviços de levantamento de campo, materialização do traçado e levantamento de perfil da LT encontram-se paralisados em função de embargo judicial em duas das propriedades rurais por onde a linha passará. FURNAS está tomando as medidas judiciais com o objetivo de viabilizar a conclusão dos serviços.
 - Iniciado e encontra-se em fase de conclusão as informações que irão compor: o Montante do Uso do Sistema de Distribuição (MUSD) e o Parecer de Acesso à SE Paracatu, a ser encaminhado à Cemig e ao ONS.
 - O contrato referente ao acesso da UHE Batalha ao sistema de distribuição encontra-se em fase de negociação com a Cemig e ONS.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Ação: Implantação da LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 121X

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 13.569 mil.
 - Realizado em 2009: R\$10.373 mil.
 - Meta física prevista para 2009: 3%
 - Meta física atingida em 2009: 0%
 - Objetivo: implantação do Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 composto pela LT 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 180 km, com origem na SE Bom Despacho 3 e término na SE Ouro Preto 2, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais; 2 entradas de linha, 1 interligação de barra em 500 kV, adequação do módulo geral, barramentos, 4 unidades monofásicas de reator de linha, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O empreendimento proporcionará nova rota de injeção de energia para a Região Mantiqueira do Estado de Minas Gerais, de forma a garantir níveis adequados de atendimento, levando em conta o crescimento de carga previsto para os consumidores industriais, além de reforçar o sistema de transmissão de Minas Gerais após a entrada da Interligação Norte – Sul III, reduzindo a necessidade de geração térmica. Esse empreendimento foi indicado em estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – relatório EPE/DEE-RE-085/2007-RO. Obra adjudicada a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 006/2008. Obra incluída no PAC.
 - Principais realizações, em 2009: a desafetação da Reserva Biológica na Serra da Moeda (MG), criada após a realização do Leilão nº 006/2008, foi aprovada pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Moeda somente em outubro/2009. Projetos básicos concluídos e entregues à Aneel. Licença para serviços de campo já solicitada. Em andamento a liberação de áreas para serviços de campo. Serviços preliminares de topografia em fase de conclusão. Empreendimento aguardando Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI).
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: devido a criação de uma Reserva Biológica na Serra da Moeda, após a realização do leilão da Aneel e a necessidade de sua desafetação pela Prefeitura e Câmara Municipal de Moeda, o que somente ocorreu em 22.10.2009, houve alteração das datas de licenciamento ambiental, provocando atraso na emissão das LP e LI, impedindo o início das obras.
-

Ação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 4469

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 12.737 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 9.413 mil.
 - Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
 - Objetivo: relaciona-se aos programas de manutenção e recuperação das usinas de FURNAS em atividade, de modo a permitir a operação segura dessas unidades. Considera, além disso, os investimentos relacionados ao Sistema de Hidrometria de FURNAS, cuja implantação da Rede Telemétrica (em especial o monitoramento telemétrico das bacias contribuintes aos reservatórios) é considerada obrigação da Empresa, a partir da Resolução Aneel nº 396/1998.
-

-
- Principais realizações, em 2009:
 - Na UHE Furnas foi concluída a execução de reparos em transformadores elevadores e os serviços complementares na área ampliada do Laboratório de Química da Estação de Piscicultura.
 - Na UHE Itumbiara foi concluída a construção de depósito de materiais de limpeza e lubrificantes do setor de transporte. À jusante da Usina foram iniciados os serviços de construção de rampa para acesso de embarcações ao leito do rio Paranaíba e a adequação da via de acesso ao local.
 - Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho foi concluída a substituição de cerca nas áreas do escritório e da barreira da Usina e a construção de posto hidrológico na crista da barragem e do prédio da brigada de incêndio. Continuam em andamento as atividades para a instalação de rede de combate contra incêndio junto às novas edificações próximas à Casa de Força, bem como a construção de cerca complementar nas instalações do almoxarifado da área industrial.
 - Na UHE Mascarenhas de Moraes foi concluída a construção da estação de tratamento de água da Vila 1 e foram concluídos os serviços de construção de estacionamento e complementação de acesso a Capela Nova.
 - Na UHE Marimbondo foi concluída a construção de bacia de contenção para o segundo transformador reserva e a base das vias de transferência.
 - Na UHE Corumbá foram concluídos os serviços de construção de edificação contendo brigada de incêndio e sala de atendimento ambulatorial na Usina. Foram iniciados os serviços para a alimentação de energia elétrica, telefonia, logística de informática e abastecimento de água para a Guarita.
 - Encontra-se em andamento a execução de obras civis de infra-estrutura da Rede Telemétrica do Sistema de Hidrometeorologia de FURNAS (SHF). Foi publicado o edital para a aquisição de 139 estações hidrológicas.
 - Entrou em operação a rede telemétrica hidrológica emergencial composta por 21 estações hidrológicas.
 - Iniciado o fornecimento e a instalação de uma estação central de telemetria. Continuam em andamento as obras civis de infraestrutura para implantação de 42 estações meteorológicas. A entrega dos equipamentos foi concluída.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: atraso ocorrido no processo de contratação do fornecimento de equipamentos da Rede Telemétrica do SHF e no pagamento de indenizações dos processos que não tiveram as documentações necessárias apresentadas pelos proprietários atingidos pelos empreendimentos de geração.
-

Ação: Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) – Campos (RJ), 3º circuito (345 kV – 92 km)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 1A01 – Faz parte do PAC

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 38.112 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 35.930 mil.
 - Meta física prevista para 2009: 45%
 - Meta física atingida em 2009: 41,5%
 - Objetivo: permitir pleno escoamento da energia produzida pelas usinas termelétricas a gás, conectadas nesse tronco, a partir da SE Macaé. As UTE Macaé *Merchant* e Norte Fluminense possuem, somados, cerca de 1.700 MW de capacidade geradora. A importância dessa interligação está em evitar as restrições de transmissão, que poderiam impedir o despacho pleno e simultâneo das duas Usinas, localizadas nesse tronco de transmissão, e na melhoria da confiabilidade ao atendimento à região Norte Fluminense e ao Estado do Espírito Santo. Obra adjudicada a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 001/2004 – lote G.
 - Principais realizações, em 2009:
 - O cronograma de implantação do empreendimento ficou comprometido em virtude do atraso na emissão da LI, que somente foi emitida pela Feema em 24.07.2008 (FE 014501).
 - A energização do empreendimento está prevista para fevereiro/2010.
 - Em janeiro/2009, FURNAS firmou com a Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro o Termo de Compromisso (TC) nº 18.555, que estabelece medidas mitigadoras, em função da supressão de vegetação da LT.
 - Novo contrato, para realizar os serviços de montagem e obras civis da LT, foi assinado em 30.01.2009. Os serviços de conferência topográfica foram concluídos.
-

-
- O contrato para execução dos serviços de estaqueamento das fundações foi assinado em 20.02.2009 e concluídos.
 - O processo de contratação para o fornecimento dos isoladores foi concluído e a inspeção na fábrica ocorreu em julho/2009.
 - As atividades de projeto e de fornecimento de equipamentos e materiais, no que se refere às SE Macaé e Campos, estão concluídas. Na SE Macaé continua em andamento a execução dos serviços de terraplanagem e na SE Campos os serviços de obras civis.
 - A atividade de liberação dos terrenos foi concluída. Continuidade dos serviços de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico na área de influência do empreendimento, sob execução do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB).
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Ação: Modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes (MG), com Capacidade Instalada de 476 MW – Fase II

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 1D35

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 100 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ zero.
 - Meta física prevista para 2009: 0%
 - Meta física atingida em 2009: 0%
 - Objetivo: o projeto inclui os serviços de modernização da UHE Mascarenhas de Moraes, não contemplados na Fase I. Objetiva, principalmente, recuperar a confiabilidade operacional das UG 1 a 4 e 9 e 10, em função da atual situação dos equipamentos em geral e, especificamente, do isolamento das barras do enrolamento dos estatores dos geradores dessas unidades, bem como a eliminação da crescente dificuldade de obtenção de sobressalentes devida à idade tecnológica dos componentes.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: as atividades referentes a esta ação foram postergadas em função da necessidade de reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação.
-

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 2192

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 87.800 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 81.794 mil.
 - Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
 - Objetivo: promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços no sistema de transmissão indicados no Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do ONS, e no Plano de Expansão da Transmissão (PET), da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
 - Principais realizações em 2009:
 - O fornecimento de materiais e equipamentos para ampliação das SE Santa Cruz e Jacarepaguá, que fazem parte da integração da potência adicional da UTE Santa Cruz e foram autorizados pela Resolução Aneel nº 487/2006, está parcialmente concluído.
 - Na SE Santa Cruz, continuidade dos serviços de obras civis e de montagem eletromecânica.
 - Na SE Jacarepaguá foram concluídas as obras civis e a montagem eletromecânica dos equipamentos dos vãos de linha para as SE Santa Cruz e Palmares. Foi concluída a substituição dos equipamentos referentes ao vão de linha para SE Mato Alto.
 - Ainda com relação à integração da UTE Santa Cruz, no que se refere à contratação dos serviços para o recondutoramento da LT Santa Cruz – Jacarepaguá 2, no trecho entre a SE Santa Cruz e a SE Palmares encontra-se em análise, uma vez que a Valesul está migrando o seu sistema para 500 kV e solicitou à Light uma redução da demanda de energia de 170 para
-

70 MW (Resolução Aneel nº 487/2006).

- Na SE Jacarepaguá, elaboração do processo licitatório para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica, referente à implantação de um banco de autotransformadores 345/138 kV (Resolução Aneel nº 1.497/2008).
- Na SE Adrianópolis, análise do projeto básico para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica, referente à substituição de equipamentos existentes e superados por corrente nominal (Resolução Aneel nº 1.523/2008).
- Na SE Campos, concluído o projeto básico e em fase de elaboração do processo licitatório para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à substituição de equipamentos eletromecânicos do pátio de manobra de 138 kV (Resolução Aneel nº 758/2006).
- Os transformadores reservas das SE Adrianópolis, Jacarepaguá e Vitória, que foram utilizados para compor o 5º banco da SE Vitória, retornarão às suas subestações de origem após a instalação do 3º banco de transformadores na SE Viana.
- Os transformadores que foram adquiridos para a reposição das unidades reservas das SE Adrianópolis, Jacarepaguá e Vitória serão utilizados para compor o 3º banco de transformadores na SE Viana. Foram concluídos os serviços de construção das bases, das bacias de contenção de óleo e de montagem das três unidades geradoras.
- A transferência e instalação do compensador síncrono da SE Brasília Sul para a SE Vitória encontra-se em fase de assinatura do contrato para execução dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica.
- Na SE Iriri a instalação de um módulo geral, cinco vãos de entrada de linha e um vão de interligação de barra, em 138 kV, (Resolução Aneel nº 970/2007) foram concluídos os serviços de terraplenagem, obras civis e montagem eletromecânica.
- Na SE Macaé a instalação de um banco de reatores manobráveis de barra, em 345 kV, composto por três unidades de 20 Mvar (Resolução Aneel nº 940/2007), foi assinado o contrato para a execução das obras civis e montagem eletromecânica. Atualmente encontram-se em execução os serviços de terraplanagem.
- Com relação à instalação de um módulo de conexão, em 138 kV, um módulo de conexão, em 345 kV, um módulo de interligação de barramentos, em 345 kV, e um complemento de módulo geral, em 345 kV (Resolução Aneel nº 940/2007), foi concluído o projeto básico, os serviços de construção das bases, das bacias de contenção de óleo e de montagem das três unidades transformadoras. Em execução o projeto executivo, o fornecimento, além dos serviços de terraplenagem e obras civis.
- Na SE Vitória, substituição de dois disjuntores e três chaves seccionadoras em 138 kV (Resolução Aneel nº 758/2006 e 1.814/2009). Foi concluído o projeto básico e em fase de elaboração o processo licitatório para a contratação dos serviços.
- Foram concluídas e energizadas várias obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS de modo a assegurar as condições de desempenho do SIN, conforme discriminado a seguir:

SE Viana 345 kV: instalação de banco de reatores manobráveis de 60 Mvar, em 345 kV;

SE Rocha Leão 138 kV: instalação do 1º e 2º bancos de capacitores, 75 Mvar, vindos de Cachoeira Paulista;

SE Iriri 138 kV: energização dos vãos de linha Campos 2, Rocha Leão 2, Imboassica 1, Tecab 1 e 2 (Petrobras – obras relativas ao Plangás);

SE Santa Cruz 138 kV: energização do vão de linha Santa Cruz – Palmares 1 e Santa Cruz – ZIN;

SE Adrianópolis 500 kV: interligação de barramento em 500 kV, *by pass*;

LT Campos – Rocha Leão – *Loop* Iriri (Ampla): tap (derivação simples) provisório, seccionamento da LT 138 kV Rocha Leão – Campos (2 tap – derivação dupla);

SE Funil 138 kV: substituição de equipamentos superados no vão de linha para Saudade;

SE Resende 500 kV (Votorantim): instalação de dois bancos de transformadores 500/138/13,8 kV;

SE Adrianópolis 345 kV: concluído o seccionamento da barra A de 345 kV e instalação de novo vão de amarre e seccionamento da barra B de 345 kV por meio de seccionadora, além da substituição da proteção pelo tipo adaptativa.

- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 1G98 – Faz parte do PAC

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 660.325 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 609.639 mil.
- Meta física prevista para 2009: 39%
- Meta física atingida em 2009: 20,63%
- Objetivo: construção da UHE Simplício e da PCH Anta, localizadas no rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Três Rios (RJ), Sapucaia (RJ), Além Paraíba (MG) e Chiador (MG), com área inundada de 13,56 km². Para a UHE Simplício serão 3 turbinas do tipo *Francis*, com 101,9 MW cada, e para a PCH Anta 2 do tipo *Kaplan*, com 14 MW cada, sendo assim a potência total instalada será de 333,7 MW. Além disso, contempla uma LT interligando a PCH Anta a UHE Simplício, bem como a conexão ao SIN, por meio de uma LT, 138 kV, com 120 km de extensão, em circuito duplo entre as SE Simplício e Rocha Leão. Empreendimento adjudicado a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 002/2005. O contrato de concessão foi assinado em agosto de 2006.
- Principais realizações, em 2009:
 - Obras de interligação: continuidade das atividades de implantação dos canais e túneis, do canal de desvio; do dique Antonina; do dique Sul; do dique Estaca 2; do canal de desvio do córrego Estaca; do dique Tocaia e do dique Louriçal 2; da tomada d'água e do canal de adução. Foi concluído o dique Louriçal 1. Foi iniciada a escavação subterrânea nos túneis dos canais 5 e 8.
 - UHE Simplício: continuidade no andamento das atividades de implantação das tomadas d'Água dos vãos 1, 2 e 3; da casa de força; do canal de fuga; do canal de adução; do vertedouro e dos condutos forçados 1, 2 e 3. Em andamento as obras para a implantação do desvio do ribeirão Peixe e as pesquisas no sítio arqueológico na região do canal de fuga de Simplício. Foi realizada a descida do pré-distribuidor das unidades 1 e 2 e concluída a soldagem da caixa espiral da unidade 1.
 - PCH Anta: Prosseguimento dos serviços de topografia, identificação, cadastramento e avaliação das propriedades, sendo que já foram adquiridas algumas áreas. Encontram-se em andamento as atividades de implantação dos vertedouros 1 e 2; da tomada d'água, das casas de força 1 e 2 e da barragem de gravidade. Foi concluída a escavação comum para implantação das estruturas principais na margem direita do rio Paraíba do Sul. Em 05.08.2009 foi realizado o desvio do rio Paraíba do Sul e iniciada a construção da barragem de concreto compactado com rolo (CCR).
- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 2194

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 115.509 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 95.139 mil.
- Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
- Objetivo: promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica, na área dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços nas instalações de transmissão indicadas no PAR, do ONS, e no PET, da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
- Principais realizações em 2009:
 - Na SE Ivaiporã foi concluído o projeto básico e encontra-se em andamento o processo licitatório para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à instalação de dois banco de reatores de 180 Mvar e 69 kV para o terciário do 3º autotransformador 750/500/69 kV – 1.650 MVA (BR 01 e 02) da Resolução Aneel nº 1.266/2008. A assinatura do contrato dependerá da emissão da licença ambiental.

-
- Na SE Poços de Caldas foi concluído o projeto básico e encontra-se em elaboração o edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à instalação de um banco de capacitores de 150 Mvar e 138 kV (Resolução Aneel nº 1.266/2008). No que se refere à substituição de equipamentos existentes superados por nível de curto-círcuito (chaves seccionadoras, disjuntores e transformadores de corrente), foi assinado o contrato para a execução das obras civis e montagem eletromecânica (Resolução Aneel nº 1.814/2009).
 - Na SE Mascarenhas de Moraes encontra-se em revisão o projeto básico referente à substituição dos equipamentos existentes (Resolução Aneel nº 758/2006) e que estarão superados por nível de curto-círcito após a entrada em operação do 2º banco de autotransformadores de 200 Mvar e 345/138 kV, (Resolução Aneel nº 1.365/2008). Ainda na SE Mascarenhas de Moraes a instalação de um banco de autotransformadores em 345/138/13,8 kV, composto por 3 unidades de 133,33 MVA em substituição ao banco ATR7 existente (Ofício Aneel nº 199/2007). Encontra-se em revisão o projeto básico.
 - Na SE Guarulhos, substituição de 4 disjuntores e 15 chaves seccionadoras, superados por nível de curto-círcito. Concluído o projeto básico. O edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica encontra-se em fase de aprovação (Resolução Aneel nº 758/2006).
 - Na SE Tijuco Preto, implantação de dois bancos de reatores limitadores de corrente de curto-círcito, 15 ohms por fase (seis fases), seccionamento dos barramentos de 345 kV e conexões associadas (Resolução Aneel nº 1.410/2008). Concluído o projeto básico e encontra-se em andamento o processo licitatório para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica, que está em fase de análise da proposta apresentada pela empresa vencedora.
 - Na SE Mogi das Cruzes, substituição de chaves seccionadoras, transformadores de corrente e disjuntores de 345 kV, superados por nível de curto-círcito ou por corrente de carga (Resolução Aneel nº 758/2006). Concluído o projeto básico e encontra-se em elaboração o edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica.
 - Na SE Foz do Iguaçu, implantação de barramento no arranjo de manobra disjuntor e meio no pátio 500 kV (SE Foz Elevadora – 60 Hz) e substituição de chaves seccionadoras, transformadores de corrente e disjuntores de 500 kV, superados por nível de curto-círcito ou por corrente de carga (Resolução Aneel nº 2069/2009). Concluído o projeto básico e o edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica.
 - Concluídas e energizadas várias obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS de modo a assegurar as condições de desempenho do Sistema Interligado Nacional, conforme discriminado a seguir:
 - SE Campinas 345 kV, instalação de banco de autotransformadores monofásicos 345/138 kV, de 150 MVA;
 - SE Campinas 138 kV, substituição de disjuntores superados por curto circuito para SE Tanquinho (CPFL);
 - SE Estreito 345 kV, energização dos vãos de linha do seccionamento LT Luiz Carlos Barreto – Furnas (vão geral e casa de controle) e dos vãos de linha do seccionamento LT Luiz Carlos Barreto – Mascarenhas de Moraes;
 - LT Estreito, energização do Loop LT Luiz Carlos Barreto – Estreito 2 (Eixo C), Loop Estreito – Furnas (Eixo D), Loop LT Luiz Carlos Barreto – Estreito 1 (Eixo A) e Loop Estreito – Mascarenhas de Moares (Eixo B);
 - SE Ivaiporã, substituição do disjuntor superado por curto circuito;
 - SE Guarulhos 345 kV, substituição do disjuntor superado por curto circuito para saída Nordeste.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: atraso ocorrido no processo de contratação do fornecimento de equipamentos para as SE: Ivaiporã (Resolução Aneel nº 1.266/2008), Mascarenhas de Moraes (Resolução Aneel nº 1.365/2008), Mogi das Cruzes (Resolução Aneel nº 1814/2009) e Poços de Caldas (Resolução Aneel nº 1.497/2008, 1.497/2008, 1.266/2008, 1.711/2008 e 1.835/2009).
-

Ação: Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 4478

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 101.346 mil.
-

-
- Realizado em 2009: R\$ 86.579 mil.
 - Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
 - Objetivo: promover a manutenção, reabilitação e otimização do Sistema de Transmissão de FURNAS, contando com a aquisição de sobressalentes e equipamentos-reserva para evitar indisponibilidades e aumentar a confiabilidade. Além disso, também são contemplados pagamentos indenizatórios para liberação de terrenos de linhas de transmissão e subestações, implantação e expansão de terminais remotos do *Supervisory Control and Data Acquisition (SCADA)* / Controle Automático de Geração (CAG) e da rede de oscilografia das subestações.
 - Principais realizações em 2009:
 - Na SE Poços de Caldas, a modernização dos serviços auxiliares encontra-se paralisada pois aguarda a conclusão do fornecimento de equipamentos e materiais.
 - Na SE Jacarepaguá, concluída a revisão do projeto executivo e será iniciado o estudo para elaboração do processo licitatório referente a contratação de mão de obra para a execução da modernização do Sistema de Proteção Contra Incêndio (SPCI) – sistema de água nebulizada.
 - Na SE Angra 138 kV, concluída a revisão dos projetos para implantação do SPCI, de drenagem de óleo isolante das bacias de contenção dos transformadores de 138/13,8 kV e para montagem eletromecânica de dois disjuntores. A implantação do SPCI foi concluída em setembro/2009.
 - Na SE Adrianópolis, concluídos os serviços de reforma da estação de bombeamento de água e de modernização dos serviços auxiliares (Quadro 2 de 480 V).
 - Nas SE Itutinga e Poços de Caldas foram concluídos o fornecimento e a instalação de sistemas de ar condicionado.
 - Na SE Araraquara o processo licitatório para a contratação dos serviços de obras civis referentes à construção de 2 caixas separadoras de água e óleo e a reconstrução das bacias de contenção dos bancos de reatores e transformadores do serviço auxiliar encontram-se em fase de aprovação.
 - Em andamento o fornecimento e o projeto da modernização dos sistemas de supervisão e controle (Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade – Sinocon) e da substituição de proteção em diversas subestações.
 - O edital para a contratação da modernização dos serviços auxiliares e outros serviços de pequeno porte das SE Barro Alto e Brasília Sul encontram-se em fase de revisão do orçamento e, para as SE Itumbiara, Bandeirantes e Brasília Geral encontra-se em fase de elaboração.
 - Na SE Mogi das Cruzes encontra-se em elaboração o processo licitatório para a contratação dos serviços de obras civis referentes ao sistema de drenagem dos pátios de 230 e 345 kV, caixa separadora de água e óleo, bacias de contenção de óleo dos disjuntores a grande volume de óleo (GVO) e interligação das redes.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: atraso no pagamento de indenizações dos processos que não tiveram as documentações necessárias apresentadas pelos proprietários das áreas atingidas pelos empreendimentos de transmissão, no fornecimento de equipamentos para a modernização dos sistemas de supervisão e controle (Sinocon) e na modernização do SPCI (sistema de água nebulizada) da SE Jacarepaguá.
-

Ação: Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (345 kV – 50 km) – (SP)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 1G97 – Faz parte do PAC

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 20.366 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 15.147 mil.
 - Meta física prevista para 2009: 21%
 - Meta física atingida em 2009: 8,50%
 - Objetivo: Implantação das LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti (circuitos 3 e 4) e Itapeti – Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial, apenas, do primeiro circuito) e instalações vinculadas, integrantes do Sistema de Transmissão da Região Sudeste. Esta LT interligará a SE Tijuco Preto, situada no Estado de São Paulo, e as SE Itapeti e Nordeste, de propriedade da CTEEP, visando reforçar o atendimento à região da Grande São Paulo, dando-lhe maior confiabilidade. Esse empreendimento foi adjudicado a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 001/2005 (Lote G). O contrato de concessão foi assinado em 27.04.2006.
-

-
- Principais realizações em 2009:
 - A Licença Prévia nº 1.350 foi emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (SMA/SP), em 12.02.2009, e a LI estava prevista para emissão no mês de dezembro de 2009, o que não ocorreu. Em 2009, foram executadas as atividades para atendimento das condicionantes da Licença Ambiental Prévia (LAP), a elaboração dos programas ambientais e o projeto básico ambiental, para subsidiar a obtenção da LI;
 - A Autorização para Coleta, Captura e Transporte de Fauna nº 343/2009 foi emitida pelo Ibama, em 26.08.2009, com validade até 31.12.2009. A Autorização para Serviços Topográficos nº 78.538/2009 foi emitida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb/SP), em 15.10.2009, com validade até 15.10.2010.
 - Em andamento a negociação do compartilhamento de faixa do trecho Itapeti – Nordeste.
 - O fornecimento de equipamento e materiais para as SE e LT está em andamento.
 - Concluída a pesquisa de avaliação de terras e a elaboração do caderno de preços de benfeitorias. Iniciadas as negociações com os proprietários do trecho Tijuco Preto – Itapeti.
 - O cronograma de implantação do empreendimento está comprometido em função do atraso na emissão da LI. O início da obra depende da emissão da LI. A previsão é que a energização ocorra 10 meses após a emissão da LI.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: atraso na emissão da LI necessária para o início da implantação do empreendimento.
-

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 2200

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 43.001 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 37.573 mil.
- Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
- Objetivo: Promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços indicados no PAR, do ONS, e no PET, da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
- Principais realizações em 2009:
 - Na SE Brasília Geral, continuidade das atividades relativas à substituição de 2 transformadores trifásicos de 30 por 60 MVA em 230/34,5 kV, 12 chaves seccionadoras e 6 transformadores de corrente (Resolução Aneel nº 1.107/2007). Em setembro/2009 foi assinado o contrato para a execução dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica.
 - Na SE Samambaia o contrato para a execução dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à instalação de 1 banco de capacitores *shunt* em 345 kV e 150 Mvar (Resolução Aneel nº 1.080/2007) foi assinado em 26.10.2009.
 - Ainda na SE Samambaia, concluído o projeto básico e encontra-se em elaboração o edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à instalação de um banco de transformadores em 345/138 kV e 225 MVA (Resolução Aneel nº 1.938/2009).
 - Na SE Serra da Mesa a instalação de um banco de reatores manobrável de 73,5 Mvar e 500 kV (Resolução Aneel nº 1.080/2007), que será transferido da SE Campinas, teve o processo licitatório concluído e o contrato dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica foi assinado em novembro/2009. As obras civis foram iniciadas em dezembro/2009.
 - Na SE Itumbiara, concluído o projeto básico e encontra-se em elaboração o edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à substituição de 5 disjuntores de 230 kV, 8 disjuntores de 345 kV e 3 filtros de onda em 345 kV (Resolução Aneel nº 758/2006).
 - Na SE Brasília Sul foi concluído o projeto básico e encontra-se em elaboração o edital para a contratação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica referentes à substituição de 8 disjuntores de 138 kV, 12 transformadores de corrente e 10 chaves seccionadoras de 345 kV (Resolução Aneel nº 758/2006).
 - Foram concluídas e energizadas várias obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS de modo a assegurar as condições de desempenho do SIN, conforme discriminado a seguir:

SE 230 kV Barro Alto – Anglo American, energização do vão de linha para interligação da Anglo American à SE Barro Alto (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão nº 17.806);

- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: atraso ocorrido no processo de contratação do fornecimento de equipamentos para as SE Samambaia (Resolução Aneel 1.080/2007), Serra da Mesa (Resolução Aneel 1.080/2007) e Itumbiara (Resolução Aneel 1.814/2009).

Ação: Modernização da UHE Furnas de 1.200 MW (MG)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 3292

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 41.539 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 39.765 mil.
- Meta física prevista para 2009: 4%
- Meta física atingida em 2009: 4%
- Objetivo: modernizar as unidades geradoras da UHE Furnas, 1.216 MW de capacidade instalada, visando aumentar a vida útil e a confiabilidade operacional, por meio da implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. A digitalização da Usina, por intermédio da adequação de suas unidades geradoras, permitirá o aumento da segurança operacional e aumentará a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos. O empreendimento considera os serviços de modernização das UG 1 a 6, bem como a execução de serviços nas UG 7 e 8, a fim de possibilitar a operação remota da UHE Furnas, que consiste, basicamente, do detalhamento do projeto executivo, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e materiais, transporte, desmontagem, montagem, instalação e ensaios de campo.
- Principais realizações em 2009:
 - Concluídos os seguintes serviços: montagem dos painéis de controle locais dos vertedouros 6 (PCLVT 6) e 7 (PCLVT 7); comissionamento das comportas 4 e 5 do vertedouro; execução final da bacia de contenção da UG 3; montagem dos suportes e tramos dos barramentos blindados das UG 7 e 8; descomissionamento da UG 3; montagem dos painéis de controle locais dos vertedouros 4 (PCLVT 4) e 5 (PCLVT 5); comissionamento da comporta nº 3 do vertedouro; execução parcial da bacia de contenção da UG 01 e foi reiniciada a construção da sala de controle local das UG 3 e 4.
 - Iniciadas as atividades relativas ao comissionamento do painel de controle local do vertedouro 6; construção da sala de controle local das UG 3 e 4; montagem dos painéis de controle locais dos vertedouros 6 (PCLVT 6) e 7 (PCLVT 7); comissionamento das comportas 4 e 5 do vertedouro e execução final da bacia de contenção da UG 3.
 - Em andamento: detalhamento do projeto executivo; atividades relacionadas ao fornecimento de equipamentos e componentes; montagem de leitos e eletrodutos para cabos; lançamento e ligação de cabos de força e controle e dos cabos das comportas do vertedouro; montagem do sistema de iluminação e dos dutos do sistema de ventilação da casa de força; implantação do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) na sala de controle da Usina; instalação do sistema de combate a incêndio na galeria de cabos das UG 1 a 8; construção de bases de equipamentos na casa de força; montagem dos painéis na casa de relés da SE 345 kV; retirada de cabos antigos dos vãos modernizados da SE 345 kV; a escavação para passagem da tubulação de drenagem oleosa do tanque separador de água e óleo da margem esquerda.
- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG) – Fase I

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 3302

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 800 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 787 mil.
- Meta física prevista para 2009: 2%
- Meta física atingida em 2009: 0,24%
- Objetivo: modernizar a UHE Mascarenhas de Moraes, 476 MW de potência instalada, visando aprimorar e otimizar as condições de funcionamento, preservar o desempenho e maior eficiência,

além de restabelecer sua vida útil para mais algumas décadas. A Usina apresentava degradação avançada do seu isolamento, além de carecer de peças sobressalentes, o que poderia ocasionar paradas não programadas de longa duração, com perda de produção de energia. Os investimentos são destinados à modernização total das UG 5, 6, 7 e 8, e parcial das UG 1, 2, 3, 4, 9 e 10 da UHE Mascarenhas de Moraes, recuperando as turbinas, geradores e equipamentos auxiliares, incluindo a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. Além disso, prevê a digitalização da Usina, por meio da adequação das suas UG, o que permitirá sua operação remota, a partir da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, possibilitando aumento da segurança operacional e da confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da Usina.

- Principais realizações em 2009: a documentação final referente ao Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) foi entregue. A modernização da UHE Mascarenhas de Moraes Fase 1 foi concluída.
- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Implantação de Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz – Fase 1 – com acréscimo de 350 MW (RJ)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 3414

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2008: R\$ 100 mil.
- Realizado em 2008: R\$ 2 mil.
- Meta física prevista para 2009: 0%
- Meta física atingida em 2009: 0%
- Objetivo: ampliação da capacidade da UTE Santa Cruz, por meio da implantação de ciclo combinado, que consiste na incorporação de 2 turbogeradores, com capacidade de 175 MW cada, tendo como combustível principal o gás natural e como alternativo o óleo diesel. Esses equipamentos geram energia complementar por meio de caldeiras de recuperação de calor que aionam outros 2 turbogeradores a vapor, de 80 MW, agregando 350 MW novos aos 600 MW já existentes.
- Principais realizações em 2009:
 - O cronograma previsto para este empreendimento terá que ser ajustado em função da reprogramação do fornecimento do gás natural. Assim, as datas de liberação para geração comercial dos turbogeradores a gás (TG 11 e TG 21), utilizando gás natural como combustível, estão na dependência do fornecimento do gás.
 - A operação comercial da unidade 2 está condicionada à modernização e à ampliação do sistema de transmissão associado.
 - Projetos básico e executivo encontram-se com 99,97% de avanço físico.
 - Construção civil tem avanço físico de aproximadamente 99,99% e montagem eletromecânica está com 97,54% de execução.
 - Fornecimento dos equipamentos eletromecânicos concluído. Os demais equipamentos estão com avanço de 99,98%.
 - Comissionamento alcançou 41,00%.
- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: o comissionamento do ciclo combinado a gás não pode ser feito, pois o fornecimento de gás está previsto para 2012.

Ação: Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG)

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 7066

Tipo da Ação: P

- Orçado em 2009: R\$ 102.765 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 101.932 mil.
- Meta física prevista para 2009: 15%
- Meta física atingida em 2009: 15%
- Objetivo: modernizar a UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, 1.050 MW de capacidade instalada. A Usina possui seis unidades geradoras, sendo que a primeira entrou em operação em março de 1969, estando em atividade há quase 40 anos. Devido ao estado dos equipamentos e

sistemas há dificuldades na execução das manutenções, tanto devido à falta de peças de reposição como do estado físico dos componentes dos equipamentos. O projeto em questão visa recuperar a confiabilidade operacional das unidades geradoras, bem como evitar indisponibilidades forçadas intempestivas das mesmas, sem prazo pré-determinado, envolvendo custos adicionais significativos em relação às modificações planejadas, além de perdas maiores de geração. A modernização dessa Usina contempla ações envolvendo a recuperação total das turbinas, geradores e sistemas associados e, ainda, a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção, prolongando a vida útil da planta. Considera, também, a sua digitalização, por meio da adequação das UG, o que permitirá o incremento da segurança operacional e aumentará a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos.

- Principais realizações em 2009:

- Concluídos os serviços de ligação de cabos nos painéis do vertedouro; retomada da construção dos reparos nos contatos dos condutos das UG 4, 5 e 6; retomada da construção do portão de acesso a estrada de Jaguara; modernização do bay da LT Mascarenhas de Moraes; sistema anti-incêndio da casa de força; montagem do sistema de CO₂ da sala de controle local da UG 4; montagem do barramento blindado da UG 5; enchimento do vão da comporta da UG 5 na tomada d'água; construção das bases de junções do bay da LT Mascarenhas de Moraes; reparos e pintura das paredes do *hall* do gerador da UG 5; construção das canaletas de cabos na galeria terminal da UG 5; construção das bases dos disjuntores da UG 5 na SE.
 - Iniciados os serviços de construção de canaleta de cabos na sala de controle da Usina; abertura de *blokout* nas UG 1 a 5 para o sistema de ventilação; modernização da comporta vagão da UG 5; montagem do sistema de ar condicionado; montagem do sistema de ventilação da casa de força; instalação elétrica do sistema de água nebulizada da UG 5; retirada de pendências dos equipamentos da UG 1; lançamento e ligação de cabos no painel de controle da comporta vagão da UG 5 na tomada d'água; ligação de cabos nos painéis do vertedouro; construção de bases para apoio das centrais hidráulicas das UG 5 e 6; retomada da construção dos reparos nos contatos dos condutos das UG 4, 5 e 6; retomada da construção da sala de controle 5; retomada da construção do portão de acesso a estrada de Jaguara; retomada da construção de cercas e portões na guarita de acesso à Usina e limites do vertedouro; retomada da construção para ampliação da estação de telecomunicação; retomada da construção das bases de apoio da tubulação de água nebulizada dos traços das UG 1 a 6; retomada da furação, rompimento e construção de novas bases no poço de bombas; retomada da construção da sala de controle 4; retomada das furações e construções de bases na casa de força; retomada da construção da sala de controle local 3; retomada da ampliação do abrigo antigo do grupo diesel de emergência do vertedouro; retomada reclassificação e regularização da brita ao longo das canaletas na SE.
 - Em andamento: detalhamento do projeto e do planejamento executivo; montagem de equipamentos, sistemas de CITV, ar condicionado, iluminação, tubulações de água, aterramento, e cabos; lançamento e ligação de cabos para os novos painéis da UG 5, e entre a casa de força, tomada d'água e o vertedouro do sistema auxiliar elétrico; construção de bases para apoio das centrais hidráulicas das UG 5 e 6 e da tubulação de água nebulizada dos transformadores das UG 1 a 6; construção das salas de controle 5, 4 e local 3; construção e ampliação da estação de telecomunicações; construção dos medidores de vazão das UG 4 e 5.
- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Preservação e Conservação Ambiental

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Ação: 8549

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 16.936 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 16.577 mil.
- Objetivo: promover ações de preservação e conservação do meio ambiente, relacionadas aos projetos em operação, incluindo obtenção e renovação de licenças ambientais de funcionamento, além de resgatar o passivo sócio-ambiental advindo da implantação dos empreendimentos de geração e transmissão.
- Principais realizações em 2009:
 - Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho foi concluída a implantação de proteção do talude

junto à caixa separadora de água e óleo no canal de fuga (margem esquerda) e a recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina. Foi iniciada a atividade de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas.

- Na UHE Furnas foram concluídos os serviços complementares da construção da sala de aula na Estação de Piscicultura e as atividades de recuperação ambiental das áreas do Centro Técnico de Ensaios e Medição e das áreas remanescentes da Usina. Foi iniciada a atividade de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas.
 - Na UHE Marimbondo foi concluída a recuperação da vegetação de proteção da barragem de terra, de áreas gramadas na área industrial e a recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina. Foi iniciada a atividade de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas.
 - Na UHE Porto Colômbia foi concluída a recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina, e bem como a recuperação da vegetação de proteção da barragem de terra e de áreas gramadas da área industrial. Foi iniciada a atividade de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas.
 - Na UHE Mascarenhas de Moraes foi concluída a construção de depósito para armazenamento de descarte de resíduos industriais e as atividades de recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina. Foi iniciada a atividade de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas.
 - Na UHE Corumbá foi concluída a construção de bacia de contenção de óleo do grupo gerador diesel da SE.
 - Na UHE Itumbiara foi concluída a recuperação da vegetação de proteção da barragem de terra e de áreas gramadas da área industrial, a modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da casa de força e os serviços preliminares para a construção das novas instalações do horto. Foi iniciada a atividade de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas.
 - Prosseguem as atividades de recuperação ambiental das áreas remanescentes das UHE Mascarenhas de Moraes, Corumbá e Itumbiara.
 - Na UTE Santa Cruz, em cumprimento a condicionante da LI emitida pela Feema/RJ, foi adquirida estação de monitoramento do ar, que encontra-se em fase de calibração para entrada em operação, sob supervisão da Feema.
 - Na UHE Serra da Mesa foram adquiridas 2 áreas para compor a proteção da cabeceira dos rios.
 - Na UHE Manso continuam as ações de apoio logístico aos programas ambientais de monitoramento da ictiofauna e limnologia. Além disso, encontram-se em andamento ações de saúde pública em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O convênio com a Fundação do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema-MT), em atendimento ao Programa de Consolidação de Unidade de Conservação e que visa atender condicionantes para a emissão da licença de operação, está em processo de reformulação. Em 04.04.2007 foi requerida, na Secretaria de Estado de Mato Grosso, a renovação da LO. Foi adquirida a Fazenda Morro Pontudo, em Alto Paraguai (MT), para atender os atingidos pela barragem. Encontra-se em andamento a negociação para a aquisição de outras duas fazendas e ações visando à regularização das áreas de reassentamento, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) e na Feema.
 - Na UHE Manso, em maio/2009, foi adquirida a Fazenda Guanandy. Atualmente, encontra-se em execução o levantamento para identificar quantas famílias das atingidas pela barragem poderão ser reassentadas nas terras adquiridas.
 - O início do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) na UHE Serra da Mesa, no que se refere às atividades relacionadas às áreas da terra indígena (comunidade Avá-Canoeiro), depende de autorização da Funai. Atualmente, encontra-se em andamento o ajustamento do convênio com a Funai, que deverá incluir o programa de apoio aos Avá-Canoeiros.
 - Prosseguem o monitoramento e o gerenciamento dos demais programas ambientais nas UHE Serra da Mesa, Corumbá e UTE Santa Cruz e nas LT Foz do Iguaçu – Ivaiporã – Itaberá – Tijucu Preto 3 e Cachoeira Paulista – Adrianópolis 3, que são requisitos das respectivas LO.
 - Os contratos/convênios de compensação ambiental das UHE Serra da Mesa e Corumbá, previstos para serem concluídos em 2006 e meados de 2007, respectivamente, foram postergados em função da dificuldade de execução desses convênios pela Agência Goiana de Meio Ambiente de Goiás (AGMA/GO). Esse órgão licenciador é responsável pela aquisição de terras para unidades de conservação.
 - Os contratos de compensação ambiental para as LT Ouro Preto 2 – Vitoria, Cachoeira Paulista – Adrianópolis 3, Bateias – Ibiúna, Foz – Ivaiporã 3, Itaberá – Tijucu Preto 3, Serra da Mesa – Samambaia 1, Norte – Sul (complemento), UTE Santa Cruz e SE Viana dependem da
-

-
- conclusão de negociação com os órgãos ambientais licenciadores, sendo que parte da compensação ambiental da LT Cachoeira Paulista – Adrianópolis 3 encontra-se em realização em atendimento ao Termo de Compromisso estabelecido com o Ibama. Do mesmo modo, para a LT Itaberá – Tijuco Preto 3, encontram-se em andamento as ações definidas no Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta para as Comunidades Indígenas.
- As atividades relacionadas aos processos de desapropriações e de monitoramento das ações definidas no licenciamento ambiental nos trechos A, B e C da LT Ouro Preto 2 – Vitoria continuam em andamento. Os serviços complementares e os serviços relacionados ao PRAD nos trechos A, B e C estão em andamento.
 - Na SE Viana, visando a compensação ambiental pela implantação da SE, foi concluído o convênio com a Prefeitura Municipal de Viana (ES), com a participação do Instituto Estadual do Espírito Santo (IEEMA/ES), onde FURNAS adquiriu terrenos com o propósito de ampliar o Parque Natural Rota das Garças.
 - Encontra-se em andamento o processo para o Convênio FURNAS/UFMT-Museu Rondon, para a construção da reserva técnica destinada à guarda do material arqueológico, pré-histórico e histórico recuperado em campo pela equipe do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e da Universidade Católica de Goiás (UCG).
- Justificativas de desvio: esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Programa do PPA: 0807

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Função: 25 – Energia

Subfunção: 126 – Tecnologia da Informação

Ação: 4101

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 12.984 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 7.381 mil.
 - Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
 - Objetivo: Promover ações voltadas à adequação de bens imóveis e modernizações nas edificações existentes, em função das atividades da Empresa.
 - Principais realizações em 2009:
 - Na Área de Apoio e Controle Técnico, localizada em Aparecida de Goiânia (GO), foi paralisada a elaboração dos editais para as obras de infraestrutura (sistema de águas pluviais) e construção de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na área de ampliação. Concluídos os serviços de arruamento para acesso ao Setor B, os serviços complementares e a implantação do trevo de acesso e vias externas.
 - Iniciados e concluídos os serviços de terraplenagem para a construção de um novo escritório administrativo para o Departamento de Produção Porto Velho (RO).
 - Concluídas as obras de reforma do refeitório do Departamento de Construção de Transmissão Centro e do Departamento de Produção Brasília.
 - Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: a reestruturação da Área de Gestão de Pessoas da Empresa, a partir de 24.06.2009, resultou no adiamento de obras e reformas nos ambulatórios médicos e nas aquisições de equipamentos e mobiliários.
-

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Função: 25 – Energia

Subfunção: 126 – Tecnologia da Informação

Ação: 4102

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 29.050 mil.
 - Realizado em 2009: R\$ 18.565 mil.
 - Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
 - Objetivo: aquisição, manutenção e adequação de bens móveis, máquinas e equipamentos em função das atividades da Empresa.
 - Principais realizações em 2009:
 - Continuam em andamento os processos para aquisição de mobiliário e dos demais equipamentos gerais de FURNAS, sendo que a aquisição para a implantação do escritório em Porto Velho (RO) foi concluída.
-

-
- Justificativa do desvio entre orçado e realizado: a implantação da estrutura de apoio à UHE Santo Antônio, no rio Madeira (RO), exigiu investimento menor que o inicialmente planejado. Além disso, ocorreu atraso no fornecimento de materiais para o Laboratório de Hidráulica Experimental, localizado no Rio de Janeiro, e para os Laboratórios do Departamento de Apoio e Controle Técnico, localizado em Goiânia. Houve, também, contingenciamento da aquisição de equipamentos de informática e de veículos (carros e caminhões) que estavam previstas para o ano, por determinação da Diretoria. A troca da frota de veículos da Área de Gestão de Pessoas foi adiada para 2010.
-

Ação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Função: 25 – Energia

Subfunção: 126 – Tecnologia da Informação

Ação: 4103

Tipo da Ação: A

- Orçado em 2009: R\$ 71.235 mil.
- Realizado em 2009: R\$ 53.225 mil.
- Meta física prevista para 2009: Não se aplica. Esta ação é uma atividade.
- Objetivo: expansão do Sistema de Telecomunicações da Empresa e adequação da infraestrutura necessária à manutenção da tecnologia e à gestão com qualidade e confiabilidade.
- Principais realizações em 2009:
 - No Sistema Óptico Digital de FURNAS (Sisop), que utiliza cabos OPGW instalados em linhas de transmissão, continuam em andamento as melhorias no subsistema de multiserviços (serviços na Rede Operativa de FURNAS, que compreende as redes locais para atendimento aos serviços de proteção, controle e supervisão nas usinas e subestações, e na Rede Corporativa de FURNAS, que compreende a transmissão de dados referentes à imagem, som e dados, como por exemplo, serviços de VOIP, Notes e Internet).
 - Concluído o fornecimento de equipamentos ópticos para as LT Rio Verde – Barra do Peixe, Corumbá – Brasília Sul e Manso – Nobres. Em fase de implantação os enlaces Corumbá – Brasília Sul e Manso – Nobres, sendo concluída para o enlace Rio Verde – Barra do Peixe.
 - Assinados os contratos para fornecimento de equipamentos para o Sistema Rádio da Rota Itaipu e para a construção das estações repetidoras da LT Ibiúna – Bateias. Concluída a construção das estações repetidoras e a implantação das torres.
 - Concluída a implantação do Sistema de Supervisão de Infraestrutura de Telecomunicações e a montagem da Rede Operativa de FURNAS.
 - Entrou em operação a nova Central Telefônica da sede da Empresa, com a conclusão do seu comissionamento. Realizado pregão eletrônico para modernização do sistema telefônico de 4 localidades.
 - Em andamento a implantação do Sistema de Gestão Integrado (*Enterprise Resource Planning – ERP*).
 - Concluído processo de contratação para a implantação da rede física de comunicação para o Bloco A, do Escritório Central de FURNAS, ora em fase de montagem.
 - Concluída a contratação e o fornecimento de equipamentos para a Rede Integrada de Sincronismo (Riso) que abrange todas as subestações e usinas de FURNAS, sendo que o primeiro lote foi implantado e encontra-se em andamento a implantação do segundo lote.
 - Concluídas as atividades de licenciamento e atualização de softwares para o Sistema Geográfico de Informações de FURNAS (Gisfurnas) e para o Gerenciamento Integrado de Empreendimentos e Projetos (GIEP).
 - Prosseguem as atividades relacionadas à manutenção evolutiva e corretiva do Gisfurnas.
 - Em andamento o processo para a aquisição de banco de imagens georeferenciadas obtidas por meio de sensoriamento remoto.
 - Com relação ao Sistema de Detecção de Descargas Atmosféricas (Sisdat), encontra-se em andamento a instalação de dois sensores de descargas atmosféricas, um no aeródromo de Guaíra e outro na estação de microondas Roncador, todos no Estado do Paraná.
 - Prosseguem os processos de aquisição de equipamentos de informática e atualização de softwares. Em especial para a implantação do escritório de FURNAS em Porto Velho (RO).
- Justificativa do desvio entre o orçado e o realizado: a previsão para a aquisição de equipamentos gráficos não se concretizou. Esses investimentos foram suspensos tendo em vista que foram iniciados estudos visando propor alternativas para a terceirização da Gráfica. Além disso, atrasos em processos licitatórios, cujas contratações serão efetivadas em 2010, referentes à Rede Corporativa Geral, envolvendo a Aquisição de Equipamentos (*storage*) e a Aquisição de

Equipamentos para o Sistema SAP; e Rede Corporativa de Telecomunicação, envolvendo a Expansão Rede WI-FI. No caso de equipamento de informática – Administração, não houve concorrentes para o pregão e outro processo será realizado no ano de 2010.

Além dos empreendimentos constantes do PPA 2009-2012, FURNAS sagrou-se vencedora do Lote E do Leilão Aneel nº 005, realizado em novembro de 2009, referente à construção da LT Mascarenhas – Linhares, em 230 kV, circuito simples, com 99 km de extensão, e da SE Linhares, em 230/138 kV. A LT interligará as SE Mascarenhas e Linhares, ambas situadas no Estado do Espírito Santo. Este empreendimento, constante do PAC, contribuirá para melhorar o atendimento às cargas da Região Norte do Espírito Santo.

2.3.2. Empreendimentos Realizados em Articulação com Outros Agentes sob a Forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Empreendimentos de Geração

A Empresa está à frente de projetos de geração, constantes do PAC, considerados de fundamental importância para garantir o aumento da oferta de energia elétrica no País. Os valores dos investimentos referem-se aos constantes do Plano de Negócio das SPE. Os empreendimentos possuem as seguintes características:

UHE Retiro Baixo

- Parceiros: FURNAS (49%), Orteng Equipamentos e Sistemas (25,5%), Logos Engenharia (15,5%) e Arcadis Logos Energia (10%), da SPE Retiro Baixo Energética S.A.;
 - Características: 82 MW de capacidade instalada, energia assegurada de 38,5 MW Médios, com duas unidades geradoras;
 - Localização: rio Paraopeba, nos municípios de Pompeu e Curvelo, no Estado de Minas Gerais;
 - Previsão de entrada em operação: março/2010;
 - Contrato de Concessão: MME nº 007/2006;
 - Status: apresenta cerca de 99,11% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 322,0 milhões (Base: Jul/2008).
-

UHE Baguari

- Parceiros: FURNAS (30,6%) e Cemig (69,4%), na SPE UHE Baguari Energia S.A., que detém 49% de participação no empreendimento SPE Baguari Geração de Energia S.A.;
 - Características: 140 MW de capacidade instalada, energia assegurada de 80,2 MW Médios, com quatro unidades geradoras;
 - Localização: rio Doce, nos municípios de Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Alpercata e Sobrália, no Estado de Minas Gerais;
 - Entrada em operação: duas unidades em 2009 (setembro e novembro) e duas previstas para 2010;
 - Contrato de Concessão: MME nº 001/2006;
 - Status: apresenta cerca de 99% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 490,5 milhões (Base: Nov/2005).
-

UHE Serra do Facão

- Parceiros: FURNAS (100%), na SPE Serra do Facão Participações, que participa com 49,5% do acordo de acionistas com as empresas Alcoa Alumínio (35%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia (5,5%), da SPE Serra do Facão Energia S.A.;
 - Características: 213 MW de capacidade instalada, energia assegurada de 182,4 MW Médios, com duas unidades geradoras;
-

-
- Localização: rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Divinópolis, no Estado de Goiás;
 - Previsão de entrada em operação: 2010;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 129/2001;
 - Status: apresenta cerca de 93,90% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 882,2 milhões (Base: Out/2005).
-

UHE Foz do Chapecó

- Parceiros: FURNAS (49,9%) e Pentágono Trust (50,1%) na SPE Chapecoense Geração, que participa com 40% do acordo de acionistas com as empresas CPFL Geração de Energia (51%) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) (9%), da SPE Foz do Chapecó Energia S.A.;
 - Características: 855 MW de capacidade instalada, energia assegurada de 432 MW Médios, com quatro unidades geradoras;
 - Localização: rio Uruguai, nos municípios de Águas do Chapecó e Alpestre, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
 - Previsão de entrada em operação: três unidades em 2010 e uma em 2011;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 128/2001;
 - Status: apresenta cerca de 84,73% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 2.642,7 milhões (Base: Dez/2008).
-

UHE Santo Antônio

- Parceiros: FURNAS (39%), Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (20%), Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig Geração e Transmissão (10%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%), da SPE Madeira Energia S.A.;
 - Características: 3.150,4 MW de capacidade instalada, energia assegurada de 2.218 MW Médios, com 44 unidades geradoras;
 - Localização: rio Madeira, a 10 km de Porto Velho, Estado de Rondônia
 - Previsão de entrada em operação: entre 2012 e 2016;
 - Contrato de Concessão: MME nº 001/2008;
 - Status: apresenta cerca de 13,19% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 13.795,5 milhões (Base: Dez/2008).
-

Usinas Eólicas Elétricas (UEE) Aratuá 1, Miassaba 3 e Rei dos Ventos 1 e 3

- Parceiros: FURNAS (24,5%), Eletronorte (24,5%) e parceiros privados (51%), no Consórcio Brasil dos Ventos. SPE em fase de constituição;
 - Características: UEE Aratuá 1 – 14,4 MW de capacidade instalada, com 8 unidades geradoras; UEE Miassaba 3 – 50,4 MW de capacidade instalada, com 28 unidades geradoras; UEE Rei dos Ventos 1 e 3 – 48,6 MW cada, com 27 unidades geradoras cada;
 - Localização: UEE Aratuá 1 e Miassaba 3 – localizadas no município de Guamaré e UEE Rei dos Ventos 1 e 3 – localizadas no município de Jandaíra, todas no Estado do Rio Grande do Norte;
 - Previsão de entrada em operação: 2011;
 - Obtenção: Segundo Leilão de Energia de Reserva – LER 003/2009, de 14.12.2009;
 - Contrato de Concessão: não assinado;
 - Status: obras não iniciadas;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 776,6 milhões.
-

Em adição aos empreendimentos constantes do PAC, FURNAS, constituiu associação com outros agentes, sob a forma de SPE, para construção do seguinte empreendimento que encontra-se em operação desde 2006.

UHE Peixe Angical

- Parceiros: FURNAS (40%) e Energias do Brasil (60%), da SPE Enerpeixe S.A.;
 - Características: 452 MW de capacidade instalada, energia assegurada 271 MW Médios, com três unidades geradoras;
 - Localização: rio Tocantins, nos municípios Peixe e São Salvador, no Estado de Tocantins;
 - Linha de Transmissão Associada: LT 500 kV Peixe Angical – Peixe 2, com 20 km de extensão;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 130/2001;
 - Status: em operação desde 2006;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2009: R\$ 1.889,7 milhões.
-

A partir da aprovação da Lei nº 11.651, de 07.04.2008, a Eletrobras pode associar-se em consórcios ou ter participação em sociedades que se destinem à produção e transmissão de energia elétrica no exterior, em articulação com suas controladas. Nesse sentido, associou-se a FURNAS e outro parceiro privado na constituição de nova SPE, com as seguintes características:

UHE Inambari (Peru)

- Parceiros: FURNAS (19,6%), Eletrobras (29,4%) e Construtora OAS (51%), na SPE Inambari Geração de Energia S.A.;
- Características: estudos de viabilidade para implantação da Central Hidrelétrica Inambari, com capacidade instalada de 2.000 MW, e sistema de transmissão associado, que inclui a elaboração de projeto para exportação de energia elétrica para o Brasil;
- Localização: rio Inambari, província de *Madre de Dios*, Peru, a 300 km da fronteira com o Brasil;
- Status: concluídos os estudos de pré-viabilidade;
- Valor do Investimento Estimado na SPE *: R\$ 37 milhões (Base: Out/2008).

* Valor referente apenas ao desenvolvimento do estudo de viabilidade.

Empreendimentos de Transmissão

Encontram-se em fase de construção os empreendimentos de transmissão, constantes do PAC, sob a forma de SPE. Os valores dos investimentos referem-se aos definidos no Plano de Negócio dos mesmos. Possuem as seguintes características:

LT Furnas – Pimenta 2

- Parceiros: FURNAS (49%) e Cemig (51%), da SPE Companhia de Transmissão Centroeste de Minas;
 - Tensão: 345 kV;
 - Previsão de Extensão: 62,7 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 004/2005;
 - Status: Licença de Instalação emitida em 04/2009, que permitiu o início das obras civis. Apresenta cerca de 68,80% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 41,3 milhões (Base: Set/2004).
-

Conexão de Usinas de Biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) ao SIN

– ICG e IEG

- Empreendimento referente ao Lote C do Leilão Aneel nº 008, realizado em 24.11.2008;
 - Parceiros: FURNAS (49%) Delta (25,5%) e Fuad Rassi (25,5%), da SPE Transenergia Renovável S.A.;
 - Características: Sistema de transmissão localizado nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, integrará usinas de biomassa e PCH ao SIN
- Rede Básica (SIN):
- LT Chapadão – Jataí, CD, 230 kV; LT Barra dos Coqueiros – Quirinópolis, CS 230 kV; LT Palmeiras – Edéia, CS, 230 kV; SE Jataí 230 kV; SE Quirinópolis 230 kV; SE Edéia 230 kV.
- ICG:
- LT Jataí – Mineiros, CS, 138 kV; LT Mineiros – Morro Vermelho, CS, 138 kV; SE Jataí 138 kV; SE Mineiros 138 kV; SE Morro Vermelho 138 kV; SE Quirinópolis 138 kV; SE Edéia 138 kV.
- IEG:
- LT Jataí – UTE Jataí, CS, 138 kV; LT Jataí – UTE Perolândia, CS, 138 kV; LT Mineiros – UTE Água Emendada, CS, 138 kV; LT Morro Vermelho – UTE Alto Taquari, CS, 138 kV; LT Quirinópolis – UTE Quirinópolis, CS, 138 kV; LT Quirinópolis – UTE Boa Vista, CS, 138 kV; LT Edéia – UTE Tropical Bioenergia I, CS, 138 kV; LT Edéia – UTE Tropical Bioenergia II, CS, 138 kV.
- Tensão: 230 kV e 138 kV;
 - Extensão aproximada: 635 km (238 km em 230 kV e 397 km em 138 kV);
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 009, assinado até 23.04.2009;
 - Status: apresenta cerca de 6,00% da obra concluída;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 279,1 milhões (Base: Nov/2008).

Nota: ICG – instalações de transmissão de centrais de geração para conexão compartilhada.

IEG – instalações de interesse exclusivo e de caráter individual das centrais de geração.

LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP)

- Empreendimento referente ao Lote D do Leilão Aneel nº 007, realizado em 26.11.2008;
- Parceiros: FURNAS (24,5%), CTEEP (51%), CHESF (24,5%) da SPE IE Madeira – Interligação Elétrica Madeira S.A.;
- Tensão: ± 600 kV;
- Extensão aproximada: 2.375 km;
- Contrato de Concessão: Aneel nº 013, assinado em 26.02.2009;
- Status: apresenta cerca de 8,97% da obra concluída;
- Valor do investimento Estimado na SPE: R\$ 1.734,3 milhões (Base: Nov/2008).

Estação Retificadora CA/CC e Estação Inversora CC/CA

- Empreendimento referente ao Lote F do Leilão Aneel nº 007, realizado em 26.11.2008;
- Parceiros: FURNAS (24,5%), CTEEP (51%), CHESF (24,5%) da SPE IE Madeira – Interligação Elétrica Madeira S.A.;
- Características: Estações Retificadora, com 3.150 MW, na SE Coletora Porto Velho, e Inversora, com 2.950 MW, na SE Araraquara 2
- Tensão: 500/ ± 600 kV e $\pm 600/500$ kV, respectivamente;
- Contrato de Concessão: Aneel nº 015, assinado em 26.02.2009;
- Status: apresenta cerca de 8,97% da obra concluída;
- Valor do investimento Estimado na SPE: R\$ 1.240,8 milhões (Base: Nov/2008).

Em 2009, FURNAS participou de consórcios vencedores em leilões da Aneel, sob forma de SPE, referentes a empreendimentos constantes do PAC, a saber:

SE Itatiba

- Empreendimento referente ao Lote G do Leilão Aneel nº 001, realizado em 08.05.2009;
 - Parceiros: FURNAS (49%), J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (25,5%) e Delta Construções S.A (25,5%), da SPE Transenergia São Paulo S.A.;
 - Tensão: 500/138 kV;
 - Potência: 800 MVA;
 - Localização: Estado de São Paulo;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 024, assinado em 19.11.2009;
 - Status: obra em fase inicial;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 73,2 milhões (Base: Abr/2009).
-

LT 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia (Círculo 2) e Niquelândia – Barro Alto (Círculo 2)

- Empreendimento referente ao Lote K do Leilão Aneel nº 001, realizado em 08.05.2009;
 - Parceiros: FURNAS (49%), J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (25,5%) e Delta Construções S.A (25,5%), da SPE Transenergia São Paulo S.A.;
 - Tensão: 230 kV;
 - Extensão: 188 km;
 - Localização: Estado de Goiás
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 028, assinado em 19.11.2009;
 - Status: obra em fase inicial;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 70,3 milhões (Base: Abr/2009).
-

LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade, LT 230 kV Trindade – Xavantes, LT 230 kV Trindade – Carajás e SE Trindade, em 500/230 kV

- Empreendimento referente ao Lote A do Leilão Aneel nº 005, realizado em 27.11.2009;
 - Parceiros: FURNAS (49%), J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (31%) e Engevix Engenharia S.A. (20%);
 - Tensão: 500 / 230 kV;
 - Extensão: 259 km;
 - Localização: Estado de Goiás;
 - Contrato de Concessão: não assinado;
 - Status: obras não iniciadas;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 356,7 milhões (Base: Nov/2009).
-

LT 500 kV Mesquita – Viana 2, LT 345 kV Viana 2 – Viana e SE Viana 2, em 500/345 kV

- Empreendimento referente ao Lote G do Leilão Aneel nº 005, realizado em 27.11.2009;
 - Parceiros: FURNAS (49%), J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (20%) e Engevix Engenharia S.A. (31%);
 - Tensão: 500 / 345 kV;
 - Extensão: 258 km;
 - Localização: Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;
 - Contrato de Concessão: não assinado;
 - Status: obras não iniciadas;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 251,3 milhões (Base: Nov/2009).
-

Os empreendimentos em continuidade, também constantes do PAC, em operação desde 2007, apresentam as seguintes características:

LT Irapé – Araçuaí

- Parceiros: FURNAS (24,5%), Transminas (41%), Cemig (24,5%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), da SPE Companhia Transirapé de Transmissão;
 - Tensão: 230 kV;
 - Extensão: 61 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 012/2005;
 - Status: em operação desde 2007;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2009: R\$ 71,4 milhões.
-

LT Itutinga – Juiz de Fora

- Parceiros: FURNAS (25%), Transminas (41%), Cemig (24%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), da Companhia Transudeste de Transmissão;
 - Tensão: 345 kV;
 - Extensão: 144 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 005/2005;
 - Status: em operação desde 2007;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2009: R\$ 85,7 milhões.
-

Além dos empreendimentos constantes do PAC, FURNAS constituiu associação com outros agentes, sob a forma de SPE, para construção do seguinte empreendimento, em operação desde 2006.

LT Montes Claros – Irapé

- Parceiros: FURNAS (24%), Transminas (41%), Cemig (25%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), da SPE Companhia de Transleste de Transmissão;
 - Tensão: 345 kV;
 - Extensão: 139 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 009/2004;
 - Status: em operação desde 2006;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2009: R\$ 126,7 milhões.
-

2.4. Desempenho Operacional

Operação do Sistema

O ano de 2009 foi muito favorável em termos operacionais, principalmente, no aspecto hidrológico. Os reservatórios das usinas hidrelétricas se mantiveram em níveis elevados, fator de grande importância para manter o padrão de qualidade e confiabilidade na prestação de serviços de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Novas instalações e melhorias nas unidades existentes agregaram maior confiabilidade ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

As instalações de geração ficaram disponíveis em 88,1% do tempo (83,2%, se incluídas as atividades de modernização) e as de transmissão tiveram suas linhas disponíveis em 99,7%. Esses indicadores foram obtidos a partir de investimentos, principalmente, na manutenção e operação do parque gerador, com 12 usinas (próprias e em parcerias), e das instalações de transmissão, com 48 subestações e quase 20 mil km de linhas.

Na área de desenvolvimento de pessoal ressalta-se a continuidade do desenvolvimento do Simulador de Treinamento para Operadores de Centros de Operação, para criação de cenários, a partir de dados históricos de valores analógicos e digitais do sistema elétrico, processados pelo Sistema de Supervisão e Controle (SOL) de forma instantânea. Esse Sistema também tem capacidade de configurar a rede elétrica e executar programa de fluxo de potência, considerando as alterações topológicas inseridas, manualmente, pelo instrutor. O instrutor simula as manobras em equipamentos, enquanto as grandezas analógicas são recalculadas automaticamente. Os resultados são apresentados no ambiente do Sistema SOL de forma idêntica aos dados em tempo real, simulando, exatamente, o que ocorre na sala de controle.

Na área de administração de material, foram identificadas: novas alternativas para estocagem de baterias com eficácia e baixo custo; instalação de multimedidores digitais de grandezas elétricas, em substituição aos equipamentos analógicos; e elaboração de sistema de enlace satélite para as unidades móveis de telecomunicações, propiciando segurança e rapidez nas tomadas de decisão em situações de emergência.

Na área de transmissão, destacou-se a entrada em operação de novas instalações, relacionadas a seguir, que proporcionaram maior confiabilidade e melhor desempenho na operação do SIN:

- SE Iriri – energizada em outubro, resultou do seccionamento da LT 138 kV Campos – Rocha Leão 2, para assegurar maior confiabilidade ao suprimento de energia elétrica ao Norte do Estado do Rio de Janeiro e beneficiar a indústria de petróleo baseada na região;
- SE Estreito – energizada em dezembro, resultou dos seccionamentos das LT que interligavam as UHE Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho e Mascarenhas de Moraes. FURNAS é acessante da referida SE, que pertence ao Grupo Plena Transmissoras S.A. O empreendimento reforça a interligação do Sistema Norte-Sul, amplia a capacidade de escoamento da carga da UHE Tucuruí (PA) e das hidrelétricas do Médio Tocantins;
- SE Resende – energizada em abril, seccionou a LT 500 kV Adrianópolis – Cachoeira Paulista 2. O empreendimento é de propriedade do Grupo Votorantim para abastecer sua usina siderúrgica naquele município fluminense. Operada por FURNAS, será incorporada ao seu patrimônio após aprovação de condicionantes técnicas.

Na área de operação interligada e telecomando das instalações podemos destacar:

- SE Viana – transferência do banco de reatores, 345 kV, 60 MVA, da SE Vitória, que possibilitou a operação interligada da LT 345 kV Campos – Viana;
- SE Guarulhos, Itutinga e Rocha Leão – transferência dos telecomandos a partir, respectivamente, dos Centros de Operação Regionais São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro;
- Sistema Interligado – implantação de Esquemas de Controle de Emergências (ECE) envolvendo as UHE Itaipu, Tucuruí e o tronco de transmissão de 765 kV de FURNAS, que permitiu a otimização energética do SIN e aumentou, significativamente, o atendimento à Região Sul.

Manutenção das Instalações

Com objetivo de aumentar as taxas de disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, FURNAS procura aliar a experiência de seu corpo técnico à implementação de rigorosas filosofias de manutenção.

Desta forma, pratica a execução fiel do planejamento de manutenção dos equipamentos de seu parque gerador e transmissor, garantindo de forma adequada o atendimento à demanda do sistema elétrico.

Em conformidade com essas orientações, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHE Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho e Mascarenhas de Moraes.

Destacaram-se outras atividades de manutenção, a saber:

- retomada, após dois anos de paralisação, do projeto Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade (Sinocon), sob responsabilidade do ONS, que tem como objetivo a modernização dos sistemas de supervisão e controle da Empresa;
- descomissionamento e comissionamento de unidades geradoras;
- recuperação de transformadores;
- desenvolvimento e nacionalização de componentes;
- aumento da disponibilidade operacional de equipamentos, para obter soluções com menor custo, mediante aprimoramento de técnicas de inspeção, com ênfase na utilização da técnica de termografia; adoção de novos materiais e redefinição de processos, envolvendo a implantação de oficinas específicas, por exemplo, para o reparo de compressores e disjuntores e o desenvolvimento de componentes para diversos equipamentos;
- adoção de técnicas modernas e diferenciadas de manutenção em equipamentos energizados, tais como: tratamento de óleo em transformadores e manutenção em seccionadoras, sem necessidade de desligamento (situação que não há incidência de desconto referente à parcela variável);
- aquisição de sistema integrado, composto por softwares, com objetivo de iniciar os estudos em engenharia de confiabilidade de equipamentos e sistemas, para otimizar o desempenho operacional;

- aquisição de novos recursos para modernização do sistema de telefonia do Escritório Central (RJ), o que facilita a digitalização de usinas, linhas e subestações, garantindo a confiabilidade do sistema de geração e transmissão de FURNAS;
- substituição do sistema de supervisão e controle das turbinas a gás e finalização da recuperação da turbina a vapor da Unidade Geradora (UG) 1, na Usina Termelétrica (UTE) Santa Cruz;
- coordenação dos serviços que permitiram a operação das UG como compensadores síncronos, possibilitando a imediata retomada de carga, na UHE Serra da Mesa.

No que se refere às ações realizadas nas subestações, destacaram-se: revisão geral de 20 disjuntores e 12 módulos de disjuntores e modernização de 8 seccionadores; reparo de 11 transformadores de potência; e reparo/revitalização de 7 reatores.

Cabe registrar ainda:

- aquisição, comissionamento e distribuição de 120 rádios portáteis de VHF, para utilização em manutenção de linhas de transmissão;
- aquisição e instalação de aparelhos telefônicos para redundância das centrais dos Centros de Operação;
- acompanhamento da instalação e comissionamento dos equipamentos de sincronismo do projeto Rede Integrada de Sincronismo (Riso) e dos novos equipamentos de supervisão de infraestrutura;
- aquisição e habilitação de aparelhos de telefonia via satélite para uso em emergências de linhas.

Comercialização de Energia Elétrica

A comercialização de energia elétrica é realizada, no Brasil, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.848, de 15.03.2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30.07.2004. O mercado é organizado segundo dois ambientes instituídos para celebração de contratos de compra e venda de energia:

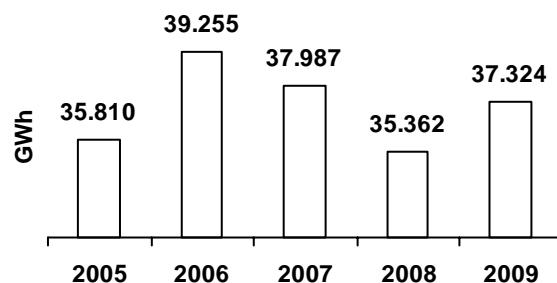
- Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam Agentes de Geração e de Distribuição de Energia;
- Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam Agentes de Geração, Comercializadores e Consumidores Livres.

No ACR, a comercialização de energia se realiza por meio de leilões públicos, regulados pela Aneel, que podem ser conduzidos diretamente pela Agência ou por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Desses leilões resultam contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (Cclear), celebrados entre cada agente de geração vendedor (concessionárias de serviço público ou produtores independentes) e todos os compradores (distribuidores de energia) participantes dos leilões. Nesse ambiente, FURNAS participa de leilões, sejam estes destinados à venda de energia existente (energia de usinas já implantadas) ou à licitação de novos empreendimentos de geração.

No ACL há livre negociação entre os produtores independentes, comercializadores e consumidores livres. Já para os concessionários de serviço público, sob controle federal, como é o caso de FURNAS, existe a exigência legal de leilão ou chamada pública para compra e venda de energia. Nesse Ambiente os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

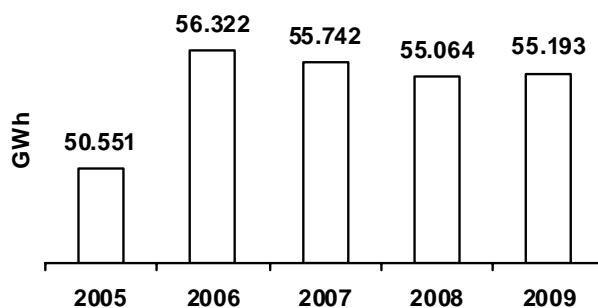
Os recursos disponíveis de energia para venda são compostos pela energia de usinas próprias de FURNAS e pela compra de energia das empresas CPFL Geração, Proman, EPE – Pantanal Energia (considerada indisponível a partir de novembro de 2009, por determinação do Despacho Aneel nº 4.332), Cien e Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear). No caso da Cien, embora o contrato de compra de energia continue em vigor, o Despacho Aneel nº 4.843, de 30.12.2009, aprovou a redução dos montantes de energia e potência associada dos Ccear, em razão da extinção da energia dessa empresa no lastro de FURNAS. No caso da Eletronuclear, tal compra, homologada por meio da Resolução Aneel nº 252/2005, está vinculada ao cumprimento dos Decretos nº 2.655/1998 e nº 4.550/2002 e da Portaria nº 320/2004, do MME.

Evolução da Geração Própria de Energia de FURNAS



Nota: Informações que consideram, apenas, a parcela de energia de propriedade de FURNAS referente às UHE Serra da Mesa (48,46%), Manso (70%) e Baguari (15%). No caso da UHE Peixe Angical, embora FURNAS detenha 40% da propriedade da instalação, a energia gerada pertence, integralmente, à SPE Enerpeixe S.A.

Energia Elétrica Comercializada por FURNAS



Comercialização da Transmissão

A comercialização dos serviços de transmissão é realizada segundo duas modalidades, a saber: no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (extra-concessão).

Ambiente de Concessão de Serviço Público

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão pela disponibilização das instalações de transmissão.

- **Rede Básica de Transmissão**

As instalações de transmissão, classificadas pela Aneel como integrantes da Rede Básica (RB), são disponibilizadas ao ONS mediante recebimento da correspondente Receita Anual Permitida (RAP), conforme registrado no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST). A RAP é atualizada, anualmente, por meio de resolução homologatória específica emitida pela Aneel, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e, também, pela incorporação de novas instalações.

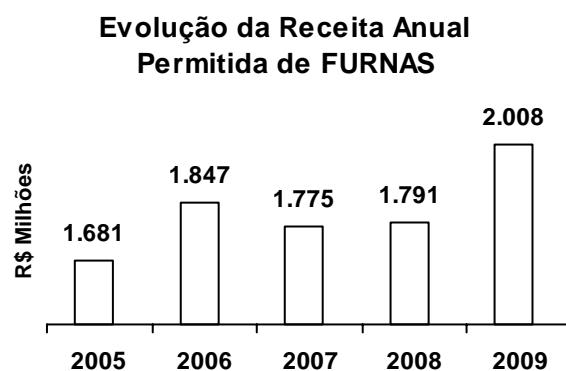
Para as novas instalações de transmissão autorizadas pela Aneel, a partir de 31.05.2000, ocorre, a cada quatro anos, um processo de revisão tarifária para a correspondente parcela da RAP.

O primeiro processo de revisão tarifária, que deveria ter ocorrido em 2005, foi realizado em 2007 e reduziu a RAP de FURNAS no ciclo 2007-2008, retroagindo aos ciclos 2005-2006 e 2006-2007. Em consequência, a partir do segundo semestre de 2007, além da redução da RAP do próprio ciclo, vem sendo descontada parcela de ajuste referente aos valores recebidos a mais nos dois ciclos anteriores. O segundo processo de revisão tarifária, que deveria ter ocorrido em julho de 2009, foi adiado para 2010.

No ano de 2009, a receita da transmissão de FURNAS recebeu acréscimos decorrentes, principalmente, da entrada em operação comercial das seguintes instalações de transmissão da RB:

- SE Estreito: seccionamento da LT 345 kV Furnas – Luiz Carlos Barreto de Carvalho;
- SE Campinas: instalação de banco de autotransformadores de 150 MVA, 345/138/13,8 kV;
- SE Iriri: seccionamento da LT 138 kV Campos – Rocha Leão 2.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da RAP nos últimos cinco anos para as instalações de transmissão da Rede Básica.



- **Instalações de Transmissão Fora da Rede Básica**

As demais instalações de transmissão, não integrantes da RB, são disponibilizadas diretamente aos acessantes interessados mediante recebimento da correspondente RAP, denominada especificamente “encargo de conexão”, conforme registro em Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

De acordo com a regulamentação, os CCT são diretamente negociados com os consumidores livres, agentes de geração e agentes de importação e/ou exportação de energia. No caso de agentes de distribuição, os “encargos de conexão” são definidos e atualizados, anualmente, por meio de resolução homologatória específica da Aneel, com base na variação do IGP-M.

- Compartilhamento de Instalações

Na concessão de serviço público de transmissão existe, ainda, a obrigação de compartilhamento com outros concessionários, de instalações e infraestruturas, fazendo jus a correspondente receita, mediante, conforme o caso, Contrato de Compartilhamento de Instalações (CCI) ou Contrato de Compartilhamento de Faixa de Passagem (CCFP).

A evolução das receitas auferidas, decorrentes desses contratos, é apresentada a seguir:

Natureza do Contrato	2005	2006	2007	2008	R\$ Mil 2009
Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) *	11.352	13.180	14.221	14.784	15.842
Compartilhamento de Instalações (CCI)	2.633	2.031	2.284	6.582	4.543
Compartilhamento de Faixa de Passagem (CCFP)	155	-	-	-	-
Total	14.140	15.211	16.505	21.366	20.385

* Inclui somente os contratos CCT não regulados pela Aneel, negociados diretamente com os acessantes.

Ambiente Extra-Concessão

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de “outras receitas” que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Incluem-se, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM), os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM) e ainda os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCIF), sendo estes com agentes externos ao Setor Elétrico.

A evolução das receitas auferidas, decorrentes desses contratos, é apresentada a seguir:

Natureza do Contrato	2005	2006	2007	2008	R\$ Mil 2009
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM)	2.717	1.563	1.684	2.461	2.880
Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.177	1.036	1.163	1.201	1.291
Compartilhamento de Infraestrutura (CCIF)	-	2.000	1.700	-	59
Total	3.894	4.599	4.547	3.662	4.230

Comercialização de Serviços de Apoio Técnico, Operacional e Administrativo

Em 2009, FURNAS prestou serviços técnicos e gerenciais, na área de geração e transmissão, para empresas tanto públicas quanto da iniciativa privada, nacionais e internacionais, e serviços de engenharia do proprietário para as SPE. Nesse período, foram emitidas 47 propostas.

Principais Atividades Desenvolvidas

Cliente	Atividade
Repúlicas de Angola e Namíbia	Estudos de viabilidade técnica e econômica da UHE Baynes, 360 MW, no rio Cunene, fronteira de Angola e Namíbia, na África
Enerpeixe S.A.	<p>Para a UHE Peixe Angical:</p> <ul style="list-style-type: none"> – elaboração e fornecimento do Manual de Operação; – operação e manutenção da UHE, subestação e transmissão associadas; – auscultação da barragem.
Cachoeira Paulista Transmissão e Energia S.A.	Serviços de operação e manutenção da LT 500 kV Cachoeira Paulista – Tijuco Preto, circuito simples, com 180 km
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	<p>Para a LT 345 kV Furnas – Pimenta 2, circuito simples, com 75 km:</p> <ul style="list-style-type: none"> – serviços de apoio técnico-administrativo às atividades em desenvolvimento; – gerenciamento ambiental e técnico da implantação e controle de qualidade.
Operador Nacional do Sistema Elétrico	Desenvolvimento de programas e procedimentos associados à evolução tecnológica de recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i>
Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.	Instalação de esferas de sinalização, nas diversas linhas de transmissão de FURNAS, em vãos de travessias sobre dutos da Transpetro
Serra do Facão Energia S.A.	<p>Para a UHE Serra do Facão:</p> <ul style="list-style-type: none"> – serviços de Engenharia do Proprietário, relativos a implantação da UHE, subestação e transmissão associadas e obras civis na área do reservatório; – reestudo do remanso no reservatório.
Foz do Chapecó Energia S.A.	Serviços de Engenharia do Proprietário, relativos a implantação da UHE, subestação e transmissão associadas
Votorantim Metais – Unidade de Aço (Siderúrgica Barra Mansa)	Seccionamento da LT 500 kV Adrianópolis – Cachoeira Paulista
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica (TKCSA)	Conexão de unidade industrial à Rede Básica
Telvent do Brasil S.A.	Ensaios de modelo para avaliação do desempenho do sistema de proteção, LT 500 kV Marabá – Itacaiúnas
Foz do Rio Claro Energia S.A.	<p>Para a UHE Foz do Rio Claro:</p> <ul style="list-style-type: none"> – serviços de Engenharia do Proprietário para implantação do empreendimento; – estudos hidráulicos desenvolvidos por meio de modelo reduzido.
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Ressarcimento de custos incorridos por FURNAS nas relocações a serem implantadas pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, destinadas à eliminação das interferências entre o reservatório da UHE Mauá e os circuitos 1 e 2 da LT 750 kV Itaberá – Ivaiporã e o bipolo 1 da LT 600 kV – CC Foz do Iguaçu – Ibiúna
Consórcio UHE Baguari	Cotação de ensaios de modelo para avaliação do desempenho do sistema de proteção, 230 kV, das LT que interligam a UHE Baguari ao SIN, composto por relés que utilizam o Simulador de Sistemas Elétricos
Siemens Ltda.	Ensaios de modelo para avaliação do desempenho do conjunto sincronizador e disjuntor, em manobras de energização, utilizando o Simulador Digital

Cliente	Atividade
Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)	Serviços de consultoria relacionados à gestão ambiental e relativos aos serviços de fornecimentos necessários à implantação da UHE Santo Antônio
Transenergia Renovável S.A.	Serviços de Engenharia do Proprietário do Projeto Básico e dos contratos de compartilhamento – Fase 1
Clientes Diversos	Serviços na área de tecnologia do concreto e mecânica dos solos; Treinamentos na área de apoio e controle da qualidade e serviços no Simulador de Sistemas Elétricos.

Evolução das Instalações Elétricas em Operação

Usinas Geradoras – Capacidade Instalada, Propriedade e Energia Assegurada

Os montantes de energia assegurada, de cada usina operada por FURNAS, correspondem às quantidades máximas de energia e potência elétricas associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

A revisão desses montantes é realizada quando o MME, mediante critérios de garantia de suprimento de déficit máximo de 5%, define a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração.

Usina	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)						
			2005	2006	2007	2008	2009		
Hidrelétrica									
Propriedade Integral									
Itumbiara	2.082	100,00	1.015	1.015	1.015	1.015	1.015		
Marimbondo	1.440	100,00	726	726	726	726	726		
Furnas *	1.216	100,00	598	598	598	598	598		
Luiz Carlos Barreto de Carvalho *	1.050	100,00	495	495	495	495	495		
Marechal Mascarenhas de Moraes *	476	100,00	295	295	295	295	295		
Corumbá 1	375	100,00	209	209	209	209	209		
Porto Colômbia	320	100,00	185	185	185	185	185		
Funil	216	100,00	121	121	121	121	121		
Propriedade Compartilhada									
Em Parceria									
Serra da Mesa	1.275	48,46	671	671	671	671	671		
Manso	212	70,00	92	92	92	92	92		
Sociedade de Propósito Específico									
Peixe Angical	452	40,00	-	63	271	271	271		
Baguari	140	15,00	-	-	-	-	80		

Usina	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)						
			2005	2006	2007	2008	2009		
Térmica									
Propriedade Integral									
Santa Cruz **	932	100,00	547	496	496	496	496		
Roberto Silveira (Campos)	30	100,00	21	21	21	21	21		
São Gonçalo (Fora de Operação)	-	100,00	-	-	-	-	-		

* Em processo de modernização.

** Acréscimo de 166 MW em relação a 2008, em função da incorporação da potência da segunda unidade a gás.

Nota: Parceiros de FURNAS na propriedade das instalações:

UHE Serra da Mesa: CPFL Geração de Energia S.A. (51,54%).

UHE Manso: Produtores Energéticos de Manso S.A. – Proman (30%).

UHE Peixe Angical: EDP Energias do Brasil – EDP Brasil (60%), na SPE Enerpeixe S.A.

UHE Baguari: Neoenergia (51%) e Cemig (34%), na SPE Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.

Subestações – Tensão e Capacidade de Transformação

Em 2009, ocorreram variações da capacidade de transformação instalada (MVA) das subestações de FURNAS para as tensões \leq 230 e 345 kV.

Tensão (kV)	MVA				
	2005	2006	2007	2008	2009
\leq 230	4.048	5.213	5.095	5.095	5.181
345	25.021	25.246	24.985	24.985	25.260
500	44.888	47.598	47.421	47.421	47.421
750	23.050	23.050	24.150	24.150	24.150
Total	97.007	101.107	101.651	101.651	102.012

A extensão das LT em operação, próprias e construídas em associação com outras empresas, sob a forma de SPE, é informada em rubricas separadas, como se segue.

Propriedade Integral

Em 2009, a extensão de linhas de transmissão de propriedade exclusiva de FURNAS passou a ser de 19.256 km, conforme mostrado na tabela a seguir. O decréscimo verificado deve-se à redução de 31 km, em função da desativação da LT 13,8 kV Luiz Carlos Barreto de Carvalho – Mascarenhas de Moraes e ao acréscimo de 9 km referente à energização das LT Luiz Carlos Barreto de Carvalho – Estreito, circuito 2 (5 km), e Furnas – Estreito (4 km).

Tensão (kV)	km				
	2005	2006	2007	2008	2009
\leq 230	4.349	4.349	4.349	4.349	4.318
345	6.069	6.070	6.070	6.070	6.079
500	4.549	4.549	4.549	4.549	4.549
\pm 600 (CC)	1.612	1.612	1.612	1.612	1.612
750	2.698	2.698	2.698	2.698	2.698
Total	19.277	19.278	19.278	19.278	19.256

Propriedade Compartilhada – Sociedades de Propósito Específico (SPE)

Desde 2008 não houve acréscimo de linhas de transmissão de propriedade compartilhada.

Linha de Transmissão	Tensão (kV)	Total (km)	Participação de FURNAS (%)	Entrada em Operação (Ano)
Irapé – Araçuaí **	230	61*	24,5	2007
Itutinga – Juiz de Fora **	345	144*	25	2007
Montes Claros – Irapé	345	139*	24	2006
Peixe Angical – Peixe 2 ***	500	20	40	2006

* km efetivos de extensão que, após a construção do empreendimento, apresentaram pequenas diferenças em relação à previsão constante do contrato de concessão da Aneel.

** LT constantes do PAC, do Governo Federal.

*** LT Peixe Angical – Gurupi foi seccionada em 2008. Esse seccionamento deu origem às LT Peixe Angical – Peixe 2, com 20 km de extensão, de propriedade da SPE Enerpeixe S.A., e Peixe 2 – Gurupi, com 72 km, de propriedade da empresa Integração Transmissora de Energia S.A. (Intesa).

Nota: Parceiros de FURNAS na propriedade das instalações:

LT Irapé – Araçuaí: Alusa (41%), Cemig (24,5%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), na SPE Companhia Transirapé de Transmissão.

LT Itutinga – Juiz de Fora: Alusa (41%), Cemig (24%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), na SPE Companhia Transudeste de Transmissão.

LT Montes Claros – Irapé: Companhia Técnica de Engenharia Elétrica – Alusa (41%), Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (25%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), na SPE Companhia Transleste de Transmissão.

LT Peixe Angical – Peixe 2: EDP Energias do Brasil (60%), na SPE Enerpeixe S.A.

Supervisão e Controle de Usinas Geradoras e Subestações

Desde 1997, FURNAS vem implantando Sistemas Digitais de Supervisão e Controle em todos os novos empreendimentos de geração e transmissão, seja em novas instalações, seja na ampliação de instalações existentes.

No ano de 2009, a Empresa colocou em operação três novas subestações – Iriri, Estreito e Resende (de propriedade do Grupo Votorantim) – além de várias ampliações em diversas SE existentes. Some-se a esses empreendimentos a continuidade dos projetos das LT Campos – Macaé 3 e Furnas – Pimenta 2. Também foram iniciados vários empreendimentos onde FURNAS, além de acionista, exerce a função de engenharia do proprietário, entre eles as UHE Serra do Facão, Foz de Chapecó, Santo Antônio.

Adicionalmente, encontra-se em andamento o projeto de modernização do sistema Sindac de supervisão e controle do elo de corrente contínua entre as SE Foz do Iguaçu e Ibiúna.

Sistema de Transmissão de Telecomunicações

O Sistema de Transmissão de Telecomunicações, formado por subsistemas rádio e óptico, possui 6.192 km de rotas digitais, que atendem a 84% do total das unidades operadas por FURNAS – subestações e usinas próprias, em parceria ou sob a forma de SPE, e o Centro de Operação, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro. Cinco por cento são atendidas por sistemas analógicos próprios e 11% por terceiros.

Em 2009, entraram em operação 941 km de sistemas ópticos referentes a cabos OPGW instalados nas linhas de transmissão do tronco para o Norte Fluminense e Espírito Santo e nas linhas de transmissão de Goiás e Mato Grosso. Assim, o Sistema de Transmissão de Telecomunicações passou a ter 9.416 km de extensão.

2.4.1. Programação Orçamentária

Informamos que a Portaria TCU nº 389, de 21.12.2009, não se aplica a FURNAS que, como Sociedade Anônima, é regida pela Lei 6.404/1976 e seus complementos, e segue o PDG aprovado, anualmente, por Decreto.

Demonstrativo de Fontes e Usos dos Recursos – 2009

O Demonstrativo de Fontes e Usos dos Recursos de FURNAS foi aprovado pelo Decreto nº 7.035 de 16.12.2009.

PDG 2009	Realizado (A)	R\$ Milhões	
		Decreto nº 7.035 (B)	Utilização (%) (A/B)*100
Recursos Totais	7.936	8.895	89,2
Receitas	7.266	7.180	101,2
Operacional	6.959	6.499	107,1
Não Operacional	307	681	45,1
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	-	-	-
Retorno Financiamento de Longo Prazo	228	289	78,9
Recursos de Financiamentos de Longo Prazo	200	770	26,0
Operações Internas – Moeda	200	670	29,9
Operações Internas – Bens e Serviços	-	-	-
Operações Externas – Moeda	0	100	0,0
Operações Externas – Bens e Serviços	-	-	-
Outras Fontes	-	-	-
Outras Fontes	243	656	37,0
Dispêndios Totais	7.892	8.473	93,1
Dispêndios de Capital	2.002	2.549	78,5
Investimento	1.433	1.600	89,6
Inversões Financeiras	206	437	47,1
Amortização de Principal	363	433	83,8
Operações Internas	0	213	0,0
Operações Externas	0	220	0,0
Outras Fontes	363	0	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Dividendos	0	79	0,0
Dispêndios Correntes	5.890	5.924	99,4
Pessoal e Encargos Sociais	959	764	125,5
Serviços de Terceiros	418	462	90,5
Utilidades e Serviços	23	27	85,2
Materiais e Produtos	2.835	2.791	101,6
Tributos e Encargos Parafiscais	730	981	74,4
Juros e Outros	209	312	67,0
Operações Internas	70	177	39,5
Operações Externas	-	-	-
Outras Fontes	139	135	103,0
Outros Dispêndios Correntes	716	587	122,0
Variação de Empréstimo Curto Prazo (IF)	-	-	-
Variação de Capital de Giro	266	(29)	(917,2)
Ajuste Receitas e Despesas Financeiras	(378)	(27)	1.400,0
Variação do Disponível	68	(367)	(18,5)
Total Líquido de Recursos	7.892	8.473	93,1

Compromissos de Longo Prazo

Investimento Plurianual

Descrição	Programa	Valor Orçado Anual				Total
		2010	2011	2012	2013	
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	-	-	-	-	-
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	-	-	-	-	-
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	13,9	27,5	37,9	45,0	124,3
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	25,6	32,4	47,1	49,2	154,3
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	48,0	39,7	63,5	48,3	199,5
Sistema Transmissão Itaipu (PR) - São Paulo (SP)	4IT	0,1	39,3	8,0	0,1	47,5
Sist. Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2	5BD	52,0	37,2	0,6	0,2	90,0
Implantação UHE Batalha	5BT	190,1	165,6	60,3	13,5	429,5
Implantação do Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	0	0	0	0	0
Modernização da UHE Funil (216 MW)	5FL	0,1	0	28,1	33,8	62,0
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	16,8	24,2	11,2	18,6	70,8
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	45,6	46,8	17,2	9,3	118,9
Implantação de Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	6,1	1,2	0,2	0,2	7,7
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	26,5	70,2	38,7	11,9	147,3
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	0	0	0	0	0
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0,1	0,1	73,6	45,5	119,3
Preservação e Conservação Ambiental	5PA	12,6	27,0	29,0	27,2	95,8
Modernização da UHE Porto Colômbia (320 MW)	5PC	0,1	0	29,9	51,0	81,0
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	51,2	87,7	91,4	90,6	320,9
Implantação do Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	5SC	1,4	1,5	13,1	4,9	20,9
Implantação do Ciclo Combinado UTE São Gonçalo	5SG	0	0	0	0	0
Implantação UHE Simplício	5SI	384,4	420,5	58,7	33,8	897,4
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	117,8	173,1	180,2	176,6	647,7
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	61,4	67,5	31,9	54,6	215,4
Implantação do Sistema de Transmissão Tijucó Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	31,2	26,3	6,5	7,5	71,5
Implantação do sistema de Transmissão Mascarenhas - Linhares	5ML	0	56,9	5,2	1,0	63,1
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	36,9	168,3	85,3	85,0	375,5
Total		1.121,9	1.513,0	917,6	807,8	4.360,3

2.4.2. Execução Orçamentária

Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Programas de Investimento

Descrição	Programa	Realizado 2009	Limite da Lei nº 12.180/2009	R\$ Mil
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	355	901	546
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	83	112	29
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	7.381	12.984	5.603
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	18.565	29.050	10.485
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	53.225	71.235	18.010
Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP)	4IT	0	100	100
Sistema de Transmissão Bom Despacho – Ouro Preto	5BD	10.373	13.569	3.196
Implantação UHE Batalha	5BT	213.000	230.666	17.666
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	9.413	12.737	3.324
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	101.932	102.765	833
Implantação do Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos 3	5MC	35.930	38.112	2.182
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	39.765	41.539	1.774
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	787	800	13
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	100	100
Preservação e Conservação Ambiental	5PA	16.577	16.936	359
Reforços no Sistema de Transmissão RJ e ES	5RE	81.794	87.800	6.006
Implantação Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	5SC	2	100	98
Implantação UHE Simplício	5SI	609.639	660.325	50.687
Reforços no Sistema de Transmissão SP e MG	5SP	95.139	115.509	20.370
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	86.579	101.346	14.767
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	15.147	20.366	5.219
Reforços no Sistema de Transmissão GO, MT e DF	6GO	37.573	43.001	5.428
Total		1.433.258	1.600.052	166.794

Investimento Realizado por Programa nos Últimos Três Anos

Descrição	Programa	Valor Realizado			R\$ Mil
		2007	2008	2009	
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	8.582	2.914	355	11.851
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	400	853	83	1.336
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	5.284	5.420	7.381	18.085
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	12.254	19.972	18.565	50.791
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	26.041	36.533	53.225	115.799
Sistema Transmissão Itaipu (PR) – São Paulo (SP)	4IT	0	0	0	0
Implantação UHE Batalha	5BT	18.396	95.855	213.000	327.251

Descrição	Programa	Valor Realizado			
		2007	2008	2009	Total
Implantação do Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	0	0	0	0
Modernização UHE Funil – 216MW	5FL	0	0	0	0
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	16.314	11.836	9.413	37.563
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	92.177	73.244	101.932	267.353
Implantação de Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	6.564	5.659	35.930	48.153
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	45.294	61.390	39.765	146.449
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	9.594	10.909	787	21.290
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	0	0	0
Preservação e Conservação Ambiental (Instalações em Operação)	5PA	20.211	17.864	16.577	54.652
Modernização da UHE Porto Colômbia (320 MW)	5PC	0	0	0	0
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	52.772	61.504	81.794	196.070
Implantação do Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz	5SC	14.769	2.851	2	17.622
Implantação do Ciclo Combinado na UTE São Gonçalo	5SG	0	0	0	0
Implantação UHE Simplício	5SI	265.284	491.169	609.639	1.366.092
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	28.413	81.787	95.139	205.339
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	82.599	68.651	86.579	237.829
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	35.341	14.503	15.147	64.991
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	82.250	24.301	37.573	144.124
Total		822.539	1.087.215	1.433.258	3.343.012

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	R\$ Mil		
	2007	2008	Ano
			2009
1. Passagens	11.136	12.562	12.312
2. Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	2.744	3.484	3.150
3. Serviços Terceirizados			
3.1. Publicidade	20.186	21.469	17.693
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	23.337	26.529	28.903
3.3. Tecnologia da Informação	3.060	3.651	6.321
3.4. Outras Terceirizações	421.281	452.140	458.059
4. Cartão de Pagamento do Governo Federal	0	0	0
5. Suprimento de Fundos	0	0	0
Total	481.744	519.835	526.438

2.4.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada

Informações constantes do subitem 2.3.1.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Com o advento das Leis nº 11.638, de 28.12.2007, e nº 11.941, de 27.05.2009, houve alteração na Lei nº 6.404/1976, causando reflexos significativos na apresentação das Demonstrações Contábeis, a partir do exercício de 2007.

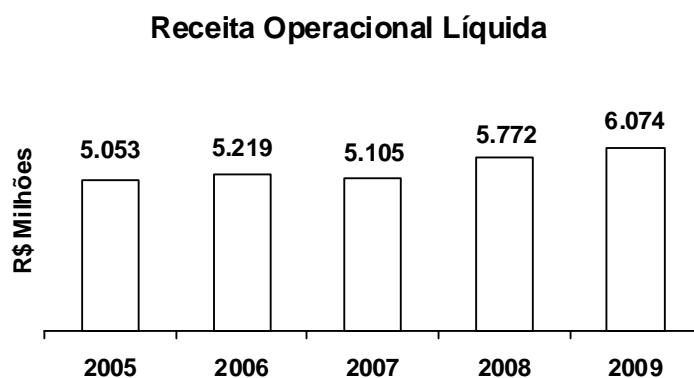
Os indicadores apresentados, a seguir, refletem a evolução do desempenho corporativo, no período 2005-2009.

Indicadores de Resultado e Econômico-Financeiros

As alterações contínuas ora processadas, com a emissão de novas regras por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), visam à convergência das normas do Brasil para as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*). Por consequência, a Empresa tem realizado avaliação de riscos mais detalhada de suas contas, o que acarretou prejuízo em 2009.

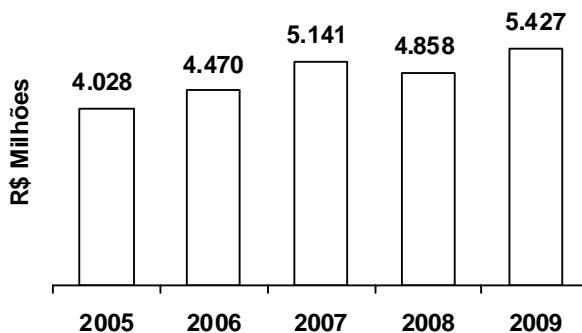


A receita operacional líquida, em 2009, foi 5% superior à do exercício anterior, resultado do incremento de novas receitas geradas pelos empreendimentos de transmissão e pelos reajustes contratuais ocorridos no exercício.



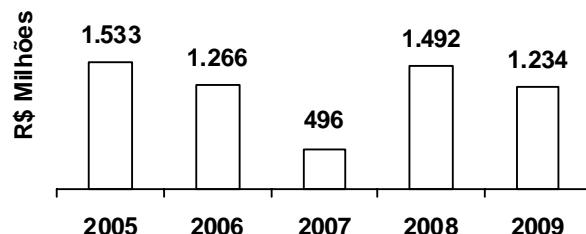
O aumento de 11,7% nos custos e despesas operacionais, em 2009, é consequência da constituição de provisões de riscos, decorrente do processo mais rígido de avaliação de suas contas.

Custos e Despesas Operacionais



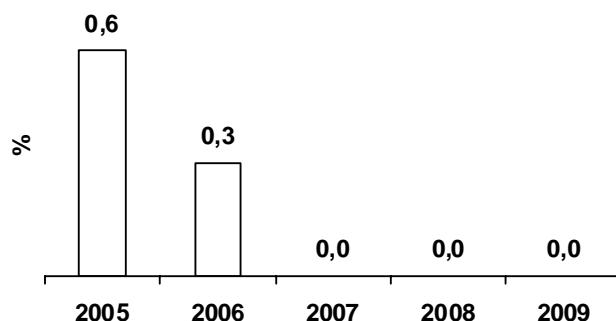
O EBITDA de 2009, apesar da redução em função de novas provisões de riscos, manteve-se compatível com os verificados nos exercícios anteriores, com exceção do exercício de 2007, que refletiu os efeitos da Revisão Tarifária Periódica bem como pela baixa e constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber.

Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)



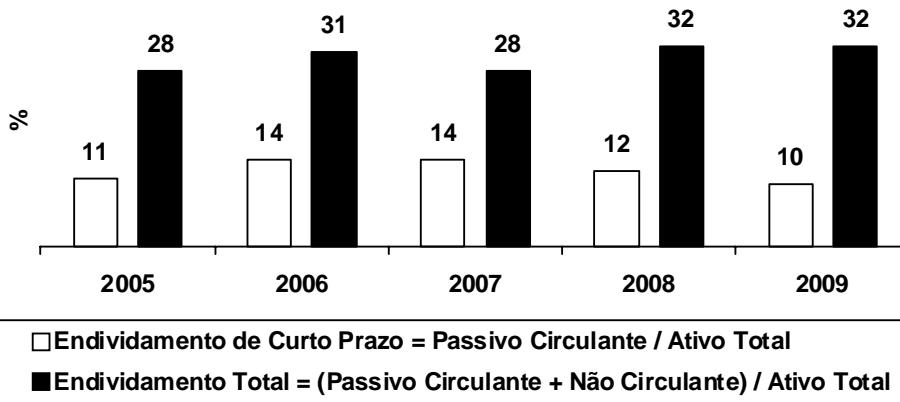
A inadimplência vem se mantendo em patamares muito baixos, praticamente zero, nos últimos três anos, em função de práticas de gestão e controle eficazes.

Inadimplência sobre Receita Bruta



Os níveis reduzidos dos endividamentos de curto prazo e de longo prazo traduzem-se em oportunidades de alavancagem adicional da Empresa para fazer frente a eventuais necessidades do seu programa de investimento.

Endividamentos de Curto Prazo e Total



Indicadores Constantes do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE)

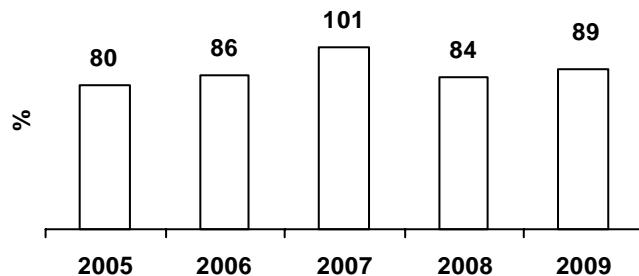
Com o objetivo de fortalecer e visando à transformação empresarial pretendida e delineada pelo Governo Federal, em 2009 foi celebrado contrato entre a Eletrobras e suas Controladas visando ações para o cumprimento de metas de desempenho para estimular a melhoria financeira, operacional e estratégica das empresas.

Dessa forma, demonstramos a evolução desses indicadores nos últimos cinco anos, para que, a partir de 2010, sirvam de parâmetro de avaliação para o cumprimento de metas de desempenho.

Custos e Despesas Operacionais / Receita Operacional Líquida (ROL)

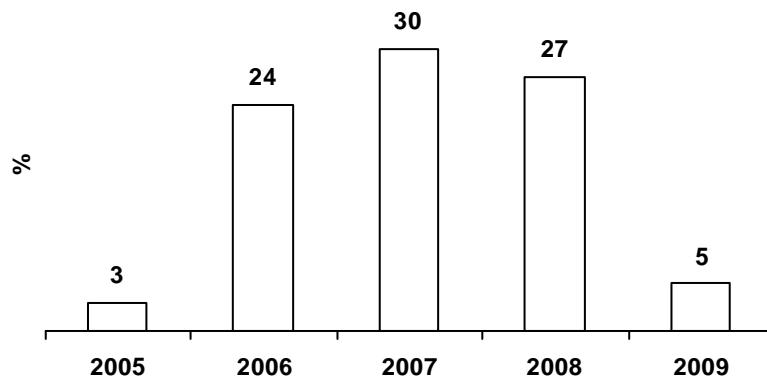
Meta: estimular redução de gastos

Custos e Despesas Operacionais / Receita Operacional Líquida



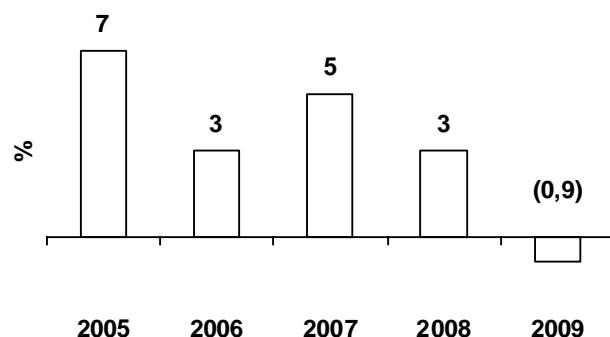
Financiamentos e Empréstimos de Curto e Longo Prazo (Serviço da Dívida) / EBITDA
Meta: manter o serviço da dívida nos níveis projetados

Serviço da Dívida / EBITDA



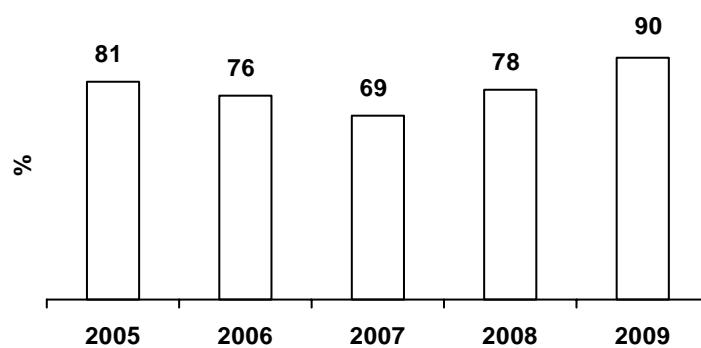
Resultado do Exercício / Patrimônio Líquido
Meta: aumentar a rentabilidade sobre o patrimônio líquido

Rentabilidade do Período

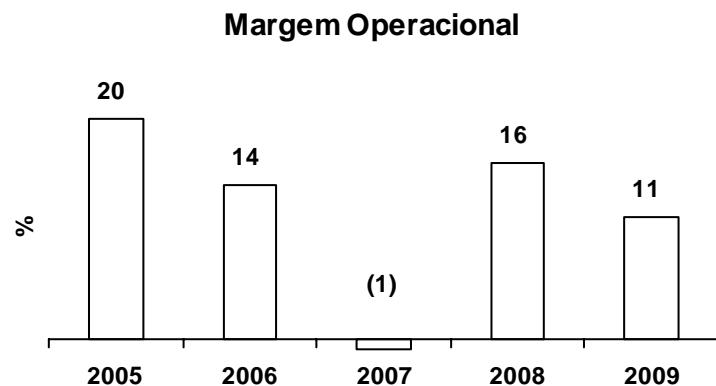


Investimento Realizado / Investimento Aprovado pelas Leis Orçamentárias
Meta: aumentar o nível histórico de realização de investimentos

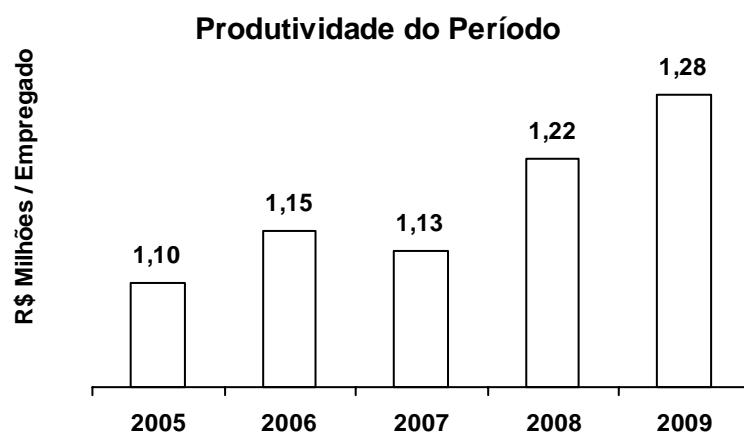
Realização de Investimentos



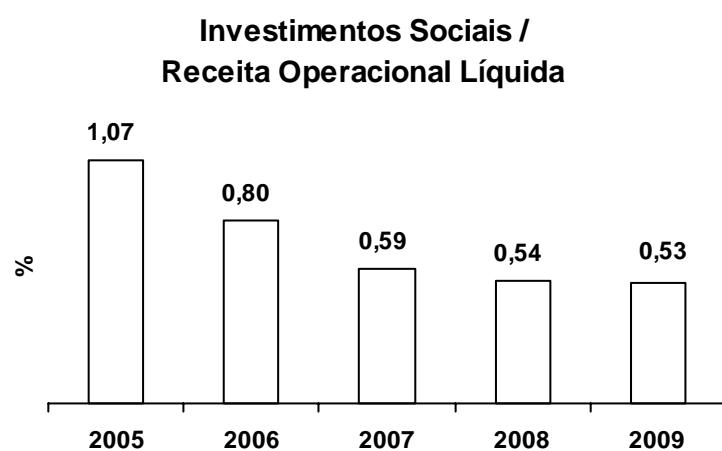
Resultado Operacional / Receita Operacional Líquida (ROL)
Meta: aumentar o nível da margem operacional



Receita Operacional Líquida (ROL) / Número de Empregados
Meta: aumentar os níveis de produtividade

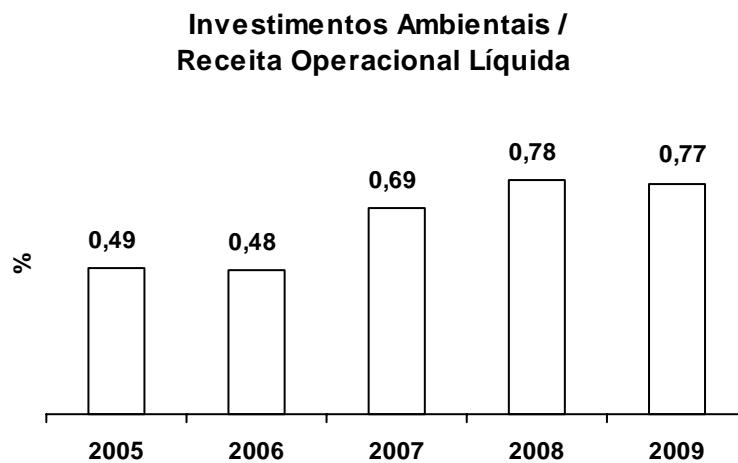


Investimentos Sociais / Receita Operacional Líquida (ROL)
Meta: manter um nível mínimo de investimentos sociais em relação à ROL



Investimentos Ambientais / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: manter um nível mínimo de investimentos ambientais em relação à ROL



3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Informações fornecidas pela Área de Gestão de Pessoas.

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Posição em 31.12.2009

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Celetistas	4.758	5.135	*
Terceirizados **	1.676	1.676	0
Estagiários	598	740	
Total	7.032	7.551	

* Vide Análise Crítica – Adequação Quantitativa e Qualitativa dos Quadros à Missão Organizacional.

** Inclui área-fim, apoio administrativo e fundamental.

Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

R\$ Mil						
Quadro Próprio						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Celetistas (Inclusive os Cedidos, com Ônus)						
2007	4.534	249.733	-	18.617	49.629	14.934
2008	4.724	278.204	-	21.188	66.523	6.218
2009	4.758	335.599	-	25.180	66.024	3.795

Quadro Terceirizado

Ano	Conservação e Vigilância	Quantidade		Custo* (R\$ Mil)	Estagiário	
		Apoio Administrativo	Atividades de Área-fim		Quantidade	Custo (R\$ Mil)
2007	-	869	988	148.543	694	6.450
2008	-	788	935	182.453	632	7.460
2009	-	748	928	183.731	598	8.309

* Inclui a soma dos custos dos terceirizados.

Contratos de Terceirização

Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim

Nat.	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
			Início	Fim	Médio	Superior	AT *	EF	
O	15.326	48.785.828/0001-29	08/10/2004	31/01/2010	37	90	37	90	A
O	15.327	45.022.415/0001-02	08/10/2004	31/01/2010	45	53	45	53	A
O	15.328	45.022.415/0001-02	08/10/2004	31/01/2010	89	68	89	68	A
O	15.352	45.022.415/0001-02	01/11/2004	31/01/2010	65	84	65	84	A
O	15.355	45.022.415/0001-02	21/11/2004	31/01/2010	156	60	156	60	A
O	15.356	45.022.415/0001-02	21/11/2004	31/01/2010	125	15	125	15	A

* Informação não disponível.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

• Absenteísmo (não ocupacional)

Ocorrência em 2009: 4.935.

Metas e Ações para Melhorar o Absenteísmo em 2010

Meta

Melhorar em 5% os indicadores de saúde do trabalhador (parâmetros: exames médicos periódicos e adesão às ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT).

Ações

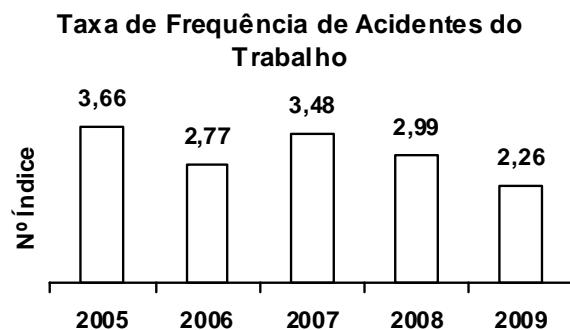
- implementar programa de combate ao sedentarismo;
- revitalizar o projeto Pesando FURNAS;
- exigir Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) para colaboradores (força de trabalho) como requisito para licença do Credenciamento para Atividades de Risco (CAR);
- desenvolver ações preventivas envolvendo familiares;
- realizar caminhadas;
- identificar e mapear por meio de anamnese para segmentar e gerenciar os riscos não ocupacionais;
- implantar atividades alternativas de relaxamento.

- **Acidentes do Trabalho**

Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho, nos últimos cinco anos.

Este indicador é obtido relacionando o nº de acidentes com afastamento para milhão de horas-humanas em exposição à situação de risco.

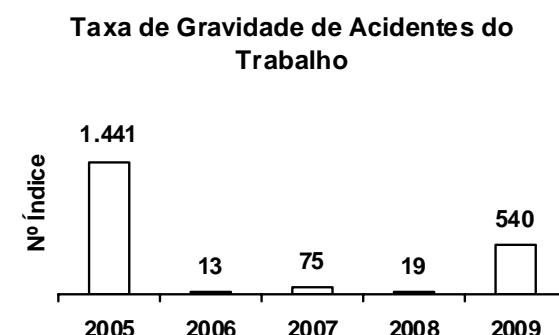


Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Empresa está implantando metodologia de gestão nas áreas operacionais, com o objetivo de aprimorar suas ações de segurança do trabalho e higiene industrial, intensificando, assim, a prevenção e o controle para redução de acidentes, notadamente os de maior gravidade.

Este indicador é obtido relacionando o número de dias perdidos mais dias debitados, para milhão de horas-humanas em exposição à situação de risco.

Em 2009 ocorreu um acidente fatal durante deslocamento para execução de serviço, em veículo da Empresa.



Obs.: Em 2005, o elevado índice apresentado deveu-se a dois acidentes com vítimas fatais.

Metas e Ações para Reduzir Acidentes do Trabalho em 2010

Metas

Gerenciar riscos ambientais.

Meta zero para acidentes e doenças ocupacionais.

Ações

- realizar medição e avaliação ambiental;
- atualizar Programa de Atendimento e Remoção de Acidentados (PAE);
- implantar programa de condicionamento físico com exigência de capacidade física para cada função (Valorização da Vida);
- implantar programa de gerenciamento de estresse para grupos que atuam em regimes alternados de turno e atividade de risco (Valorização da Vida);
- elaborar cartilhas ilustradas contendo resumo dos Procedimento Padrão Segurança e Higiene do Trabalho (PPSHI);
- realizar análise critica Análise Preliminar de Risco (APR) e definir ações corretivas;
- participar das etapas de planejamento das atividades realizadas nas áreas, inclusive na elaboração da APR;
- concluir a reavaliação do Programa de Prevenção de Risco Ambiental (PPRA) no 1º semestre permitindo uma reavaliação no 2º semestre;
- promover *workshop* de Gestão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional de empresas contratadas;
- fazer diagnóstico em todas as áreas da Empresa, quanto ao atendimento às medidas de segurança aplicáveis aos sistemas de aterramento elétrico temporário;
- realizar gestão da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e da Unidade de Segurança (Useg), com atenção as recomendações de segurança;
- firmar parceria com áreas e identificar as multas de trânsito e suas causas, para indicativos de ação preventiva;
- disponibilizar central de atendimento e sinalizar os veículos da Empresa com adesivo “Como estou dirigindo?”;
- firmar parceria com os órgãos de aquisição para inserir itens de segurança nos processos de compra de veículos;
- realizar encontro “Equilíbrio Vida Trabalho” com os gestores das áreas regionais dos pólos;
- atuar, preventivamente, a partir da análise de afastamentos e licenças saúde;
- realizar reciclagem do curso referente Norma Regulamentadora (NR) 10;
- realizar cursos de direção defensiva;
- realizar programa de capacitação e acompanhamento da brigada de emergência voluntaria de todas as usinas e subestações;
- realizar levantamento de campo eletro magnético, verificando através da medição se os risco são aceitáveis para aquela população;
- investigar e realizar análise crítica de acidentes (contemplar equipe multidisciplinar);
- criar Comitê de Ergonomia (Coergo) e implementar ações;
- implantar sinalização e delimitação da área controlada das usinas e subestações visando proporcionar mais segurança aos empregados;
- implementar Programa de Prevenção e Tratamento da Dependência Química (equipe multidisciplinar);
- implantar programas de proteção ao trabalhador de acordo com o risco ocupacional.

- **Doenças Ocupacionais**

Ocorrências em 2009: não foram registrados casos de doença ocupacional.

- **Perfil Etário dos Empregados Efetivos**

Faixa Etária	Quantidade
< 25	8
25 a 29	164
30 a 34	492
35 a 39	451
40 a 44	529
45 a 49	801
50 a 54	1.145
55 a 59	840
60 a 64	262
65 a 69	50
> 70	16
Total	4.758

- **Rotatividade (*Turnover*)**

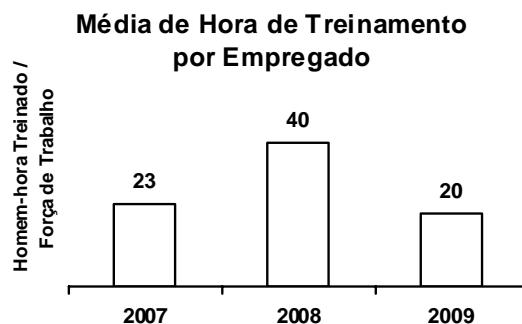
2009	Admissões	Demissões	Efetivo	Turnover
Jan	6	3	4.727	0,099
Fev	3	6	4.724	0,099
Mar	2	3	4.723	0,055
Abr	3	1	4.725	0,044
Mai	10	2	4.733	0,132
Jun	2	5	4.730	0,077
Jul	2	2	4.730	0,044
Ago	7	0	4.737	0,077
Set	17	2	4.752	0,209
Out	7	2	4.757	0,099
Nov	6	3	4.760	0,099
Dez	0	2	4.758	0,022
Total	65	31	-	-

- **Formação Acadêmica dos Empregados (Perfil de Escolaridade)**

Nível	Quantidade
Ensino fundamental	345
Ensino médio	1.927
Ensino superior	1.441
Pós-graduação	1.045
Total	4.758

- **Educação Continuada (Treinamento e Desenvolvimento)**

Horas de Treinamento por Empregado



Quantidade de Empregados Treinados

Total em 2009: 3.161.

Investimento em Treinamento

Ano	Total (R\$ Milhões)	Por Funcionário (R\$ Mil)
2007	11,94	2,73
2008	13,35	2,06
2009	6,20	1,96

- **Satisfação e Motivação (Pesquisa de Clima)**

A Pesquisa de Clima realizada em 2009, denominada “Em Clima de Diálogo”, contou com a participação de 74% dos empregados efetivos e contratados e obteve um índice de satisfação de 70,69%.

- **Disciplina**

Punição	Quantidade
Advertência	10
Suspensão	3
Demissão por justa causa	2

- **Desempenho Funcional**

A avaliação tem por objetivo facilitar a gestão de pessoas permitindo que os empregados possam visualizar de forma clara suas qualidades e pontos a serem aprimorados, além de estabelecer metas para suas carreiras e ainda subsidiar decisões gerenciais, permitindo a padronização dos objetivos da Empresa.

Há cinco resultados possíveis da Avaliação de Desempenho que apresentaram a seguinte distribuição de frequência no ano de 2009, a saber:

Conceito	% Obtido
Supera	53,2
Atende	42,2
Em Desenvolvimento	4,3
Não Atende	0,3
Crítico	0,1

- **Níveis Salariais**

FURNAS possui 4 tabelas salariais para: Profissionais de Nível Fundamental, Médio Suporte, Médio Técnico e Superior, totalizando 99 níveis salariais.

- **Demandas Trabalhistas (Reclamações Trabalhistas)**

Ano	2007	2008	2009
Número de processos existentes	5.035	5.305	6.035
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ Mil)	25.052	25.658	5.000
Valor provisionado no passivo (R\$)	230.179	392.138	312.240

Análise Crítica

Adequação Quantitativa e Qualitativa dos Quadros à Missão Organizacional / Adequação dos Quantitativos de Área-meio em Relação à Área-fim

FURNAS está propondo o desenvolvimento de estudo para definição de quadro qualitativo/quantitativo adequado à realidade atual e às demandas futuras, tomando por base empresa-referência com número de profissionais por processo e por órgão, considerados as seguintes premissas:

- mudanças no modelo de atuação do Setor Elétrico, que implicarão em quadros de pessoal mais reduzidos;
- diretrizes do projeto de transformação da Eletrobras;
- implantação do Planejamento Estratégico de FURNAS;
- implantação do Sistema Integrado de Gestão (SAP – ERP) no início de 2010;
- implantação do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) prevista, também, para 2010;
- substituição de terceirizados, estabelecida no Termo de Conciliação Judicial celebrado entre FURNAS e o Ministério Público do Trabalho.

Desempenho funcional dos servidores e funcionários

FURNAS implantou, em 2005, novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), apropriando-se do conceito de competências em duas dimensões. A primeira aponta que as competências devem sinalizar a contribuição que a organização espera dos profissionais, de acordo com a complexidade de suas atividades. Esta abordagem se sustenta pelo fato de diversas experiências comprovarem que, quanto mais complexa a atuação do profissional, maior o seu valor no mercado de trabalho. A agregação de valor está, portanto, intimamente relacionada ao nível de complexidade, de determinação, de atribuição e responsabilidade, e reflete a concretização de competências humanas definidas como fundamentais para a organização.

A segunda dimensão de competências considera um conjunto de capacidades, habilidades e conhecimentos que possibilitam um desempenho superior em uma determinada posição. Ela sinaliza para a importância de se observar não apenas as responsabilidades assumidas pelo profissional, mas também a bagagem de capacidades que ele carrega.

O desempenho funcional é medido nas duas dimensões: agregação de valor e conjunto de capacidades, por meio de processos anuais de avaliação de desempenho.

Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado

A análise da situação atual do quadro de pessoal efetivo de FURNAS permite a identificação de questões que estão exigindo ações da Área de Gestão de Pessoas para adequação e renovação do quadro de pessoal. Constatou-se que, apesar das admissões feitas nos últimos anos, a média de idade (47 anos) permanece bastante elevada e o número de empregados já aposentados pelo INSS ou em condições de aposentadoria até abril de 2012 é de 2.229, representando 47% do total de efetivos.

A nova realidade do mercado, bem como as alterações significativas ocorridas na estrutura e organização da Empresa nos últimos 15 anos, torna necessários ajustes a fim de atender às demandas atuais e futuras. Para cumprir sua missão e atender aos compromissos assumidos em razão da ampliação do parque de geração e transmissão, FURNAS necessita readequar sua força de trabalho.

A necessidade de substituição de empregados aposentados ou em condições de aposentadoria, ou seja, com possibilidade de desligamento (47% do efetivo), irá exigir de FURNAS grande esforço no sentido de selecionar e treinar pessoal para readequar seu quadro de pessoal às novas exigências, com a competência necessária para o alcance de seus objetivos e cumprimento de sua missão. Somam-se a esses fatos os novos empreendimentos sob a responsabilidade da Empresa.

A possibilidade de substituição de gerentes, no contexto atual, também assume grande relevância, em função do expressivo contingente de aposentados ou com possibilidade de aposentadoria. Eles representam 67% de um total de 397 ocupantes de funções gerenciais e 90% dos gerentes em nível de Superintendência.

Por outro lado, o cenário atual é de indefinições e incertezas no que se refere às questões estratégicas e práticas gerenciais, na medida em que a Empresa se encontra diante dos seguintes desafios: alinhamento ao Plano de Transformação do Sistema Eletrobras e ao seu próprio Planejamento Estratégico, implantação do Sistema Integrado de Gestão – ERP, projeto SOX e GED. Esses desafios, associados aos novos empreendimentos e à necessidade de substituição de empregados e renovação de pessoal com perfil adequado às necessidades do momento, irão demandar esforços adicionais por parte da Área de Gestão de Pessoas, a partir de trabalho permanente de avaliação e acompanhamento das mudanças que estão ocorrendo no sentido de prover e capacitar as pessoas para atuarem nesses novos cenários.

Planos de Capacitação do Quadro de Recursos Humanos

Em 2009, a Área de Gestão de Pessoas, com base em modernos conceitos de administração de recursos humanos, reestruturou a composição de suas atividades, com base em processos, para possibilitar atuação adequada às tendências de mercado. A partir dessa nova estrutura, a Empresa promoveu diversas ações para aprimorar a capacitação dos seus empregados, entre as quais destacaram-se os cursos: Gestão de Projetos, Atendimento ao Cliente, Gestão pela Qualidade Total, Desenvolvimento de Equipes, Processo Decisório, Comunicação Oral e Escrita, Liderança e Gestão de Pessoas, Negociação, Informática, Suporte Básico de Vida, Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), Direção Defensiva, Língua Inglesa e Espanhola à Distância, Processo Decisório Estratégico, O Poder da Criatividade e Inovação.

Além disso, disponibilizou curso de pós-graduação de Gestão de Projetos, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); de Integração Energética, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); de Gestão Estratégica e de Gestão Tecnológica, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ambos em parceria com a Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras (Unise).

Especialmente voltado para os gerentes, foram ministrados os seguintes cursos:

- Regulação e Negócios do Setor de Energia Elétrica, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Gestão Avançada – APG Amana-Key e *Expo Management*, em parceria com HSM;
- Especialização em Gestão Empresarial (PGE): início de duas turmas para 60 gestores.

Para os substitutos de gerentes, teve continuidade o curso de Gestão Básica (CGB), em parceria com o Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (IBGEN).

Efeitos dos Planos Demissionais

De 1991 a 2002 foram promovidos três programas de incentivo ao desligamento voluntário, que contaram com a adesão de 4.367 empregados, assim distribuídos:

PDV	Período	Desligamento
1	1991-1993	1.885
2	1996-1999	1.514
3	2000-2002	968
Total		4.367

Além da perda de profissionais capacitados e experientes, nenhum dos programas de desligamento voluntário promovidos no passado incluiu qualquer iniciativa institucional relacionada ao repasse de conhecimento dos empregados a serem desligados da Empresa. Como consequência, verificou-se perda de conhecimentos estratégicos, táticos e operacionais, ocasionando dificuldades no desempenho de atividades da organização, bem como defasagem em relação aos demais atores do setor de energia do País.

No momento a Empresa está planejando a execução de um projeto de gestão do conhecimento a ser iniciado com mapeamento e repasse de conhecimentos.

Impactos da Terceirização na Produtividade da UJ

Não existem estudos sobre o assunto.

Política Remuneratória da UJ

A política remuneratória de FURNAS baseia-se em competências, como segue:

As progressões salariais são concedidas aos empregados em sinal de reconhecimento por seu desempenho, aferido por ocasião da avaliação de desempenho anual e estão condicionadas à verba disponível para promoções.

Em termos de remuneração, o empregado pode progredir no mesmo nível de complexidade em que se encontra, movimentando-se horizontalmente na faixa salarial quando atender atribuições, responsabilidades e capacidades técnicas definidas para seu respectivo nível de complexidade. Pode, ainda, acessar nível de maior complexidade (progressão vertical), desde que atenda aos requisitos de acesso ao nível para o qual será movimentado.

Situação e Evolução do Passivo Trabalhista Vinculado à UJ

Descrição	2008	R\$ 2009
Valor provisionado no passivo	235.129.015	312.240
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	25.657.970	113.767.119

Obs.: Informações contábeis.

Cumprimento do Cronograma e Medidas Adotadas pelo Órgão Ministerial Supervisor para Substituição das Terceirizações Indevidas

FURNAS firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho visando a substituição dos terceirizados conforme a tabela abaixo.

Cronograma de Desligamentos – % por Ano				
2009	2010	2011	2012	2013
20	15	15	25	25

A Empresa recebeu notificação judicial dando ciência da decisão liminar nos autos da Ação Rescisória nº 00541.2009.000.10.00-0, em face de FURNAS e do Ministério Público do Trabalho (MPT), objetivando a nulidade do Processo nº 00264.2005.008.010.00-2, o qual originou o acordo firmado com o MPT para a substituição paulatina dos contratados.

Na decisão informada acima, foi deferida a liminar para determinar a suspensão dos efeitos perante terceiros, do acordo firmado, razão pela qual não foi dado prosseguimento a substituição dos contratados.

Deve ser ressaltado que tanto FURNAS quanto o próprio MPT apresentaram recurso a esta decisão, estando os mesmos pendentes de julgamento.

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Inexistente.

5. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Inexistente.

6. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS

Em 2009, foram realizadas as seguintes transferências:

Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Tipos						
Cultural	18612	Desfile de Carnaval em comemoração ao 60º aniversário da agremiação Império Serrano, onde o enredo contará a história de Carmem Miranda.	20/02/2009	300.000,00	300.000,00	IP MAR Responsabilidade Socioambiental e Consultoria Ltda. 007.973.567/0001-93
Cultural	18617	Patrocínio para a XII Mostra de Cinema de Tiradentes que tem a missão de não apenas exibir filmes, mas alimentar a produção, gerar intercâmbio, potencializar novas idéias, refletir, discutir, pensar o cinema e apontar as tendências do fazer audiovisual.	20/03/2009	50.000,00	50.000,00	Universo Produção Ltda. 000.246.471/0001-84
Evento	18678	Patrocínio para o evento IV Congresso Brasileiro de Pregoeiros - Licitações Sustentáveis. O evento foi elaborado para servidores que compõem as Instituições Públicas porque sua programação é voltada aos profissionais que atuam nos procedimentos do Pregão Presencial, Eletrônico e de Licitações.	08/05/2009	30.000,00	30.000,00	NP Eventos e Serviços Ltda. 007.797.967/0001-95
Evento	18679	Patrocínio para o evento XI SEPOPE - Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica.	27/04/2009	50.000,00	50.000,00	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – Cigré-Brasil 030.033.823/0001-84
Evento	18680	Patrocínio para realização do evento IV Encontro Ministério Público em Defesa do Patrimônio Cultural. O encontro é considerado o mais importante fórum de discussão sobre as atribuições do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural.	07/04/2009	30.000,00	30.000,00	Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente 002.322.438/0001-11
Evento	18683	Patrocínio para o evento 1º Encontro Estadual de Novas Oportunidades Geradas por Empreendimentos Industriais e de Infra-Estrutura do Rio de Janeiro.	07/04/2009	50.000,00	50.000,00	Acta Diurna Marketing e Jornalismo Ltda. 068.850.783/0001-36
Cultural	18722	Patrocínio para o espetáculo teatral <i>Cyrano de Bergerac</i> , texto de Edmond Rostand. Drama histórico baseado na obra de teatro.	04/05/2009	120.000,00	120.000,00	Oddone Produções e Shows Ltda. 006.176.347/0001-76
Evento	18732	Patrocínio para a Semana de Engenharia Civil (SEECIV), evento realizado pela Faculdade de Engenharia Civil da UFU, que ocorre anualmente, tendo em média um público de 300 pessoas com a participação de alunos, professores e profissionais das áreas de Engenharia Civil, Geografia e Arquitetura e Urbanismo.	25/05/2009	4.650,00	4.650,00	Fundação de Apoio Universitário 021.238.738/0001-61

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	18742	Patrocínio para realização do evento "SENSE - Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro"	02/06/2009	30.000,00	30.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação Coge	002.911.903/0001-50
Evento	18749	Patrocínio para os eventos IX SINCONEE - Seminário Nacional da Gestão da Informação e do Conhecimento no Setor Elétrico e V GEDOC - Encontro Nacional da Gestão da Documentação do Setor de Energia Elétrica.	03/06/2009	35.000,00	35.000,00	MG Brasil Comunicação, Marketing e Eventos Ltda.	003.039.113/0001-99
Evento	18764	Patrocínio para o III Simpósio Jurídico das Empresas do Setor Elétrico 2009 - III JURE	12/06/2009	20.000,00	20.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação Coge	002.911.903/0001-50
Evento	18765	Patrocínio para o Projeto 1º de Maio 2009 que é composto por: Exposição Ayrton Senna 15 anos e o show de 1º de Maio 2009.	16/06/2009	100.000,00	100.000,00	União Geral dos Trabalhadores	009.067.053/0001-02
Evento	18767	Patrocínio para os eventos 26º Congresso Mineiro de Municípios e 25º Feira para o Desenvolvimento dos Municípios	13/07/2009	100.000,00	100.000,00	Associação Mineira de Municípios	020.513.859/0001-01
Evento	18768	Patrocínio para a 10º Edição da Conferência sobre Tecnologia de Equipamentos.	17/07/2009	60.000,00	60.000,00	Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção	051.733.129/0001-40
Cultural	18806	Documentário sobre a obra do arquiteto e urbanista Affonso Eduardo Reidy, um dos mestres da arquitetura contemporânea brasileira, dedicada ao aspecto social da habitação popular e do urbanismo.	26/06/2009	50.000,00	50.000,00	Nova Era Produções de Arte Ltda.	029.415.130/0001-77
Evento	18820	Patrocínio para o evento 8º Seminário Internacional de Metrologia Elétrica que tem como objetivo estimular a discussão de temas avançados de metrologia e atrair para o Brasil organizações e personalidades da comunidade brasileira. Também objetiva disponibilizar informações e oportunidades nas áreas críticas da metrologia, da normalização e da avaliação da conformidade.	20/07/2009	30.000,00	30.000,00	Sociedade Brasileira de Metrologia	001.802.270/0001-89
Evento	18821	Patrocínio ao evento 13º CONAREM - Congresso Nacional de Remuneração que é dedicado ao debate das questões relativas à remuneração realizado no país.	08/07/2009	15.000,00	15.000,00	Grupisa Rio – Grupo de Permuta de Informações Salariais do Estado do Rio de Janeiro	040.406.266/0001-53
Evento	18842	Patrocínio para a Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal	28/07/2009	50.000,00	50.000,00	Agenda Organização e Promoção de Eventos Ltda.	002.378.661/0001-80
Evento	18848	Patrocínio para o evento 3º Seminário Nacional de Auditoria Interna das Empresas do Setor Elétrico 2009 - 3º AUDITE	05/08/2009	20.000,00	20.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação Coge	002.911.903/0001-50

Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Tip						
Cultural	18851	Tainá 3 – Na Selva da Cidade – longa metragem de ficção com 90 minutos, que conta a aventura de uma menina índia que faz de tudo para salvar um bichinho de pelúcia que acredita ser de verdade.	30/07/2009	100.000,00	100.000,00	Sincrocine Produções Cinematográficas Ltda. 042.488.478/0001-52
Evento	18861	Patrocínio para o evento 51º Congresso Brasileiro do Concreto.	17/08/2009	200.000,00	200.000,00	Instituto Brasileiro do Concreto 043.367.754/0001-97
Evento	18862	Patrocínio para realização do VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.	14/09/2009	30.000,00	30.000,00	Instituto Baía de Guanabara (IBG) 000.074.869/0001-80
Evento	18863	Patrocínio para o 6º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética e a ExpociEficiência Energética 2009 que irá concentrar seu conteúdo na oferta de soluções e na apresentação de casos bem sucedidos que sejam úteis para as empresas, focando tecnologias, equipamentos e serviços que contribuam para a redução do desperdício de energia e para o aumento da competitividade.	27/08/2009	40.000,00	40.000,00	Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia 002.247.352/0001-71
Evento	18880	Patrocínio para a Conferência Anual da Associação Internacional de Escolas e Institutos de Administração Pública (IASIA). O evento terá como tema "Governança para o Desenvolvimento Sustentável: implicações para a educação e a prática em administração pública".	04/09/2009	50.000,00	50.000,00	Fundação Getúlio Vargas 033.641.663/0001-44
Evento	18881	Patrocínio para o evento VIII SIMPASE - Simpósio de Automação de Sistemas Elétricos que está ligado diretamente ao setor elétrico na proposta de discutir e debater os problemas e soluções do mercado de automação de sistemas de energia elétrica.	17/09/2009	50.000,00	50.000,00	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – Cigré-Brasil 030.033.823/0001-84
Evento	18888	Patrocínio para o evento PCH Mercado & Meio Ambiente que acontece anualmente e busca discutir os principais aspectos referentes às Pequenas Centrais Elétricas, abordando desde aspectos legais e institucionais, tecnologia aplicável, meio ambiente e análise econômica.	09/12/2009	38.000,00	38.000,00	Associação Pro Energias Renováveis 006.179.285/0001-56
Evento	18892	Patrocínio para o evento XII Congresso Brasileiro de Limnologia com o tema "Conservação das águas: fazer hoje para ter amanhã", enfatizando ações e estudos em áreas da Limnologia.	18/09/2009	38.860,00	38.860,00	Sociedade Brasileira de Limnologia 054.160.767/0001-07
Evento	18893	Patrocínio para o evento Plataforma IBASE que ocorre a cada 03 anos e cujo objetivo central é discutir os riscos e oportunidades que se apresentam para a instituição, reenvendo suas estratégias junto aos parceiros do setor público, instituições de cooperação, membros de ONGs e movimentos sociais.	14/09/2009	30.000,00	30.000,00	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas 027.000.512/0001-04

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Cultural	18904	Montagem do espetáculo teatral "Sonhos de Uma Noite de Verão", de Shakespeare. O elenco da peça será formado por jovens, moradores das comunidades do Complexo do Salgueiro, Rio Vermelho, Sambe, Rio do Ouro e Painha. Para isto, serão ministradas, para estes jovens, oficinas de interpretação, circo, adereço, maquiagem, dança e expressão corporal, voz, criação de texto e roteiro, figurino, cenário e iluminação, no período de 13 meses. Nas apresentações, haverá debates com o público presente.	18/09/2009	190.000,00	190.000,00	Grupo de Teatro Amador Cia. de Teatro Contemporâneo	004.629.007/0001-28
Cultural	18906	Exposição fotográfica "O Jogador", constituída de onze ensaios com dez fotos cada. As imagens retratam partidas de futebol realizadas em vários lugares do Rio de Janeiro. Uma parcela dos ingressos será distribuída gratuitamente.	21/09/2009	100.000,00	100.000,00	Rogerio Faissal	000.000.000/0000-00
Evento	18909	Recursos financeiros para realização da FEXPO/2009 - Exposição Agropecuária Industrial e Comercial e Feira da Comunidade.	04/09/2009	60.000,00	60.000,00	Fazolato Sonorização Promoções e Eventos Ltda.	007.330.587/0001-46
Parceria	18921	Aulas semanais de natação para portadores de necessidades especiais, além de incentivar a participação destes em competições de nível nacional e internacional.	17/09/2009	228.614,20	228.614,20	Sociedade Síndrome de Down	004.030.287/0001-53
Cultural	18932	39ª edição do Festival Nacional da Canção, revelando e divulgando o talento e a criatividade de compositores, instrumentistas e intérpretes da música popular brasileira.	07/10/2009	120.000,00	120.000,00	Fenac Promoções e Eventos Ltda.	005.950.230/0001-35
Evento	18936	Patrocínio para a XXIII Exposição Agropecuária de Sapucaia.	11/09/2009	150.000,00	150.000,00	Contraste Marketing & Promoções Ltda.	000.530.621/0001-87
Cultural	18937	Divulgação das diversas manifestações artísticas que acontecem no Brasil, tendo como diferencial o local de sua realização, o metrô de Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre ou Salvador. Montagem de uma estrutura adequada que comporte os espetáculos musicais, teatrais, dança e circo priorizado os artistas locais.	14/09/2009	100.000,00	100.000,00	Nó de Rosa Produções Ltda.	006.216.994/0001-64
Evento	18938	Patrocínio para o IV Simpósio sobre Solos Tropicais e Processos Erosivos do Centro Oeste e de Minas Gerais cujo objetivo é criar um fórum de discussão multidisciplinar para as questões relativas aos solos tropicais, suas peculiaridades, as implicações destas no seu uso do ponto de vista geotécnico, como agrícola, de modo sustentável.	25/09/2009	4.796,00	4.796,00	Fundação de Apoio Universitário	021.238.738/0001-61

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Parceria	18939	Escolinhas de iniciação e aperfeiçoamento nas lutas olímpicas para crianças e adolescentes, contribuindo para o distanciamento da violência, das drogas e da marginalidade.	16/09/2009	140.740,00	140.740,00	Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa Verde	004.132.132/0001-28
Parceria	18941	Patrocínio do XIV Congresso Nacional de Administração e do 12º FBA - Fórum Brasileiro de Administração que têm o objetivo de propiciar aos gestores, administradores, empresários e demais profissionais em gestão de desenvolvimento de pessoas a análise, discussão e intercâmbio de temas de interesse estratégico, sobre a liderança de renomados experts nessa área de especialização.	18/09/2009	50.000,00	50.000,00	Associação Goiana de Administração	010.529.817/0001-05
Parceria	18942	Patrocínio para o XV Seminário de Planejamento Econômico Financeiro do Setor Elétrico - SEPEF 2009 que promoverá a discussão sobre temas econômico-financeiros do setor de energia elétrica nacional, reunindo profissionais com interesse nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia.	22/09/2009	40.000,00	40.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação Coge	002.911.903/0001-50
Cultural	18946	Gravação de um CD no estilo pop-rock nacional.	28/09/2009	35.000,00	35.000,00	Ednardo d'Ávila Mello Raposo	000.000.000/0000-00
Cultural	18947	Comédia musical que fala da tempestuosa relação entre um consagrado compositor, Vernon Gersch, e uma talentosa letrista, Sônia Walsk. Vivendo mundos absolutamente diferentes, o encontro dos dois é promovido por suas gravadoras quando percebem que, profissionalmente, eles podem formar uma dupla perfeita. Assim, à medida que, entre eles, a música flui, eles também vão se aproximando, se apaixonando e navegando em um mar de divergências: ele, arrumadinho; ela, alternativa; ele, sistemático; ela, criativa. Remando contra a maré os dois deixam a relação acontecer, mesmo que desafinada: ele, inseguro, tentando se entregar ao sentimento; ela, confusa, tentando se livrar de sua relação anterior.	14/09/2009	100.000,00	100.000,00	Estamos Aqui Produções Artísticas Ltda.	000.149.994/0001-02
Evento	18951	Patrocínio para o evento X Seminário Nacional de Telecomunicações - X SNT APTEL 2009 que é voltado para as empresas que empregam intensivamente telecomunicações na gestão e automação de seus processos produtivos e corporativos pois tem o objetivo de ser um fórum de discussões e fonte de informações sobre o uso de tecnologias e serviços de telecomunicações.	25/09/2009	50.000,00	49.508,75	Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações	003.150.093/0001-29

Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)	
Tip							
Evento	18953	Patrocínio para realização do evento XX SNPTEE - Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica.	20/11/2009	190.000,00	190.000,00	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica-Cigré-Brasil	
Parceria	18957	Oportunidades sociais, educacionais e esportivas para jovens do município de Nova Iguaçu, por meio da prática do futebol.	24/09/2009	229.144,00	229.144,00	Nova Iguaçu Futebol Clube	036.056.836/0001-55
Parceria	18958	Geração de renda de famílias abaixo da linha da pobreza, em 18 comunidades da cidade do Rio de Janeiro, por meio da capacitação profissional.	07/10/2009	152.505,00	152.505,00	Banco da Providência	033.645.086/0001-69
Evento	18962	Patrocínio para a 4º Feira Macro Regional de Economia Solidária que tem como principal objetivo é estabelecer no município e região um movimento de economia solidária, a fim de fomentar meios de produção.	06/10/2009	12.500,00	12.500,00	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado	003.049.886/0001-56
Evento	18963	Patrocínio para a feira IX Centro Sul Negócios 2009 que tem a expectativa de 45000 visitantes que buscam a feira para fazer negócios, palestras, seminários e assistem as variadas atrações culturais.	07/10/2009	30.000,00	30.000,00	Sindicato do Comérico Varejista de Três Rios	030.657.142/0001-97
Evento	18970	Realização do II encontro - <i>Nuestra America</i>	06/11/2009	50.000,00	50.000,00	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB	009.328.728/0001-11
Cultural	18973	Editoração e publicação do livro "Expedição da Bacia do Mucuri", que apresenta as manifestações culturais, históricas e ambientais da região, a partir de 17 municípios mineiros e um município baiano que são banhados pelo rio Mucuri e seus afluentes.	16/10/2009	60.830,00	60.830,00	Alice Lorentz de Faria Godinho	000.000.000/0000-00
Evento	18983	Realização do Prêmio Anefac-Fipecafi	20/11/2009	80.000,00	80.000,00	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade	048.728.695/0001-59
Cultural	18986	Edição e publicação da Revista "A Rede", veículo para a disseminação cultural de melhores práticas, divulgação de soluções e desafios, aprofundamento de temas relevantes ao setor e para o apoio na formação dos gestores e formuladores de projetos de inclusão social digital. Tiragem de 52.000 exemplares. Período de realização do projeto: janeiro a dezembro de 2006.	14/10/2009	80.000,00	80.000,00	Momento Editorial Ltda.	007.145.608/0001-53
Parceria	18987	Fomento à cultura na comunidade envolvida, por meio de cursos de teatro e seções de cinema, possibilitando a discussão dos temas apresentados.	-	98.318,02	18.372,17	Obras Educativas Jardim Felicidade	065.164.832/0001-99

Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)	
Parceria	18988	Capacitação em agropecuária, em nível técnico, a alunos de baixa renda das comunidades e municípios adjacentes de Alpinópolis/MG.	23/11/2009	194.678,00	41.367,00	Associação de Pais, Mestres e Amigos da Escola Estadual Dona Indá	006.023.940/0001-82
Cultural	18990	Montagem e apresentações gratuitas do espetáculo Toda Donzela Tem Um Pai que é Uma fera, texto de Gláucio Gil e direção Fábio Alves, em temporada de 4 meses no Teatro do Galpão Cultural Monnalu no Rio de Janeiro.	21/10/2009	50.000,00	50.000,00	MLM Di Blasi Produções e Eventos	006.940.023/0001-62
Parceria	18994	Capacitação de mulheres por meio de oficinas profissionalizantes, possibilitando inclusão no mercado de trabalho e/ou geração de renda.	08/10/2009	132.300,00	56.525,00	Associação Assistencial de Apoio à Criança e ao Adolescente	001.535.744/0001-73
Evento	18999	3º Encontro Nacional dos Advogados Públicos Federais - III ENAFE que tem por objetivo rediscutir o papel que a advocacia pública deve desempenhar no pacto republicano, tendo em vistas as diversas modificações havidas nos panoramas jurídico e social.	06/11/2009	25.000,00	25.000,00	União dos Advogados Públicos Federais do Brasil	008.144.659/0001-23
Evento	19012	Realização do evento "Comemorando os cinquenta anos de Brasília". Recursos para locação de Galpão estruturado, revestido em lona MP 1400, anti-chama e anti-fungo.	27/11/2009	100.000,00	100.000,00	Ativa Comunicação e Associados Ltda.	001.005.209/0001-00
Evento	19055	Feira Macrorregional de Economia Solidária [Som e iluminação de palco para grande área com apresentação artística cultural, cartaz/folders e seguranças (equipe de apoio)].	03/11/2009	25.000,00	25.000,00	Prefeitura Municipal de Serrania	018.243.261/0001-06
Evento	19080	6º Edição da Feira Industrial e Comercial de Além Paraíba que tem o objetivo de fomentar negociações entre as indústrias e atacadistas distribuidores, bem como promover o comércio local.	20/11/2009	10.000,00	10.000,00	Associação Comercial, industrial e Agropecuária de Além Paraíba	020.455.929/0001-12
Evento	19084	Mostra Nacional Ambiental - Caminhos da Sustentabilidade. Evento em comemoração aos 20 anos do Ibama.	25/11/2009	150.000,00	150.000,00	Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente	007.332.061/0001-03
Evento	19086	Cerimônia de entrega do Prêmio Mineiro da Qualidade	20/11/2009	20.000,00	20.000,00	Instituto Qualidade Minas	005.093.424/0001-61
Cultural	19093	Produção, montagem e apresentação do espetáculo teatral de texto de Agnaldo Silva, elenco Suely Franco, Fátima Freire, entre outros.	10/11/2009	150.000,00	150.000,00	Amar Produções Artísticas Ltda.	028.179.166/0001-36
Evento	19097	Patrocínio para o Congresso Iberoamericano e do Caribe sobre Restauração Ecológica que tem como foco questões de recuperação ambiental decorrentes de atividades de mineração, estradas, grandes barragens, urbanização e agropecuária.	07/12/2009	10.000,00	10.000,00	Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná	075.045.104/0001-11

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)*	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	19098	Patrocínio para o evento <i>Brazil Global Energy</i> (seminário, feira e encontro de negócios), de âmbito internacional, concebido para debater questões e propor alternativas nas diversas áreas de energia.	13/11/2009	800.000,00	800.000,00	Metro Quadrado Montagens e Promoções Ltda.	000.883.861/0001-65
Evento	19099	Patrocínio para o XXV Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - XXV ENCONSEL	13/11/2009	100.000,00	100.000,00	Nova Podium de Eventos e Turismo Ltda.	005.462.306/0001-83
Parceria	19100	Continuidade e consolidação das ações Projeto Manguerê, iniciadas em 2008 por meio do Convênio CT 17761.	-	119.000,00	3.100,00	Centro Cultural Caiueiras	003.919.681/0001-84
Parceria	19101	Mobilização dos cidadãos de Ariquemes, por meio das atitudes e dos conhecimentos adquiridos pela juventude local, para que atuem como protagonistas da recuperação ambiental do município.	16/11/2009	167.108,00	122.138,00	ONG Vida Melhor	007.191.143/0001-77
Institucional	19105	Elaboração dos projetos executivos para as obras de saneamento básico, compreendendo prioritariamente o sistema de esgotamento sanitário, destinação final de resíduos sólidos e drenagem pluvial urbana, em 35 dos 52 municípios localizados na região do Comitê da Bacia Hidrográfica e do entorno do reservatório da Usina de FURNAS.	30/11/2009	3.855.484,65	183.594,51	Associação dos Municípios do Lago de Furnas	019.093.137/0001-66
Cultural	19230	Documentário baseado numa pesquisa sobre a questão da violência contra a mulher no Brasil.	21/12/2009	50.000,00	50.000,00	Voglia Produções Artísticas S/C Ltda.	036.472.587/0001-89
Contribuição	19254	Aquisição de material p/coleta de alimentos e brinquedos, Plano de Marketing, Iluminação das árvores e coqueiros, Luminárias e demais itens para decoração das praças. Decoração natalina e enfeites em 15 praças na região central de Varginha.	17/12/2009	29.912,34	29.912,34	Prefeitura do Município de Varginha	018.240.119/0001-05
Parceria	19379	Consolidação das atividades comerciais da Cooperativa de Artesãos do Estado do Rio de Janeiro Mistura Carioca, empreendimento criado a partir de um projeto apoiado por FURNAS, em 2007, garantindo a inserção de seus produtos no mercado do Rio de Janeiro.	-	222.715,00	146.215,00	ATOAR – Associação Para o Desenvolvimento Humano e Social	008.069.542/0001-22
Parceria	19380	Trabalho de conscientização social, utilizando oficinas lúdico-pedagógicas como ferramentas que desenvolvem o sendo crítico e abram espaço para o debate e a reflexão.	-	152.515,00	122.273,00	Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio	006.347.750/0001-10
				10.437.670,21	6.188.644,97		

* Considera custos diretos.

Repasses aos Fundos dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ano	Nº	CNPJ	Instituição	Município	UF	Repasso (R\$)*
2009	1729	17709197000135	Prefeitura Municipal de Além Paraíba	Além Paraíba	MG	100.000,00
2009	1667	16829640000149	Prefeitura Municipal de Araguari	Araguari	MG	100.000,00
2009	1666	23098510000149	Prefeitura Municipal de Araporã	Araporã	MG	150.000,00
2009	1680	28576080001976	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí	Barra do Piraí	RJ	200.000,00
2009	1670	00145789000179	Prefeitura Municipal de Campinaçu	Campinaçu	GO	100.000,00
2009	1671	02215747000192	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Campinorte	Campinorte	GO	100.000,00
2009	1718	39213608000130	Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança	Campos dos Goytacazes	RJ	200.000,00
2009	1665	03507530000119	Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães	Chapada dos Guimarães	MT	100.000,00
2009	1672	25105255000140	Prefeitura Municipal de Colinas do Sul	Colinas do Sul	GO	100.000,00
2009	1678	20347225000126	Prefeitura Municipal de Elói Mendes	Elói Mendes	MG	100.000,00
2009	1690	76206606000140	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	PR	290.000,00
2009	1676	18244301000126	Prefeitura Municipal de Luminárias	Luminárias	MG	100.000,00
2009	1730	76206481000158	Prefeitura Municipal de Medianeira	Medianeira	PR	100.000,00
2009	1669	02215275000178	Prefeitura Municipal de Minaçu	Minaçu	GO	100.000,00
2009	1674	02215895000107	Prefeitura Municipal de Niquelândia	Niquelândia	GO	100.000,00
2009	1731	23771629000130	Prefeitura Municipal de Passos	Passos	MG	100.000,00
2009	1733	36486777000155	Fundo Municipal de Apoio a Educação e Assistência à Infância e Adolescente de São Gonçalo	São Gonçalo	RJ	300.000,00
2009	1732	17749896000109	Prefeitura Municipal de São João Del Rei	São João del Rei	MG	100.000,00

2009	1675	46392130000118	Prefeitura da Cidade de São Paulo	São Paulo	SP	300.000,00
2009	1673	01219807000182	Prefeitura Municipal de Uruaçu	Uruaçu	GO	100.000,00
2009	1677	18240119000105	Prefeitura do Município de Varginha	Varginha	MG	100.000,00
2009	1719	39560297000185	Fundo para a Infância e Adolescência	Volta Redonda	RJ	200.000,00
						3.140.000,00

* Considera custos diretos.

Projeto Social em Parceria – Entidade de Utilidade Pública Federal

Associação de Integração de Deficientes Físicos (Assidef) – Valor repassado (custo direto): R\$ 59.045,00.

Declaração sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

Declaração constante da página seguinte.

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Claudia Fernandes Gesteira, CPF nº **614.422.327-49**, Superintendente da Coordenação de Responsabilidade Social de FURNAS Centrais Elétricas S.A., declaro para os devidos fins que, na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na Lei 8313 de 23 de Dezembro de 1991, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Destaco que todos os beneficiários cumpriram tais dispositivos.

Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2010.

Ana Claudia Fernandes Gesteira
CPF 614.422.327-49
Superintendente da Coordenação de Responsabilidade Social
FURNAS Centrais Elétricas S.A.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Identificação da Entidade

Nome:

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

CNPJ:

34.269.803/0001-68

Demonstrativo Anual

Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

R\$ 1.016.709 mil *.

* Informação contábil.

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	32.245.978,53
Contribuição Definida (CD)	14.990.935,60
Total	47.236.914,13

Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	49.107.930,40
Contribuição Definida (CD)	13.500.667,11
Total	62.608.597,51

Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora

R\$ 817.297.642,81

Repasso de recursos que não sejam contribuições

Discriminação	Valor (R\$)
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	753.334.268,02
Aluguel de edificações na Rua Real	
Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	35.001.894,23
Custeio Administrativo	28.961.480,56
Total	817.297.642,81

Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Os recursos garantidores são aplicados com base nas diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 3.456, de 1 de junho de 2007.

Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Até o momento não há posição oficial quanto à manifestação da Secretaria.

Política de Investimentos da Entidade Fechada de Previdência Complementar

Investimentos da FRG em 31.12.2009

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	5.289.975.034	76,01	73,02
Renda Variável	1.207.744.148	17,35	16,67
Imóveis	209.723.312	3,01	2,89
Empréstimos a Participantes	252.345.075	3,63	3,48
Total do Plano BD	6.959.787.569	100,00	96,06

Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	112.686.312	66,40	1,56
Renda Variável	39.772.608	23,43	0,55
Empréstimos a Participantes	17.256.954	10,17	0,24
Total do Plano CD	169.715.874	100,00	2,34

Fundos Assistenciais

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	106.110.140	99,74	1,46
Empréstimos a Participantes	281.389	0,26	0,00
Total dos Fundos Assistenciais	106.391.529	100,00	1,46

Programa Administrativo

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	8.615.534	100,00	0,12
Total do Programa Administrativo	8.615.534	100,00	0,12

Investimento Total da FRG	7.244.510.506
----------------------------------	----------------------

Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade dos investimentos do Plano BD, em 2009, foi de 20,41%, superando a variação da meta atuarial no período (INPC + 6% a.a.), que foi de 10,36%. O principal fator que motivou esta performance foi a recuperação dos mercados acionários, fortemente impactados pela crise econômica internacional iniciada em 2008. Em 2009, por exemplo, o IBrX, índice de referência das Carteiras de Renda Variável da FRG, registrou valorização de 72,84%. Outro fator que contribuiu para o resultado registrado, em 2009, foi a queda das taxas de juros pelos quais são negociados os títulos públicos federais que compõem a Carteira de Renda Fixa da FRG, em especial as NTN-Bs.

No Plano CD, os investimentos apresentaram rentabilidade de 24,24%, em 2009. O desempenho superior dos investimentos deste Plano, em comparação com os do Plano BD, é explicado, em grande parte, pela maior alocação em Renda Variável, conforme recomendado por estudo de ALM (*Asset and Liability Management*, ou Gerenciamento de Ativos e Passivos). Essa

rentabilidade foi muito superior à variação registrada em 2009 pela meta de investimentos (IGP-DI + 6% a.a.), que foi de apenas 4,48%, em função da variação negativa de 1,43% apresentada pelo IGP-DI, índice formado em 60% pelos preços no atacado (que sofreram deflação em função da crise econômica internacional).

Com relação aos Fundos Assistenciais, compostos por recursos do plano de saúde gerido pela FRG, seus investimentos tiveram rentabilidade de 9,71%, inferior à variação de 9,89% apresentada por sua meta de investimentos (taxa Selic). Isto se deveu à parcela da carteira alocada em NTN-Cs, cujo indexador, o IGP-M, apresentou variação negativa no ano.

Em termos consolidados, a rentabilidade da FRG em 2009 foi de 20,28%.

Discriminação	Rentabilidade de Investimento (%)	Meta de Rentabilidade Exigida (%)
Plano BD	20,41	10,36 *
Plano CD	24,24	4,48 **
Fundo Assistencial	9,71	9,89 ***
Fundo Administrativo	9,50	9,89 ***

* INPC + 6% a.a.

** IGP-DI + 6% a.a.

*** Selic

Parecer da Auditoria Independente

Parecer da empresa BDO Auditores Independentes constante das páginas 87 a 88.

Conclusões do Último Estudo Atuarial

Pareceres Atuariais referentes aos Planos BD e CD, da empresa Towers Watson, constantes das páginas 89 a 102.

Informações sobre ações de fiscalização empreendidas com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001

Tipo de fiscalização efetuada

Relatório da Auditoria Interna nº 014.2009 referente à Função Estrutural Contabilidade e Tesouraria, associadas à Gerência de Contabilidade e Gerência de Finanças da FRG. Foram verificados os valores contabilizados e realizada a conciliação das contas de Caixa, Bancos Conta Movimento, Contas a Receber de Patrocinadoras, Adiantamento a Fornecedores, Contribuições Normais a cada mês, por conta de patrocinadoras e participantes e Contribuições de 13º Salário de patrocinadoras e participantes.

Data de Ocorrência

30 de março de 2009.

Principais Constatações

1. Valores a receber da Patrocinadora Eletronuclear, pendentes desde 2002;
2. Valores referentes a adiantamentos a fornecedores, efetuados em 2007, sem prestação de contas;
3. Valores referentes a reembolso médico-hospitalar pendentes de regularização com a Patrocinadora FURNAS;
4. Valores referentes a depósitos não identificados efetuados na conta corrente da FRG.

Providências Adotadas para Sanar as Irregularidades Verificadas

1. Solicitar ao departamento jurídico da FRG uma posição a cerca da cobrança dos valores pendentes de recebimento junto à Eletronuclear, adotando as medidas cabíveis.
2. Implantar acompanhamento rigoroso dos valores adiantados certificando-se da adequada prestação dos serviços contratados.
3. Implantar acompanhamento rigoroso dos valores a receber das Patrocinadoras de forma a evitar a existência de valores pendentes de liquidação.
4. Envidar esforços na identificação de valores registrados na conta “Depósitos não Identificados” visando implantar mecanismos que possibilitem a identificação.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores, conselheiros, participantes e patrocinadores da
REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da REAL GRANDEZA; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da REAL GRANDEZA, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e os seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota 19, em agosto de 2007 a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/007/ESRJ emitido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, resultante do exame do período compreendido entre janeiro de 2002 a fevereiro de 2007 e abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido e ao PLAMES. O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do PLAMES. No entanto, a Fundação elaborou uma manifestação contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando a elucidar a equipe de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar -SPC quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando assim, evitar os citados aumentos. Uma das divergências relativas ao PLAMES foi sanada com os argumentos apresentados.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

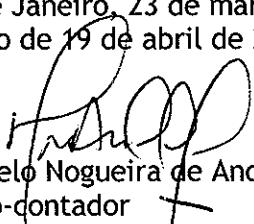
Aos

Diretores, conselheiros, participantes e patrocinadores da
REAL GRANDEZA Fundação de Assistência e Previdência Social
Rio de Janeiro - RJ

Com relação ao Plano BD, o Conselho Deliberativo, levando em consideração as exigências da Secretaria de Previdência Complementar -SPC, os princípios de equilíbrio financeiro atuarial do plano e outros aspectos identificados pelo grupo designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano, aprovou por meio da RC nº 001/172 um novo plano de custeio definido em regulamento, em que as principais alterações são: (a) eliminação do excesso de contribuições em relação ao custo normal, (b) Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as Patrocinadoras do plano e a REAL GRANDEZA e (c) Implantação da contribuição paritária da Patrocinadora para os assistidos. Entretanto, como a até o final do exercício as Patrocinadoras não haviam se pronunciado sobre o novo custeio, o processo de alteração regulamentar não havia sido enviado para análise e aprovação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - SPC. Como não foram concluídas todas as obrigações para implantação do novo plano de custeio, procedeu-se ao encerramento do exercício mantendo-se inalterado o plano de custeio do Plano BD. Caso o plano proposto pudesse ter sido aplicado, o superávit acumulado de R\$1.043.435 mil seria reduzido para R\$752.589 mil.

5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas e com ênfase semelhante a descrita no parágrafo 4, datado de 19 de março de 2009.
6. Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo reapresentadas para fins da adequada segregação dos valores do Exigível Atuarial demonstrados como Benefícios concedidos e Benefícios a conceder.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2010, exceto quanto ao assunto descrito no parágrafo 6 datado de 19 de abril de 2010.



Marcelo Nogueira de Andrade
Sócio-contador
CRC 1RJ086312/O-6
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

Parecer Atuarial

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2010.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Real Grandeza e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A Fundação Real Grandeza e as Patrocinadoras, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método atuarial.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 31/8/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Ressaltamos que aplicamos um percentual adicional de 2,8% sobre o Salário Real de Contribuição (SRC) informado pela Fundação Real Grandeza (FRG), para representar o efeito dos adicionais de férias que serão incluídos no cálculo do Salário Real de Benefício (SRB), conforme discutido com a Fundação Real Grandeza.

Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2009 e 2008 foram:

<u>Hipótese</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Tábua de Mortalidade Geral	AT83*	AT83*
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP2000 Disabled*	RP2000 Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Wyatt 85 Class 1*	Wyatt 85 Class 1*
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada
Rotatividade	T-1 Service Table, - 20%	T-1 Service Table, - 20%
Taxa Real de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Aposentadoria	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade **	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade **

<u>Hipótese</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crescimento Salarial Real	2% para Furnas 2% para Eletronuclear 0% para autopatrocinados	2% para Furnas 2% para Eletronuclear 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	INPC - IBGE***	INPC - IBGE***

* Tábuas específicas por sexo

** Para participantes na 2º elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

*** Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson em correspondência de 25/11/2009 e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião de 21/12/2009. As Patrocinadoras se manifestaram sobre a hipótese de crescimento salarial em 24/09/2009 (Furnas) e 16/10/2009 (Eletronuclear).

As hipóteses demográficas foram baseadas no Estudo de Aderência elaborado pela Towers Watson para a Fundação Real Grandeza em 2009, exceto em relação à mortalidade geral, uma vez que nenhuma tábua foi considerada aderente a esta premissa. As hipóteses adotadas pela Fundação Real Grandeza atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziriam resultados diferentes.

Características do Plano

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza está estruturado na modalidade benefício definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005. Para esta avaliação, utilizamos a proposta de alteração regulamentar encaminhada à então Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que já contém as adaptações aos Institutos e todas as normas e atos normativos aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 9/7/2004.

Em julho/2005, o Conselho Deliberativo aprovou o fechamento do plano a novas adesões, sem saldá-lo.

Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 8,90% sobre o total de Salários Reais de Contribuição dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios e Provisões Matemáticas no valor de R\$ 6.695.668.131,00, ambos calculados atuarialmente e posicionados em 31/12/2009.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2009 estão detalhadas no quadro a seguir:

2.3.1.0.00.00	Provisões Matemáticas	6.695.668.131,00
2.3.1.1.00.00	Benefícios Concedidos	3.862.075.633,00
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	3.862.075.633,00
	VP Benefícios Futuros	4.146.125.469,00
	Aposentadorias:	3.871.318.640,00
	Aposentadoria por invalidez:	66.895.456,00
	Pensão:	207.911.373,00
	VP Contribuições Futuras de Assistidos	(284.049.836,00)
	Aposentadorias:	(274.559.250,00)
	Aposentadoria por invalidez:	(2.965.491,00)
	Pensão:	0,00
	Custo de Pensão de Aposentados antes de 1979:	(306.895,00)
	Jóia de Participantes:	(6.218.200,00)
2.3.1.2.00.00	Benefícios a Conceder	2.833.592.498,00
2.3.1.2.01.00	Benefícios Plano Geração Atual	3.173.539.893,00
2.3.1.2.01.01	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.2.01.02	Benefício Definido	3.173.539.893,00
	VP Benefícios Futuros	3.462.183.940,00
	Aposentadorias:	3.336.575.190,00
	BPD:	15.561.317,00
	Aposentadoria por Invalidez:	71.836.762,00
	Pensão:	31.358.035,00
	Pecúlio:	6.852.636,00
	VP Contribuições Futuras de Assistidos	(288.644.047,00)
	Aposentadorias:	(283.088.632,00)
	BPD:	(555.956,00)
	Aposentadoria por Invalidez:	(4.999.459,00)
	Pensão:	0,00
	Pecúlio:	0,00
2.3.1.2.03.00	Outras Contribuições da Geração Atual	(339.947.395,00)
	Aposentadorias:	(134.858.980,00)
	BPD:	(311.439,00)
	Aposentadoria por Invalidez:	(5.516.217,00)
	Pensão:	(2.592.444,00)
	Pecúlio:	(371.689,00)
	Contribuições acima do Custo:	(196.296.626,00)
2.3.1.3.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado	0,00
	Benefícios Concedidos:	0,00
	Benefícios a Conceder:	0,00
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00	Por Ajustes Contrib. Extraordinárias	0,00

2.4.0.0.00.00	Reservas e Fundos	1.101.689.693,72
2.4.1.0.00.00	Equilíbrio Técnico	1.043.434.897,00
2.4.1.1.00.00	Resultados Realizados	1.043.434.897,00
2.4.1.1.01.00	Superávit Técnico Acumulado	1.043.434.897,00
2.4.1.1.01.01	Reserva de Contingência:	1.043.434.897,00
2.4.1.1.01.02	Reserva para Revisão do Plano:	0,00
2.4.2.0.00.00	Fundos	58.254.796,72
2.4.2.1.00.00	Programa Previdencial	0,00
2.4.2.3.00.00	Programa Administrativo	28.587.182,49
2.4.2.4.00.00	Programa de Investimentos	29.667.614,23

Os resultados apresentados acima refletem o plano de custeio vigente.

Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefício Definido é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009:

Valores em R\$ 1,00

Ativo Total	7.834.498.009,00
Exigível Operacional	(16.227.305,00)
Exigível Contingencial	(20.912.879,00)
Fundos	(58.254.797,00)
Ativo Líquido Previdencial	7.739.103.028,00

O Ativo Líquido Previdencial do Plano é superior à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculadas, resultando em um superávit atuarial de R\$ 1.043.434.897,00.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

A exemplo de 2007 e 2008, a Towers Watson realizou diversos estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2009.

Plano de Custeio Vigente

Conforme mencionado no item anterior, a SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações pela Towers Watson.

O plano de custeio vigente é o denominado Plano de Custo Especial, estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais em vigor para o início de 2010 estão descritos abaixo:

■ Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos

<i>Faixa Salarial/Benefício</i>	<i>Taxa sobre a parcela salarial/benefício</i>
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

■ Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos	
Contribuição específica criada para adaptação à Lei 6.435/77:	2,85%
Contribuição específica criada para eliminação de déficit passado:	2,24%

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 7,99%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos, além de contribuições adicionais de 5,09%.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 21,06%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 6,85%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de agosto de 2009, a contribuição média de assistidos é de 7,10% em relação à folha de benefícios do Plano.

Plano de Custo Especial

O Conselho Deliberativo, através da RC n.º 001/172, aprovou um novo plano de custeio com redução das taxas de contribuição, conforme solicitado pela Secretaria de Previdência Complementar, definidas em regulamento. Entretanto, as patrocinadoras ainda devem se pronunciar sobre o assunto e, posteriormente, o processo de alteração regulamentar será enviado para análise e aprovação do DEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custo Especial, descrito no item anterior, continuará vigente.

A elaboração do novo plano de custeio leva em consideração as exigências da SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Eliminação do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano;
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza;
- Implantação da contribuição paritária da Patrocinadora para Participantes Assistidos.

Assim, os percentuais a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo por meio da RC Nº 001/149, de 16/02/2009, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela PREVIC, serão definidos em faixas salariais e de benefício, conforme descrito abaixo:

■ Contribuição de Participantes Ativos

<i>Faixa Salarial</i>	<i>Taxa sobre a parcela salarial</i>
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	8,30%

■ Contribuição de Participantes Assistidos

<i>Faixa Benefício</i>	<i>Taxa sobre a parcela de benefício</i>
Até ½ Teto Previdência Social	0,75%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,50%
Acima de 1 Teto Previdência Social	4,15%

■ Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos e Assistidos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,29% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 10,58%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 2,22%. As patrocinadoras passarão a contribuir com valor equivalente.

Destacamos ainda que a patrocinadora Furnas pagará uma contribuição mensal de R\$ 888.687,11 por 86 meses e Eletrobras R\$ 238.238,78 por 107 meses, reajustada de acordo com o índice INPC - IBGE, relativa à dívida a ser contratada resultante da contribuição amortizante de 5,09%, cuja obrigação financeira total representa, em 31/12/2009, R\$ 82.158.494,00, sendo R\$ 62.325.270,00 referentes a Furnas e R\$ 19.833.225,00 relativos à Eletrobras.

O Plano de Custeio acima descrito foi proposto com base na Avaliação Atuarial de 2009, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano.

Caso o plano de custeio proposto pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 9,16% e o resultado seria superavitário em R\$ 752.588.718.

O Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo entrará em vigor tão logo seja concluído o processo de alteração regulamentar necessário para sua implementação.

Dívidas Contratadas

O balancete do Plano de Benefício Definido encerrado em 31/12/2009 registrava dívidas contratadas de R\$ 855.642.762,40 com as patrocinadoras do Plano, equivalente a 11,06% do Ativo Líquido Previdencial.

Provisões Matemáticas a Constituir

Conforme decisão do Conselho Deliberativo em 5/5/2009, amparado por Parecer Atuarial e Jurídico, o valor anteriormente registrado nas Provisões Matemáticas a Constituir, de responsabilidade dos participantes, foi quitado com a utilização do Fundo Previdencial.

O valor anteriormente registrado em Provisões Matemáticas a Constituir teve sua origem em decorrência da adequação do Plano à Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998. O equacionamento de insuficiências exigido levou a um montante que foi rateado entre Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos, com anuênciia do órgão controlador Patronal, DEST, e do órgão fiscalizador das EFPCs, SPC.

As Patrocinadoras firmaram contratos com a Real Grandeza para pagamento de suas parcelas, cujos saldos devedores estão registrados no Ativo Patrimonial da Entidade.

Fundo Previdencial

Conforme decisão do Conselho Deliberativo em 5/5/2009, amparado por Parecer Atuarial e Jurídico, o valor anteriormente registrado no Fundo Previdencial foi revertido para quitação das Provisões Matemáticas a Constituir, de responsabilidade dos participantes.

Com a implantação do Plano de Custeio Proposto, será criado um Fundo de Oscilação de Riscos, cuja função será suavizar eventuais alterações no plano de custeio.

O Fundo irá acumular a diferença entre a contribuição média e o custo normal do plano, atuarialmente calculado, dado o método de financiamento adotado neste plano. Para 2010, de acordo com os resultados da Avaliação, a constituição mensal seria de 1,42% dos salários de participação.

Eventualmente, caso o custo normal do plano supere a contribuição média, os recursos do fundo serão usados para minimizar ou eliminar a necessidade de aumento de contribuição.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno, atingiu 18,12% no exercício de 2009 que, comparada com a inflação acumulada de 4,11% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real no exercício de 13,45%, equivalente a 7,03% acima da meta atuarial.

Alteração Regulamentar

A Fundação Real Grandeza encaminhou proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar, em 25/8/2004, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 6 de 30/10/2003, à Instrução Normativa SPC nº 5 de 09/12/2003 e à nova nomenclatura introduzida pela Lei Complementar nº 109/2001 de 29/5/2001.

Em 19/7/2007, a Fundação Real Grandeza encaminhou nova proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar em atendimento ao Ofício nº 2277/SPC/DETEC/CGAT de 19/6/2006, à Resolução nº 19 de 25/9/2006 e à Instrução Normativa SPC nº 15 de 18/1/2007.

Informamos que as alterações acima descritas foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria n.º 3.256 de 24 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

Conclusão

O custeio previsto para o início de 2010 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas são definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial, demonstrado pela reserva de contingência constituída de R\$ 1.043.434.897,00 e pelo excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que vem sendo utilizado para redução nas obrigações do Plano.

Conforme consta neste parecer, um novo plano de custeio foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e está sendo discutido entre a Fundação Real Grandeza e as patrocinadoras, considerando alguns itens recomendados pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e preservando, acima de tudo, o equilíbrio financeiro-atuarial do plano. Contudo, para que as novas taxas de contribuições possam ser efetivamente praticadas, é necessária a aprovação da alteração regulamentar correspondente pelas patrocinadoras, DEST e PREVIC.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

Watson Wyatt Brasil Ltda., uma empresa Towers Watson.

São Paulo, fevereiro de 2010.



Luiz Alberto Garcia Alverna
MIBA nº 551



Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1158



Víviam Microni Macedo Alves
MIBA nº 1982

Parecer Atuarial

Avaliamos atuarialmente o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o período de abril/2010 a março do ano seguinte.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Real Grandeza e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A Fundação Real Grandeza e as Patrocinadoras, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método atuarial.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 31/8/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Ressaltamos que aplicamos um percentual adicional de 2,8% sobre o Salário Real de Contribuição (SRC) informado pela Fundação Real Grandeza (FRG), para representar o efeito dos adicionais de férias que serão incluídos no cálculo do Salário Real de Benefício (SRB), conforme discutido com a Fundação Real Grandeza.

Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2009 e 2008 foram:

<u>Hipótese</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Tábuas de Mortalidade Geral	AT83*	AT83*
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	RP2000 Disabled*	RP2000 Disabled*
Tábuas de Entrada em Invalidez	Wyatt 85 Class 1*	Wyatt 85 Class 1*
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada T-1 Service Table 6% a.a.	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada T-1 Service Table 6% a.a.
Rotatividade		
Taxa Real de Juros	50% no 1º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade
Aposentadoria	20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade **	20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade**

<u>Hipótese</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crescimento Salarial Real	2% para Furnas 1,5% para Real Grandeza 0% para autopatrocinados	2% para Furnas 1% para Real Grandeza 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	IGP - DI	IGP - DI

* Tábuas específicas por sexo

** Para participantes na 2º elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson em correspondência de 25/11/2009 e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião de 21/12/2009. As Patrocinadoras se manifestaram sobre a hipótese de crescimento salarial em 24/09/2009 (Furnas) e 28/10/2009 (Real Grandeza).

As hipóteses demográficas foram baseadas no Estudo de Aderência elaborado pela Towers Watson para a Fundação Real Grandeza em 2009, exceto em relação à mortalidade geral, uma vez que nenhuma tábua foi considerada aderente a esta premissa. As hipóteses adotadas pela Fundação Real Grandeza atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziriam resultados diferentes.

Características do Plano

O Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza é um plano essencialmente de Contribuição Definida na fase de capitalização, tendo, porém, o Benefício Mínimo e Saldo Projetado em caso de morte e invalidez que caracteriza uma parcela de benefício definido neste plano. Além disso, há a opção de renda vitalícia para os participantes assistidos. Assim, o plano está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 167.522.913,26, posicionada em 31/12/2009. A parcela correspondente aos benefícios de risco é de R\$ 17.039.428,00 e os benefícios concedidos totalizam R\$ 3.354.810,97. O custo dos benefícios de risco para 2010 equivale a 0,64% do total dos Salários de Contribuição.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2009 estão detalhadas no quadro a seguir:

Valores em R\$ 1,00		
2.3.1.0.00.00	Provisões Matemáticas	167.522.913,26
2.3.1.1.00.00	Benefícios Concedidos	3.354.810,97
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	3.354.810,97
	Aposentadorias:	1.042.100,48
	Vitalícia:	584.703,00
	Não Vitalícia:	457.397,48
	Aposentadoria por Invalidez:	275.726,38
	Vitalícia:	190.144,97
	Não Vitalícia:	85.581,41
	Pensão:	2.036.984,11
	Vitalícia:	1.725.935,00
	Não Vitalícia:	311.049,11
2.3.1.2.00.00	Benefícios a Conceder	164.168.102,29
2.3.1.2.01.00	Benefícios Plano Geração Atual	173.727.240,87
2.3.1.2.01.01	Contribuição Definida	156.687.812,87
2.3.1.2.01.02	Benefício Definido	17.039.428,00
	Aposentadorias:	0,00
	BPD:	0,00
	Aposentadoria por Invalidez:	9.398.373,00
	Pensão:	7.641.055,00
2.3.1.2.03.00	Outras Contribuições da Geração Atual	(9.559.138,58)
2.3.1.3.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado	0,00
	Benefícios Concedidos:	0,00
	Benefícios a Conceder:	0,00
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00	Por Ajustes Contrib. Extraordinárias	0,00
2.4.0.00.00	Reservas e Fundos	6.081.331,85
2.4.1.00.00	Equilíbrio Técnico	0,00
2.4.1.10.00	Resultados Realizados	0,00
2.4.1.10.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.4.1.10.01	Reserva de Contingência:	0,00
2.4.1.10.02	Reserva para Revisão do Plano:	0,00
2.4.2.00.00	Fundos	6.081.331,85
2.4.2.10.00	Programa Previdencial	0,00
2.4.2.30.00	Programa Administrativo	5.827.599,41
2.4.2.40.00	Programa de Investimentos	253.732,44

Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009:

<i>Valores em R\$ 1,00</i>	
Ativo Total	173.782.386,75
Exigível Operacional	(178.141,64)
Exigível Contingencial	0,00
Fundos	(6.081.331,85)
Ativo Líquido Previdencial	167.522.913,26

O Ativo Líquido Previdencial do Plano corresponde à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculadas, resultando em um equilíbrio atuarial.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Plano de Custeio

O plano de custeio vigorará de abril/2010 a março/2011.

Segmento Contribuição Definida

O Plano Anual de Custeio, de acordo com a Seção 5 do Regulamento do Plano, prevê as seguintes contribuições:

- Contribuição básica de Participante, correspondentes a 2,0% do seu Salário de Contribuição mais um percentual, à sua escolha, entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu Salário de Contribuição excedente a 7 Unidades de Referência (URs). O valor da UR em 31/12/2009 é R\$ 249,10.
- Contribuição voluntária de Participante, limitadas a 10,0%, desde que efetue contribuições básicas.
- Contribuição esporádica de Participante, em valor não inferior a 3 URs, nem superior a 5 vezes seu salário de contribuição.
- Contribuição regular da Patrocinadora, equivalente à Contribuição básica de Participante, descontando-se a Contribuição específica e a Contribuição complementar da Patrocinadora.
- Contribuição complementar da Patrocinadora, destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

A contribuição complementar, de 10,67% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,84% da Folha de Salários Reais de Contribuição.

No exercício de 2009, com base no cadastro de agosto/2009 informado pela Fundação Real Grandeza, observou-se uma contribuição média de 13,86% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras e contribuição básica dos participantes.

Segmento Benefício Definido

Para 2009, o desconto da contribuição específica será de 0,64%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano.

O regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em 29/12/2009, prevê o pagamento do Saldo Projetado aos autopatrocinados e consequente cobrança da contribuição específica destes. Assim, este percentual de contribuições específicas deve ser cobrado também dos autopatrocinados.

Dívidas Contratadas

Não identificamos, no balancete do Plano de Contribuição Definida, nenhuma dívida contratada com as patrocinadoras do Plano.

Provisões Matemáticas a Constituir

Não há registro de provisões matemáticas a constituir para o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício de 2009 o percentual de 23,89% que, comparada com a inflação acumulada de -1,44% (IGP-DI), resultou na taxa de rentabilidade no exercício, líquida de inflação, de 25,69%.

Alteração Regulamentar

A Fundação Real Grandeza encaminhou proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar, em 25/8/2004, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 6 de 30/10/2003, à Instrução Normativa SPC nº 5 de 09/12/2003 e à nova nomenclatura introduzida pela Lei Complementar nº 109/2001 de 29/5/2001.

Em 19/7/2007, a Fundação Real Grandeza encaminhou nova proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar em atendimento ao Ofício nº 2279/SPC/DETEC/CGAT de 19/6/2006, à Resolução nº 19 de 25/9/2006 e à Instrução Normativa SPC nº 15 de 18/1/2007.

Informamos que as alterações acima descritas foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº. 3.255 de 24 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

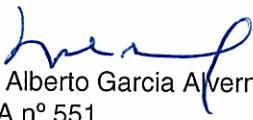
Conclusão

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

Watson Wyatt Brasil Ltda., uma empresa Towers Watson.

São Paulo, março de 2010.



Luiz Alberto Garcia Alvernaz
MIBA nº 551



Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1158



Víviam Microni Macedo Alves
MIBA nº 1982

N:\RealGrandeza\Ret\Projetos\Val\2009\Relatorios\DRRA\Parecer\PCD FRG - Parecer 2009.doc

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não possui programas financiados com recursos externos, conforme evidenciado no subitem 2.4.1. Programação Orçamentária – PDG 2009.

9. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Controle de Aplicações em Incentivos Fiscais à Cultura – Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Artigo 18

Número do Contrato	Nome do Projeto	Valor (R\$)
18.612	Taí, Eu Fiz Tudo Para Você Gostar de Mim – Império Serrano	300.000,00
18.617	XII Mostra de Cinema de Tiradentes	50.000,00
18.722	Cyrano de Bergerac	120.000,00
18.937	Estação do Som	100.000,00
18.906	O Jogador	100.000,00
18.904	Novas Perspectivas	190.000,00
18.947	Esta é a Nossa Canção	100.000,00
18.806	Reidy – A Construção da Utopia	50.000,00
18.851	Tainá 3 – Na Selva da Cidade	100.000,00
18.973	Expedição da Bacia do Mucuri	60.830,00
18.990	Rio com Arte - Toda Donzela tem um Pai que é uma Fera	50.000,00
19.093	A Vida Começa aos 60	150.000,00
19.230	Silêncio das Inocentes	50.000,00
Total		1.420.830,00

Cálculo do Incentivo – Artigo 18	Valor (R\$)
Patrocínio – 100 %	1.420.830,00
Doação – 100 %	0,00
Total	1.420.830,00

Artigo 26

Número do Contrato	Nome do Projeto	Valor (R\$)
18.946	CD O Tempo e o Vento	35.000,00
18.932	Festival Nacional da Canção (39º)	120.000,00
18.986	Projeto A Rede – Inclusão Cultural, Social e Digital	80.000,00
Total		235.000,00

Cálculo do Incentivo – Artigo 26	Valor (R\$)
Patrocínio – 30 %	70.500,00
Doação – 40 %	0,00
Total	70.500,00

Incentivo	Valor (R\$)
Artigo 18	1.420.830,00
Artigo 26	70.500,00
Total	1.491.330,00

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/CT-Energ)

Conforme estabelecido pelas Leis nº 9.991/2000 e 10.848/2004, a Empresa destina, anualmente, 0,4% de sua receita operacional líquida ao FNDCT/CT-Energ e outros 0,4%, para o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos.

Em 2009, foi destinado, contabilmente, R\$ 24.673 mil ao referido Fundo.

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Como previsto na legislação, o Paint, referente ao ano de 2010, foi submetido, previamente, à CGU e ao Conselho de Administração.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint) foi encaminhado à CGU, com as seguintes informações básicas: ações realizadas pela Auditoria Interna e informações adicionais; recomendações implementadas; relato gerencial; fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna; capacitação dos auditores; e ações de fortalecimento da unidade de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna, como coordenadora dos trabalhos da Comissão de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), atuou como facilitadora na realização dos trabalhos da CGU, intermediando as suas solicitações junto às áreas de FURNAS, bem como prestando esclarecimentos.

Recomendações da Controladoria Geral da União (CGU)

Relatório de Auditoria nº 224591 – Item: 2.1.1.3

Recomendação: 001

Implementar os mecanismos de gerenciamento e controle, necessários à restrição das horas extras realizadas no âmbito de FURNAS, com vistas a atender o disposto no artigo 66º do Decreto Lei nº 5.452 – CLT.

Recomendação: 002

A excepcionalidade prevista pelo artigo 61 do Decreto Lei nº 5.452 – CLT, somente deve ser praticada quando, tal como previsto no texto legal, houver necessidade imperiosa, que deverá ser formalmente caracterizada e documentada.

Setor Responsável pela Implementação

Diretoria de Gestão Corporativa – DG

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

1.1.1.1. Restrições a Horas-Extras e Observação do Descanso entre Jornadas:

O Diretor de Gestão Corporativa, no exercício de suas atribuições, diligenciou para que fossem publicadas duas Circulares Gerais nº 025.2009, de 08 de maio de 2009, e nº 032.2009, de 10 de junho de 2009 determinando as seguintes providências:

Tendo em vista o estrito cumprimento do disposto nos artigos nº 59, 61 e 66 do Decreto Lei nº 5.452 da CLT e acolhendo as recomendações da CGU a Diretoria Executiva de FURNAS determinou, a todos os gerentes da Empresa, observar o seguinte:

- Maior rigor no gerenciamento e controle das horas-extras, especialmente quanto ao limite legal de 2 horas e do descanso mínimo de 11 horas consecutivas entre jornadas sucessivas, no cumprimento do disposto no diploma legal;
- As excepcionalidades, de acordo com o artigo 61 do diploma legal, só devem ser autorizadas em situações inadiáveis, ou seja, cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto e, nesses casos, estarem, formalmente, caracterizadas e documentadas;
- Adicionalmente, e sempre que possível, as gerências devem optar pelo rodízio de turmas de empregados, de forma que nenhum deles pratique, por um longo período, horas-extras além das 2 horas diárias.
- Determinou, a partir de 10 de junho de 2009, que as horas-extras excepcionais que excederem a 2 horas diárias ou a 40 horas mensais devem ser, obrigatoriamente, autorizadas pela gerência de nível hierarquicamente superior daquele que as aprovou.
- Determinou que o sistema atual de controle de frequência, denominado Web Ponto, seja utilizado pelos gerentes como referência para cumprir a nova regra a partir da frequência de 01 de agosto de 2009. A observação desta regra passará a ser feita automaticamente quando da substituição do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (SAP ERP) que entrará em operação assistida em 01 de janeiro de 2010.

1.1.1.2. Outras Providências Correlatas:

Como forma de recompor o quadro de profissionais da Empresa, suprindo diversas carências de seus setores organizacionais e reduzindo, desta forma, a necessidade da prática de horas-extras,

a Diretoria Executiva de FURNAS, por meio da RD 023/2498, de 30.06.2009, aprovou a realização de Concurso Público para seleção de candidatos à admissão em FURNAS, até o fim deste ano, bem como para formação de Cadastro de Reserva de Pessoal, para cargos de Profissionais de Nível Superior, Nível Médio Técnico e Nível Médio Suporte.

Esta ação é necessária em virtude do recente Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho, que estabelece o afastamento da contratação de mão-de-obra terceirizada para o exercício de atividades-fim da Empresa, vedada pela nossa legislação, salvo em casos especiais previstos em Lei. A não realização de admissões por Concurso Público, conforme previsto em Lei, levaria FURNAS, com a iminência da adoção de desligamento programado de pessoal terceirizado, a um previsível aumento da prática de horas-extras para suprir às atividades desenvolvidas pelo contingente desligado.

Relatório de Auditoria nº 224591 – Item: 2.1.1.4

Descrição da Recomendação

Recomendação: 001

Adote medidas com vistas à regularização do ressarcimento dos débitos dos órgãos cessionários.

Recomendação: 002

Abstenha-se de ceder qualquer servidor a órgãos que se encontrem inadimplentes com FURNAS, com dívidas referentes a funcionários cedidos.

Recomendação: 003

Solicite o retorno de funcionários que permanecem cedidos a órgão inadimplente com FURNAS, com dívidas referentes a funcionários cedidos.

Recomendação: 004

Quando da formalização do processo de cessão de funcionários de FURNAS a outros órgãos/entidades, no intuito de evitar questionamentos, informe ao requisitante, antes da formalização da cessão, todos os tipos de gastos passíveis de reembolso, tais como: Participação nos Lucros e Resultados (PLR), reembolso de despesas hospitalares, taxa de recuperação de custos, dentre outros.

Recomendação: 005

Tendo em vista a existência de funcionários cedidos a entidades do próprio Sistema Eletrobrás, que se encontram inadimplentes, verifique a possibilidade de elaboração de regulamento próprio que facilite a transferência de funcionários dentro da própria *Holding*.

Setor Responsável pela Implementação

Assessoria de Planejamento e Coordenação – APC.G

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Recomendação 001

1.1.1. Junto com o Departamento de Recursos Financeiros – DRF.F, já são adotadas medidas visando à regularização do ressarcimento dos débitos das entidades cessionárias de FURNAS, quais sejam:

- Por meio de cartas e/ou e-mails o DRF.F envia as cobranças formais às cessionárias inadimplentes;
- São encaminhadas a essa Assessoria cópias das cobranças feitas, bem como das respostas e justificativas das cessionárias. Após ter recebido o Relatório de Auditoria Anual de Contas de

2008, da CGU, a APC.G passou a interagir junto às cessionárias inadimplentes informando as determinações da CGU, no sentido da regularização dos débitos. Perante a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) conseguiu-se a quitação do valor de R\$ 327.770,02, relativo ao ressarcimento da PLR dos empregados cedidos àquela empresa. Resta um débito de R\$ 305,85, referente a reembolso médico, já aceito pela EPE, com pagamento previsto para os próximos dias;

- No momento estamos em contato com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que também questionam o ressarcimento da PLR relativa aos empregados de FURNAS cedidos.

Análise da Justificativa

2^a Revisão: Reconsideramos a manifestação de FURNAS, nesta segunda revisão. Embora não tenha havido a regularização do ressarcimento dos débitos dos órgãos cessionários, a Empresa vem adotando medidas com vistas a sua regularização. Efetuaremos o acompanhamento desta regularização nos próximos exercícios. Solicitamos, por meio da Solicitação de Auditoria (SA) nº 243237/03, de 05.04.2010, a situação mensal dos ressarcimento/pagamentos recebidos/efetivados em 2010, indicando o saldo dos valores porventura em atraso, por órgão/entidade, em 31.03.2010, e demonstrando as providências adotadas em relação aos cessionários inadimplentes (cópia dos últimos ofícios de cobrança, etc.).

Tipo da Comunicação

Recomendação atendida.

Recomendação 002

1.2.1. De acordo com a recomendação, não é praticada a cessão de empregado a entidades inadimplentes.

Recomendação 003

1.3.1. Após 75 dias sem lograr êxito nas cobranças, o DRF.F procede à inclusão da cessionária no Cadin.

Caso as negociações citadas no item 1.1.1 não obtenham sucesso, o retorno dos empregados cedidos será solicitado.

1.3.2. O prazo para o retorno dos empregados será de 75 dias, mais o tempo que levarem as negociações.

Recomendação 004

1.4.1. Com base no Decreto Lei nº 2.355, de 27.08.1987, encaminham-se às entidades cessionárias correspondências onde são discriminados os gastos nos quais incorrerão relativos aos direitos e vantagens dos cedidos, e relacionados às obrigações das mesmas junto à cedente. Assim foi feito, por exemplo, no caso da requisição, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, do empregado José Luiz Zedane, quando obtivemos a concordância expressa em ressarcir todas as despesas listadas.

1.4.2. Logo após o recebimento do pleito, FURNAS envia correspondência onde informa os custos reembolsáveis inerentes à cessão em pauta e solicita a concordância da cessionária com os mesmos.

Análise da Justificativa

1^a Revisão (janeiro/2010): O atendimento a esta recomendação será verificado nas próximas auditorias realizadas na Empresa.

2^a Revisão (abril/2010): Analisamos 2 processos de cessão de funcionários, um cedido à Fundação Real Grandeza e outro à Defensoria Pública-Geral da União, efetuados em 16.11.2009

e 01.12.2009, respectivamente, referentes aos exames da Ordem de Serviço 242063. Evidenciamos ofícios da Empresa informando aos cessionários os tipos de gastos passíveis de reembolso, inclusive PLR, dentre outros.

Tipo da Comunicação

Recomendação atendida.

Recomendação 005

1.5.1. Conforme informado verbalmente a V.Sas, o Grupo de Trabalho de Administração de Pessoal, coordenado pela Eletrobrás, está elaborando norma visando à padronização dos procedimentos de cessão e prorrogação de cessão dentro do Sistema Eletrobrás.

1.5.2. O prazo previsto para implantação da Norma de Mobilidade dentro do Sistema Eletrobrás é 31.12.2009.

Relatório de Auditoria nº 224591 – Item: 3.1.2.1

Recomendação: 001

Abstenha-se de realizar dispensa de licitação sem que estejam sem que estejam presentes os requisitos legais para a aplicação de tal dispositivo.

Setor Responsável pela Implementação

Diretoria de Gestão Corporativa – DG

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

FURNAS ratifica que só realiza contratações por Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação quando estão presentes os requisitos legais para aplicação de tais dispositivos, sempre amparados por pareceres da sua Consultoria Jurídica.

Entretanto, no sentido de evitar ao máximo a ocorrência de fatos que possam gerar casos de Dispensa as Inexigibilidades já foram ou estão sendo tomadas as seguintes providências:

- Emitida, em 14.01.2009, Circular Geral nº 005.2009 – Prazo de Início dos Processos Licitatórios, com o seguinte texto:

FURNAS é um ente da Administração Pública Federal e, como tal, encontra-se subordinada aos ditames da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

As etapas que compõem o processo licitatório, bem como o próprio Edital, podem ser objeto de recursos administrativos e/ou impugnações respectivamente, impactando, muitas vezes, os prazos de vigência dos instrumentos contratuais que ainda estão vigorando.

Assim, no intuito de evitar questionamentos por parte dos órgãos auditores externos, mormente o TCU, no que diz respeito às prorrogações que possam ser caracterizadas com falta de um planejamento prévio da Administração, determinamos que os processos licitatórios, promovidos pelos órgãos competentes, sejam iniciados com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação à data de término dos contratos, cabendo aos gerentes dos referidos órgãos, a responsabilidade pelo fiel cumprimento da orientação objeto da presente Circular.

- Orientar as diversas áreas da Empresa para que solicitem a contratação de bens e serviços com antecedência suficiente que possibilite, ao órgão licitante, a realização do processo licitatório e a adoção de soluções adequadas para superação de eventuais problemas que possam ocorrer no transcurso deste processo.

Análise da Justificativa

1^a Revisão: O atendimento a esta recomendação será verificado nas próximas auditorias realizadas na Empresa.

2^a Revisão: Executamos as Ordens de Serviço nº 228439 e nº 228440, nas quais foram analisados processos de dispensa de licitação, realizados pela Empresa em 2009. Desta análise não identificamos situações que caracterizaram incorreções de enquadramento na referida modalidade.

Tipo da Comunicação

Recomendação atendida.

Relatório de Auditoria nº 224591 – Item: 3.2.1.1**Descrição da Recomendação****Recomendação: 001**

Definir as principais modalidades de serviços jurídicos contratados e estabelecer regras comuns quanto à definição do objeto e forma de pagamento nos contratos de mesma natureza.

Setor Responsável pela Implementação

Consultoria Jurídica – C.J.P

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)**1.1.1 Providências a Serem Implementadas:**

Para cada contrato a ser encerrado faremos uma pesquisa de mercado, encaminhando uma consulta de preços para, no mínimo, três escritórios com notória especialização na área a ser contratada, estabelecendo, entre outros, a forma de pagamento (sempre que possível por preço unitário), a quantidade de processos e a abrangência da prestação dos serviços. Será dado um prazo para que os escritórios apresentem suas propostas, sendo vencedor aquele que ofertar o menor preço. Desta forma, estaremos atendendo as recomendações dessa Controladoria. Esta será a metodologia para os contratos de natureza contínua.

As outras duas modalidades de contratos, que tem por objeto um parecer ou acompanhamento e defesa de alguma ação judicial ou administrativa de grande relevância para esta Concessionária, são pagas por escopo e, dependendo do montante da ação, o escritório tem ainda direito ao pagamento pelo êxito obtido.

1.1.2 Prazo:

Término do último contrato em vigor com a metodologia anterior: 01.07.2014.

1.1.3 Situação atual:

A partir de 16.11.2009, estamos realizando 3 consultas de preços para substituição de 3 contratos que serão encerrados no final deste mês, onde definimos o preço unitário por processo como forma de pagamento, a quantidade de processos e área de prestação dos serviços etc.

Análise da Justificativa

1^a Revisão (janeiro/2010): O atendimento a esta recomendação será verificado nas próximas auditorias realizadas na Empresa.

2^a Revisão (abril/2010): Examinamos os processos de Inexibilidade de Licitação RE.CJ.P.00014.2009 e RE.CJ.P.00016.2009, realizados para a contratação de serviços de assessoria jurídica, para o acompanhamento de ações judiciais e constatamos que a contratação foi feita sem a realização do devido procedimento licitatório, conforme já apontado no Relatório de Auditoria nº 242063 desta Regional.

Tipo da Comunicação

Recomendação atendida.

Relatório de Auditoria nº 224591 – Item: 3.2.1.2

Recomendação: 001

Contratar serviços de assessoria jurídica por meio de competente processo licitatório, salvo se plenamente justificada a inexigibilidade.

Recomendação: 002

Nos processos de inexigibilidade porventura instaurados, realizar a competente justificativa de preços.

Setor Responsável pela Implementação

Consultoria Jurídica – CJ.P

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

1.1.1 Providências a serem Implementadas:

Ao fim do prazo de vigência de cada contrato, estaremos avaliando a possibilidade de realização de processo licitatório, cabendo ressaltar, conforme já amplamente defendido perante essa Controladoria, que entendemos tratar-se o objeto de contratação direta, qual seja, contratação de serviços de assessoria jurídica. Assim, apesar de ser claro que a utilização de contratação direta por inexigibilidade de licitação configura-se exceção à regra da licitação, em casos especiais pode ser utilizada pela Administração para atendimento de suas finalidades, como é o caso da contratação de notórios especialistas da área jurídica. Porém, sempre que constatarmos a possibilidade de realização de licitação, a mesma será realizada.

1.1.2 Prazo:

Término do último contrato em vigor com a metodologia anterior: 01.07.2014.

1.1.3 Situação Atual:

A partir de 16.11.2009, nenhum processo foi implantado, haja vista estarmos respeitando os prazos contratuais vigentes e não termos detectado nenhum caso passível de contratação por meio de uma licitação formal, nas modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993.

Análise da Justificativa

1ª Revisão (janeiro/2010): O atendimento a esta recomendação será verificado nas próximas auditorias realizadas na Empresa.

2ª Revisão (abril/2010): Examinamos os processos de inexigibilidade de licitação RE.CJ.P.00014.2009 e RE.CJ.P.00016.2009, realizados para a contratação de serviços de assessoria jurídica, para o acompanhamento de ações judiciais e constatamos que a contratação foi feita sem a realização do devido procedimento licitatório, conforme já apontado no Relatório de Auditoria nº 242063 desta Regional.

Tipo da Comunicação

Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

Prazo para Atendimento da Recomendação

31.07.2010.

1.2.1. Providências a serem Implementadas:

Para cada contrato a ser encerrado faremos uma pesquisa de mercado, encaminhando uma consulta de preços para, no mínimo, três escritórios com notória especialização na área a ser contratada, estabelecendo, entre outros, a forma de pagamento (sempre que possível por preço unitário), a quantidade de processos e a abrangência da prestação dos serviços. Será dado um prazo para que os escritórios apresentem suas propostas, sendo vencedor aquele que ofertar o menor preço. Desta forma, estaremos atendendo as recomendações dessa Controladoria.

1.2.2. Prazo:

Término do último contrato em vigor com a metodologia anterior: 01.07.2014.

1.2.3. Situação Atual:

A partir de 16.11.2009, estamos realizando 3 consultas de preços para substituição de 3 contratos que serão encerrados no final deste mês, onde definimos o preço unitário por processo como forma de pagamento, a quantidade de processos e área de prestação dos serviços etc.

Análise da Justificativa

1^a Revisão (janeiro/2010): O atendimento a esta recomendação será verificado nas próximas auditorias realizadas na Empresa.

2^a Revisão (abril/2010): Examinamos os processos de inexibilidade de licitação RE.CJ.P.00009.2009 para a contratação de serviços de assistência jurídica de dirigentes e ex-dirigentes de FURNAS – Centrais Elétricas S.A. e constatamos que a contratação foi efetuada sem a realização da justificativa de preços adequada.

Tipo da comunicação

Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

Prazo para Atendimento da Recomendação

31.07.2010.

Relatório de Auditoria nº 224591 – Item: 4.1.2.1

Descrição da Recomendação

Que FURNAS apresente, no próximo Relatório de Gestão da Entidade, informações quanto à previsão e realização das metas físicas estabelecidas na Lei Orçamentária e registradas no Sigplan, atentando para o cumprimento dos normativos que regulamentam a elaboração desse Relatório.

Setor Responsável pela Implementação

Departamento de Estudos Gerenciais e de Mercado – DGM.E

Providências Adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

FURNAS – Centrais Elétricas S.A. encontra-se adimplente no que se refere à atualização das informações registradas no Sigplan.

O prazo para registro de informações de desempenho das ações do PPA ocorre até o décimo dia do mês subsequente ao término de cada trimestre, segundo as disposições contidas no Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, na Portaria MP/SPI nº 1, de 8 de Maio de 2009, e na Portaria MP nº 140, de 10 de junho de 2009.

Atualmente o Sigplan encontra-se atualizado com as informações do 3º trimestre/2009 (até o mês de setembro de 2009).

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

A Auditoria Interna atuou como facilitadora na realização dos trabalhos do TCU, intermediando as suas solicitações junto às áreas de FURNAS, bem como prestando esclarecimentos. Acompanhou o andamento dos processos auditados pelo TCU e a implementação, pelos órgãos da Empresa, das recomendações daquele tribunal.

Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
--	------------------------------

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	031.616/2008-4	0237/2009-PL	9.2 a 9.4	DE	64/2009-TCU/SEFTI-DF

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
---	------------------------------

Descrição da Deliberação:

- 9.2. Determinar a FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que, em futuras licitações, abstenha-se de:
 - 9.2.1. Exigir ou incluir quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento as empresas licitantes tenham de incorrer em despesas que sejam desnecessárias e anteriores à própria celebração do contrato ou frustrem o caráter competitivo do certame, a exemplo da existência de quadro de pessoal com técnicos certificados, comprovados mediante vínculo empregatício prévio, de modo a observar o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e ao item 9.4.1, do Acórdão nº 126/2007 – TCU-Plenário;
 - 9.2.2. Incluir cláusula que permita apresentação de propostas alternativas à proposta oficial, observando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo que regem o procedimento licitatório, conforme previsto nos artigos 3º e 46 da Lei nº 8.666/1993;
- 9.3. Determinar à referida empresa que, em futuras licitações de bens e serviços de tecnologia da informação, observe as orientações contidas nos itens 9.1 e 9.2, do Acórdão 2.471/2008 – TCU-Plenário, no que se refere ao uso da modalidade pregão para contratação de serviços comuns de TI, entre os quais se inclui o serviço de atendimento a usuários;
- 9.4. Dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Diretor-Presidente de FURNAS.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Departamento de Aquisição – DAQ.G	Código SIORG Não se aplica
---	--------------------------------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	025.645/2008-0	0081/2009-PL	1.5	DE	013/2009-TCU/SEFTI

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

Código SIORG
60478

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Descrição da Deliberação:

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações à FURNAS – Centrais Elétricas S.A.:

1.5.1. Em seus editais para contratações de bens e serviços comuns de tecnologia da informação, abstenha-se de utilizar a modalidade concorrência em detrimento do pregão, observando o previsto no item 9.2 do Acórdão nº 2.471/08 – TCU-Plenário;

1.5.2. Em seus editais para contratações de bens e serviços de tecnologia da informação, atente para as orientações contidas no item 9.1 do Acórdão nº 2.471/08 – TCU-Plenário, que trata do conteúdo mínimo dos termos de referência ou projetos básicos para a espécie;

1.5.3. Defina, no termo de referência ou no projeto básico para a contratação que vier a substituir a pretendida com a Concorrência nº CO.DAQ.G.0011.2008, se o acesso nativo é requisito técnico obrigatório e imprescindível às necessidades da empresa, à luz do art. 3º, § 1º da Lei 8.666/93 e do art. 8º, inciso I, do Decreto 3.555/00;

1.5.4. Dar conhecimento da decisão adotada, bem como cópia da Instrução da Unidade Técnica aos representantes e à representada.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:**

Código SIORG

Departamento de Aquisição – DAQ.G

Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	032.258/2008-7	0264/2009-PL	9.1 a 9.3	CI	0216/2009-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

"9.1. Conhecer da presente Denúncia, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 234/236, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. Dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao denunciante e a FURNAS – Centrais Elétricas S.A.;

9.3. Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 169, IV, do RI/TCU."

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Código SIORG

Consultoria Jurídica – CJ.P Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	032.258/2008-7	0422/2009-2C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Descrição da Deliberação:

1.5. Determinações à Secex-RJ:

1.5.1. Encaminhar cópia de folhas 11 a 13 (volume Principal), no qual se fundamenta o presente Acórdão, à FURNAS – Centrais Elétricas S.A.;

1.5.2. Arquivar os presentes autos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Código SIORG

Não se aplica Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Código SIORG 60478
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	002.376/2009-8	1344/2009 -1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Não se aplica
---	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	002.375/2009-0	1343/2009 - 1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:	Código SIORG
---	---------------------

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478
----------------------------------	-------

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Não se aplica
---	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada**Denominação completa:**

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG

60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	002.378/2009-2	1563/2009 - 1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:**Código SIORG**

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:****Código SIORG**

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G

Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada**Denominação completa:**

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG

60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	008.499/2006-0	0595/2009-PL	9.3	CI	846/2009-TCU/ SECEX - MG

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:**Código SIORG**

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

9.1. Com fundamento nos artigos 174 e 175 do Regimento Interno-TCU, tornar insubsistente o subitem 9.2.1. do Acórdão 2189/2007-Plenário e modificar o subitem 9.2.3 do referido Acórdão, que passa a ter a seguinte redação:

"9.2.3. Adote os cuidados necessários e suficientes para garantir que se mantenha o preço pactuado e as condições efetivas da proposta vencedora, de modo a ser preservada a vantagem original do contrato, evitando a ocorrência de desvios em relação ao custo contratado."

9.2. Manter inalterados os demais itens do Acórdão 2189/2007-Plenário;

9.3 Dar ciência do Acórdão, acompanhado do respectivo Relatório e Voto ao Consórcio Empresarial para Modernização da UHE Furnas – CEMF e a empresa FURNAS – Centrais Elétricas S.A.;

9.4. Arquivar o presente processo.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:****Código SIORG**

Superintendência de Empreendimentos de Geração – SG.C

Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	020.548/2007-6	1208/2009 - 2C	1.5	DE	717/2009-TCU/SECEX-RJ2DT

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Descrição da Deliberação:

1.5.1. À FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que:

1.5.1.1. Formalize o respectivo termo aditivo, nos casos de alteração contratual, no devido prazo, obedecendo rigorosamente à Lei nº 8.666/1993, especialmente o artigo 57, §§ 1º e 2º;

1.5.1.2. Apresente, no próximo exercício, o processo de prestação de contas, em conformidade com a IN TCU nº 47/2004, bem como a Decisão Normativa para o respectivo exercício, sob pena de responsabilidade;

1.5.1.3. Se abstenha de prorrogar os contratos firmados para a prestação de serviços advocatícios, sem prévia licitação prévia, em relação aos quais não restaram efetiva e formalmente comprovados os requisitos de inviabilidade de competição, da singularidade do objeto e da notória especialização do prestador, indicados no artigo 25, caput e II, da Lei nº 8.666/1993, em obediência ao disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição;

1.5.1.4. Se abstenha de contratar serviços advocatícios, por inexigibilidade de licitação, quando não restar efetiva e formalmente demonstrada a inviabilidade de competição a que se refere o artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

1.5.2. Ao TCU:

1.5.2.1. Dar ciência ao Assessor Especial de Controle Interno no Ministério de Minas e Energia, conforme dispõe o inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.591/2000, e à Secretaria Federal de Controle Interno (Diretoria de Auditoria de Programas – Área de Infra-Estrutura) da decisão proferida nos autos, bem como da Instrução da Unidade Técnica que a fundamentou, a fim de permitir o devido acompanhamento;

1.5.2.2. Dar ciência aos responsáveis da decisão proferida nos autos, bem como da Instrução da Unidade Técnica que a fundamentou.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
Consultoria Jurídica – CJ.P	Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	017.053/2005-0	1516/2009 - 2C	1.7	CI	267/2009-TCU/SECEX - 2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.					60478

Descrição da Deliberação:

1.7.1. Encaminhar cópia deste Acórdão, bem como da instrução da Unidade Técnica que a fundamentou aos Srs. Demosthenes Madureira de Pinho Filho, CPF 007.042.537-04; Lídio Duarte, CPF 347.647.477-15; Luiz Eduardo Pereira de Lucena, CPF 160.238.207-78; Adenauher Figueira Nunes, CPF 031.193.352-15 e Rodrigo Botelho Campos, bem como ao IRB-Brasil Resseguros S.A., à FURNAS – Centrais Elétricas S.A. e à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero;

1.7.2. Encaminhar cópia deste Acórdão, bem como da instrução da Unidade Técnica que a fundamentou à Advocacia-Geral da União – Procuradoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro para subsidiar o ajuizamento das respectivas ações judiciais, em atendimento às solicitações constantes no TC 013.376/2005-3;

1.7.3. Dar ciência desse Acórdão à Consultoria Jurídica deste Tribunal para o devido acompanhamento, conforme estipulado no Memorando nº 211/2005, da Conjur;

1.7.4. Arquivar o presente processo.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:**

Código SIORG

Assessoria de Assuntos Jurídicos – AAJ.P

Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	002.374/2009-3	1681/2009 - 1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Não se aplica
---	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
------------------------------	---------------------

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478
----------------------------------	-------

Deliberações do TCU**Deliberações expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	005.640/2009-5	2357/2009 - 1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG
----------------------------------	---------------------

60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Não se aplica
---	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
------------------------------	---------------------

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478
----------------------------------	-------

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	005.605/2009-6	2356/2009 - 1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
---	------------------------------

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação: Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Código SIORG Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:
Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:
Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478

Deliberações expedidas pelo TCU:	
Ordem Processo Acórdão Item Tipo	Comunicação Expedida
14 005.663/2009-0 2358/2009 - 1C 1.5 CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
---	------------------------------

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação: Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Código SIORG Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:
Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:
Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	005.799/2009-8	2359/2009 - 1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:
Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G

Código SIORG
Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:
Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	007.816/2009-0	2391/2009-1C	1.5 à 1.6	DE	1262/2009-TCU/SECEX-RJ/2 DT

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Descrição da Deliberação:

1.5. Determinar à FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que, antes de dar início a novos procedimentos licitatórios, realize estudos no sentido de avaliar a possibilidade de utilização do Comprasnet;

1.6. Arquivar os presentes autos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:
Departamento de Aquisição – DAQ.G

Código SIORG
Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:
Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	004.645/2008-9	2582/2009-2C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
---	------------------------------

Descrição da Deliberação:

1.5. Determinação: Secex-RJ:

1.5.1. Enviar cópia da instrução da unidade técnica de fls. 125/130, vol. Principal, bem como do acórdão proferido nos autos a FURNAS – Centrais Elétricas S.A.; ao autor da Representação – Positive Idiomas Ltda.; bem como aos licitantes Senac ARRJ e Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Departamento de Aquisição – DAQ.G	Código SIORG Não se aplica
---	--------------------------------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	005.472/2009-8	1441/2009-PL	9.1	DE	156/2009-TCU/SECOB

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
---	------------------------------

Descrição da Deliberação:

9.1. Encaminhar as seguintes determinações à FURNAS – Centrais Elétricas S.A.:

9.1.1. Formalizar, em relação ao contrato 16.856, as alterações nos volumes de escavações e tratamentos relativos à construção dos túneis e canais constantes do circuito hidráulico, bem como as demais alterações observadas nos quantitativos presentes na planilha de preços contratada, tão logo se conclua os pertinentes levantamentos;

9.1.2. Manter os esforços para o cumprimento das condicionantes da licença de instalação nº 456, de modo a obter a licença de operação em prazo hábil;

9.1.3. Prever, em suas próximas licitações, cláusula definindo os critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, tendo por limite os valores estimados no orçamento a que se refere o inciso II do § 2º do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, desclassificando a proposta que não atender a esse critério, com base nos artigos 40, inciso X, e 48, inciso I, da mesma lei;

9.1.4. Atentar, em relação ao edital CO.DAQ.G.0002.2009, para o disposto no §6º, artigo 109 da Lei 11.768/2008 – LDO 2009, em caso de acréscimos de serviços no contrato resultante do respectivo edital;

9.2. Determinar o apensamento destes autos ao TC-008.970/2007-8.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Código SIORG

Superintendência de Empreendimentos de Geração – SG.C Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	007.650/2009-0	1933/2009-PL	9.1 à 9.3	DE	1944/2009-TCU/SECEX-RJ-DT2

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Descrição da Deliberação:

9.1. Determinar a FURNAS que exija da contratada a apresentação de folha de pagamento específica dos empregados alocados na execução dos serviços, em observância à cláusula 8.5, alínea "c", do Contrato nº 16.488;

9.2. Determinar a FURNAS que, nos casos em que for responsável pelo fornecimento de insumos a obras de engenharia, efetue a devida licitação para aquisição e fornecimento desses materiais com a antecedência necessária para evitar incorrer em irregular contratação emergencial;

9.3. Arquivar os autos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Código SIORG

Assessoria de Administração de Contratos, Normalização e Arquivo Técnico – AAT.E Não se aplica
Superintendência de Suprimentos – SR.G

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	006.293/2008-3	2884/2009-PL	9.3	DE	014/2009-TCU/SECOB-1

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

- 9.1. Acolher as razões de justificativa relativas aos itens 9.1.1.c, 9.1.7.b, 9.1.11 e 9.1.12 do Acórdão nº 1.982/2008-TCU-Plenário;
- 9.2. Acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas com relação aos itens 9.1.1.a, 9.1.1.e e 9.1.5.a do Acórdão nº 1.982/2008-TCU-Plenário;
- 9.3. Determinar a FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que se abstenha de adotar procedimentos não previstos em lei com vistas a evitar o chamado jogo de planilha, como é o caso da definição de grandes títulos como preços unitários no orçamento divulgado juntamente com o edital da licitação, mesmo que o detalhamento integre o processo administrativo, na medida em que os artigos 6º, inciso IX, alínea "f", e 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 estabelecem que o orçamento detalhado do custo global da obra deve ser um dos elementos do projeto básico, bem como que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários deve constituir anexo do edital, dele fazendo parte integrante;
- 9.4. Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que adote providências no sentido de orientar a unidade técnica competente quanto à verificação, na próxima auditoria a ser realizada nas obras de implantação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Simplício, acerca da necessidade de aprofundar o exame dos questionamentos levantados no relatório de auditoria do Fiscobras 2008 com relação ao Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007 e Contrato nº 17.639, que têm por objeto o gerenciamento ambiental e execução de parte dos programas ambientais previstos no projeto básico ambiental, esclarecendo que as razões de justificativas relativas aos itens 9.1.1.b, 9.1.1.d, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5.b, 9.1.6, 9.1.7.a, 9.1.8, 9.1.9 e 9.1.10 do Acórdão nº 1.982/2008-TCU-Plenário devem ser analisadas no âmbito da aludida fiscalização;
- 9.5. Arquivar o presente processo.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:**

Código SIORG

Superintendência de Empreendimentos de Geração – SG.C

Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo da determinação do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	008.907/2005-8	2573/2009-PL	9.1 à 9.2	CI	3818/2009-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

- 9.1. Conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. José Pedro Rodrigues de Oliveira e pela Sra. Lucimar Altomar Gütler, com fundamento no artigo 34 da Lei 8.443/92, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. Dar ciência da presente deliberação aos interessados.
-

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Consultoria Jurídica – CJ.P	Não se aplica
-----------------------------	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	032.258/2008-7	0846/2009-PL	9.1 à 9.2	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Descrição da Deliberação:

- 9.1. Conhecer dos presentes Embargos de Declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. Dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Embargante e a FURNAS – Centrais Elétricas S.A.
-

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Consultoria Jurídica – CJ.P	Não se aplica
-----------------------------	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	026.828/2007-7	0120/2009-2C	1.6	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:	Código SIORG				
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478				
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinações às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás:					
1.6.1. Encaminhar o resultado dos trabalhos a serem conduzidos em FURNAS – Centrais Elétricas S.A., por força da recomendação expedida pelo Ministério das Minas e Energia – MME (Ofício nº 1712/2008/GM-MME, de 28/08/08), à Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro – SECEX/RJ, tão logo seja concluída a apuração, para análise em conjunto e confronto com a presente Representação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:	Código SIORG				
Não se aplica	Não se aplica				
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Observado o conteúdo do referido acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Observado o conteúdo do referido acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:	Código SIORG				
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478				
Deliberações expedidas pelo TCU:					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	575.144/1997-1	1623/2009-2C	1.5	CI	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.					
Código SIORG					
60478					
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
1.6. Quitação relativa ao item 8.2 do Acórdão 243/2002, proferido pelo Plenário do TCU, em Sessão de 03/07/2002, Ata nº 23/2002.					
Data de origem do débito: 03/07/2002	Valor original do débito: R\$ 10.000,00				
Data do recolhimento: 27/08/2008	Valor recolhido: R\$ 15.250,00				
	Total do recolhimento: R\$ 15.250,00				
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:	Código SIORG				
Não se aplica	Não se aplica				
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Observado o conteúdo do referido acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Observado o conteúdo do referido acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	002.373/2009-6	1953/2009-1C	1.5	CI	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.					60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	004.128/2009-9	2583/2009-1C	1.5	CI	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.					60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os artigos 143, inciso III; e 237 parágrafo único do Regimento Interno/TCU, acordam em conhecer da(s) representação(ões), mas considerá-la(s) prejudicada(s), por perda de objeto, arquivando-a e dando-se ciência ao(s) representante(s), com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
Não se aplica	Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada**Denominação completa:**

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	006.294/2009-9	2889/2009-1C	1.5	CI	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.					60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação:**

Código SIORG

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G

Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada**Denominação completa:**

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	006.300/2009-8	2889/2009-1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Código SIORG

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	002.377/2009-5	3113/2009-1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Código SIORG

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	006.299/2009-5	3892/2009-2C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: Código SIORG

FURNAS – Centrais Elétricas S.A. 60478

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, acordam, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, artigos 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Não se aplica
---	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	014.115/2007-8	2405/2009-PL	Não se aplica	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478
----------------------------------	-------

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos artigos 62, I, 143, III e 237, VII, do RI/TCU, acordam em conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade e arquivar os presentes autos, dando-se ciência deste Acórdão ao Representante, considerando que o acompanhamento das licitações e dos contratos mais relevantes firmados pela Administração Federal já é realizado de forma rotineira pelas unidades técnicas do Tribunal, não somente em relação aos órgãos e entidades citados nos presentes autos, mas também no tocante às demais unidades jurisdicionadas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
--	---------------------

Departamento de Aquisição – DAQ.G	Não se aplica
-----------------------------------	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Código SIORG
60478

Deliberações expedidas pelo TCU:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	005.527/2009-8	6324/2009-1C	1.5	CI	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
---	------------------------------

Descrição da Deliberação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, acordam em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Departamento de Suporte e Gestão de Pessoas – DAP.G	Código SIORG Não se aplica
---	--------------------------------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	Código SIORG 226
--	----------------------------

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
33	009.235/2007-5	2198-38/2009-PL	9.4	DE	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	Código SIORG 60478
--	------------------------------

Descrição da Deliberação:

9.1. Acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Carlos Raimundo Albuquerque Nascimento, Manoel Nazareth Sant Anna Ribeiro, Wady Charone Júnior, Abadia Aparecida Ribeiro de Souza, Elton Crisostomo Pereira, Domingos Sávio dos Reis e Urano William Marandola.

9.2. Determinar à Eletronorte, com fulcro no artigo 45 da Lei nº 8.443/92 c/c o artigo 250, inciso II e 251 do Regimento Interno/TCU, que, com relação aos Contratos nº 4500055701, 4500050289 e 4500055607, na hipótese de não cumprimento das obrigações neles estipuladas, instaure procedimento, em que seja conferido direito de defesa às empresas contratadas, com o intuito de impor as sanções previstas nos respectivos instrumentos contratuais e no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e/ou de proceder à sua rescisão, caso essa medida se revele a mais apropriada.

9.3. Informe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência desta deliberação, acerca do desfecho das providências adotadas em relação ao subitem 9.2 supra.

9.4. Determinar à Eletrobras e suas subsidiárias, com fulcro no artigo 250, inciso II, do RI/TCU, que:

9.4.1. Observe, nos procedimentos licitatórios, o artigo 15, inciso V c/c o artigo 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93, de modo que, em suas aquisições, seja verificada a conformidade das propostas com os preços correntes do

mercado, bem como com aqueles praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública, apresentando justificativas, caso não seja possível a adoção desse procedimento;

9.4.2. Quando da execução de obras e serviços com recursos do orçamento da União, observe as orientações contidas no artigo 112, caput e seus parágrafos, da Lei nº 12.017, de 12.08.2009 (LDO 2010), mormente no que se refere à adoção de custos unitários de insumos ou serviços previstos no SINAPI, ou diante de sua inexistência, daqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, bem como encaminhe à Caixa Econômica Federal a tabela de custos unitários que eventualmente tenha sido aprovada.

9.5. Recomendar à Eletronorte que:

9.5.1. Avalie a possibilidade de fazer constar nos contratos por ela firmados, cláusulas que estabeleçam prazo máximo de tolerância no caso de atraso no fornecimento ou na execução dos serviços, a partir do qual, fique autorizada a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa moratória e das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, respectivamente;

9.5.2. Ao estipular as sanções contratuais previstas na lei, estabeleça a necessária correlação com as condutas transgressor, de forma graduada e proporcional à sua gravidade, de modo que essas, efetivamente, prestem-se como instrumento a coibir o inadimplemento contratual, mormente no que diz respeito ao atraso e à lentidão no cumprimento do seu objeto;

9.6. Recomendar à Eletrobrás e suas subsidiárias que adote, sempre que possível, o Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 3.931/2001, de modo a contribuir para a implementação de parâmetros de preços, especialmente no que atine à aquisição dos equipamentos utilizados no setor elétrico, facilitando a aferição dos preços praticados no mercado.

9.7. Determinar à Secex/MT que monitore o cumprimento da determinação expedida no subitem 9.2 deste Acórdão.

9.8. Constituir processo apartado para exame circunstanciado das irregularidades apontadas no Contrato nº 4500045878, firmado entre a Eletronorte e a empresa Servi-San Ltda., conforme reportado no item 18 da instrução técnica à folha 70 – Volume 1 destes autos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Aquisição – DAQ.G	Não se aplica

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
34	021.963/2009-5	6418-40/2009-1C	1.5	DE	Não se aplica

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	60478

Descrição da Deliberação:

1.5. Determinar à FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que exerça sua prerrogativa de solicitar das empresas vencedoras dos certames PE.DAQ.G.0302.2009, PE.DAQ.G.0307.2009, PE.DAQ.G.0308.2009, PE.DAQ.G.0309.2009 e PE.DAQ.G.0310.2009, a apresentação de planilha detalhada de custos unitários que compõem seu preço global, conforme previsto na Seção II, item 2.4, dos Editais em questão, de forma que seja verificado se os custos unitários propostos pelas licitantes estão de acordo com os estabelecidos em normativos e em convenções coletivas das categorias, bem como para que, nos casos de modificações que reflitam no valor

desses contratos, a Empresa possua informações prévias para avaliar a extensão do impacto desse aumento/diminuição nos custos da contratada, e consequentemente, no valor do contrato.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
---	---------------------

Departamento de Aquisição – DAQ.G	Não se aplica
-----------------------------------	---------------

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Síntese dos resultados obtidos

Observado o conteúdo do referido acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para ciência do acórdão.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Ato	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	65	62
Desligamento	31	30
Aposentadoria	237	-
Pensão Judicial	37	-

Obs.: A diferença ocorrida na quantidade de atos (admissão e demissão), em relação aos constantes do SISAC, deveu-se aos assessores externos que não são registrados, por permanecerem em caráter provisório na Empresa.

Acrescentado na quantidade de admissões um cancelamento de demissão.

A quantidade de aposentadorias e pensões foi obtida considerando a diferença entre o número total de 31 de dezembro 2009 e 2008.

13. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG

Declaração constante da página seguinte.

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito, que as informações referentes aos contratos de investimentos, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece o Artigo 19, §5º, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2010

Dário Santos Moura
Auditoria Interna

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO

14.1. Análise do Desempenho Orçamentário dos Investimentos de Transmissão – 2009

Dos R\$ 1.600 milhões estabelecidos pela Lei nº 12.180/2009 para os investimentos de FURNAS, R\$ 1.433,3 milhões foram realizados no exercício. Coube à Transmissão R\$ 419,7 milhões (26%), sendo que 86% (R\$ 362,5 milhões) foi realizado, conforme detalhado a seguir:

Transmissão	R\$ Milhões	
	Realizado	Orçado
Reforços no Sistema de Transmissão dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais	95,1	115,5
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	86,6	101,3
Reforços no Sistema de Transmissão dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo	81,8	87,8
Reforços no Sistema de Transmissão dos Estados de Goiás, de Mato Grosso e do Distrito Federal	37,6	43,0
Implantação LT Macaé – Campos (RJ)	35,9	38,1
Implantação LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (SP)	15,1	20,4
Sistema de Transmissão Bom Despacho – Ouro Preto (MG)	10,4	13,6
Total	362,5	419,7

Os investimentos em Reforços nos Sistemas de Transmissão dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso e do Distrito Federal, e na Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica respondem por cerca de 83% do total realizado dos investimentos de transmissão. As ações desenvolvidas nos Estados têm por objetivo promover a implantação de reforços voltados à adequação do suprimento de energia elétrica em subestações e linhas de transmissão e consideram as indicações constantes do PAR, do ONS, e do PET, da EPE, período 2006-2010, de extrema relevância para o desempenho e segurança do SIN. Já a ação Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica tem por objetivo a manutenção, reabilitação e otimização das instalações de transmissão de FURNAS, contando com a aquisição de sobressalentes e equipamentos-reserva necessários a evitar indisponibilidades e a aumentar a confiabilidade. Além disso, são contemplados, também, pagamentos indenizatórios para liberação de terrenos de linhas de transmissão e subestações, implantação e expansão de terminais remotos do Sistema SCADA/CAG e da rede de oscilografia das subestações.

14.2. Blecaute

Em 10.11.2009, ocorreram desligamentos que ocasionaram interrupção total de 24.436 MW (40%) de cargas do Sistema Interligado Nacional, envolvendo a LT 765 kV Itaberá – Ivaiporã (circuitos C1, C2 e C3).

O Relatório do Operador Nacional do Sistema (ONS) concluiu que o blecaute foi causado por condições climáticas severas e que todas as normas e padrões técnicos foram atendidos (o que foi reiterado pelo Centro de Pesquisas em Energia Elétrica – Cepel), não cabendo atribuir o evento a falha de operação ou de manutenção.

Por meio da Portaria MME nº 435, de 13.11.2009, foi instituído grupo de trabalho para apuração da ocorrência. O relatório resultante do trabalho desse grupo balizará as soluções a serem adotadas pelo Sistema Interligado Nacional.

14.3. Prêmios

A Empresa foi contemplada, em 2009, com os seguintes prêmios por sua atuação:

- Na área ambiental, ambos afetos ao projeto desenvolvido na LT Itaberá – Tijuco Preto 3, a saber:
 - Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, segundo lugar na categoria Humanidade;
 - III Prêmio Brasil de Meio Ambiente, na categoria Educação Ambiental.
- Troféu Transparência, concedida pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), em iniciativa apoiada pela Serasa Experian, na categoria capital fechado.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Demonstrações Contábeis

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
 CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	262.103	330.990
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	721.072	696.273
Empréstimos e financiamentos concedidos	7	56.625	112.050
Créditos de energia financiados	8	150.877	203.201
Almoxarifado		123.558	118.241
Dividendos a receber	15	10.880	10.642
Créditos tributários	9	126.923	3.329
Impostos e contribuições a recuperar	10	72.733	82.569
Despesas pagas antecipadamente		14.736	15.727
Cauções e depósitos vinculados	11	38.049	29.381
Devedores diversos	12	75.351	83.297
Ativo atuarial	13	-	181.776
Outros	14	16.863	55.017
		1.669.770	1.922.493
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Realizável a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos concedidos	7	11.757	57.570
Créditos de energia financiados	8	629.228	947.406
Créditos tributários	9	391.508	290.302
Cauções e depósitos vinculados	11	197.762	193.938
Devedores diversos	12	30.258	30.364
Despesas pagas antecipadamente		3.665	1.772
Ativo atuarial	13	-	749.270
Outros	14	62.742	97.914
		1.326.920	2.368.536
Investimentos	15	1.128.614	1.137.456
Imobilizado	16	15.587.981	14.757.465
(-) Obrigações vinculadas à concessão	17	(112.540)	(112.540)
Intangível	18	252.221	215.887
		18.183.196	18.366.804
TOTAL DO ATIVO		19.852.966	20.289.297

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
 CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

Continuação

P A S S I V O	Nota	2 0 0 9	2 0 0 8
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	19	648.115	556.769
Encargos de empréstimos e financiamentos	20	45.076	43.885
Empréstimos e financiamentos	20	538.513	229.884
Outras captações de recursos	21	71.671	224.977
Benefícios pós-emprego	22	191.204	181.776
Impostos e contribuições sociais	23	176.748	163.403
Obrigações com pessoal	24	123.629	70.040
Pesquisa e desenvolvimento	25	6.624	42.730
Dividendos		14	253.720
Participação nos lucros - empregados	27	-	70.717
Credores diversos	27	13.927	81.263
Outros	28	160.069	120.553
		1.975.590	2.039.717
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	20	2.310.494	2.277.514
Outras captações de recursos	21	-	86.930
Benefícios pós-emprego	22	675.242	749.270
Pesquisa e desenvolvimento	25	120.369	11.623
Impostos e contribuições sociais	23	713.704	1.032.452
Provisões para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	26	478.392	410.247
Credores diversos	27	39.065	-
Outros	28	2	1
		4.337.268	4.568.037
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	29	6.000.000	6.000.000
Reservas de capital		5.690.383	5.690.383
Ajuste de avaliação patrimonial		(12.281)	-
Reservas de lucros		1.830.852	1.960.006
		13.508.954	13.650.389
Recursos destinados a aumento de capital		31.154	31.154
		13.540.108	13.681.543
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		19.852.966	20.289.297

As notas explicativas da Administração e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
 CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

	Nota	2 0 0 9	2 0 0 8
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	30	222.372	255.703
Suprimento de energia elétrica	30	4.312.745	4.015.314
Energia de curto prazo	30	-	58.076
Uso da rede elétrica		2.094.634	1.959.253
Outras receitas		38.293	25.545
		6.668.044	6.313.891
Deduções à receita operacional			
Impostos e contribuições sobre a receita		(249.969)	(305.734)
Quota para a reserva global de reversão		(183.276)	(173.121)
Pesquisa e Desenvolvimento		(149.028)	(57.719)
Outros encargos do consumidor		(11.832)	(5.670)
		(594.105)	(542.244)
Receita operacional líquida		6.073.939	5.771.647
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	31	(2.329.946)	(2.135.806)
Encargos de uso da rede elétrica		(437.366)	(398.466)
Custo de operação			
Pessoal		(880.985)	(638.989)
Material		(53.634)	(53.204)
Serviços de terceiros		(489.845)	(484.602)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(436)	(131.788)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(163.786)	(152.953)
Depreciação e amortização		(587.175)	(578.182)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(14.947)	(14.368)
Impostos e taxas		(4.652)	(7.355)
		(4.962.772)	(4.595.713)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.111.167	1.175.934
DESPESAS OPERACIONAIS			
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis		(161.063)	(102.972)
Reversão de provisões operacionais		90.395	152.214
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(124.033)	(15.276)
Baixa de créditos não realizados		-	(150.605)
Outras despesas		(269.177)	(145.884)
		(463.878)	(262.523)
Resultado do serviço		647.289	913.411

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
 CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

Continuação

	Nota	2 0 0 9	2 0 0 8
Outras receitas/(despesas)		(76.558)	6.252
Resultado de equivalência patrimonial	15	28.249	54.376
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA			
Renda de aplicações financeiras		34.275	66.582
Encargos de empréstimos e financiamentos	16	(158.090)	(186.589)
Encargos financeiros sobre outras obrigações		(161.811)	(181.410)
Variação monetária e acréscimo moratório – energia vendida		24.501	5.113
Direito de resarcimento do gerador – atualização monetária		2.785	22.731
Variação monetária e acréscimo moratório – energia comprada		72	(70)
Variação monetária e juros – créditos de energia financiados		65.445	253.656
Variação monetária e cambial de empréstimos e financiamentos	16	102.488	(217.801)
Variação monetária e juros - empréstimos e financiamentos concedidos		8.730	34.603
Var. mon. sobre provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis		(4.653)	(4.319)
Ajuste da avaliação atuarial		(931.046)	(70.196)
Outras		(44.869)	(40.699)
		(1.062.173)	(318.399)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(463.193)	655.640
Contribuição social	23	88.021	(35.667)
Imposto de renda	23	246.018	(94.976)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		(129.154)	524.997
Participações nos lucros		-	(70.479)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(129.154)	454.518
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$		(1,99)	6,99

As notas explicativas da Administração e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS		REC.DEST.A AUMENTO DE CAPITAL	
						SUBTOTAL		TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	3.194.000	5.700.817	2.162.935	-	2.342.802	13.400.554	31.154	13.431.708
Ajustes oriundos da Lei nº 11.638/2007	-	-	-	-	59.471	59.471	-	59.471
Reversão de incentivos fiscais	-	(10.434)	-	-	-	(10.434)	-	(10.434)
Aumento de capital – AGE de 17.11.2008	2.806.000	-	(463.198)	-	(2.342.802)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(19.152)	-	19.152	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	454.518	454.518	-	454.518
Destinação do lucro líquido:								
Constituição da reserva legal	-	-	25.700	-	(25.700)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	253.721	-	(253.721)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(253.720)	(253.720)	-	(253.720)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	6.000.000	5.690.383	1.960.006	-	-	13.650.389	31.154	13.681.543
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(129.154)	(129.154)	-	(129.154)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(129.154)	-	129.154	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial de coligada	-	-	-	(12.281)	-	(12.281)	-	(12.281)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	6.000.000	5.690.383	1.830.852	(12.281)	-	13.508.954	31.154	13.540.108

As notas explicativas da Administração e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
 CNPJ n° 23.274.194/0001 -19

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

	2 0 0 9	2 0 0 8
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(463.193)	655.640
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação e amortização	587.175	578.182
Variação monetária / cambiais líquidas	(113.771)	144.422
Renda de aplicação financeira	(34.275)	(66.582)
Encargos financeiros	244.899	103.781
Resultado de equivalência patrimonial	(28.249)	(54.376)
Provisão para perda de investimento	68.649	-
Perdas com participação societária	35.329	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	124.033	15.276
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	161.063	102.972
Outros benefícios pós-emprego	113.112	-
Provisão para previdência complementar	77.667	65.021
Encargos da reserva global de reversão	183.276	173.121
Reversão de provisões operacionais	(90.395)	(152.214)
Ajuste da avaliação atuarial	931.046	70.196
Subtotal	1.796.366	1.635.439
(Acréscimos) decréscimos nos ativos / passivos operacionais	107.509	(148.167)
Pagamento de encargos financeiros	(281.563)	(213.638)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	(164.871)	(155.510)
Recebimento de encargos financeiros	31.921	48.993
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(209.849)	(181.778)
Cauções e depósitos vinculados	(21.905)	4.157
Subtotal	(646.267)	(497.776)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.257.608	989.496
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos longo prazo	355.943	829.933
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(145.419)	(239.370)
Pagamento de dividendos	(273.220)	(177.492)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições - principal	(67.444)	(66.065)
Pagamento de outras captações de recursos de terceiros	(255.196)	(321.836)
Pagamento à entidade de previdência complementar – dívida (FRG)	(178.484)	(163.539)
Empréstimos e financiamentos obtidos curto prazo	274.036	113.000
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(289.784)	(25.369)

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
 CNPJ n° 23.274.194/0001 -19

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

Continuação

	2009	2008
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Concessão de empréstimos e financiamentos	(3.474)	(4.882)
Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	102.167	61.256
Créditos de energia renegociados recebidos	415.301	247.350
Aquisições de ativo imobilizado	(1.365.398)	(1.035.008)
Aquisições de ativo intangível	(42.855)	(9.189)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(90.048)	(304.728)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	11.548	1.529
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(972.759)	(1.043.672)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.935)	(79.545)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.208	97.753
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.273	18.208
	(4.935)	(79.545)

As notas explicativas da Administração e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
 CNPJ n° 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
 (em milhares de reais)

	2 0 0 9	2 0 0 8
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	6.668.044	6.313.891
Outras receitas operacionais	-	6.252
Menos:		
Insumos		
Custo de energia comprada	(2.329.946)	(2.135.806)
Materiais	(53.634)	(53.204)
Serviços de terceiros	(489.845)	(484.602)
Outros custos operacionais	(962.270)	(994.064)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.832.349	2.652.467
Depreciação e amortização	(587.175)	(578.182)
Constituição/ reversão de provisões	(194.701)	33.966
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	2.050.473	2.108.251
Ajustes oriundos da Lei nº 11.638/2007	-	59.471
Receitas financeiras (transferências)	181.005	431.229
Resultado de equivalência patrimonial	28.249	54.376
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.259.727	2.653.327
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	880.985	638.989
Governo (Impostos e Contribuições)	(79.418)	443.732
Encargos financeiros e variação monetária	1.243.178	749.628
Participações dos empregados nos lucros	-	70.479
Dividendos	-	253.720
Encargos setoriais	344.136	236.510
Lucros retidos (Prejuízo)	(129.154)	260.269
TOTAL	2.259.727	2.653.327

As notas explicativas da Administração e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS

CNPJ nº 23.274.194/0001 -19

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL								
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	222.372	255.703	222.372	255.703
Suprimento de energia elétrica	3.025.643	2.750.796	-	-	1.287.102	1.264.518	4.312.745	4.015.314
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-	58.076	-	58.076
Uso da rede elétrica	-	-	2.094.634	1.959.253	-	-	2.094.634	1.959.253
Outras receitas	23.368	12.375	14.877	13.036	48	134	38.293	25.545
	3.049.011	2.763.171	2.109.511	1.972.289	1.509.522	1.578.431	6.668.044	6.313.891
Deduções à receita operacional								
Impostos e contribuições sobre a receita	(269.882)	(271.760)	(57.281)	(69.380)	77.194	35.406	(249.969)	(305.734)
Quota para a reserva global de reversão	(84.955)	(76.846)	(54.510)	(50.594)	(43.811)	(45.681)	(183.276)	(173.121)
Pesquisa e desenvolvimento	(61.988)	(23.550)	(46.553)	(18.595)	(40.487)	(15.574)	(149.028)	(57.719)
Outros encargos do consumidor	-	(5.670)	(11.832)	-	-	-	(11.832)	(5.670)
	(416.825)	(377.826)	(170.176)	(138.569)	(7.104)	(25.849)	(594.105)	(542.244)
Receita operacional líquida	2.632.186	2.385.345	1.939.335	1.833.720	1.502.418	1.552.582	6.073.939	5.771.647
CUSTO DO SERVICO DE ENERGIA ELÉTRICA								
Custo com energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(437.366)	(398.466)	-	-	(2.329.946)	(2.135.806)	(2.329.946)	(2.135.806)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-	(437.366)	(398.466)
Custo de operação								
Pessoal	(302.658)	(222.000)	(560.793)	(394.045)	(17.534)	(22.944)	(880.985)	(638.989)
Material	(17.479)	(22.856)	(35.940)	(29.784)	(215)	(564)	(53.634)	(53.204)
Serviços de terceiros	(187.021)	(197.582)	(293.273)	(272.848)	(9.551)	(14.172)	(489.845)	(484.602)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(436)	(131.788)	-	-	-	-	(436)	(131.788)
Compensação financeira pela utilização recursos hídricos	(163.786)	(152.953)	-	-	-	-	(163.786)	(152.953)
Depreciação e amortização	(229.545)	(223.456)	(357.272)	(354.069)	(358)	(657)	(587.175)	(578.182)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(6.374)	(6.073)	(8.526)	(8.253)	(47)	(42)	(14.947)	(14.368)
Impostos e taxas	(1.147)	(2.129)	(3.121)	(3.095)	(384)	(2.131)	(4.652)	(7.355)
	(1.345.812)	(1.357.303)	(1.258.925)	(1.062.094)	(2.358.035)	(2.176.316)	(4.962.772)	(4.595.713)
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL BRUTO	1.286.374	1.028.042	680.410	771.626	(855.617)	(623.734)	1.111.167	1.175.934

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS

CNPJ n° 23.274.194/0001 -19

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

Continuação

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
DESPESAS OPERACIONAIS								
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(49.928)	(26.978)	(76.671)	(14.147)	(34.464)	(61.847)	(161.063)	(102.972)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78.519)	-	(31.114)	-	(14.400)	(15.276)	(124.033)	(15.276)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.163	-	59.204	-	2.028	152.214	90.395	152.214
Baixa de créditos não realizados	-	-	-	-	-	(150.605)	-	(150.605)
Outras despesas	(103.238)	(17.104)	(158.364)	(63.545)	(7.575)	(65.235)	(269.177)	(145.884)
	(202.522)	(44.082)	(206.945)	(77.692)	(54.411)	(140.749)	(463.878)	(262.523)
Resultado do serviço	1.083.852	983.960	473.465	693.934	(910.028)	(764.483)	647.289	913.411
Outras receitas / despesas	(73.299)	7.232	(3.177)	(771)	(82)	(209)	(76.558)	6.252
Resultado de equivalência patrimonial	28.249	54.376	-	-	-	-	28.249	54.376
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA								
Renda de aplicações financeiras	12.328	22.963	21.251	38.860	696	4.759	34.275	66.582
Encargos de empréstimos e financiamentos	(52.666)	(61.468)	(102.023)	(110.969)	(3.401)	(14.152)	(158.090)	(186.589)
Encargos financeiros sobre outras obrigações	(18.131)	(51.688)	(32.266)	(88.054)	(111.414)	(41.668)	(161.811)	(181.410)
Variação monetária e acréscimo moratório- energia vendida	-	-	(234)	1.667	24.735	3.446	24.501	5.113
Direito de resarcimento do gerador – atualização monetária	-	-	-	-	2.785	22.731	2.785	22.731
Variação monetária e acréscimo moratório – energia comprada	-	-	-	-	72	(70)	72	(70)
Variação monetária e juros – créditos de energia financiados	-	-	9.438	9.628	56.007	244.028	65.445	253.656
Variação monetária e cambial de empréstimos e financiamentos	-	-	117.448	(167.774)	(14.960)	(50.027)	102.488	(217.801)
Var. mon. e juros – empréstimos e financiamentos concedidos	2.944	8.520	5.902	15.285	(116)	10.798	8.730	34.603
Var. mon. – prov. p/ riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.670)	(992)	(2.889)	(3.119)	(94)	(208)	(4.653)	(4.319)
Ajuste da avaliação atuarial	(312.129)	(23.533)	(602.472)	(45.423)	(16.445)	(1.240)	(931.046)	(70.196)
Outras	(40.963)	3.103	(9.612)	(37.156)	5.706	(6.646)	(44.869)	(40.699)
	(410.287)	(103.095)	(595.457)	(387.055)	(56.429)	171.751	(1.062.173)	(318.399)
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	628.515	942.473	(125.169)	306.108	(966.539)	(592.941)	(463.193)	655.640

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

Continuação

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Contribuição social	(36.620)	(80.631)	10.072	(26.018)	114.569	70.982	88.021	(35.667)
Imposto de renda	(100.223)	(219.893)	27.984	(72.263)	318.257	197.180	246.018	(94.976)
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	491.672	641.949	(87.113)	207.827	(533.713)	(324.779)	(129.154)	524.997
Participações nos lucros	-	(23.736)	-	(44.157)	-	(2.586)	-	(70.479)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUIZO) DO EXERCÍCIO	491.672	618.213	(87.113)	163.670	(533.713)	(327.365)	(129.154)	454.518
LUCRO LÍQUIDO (PREJUIZO) POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	7,56	9,51	(1,34)	2,52	(8,21)	(5,04)	(1,99)	6,99

Em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e Despacho nº 4.722 de 18 de dezembro de 2009, a Empresa está segregando o resultado dos exercícios de 2009 e de 2008 nas atividades de geração, transmissão e comercialização.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
 CNPJ nº 23.274.194/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, atuando na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins e participante de Sociedades de Propósitos Específicos nas regiões de Tocantins, Rondônia e divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O sistema de produção de energia elétrica de FURNAS é composto por 10 usinas hidrelétricas, com uma potência instalada de 8.662 MW*, e 2 usinas termelétricas com 962 MW* de capacidade, totalizando 9.624 MW*.

No parque gerador de FURNAS, está incluída a potência de 1.275 MW*, relativos à Usina de Serra da Mesa, cabendo a CPFL Geração S.A., 657 MW* (51,54%) e a FURNAS, que detém o direito da concessão, 618 MW* (48,46%), bem como, o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW*, cabendo 148 MW* (70%) a FURNAS e 64 MW* (30%) a Proman.

Em fase de construção estão as Usinas Hidrelétricas de Batalha e Simplício/Anta com potência instalada de 52,5 e 333,7 MW*, respectivamente.

Além do parque de geração próprio, FURNAS participa, em sociedade com outras empresas, na construção e operação das seguintes usinas:

Usina Hidrelétrica	Capacidade (MW) *
Peixe Angical	452
Foz do Chapecó	855
Serra do Facão	213
Retiro Baixo	82
Santo Antônio	3.150
Baguari	140

* Informações não auditadas

O sistema de transmissão é composto por 48 subestações (SE), incluindo a SE de Macaé por cessão, conforme Contrato de Cessão de Uso, e SE Iriri; 19.255,5 Km* de linhas de transmissão (LT), sendo 17.643,5 km* em corrente alternada e 1.612 km* em corrente contínua na tensão de ± 600 kV; além da capacidade de transformação de 102.011,35 MVA*.

* informações não auditadas

Estão em fase de construção os seguintes empreendimentos de transmissão:

- LT 230 kV Mascarenhas – Linhares (99 km);
- SE Linhares 230/138 kV – 150 MVA;
- LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (50 km);
- LT 345 kV Macaé – Campos 3 (90,5 km);
- LT 500 kV Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (180 km)

FURNAS também participa societariamente nos seguintes projetos de construção e operação de linhas de transmissão e subestações:

Linhos de Transmissão	Extensão (KM) *
Rio Verde Norte – Trindade	193
Xavantes – Trindade – Carajás	66
Mesquita – Viana	248
Viana – Viana 2	10
Chapadão–Jataí/Barra dos Coqueiros–Quirinópolis/Palmeiras-Edéia	238
Irapé – Araçuaí	61
Furnas – Pimenta 2	63
Itutinga – Juiz de Fora	144
Montes Claros – Irapé	139
Porto Velho – Araraquara 2	2.375

* Informações não auditadas

Subestações	Tensão (kV) *
Trindade	500/230
Viana	500/345
Itatiba	500/138
Jataí	230/138
Quirinópolis	230/138
Edéia	230/138
Retificadora Madeira	500/600
Inversora Madeira	600/500

* Informações não auditadas

A Empresa mantém contratos de aquisição de energia, no qual destaca-se o firmado com a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear (1.475 MW médios).

A comercialização de energia por FURNAS está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece a diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Empresa participa das concessões e autorizações dos seguintes empreendimentos de geração com o órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica:

Usinas	Rio/Local	Potência Instalada (MW) * (1)	Energia Assegurada (MW médio) *	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétrica em Operação					
Propriedade Integral					
Furnas	Grande	1.216	598	26.07.1957	07.07.2015
Estreito (Luiz Carlos Barreto)	Grande	1.050	495	18.06.1962	07.07.2015
Marimbondo	Grande	1.440	726	03.03.1967	07.03.2017
Porto Colômbia	Grande	320	185	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017
Mascarenhas de Moraes	Grande	476	295	31.10.1973	31.10.2023
Funil	Paraíba do Sul	216	121	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015
Itumbiara	Paranaíba	2.082	1.015	26.02.1970	26.02.2020
Corumbá I	Corumbá	375	209	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014
Propriedade Compartilhada					
Parceria					
Manso	Manso	212	92	18.12.1987 e 10.02.2000	09.02.2035
Serra da Mesa	Tocantins	1.275	671	06.05.1981	07.05.2011
SPE					
Peixe Angical	Tocantins	452	271	07.11.2001	06.11.2036
Baguari (2)	Doce	140	80,2	15.08.2006	14.08.2041
Termelétrica em Operação					
Propriedade Integral					
Santa Cruz	Rio de Janeiro	932	496	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015
Campos (Roberto Silveira)	Campos dos Goytacazes	30	21	30.12.1960 e 14.07.1977	Prorrogação concedida (3)
São Gonçalo (fora de operação)	S.Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada (3)
Hidrelétrica em Construção					
Propriedade Integral					
Batalha	São Marcos	52,5	48,8	15.08.2006	14.08.2041
Simplício/Anta	Paraíba do Sul	333,7	191,3	15.08.2006	14.08.2041
Propriedade Compartilhada (SPE)					
Foz do Chapecó	Uruguaí	855	432	07.11.2001	07.11.2036
Serra do Facão	São Marcos	213	182,4	07.11.2001	07.11.2036
Retiro Baixo	Paraopeba	82	38,5	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antonio	Madeira	3.150	2.218	13.06.2008	12.06.2043

* Informações não auditadas

(1) Potência homologada pela Aneel.

(2) Duas unidades geradoras (35 MW cada) entraram em operação em 2009.

(3) Decisão ainda não publicada no Diário Oficial da União.

Em relação ao quadro anterior, cabe destacar que em 13 de outubro de 2009, ocorreu o julgamento do processo instaurado na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel para prorrogação de concessões das Usinas Termelétricas (UTE) Campos e São Gonçalo (vencidas desde 27 de julho de 2007). Por este julgamento, a Aneel encaminhará orientação ao Ministério de Minas e Energia (MME) para que seja prorrogada a concessão da UTE Campos e negada a prorrogação da UTE São Gonçalo, tornando-se necessária a formulação de critérios pelo MME para a operacionalização desta reversão à União. No entanto, até o momento, tal formulação ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

Adicionalmente, foi requerida, em 05 de maio de 2008, com a antecedência de 36 (trinta e seis) meses, conforme previsto na Lei nº 9.074/95, a prorrogação do prazo por mais 20 (vinte) anos da concessão da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que vencerá em 07 de maio de 2011. O processo ainda está em tramitação.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 - Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 24 de março de 2010.

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil previstas na legislação societária e conforme os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 (Vide item 3.2).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para perdas de contas a receber e passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa reclassificou do circulante para o não circulante, para fins de comparabilidade de suas demonstrações contábeis, as seguintes rubricas e valores:

- Créditos fiscais diferidos no valor de R\$ 290.302 mil;
- Valores a receber da parte relacionada CHESF, da conta de devedores diversos no montante de R\$ 30.096; e

- Provisões para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 410.247 mil.

A Empresa adota o plano de contas constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores bem como as instruções contidas no Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009.

3.2 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações contábeis da Empresa de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- CPC 18 - Investimentos em coligadas
- CPC 19 - Participação em empreendimento controlado em conjunto
- CPC 20 - Custos de empréstimos
- CPC 21 - Demonstração intermediária
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 - Ativo imobilizado
- CPC 30 - Receitas
- CPC 33 - Benefícios a empregados
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- ICPC 01 - Contratos de Concessão
- ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

(c) Análises dos novos pronunciamentos que devem afetar a Companhia

I) ICPC 01 – Contratos de Concessão - A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com a ICPC 01, a remuneração a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível, para os segmentos de Transmissão e de Distribuição.

Considerando a extensão e complexidade das alterações requeridas pela mencionada interpretação técnica, a Empresa está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações contábeis. Paralelamente, acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida interpretação técnica.

Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação da ICPC 01, a Empresa entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos em suas demonstrações contábeis.

II) CPC 27 - Ativo imobilizado - o referido pronunciamento estabelece que sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Sendo assim, a Empresa avaliará a aplicabilidade desta norma em relação ao seu estoque - Almoxarifado, efetuando a reclassificação se aplicável.

Adicionalmente, a referida norma estabelece que custos administrativos e outros custos indiretos não devem ser alocados ao imobilizado. A Empresa efetuará um levantamento de tais gastos que foram capitalizados em consonância ao Manual de Contabilidade da Aneel e, se aplicável, estará baixando tais valores, comparativamente a 2009.

III) ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28 - em função do referido pronunciamento, a Empresa efetuará a revisão da estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado.

Nesse momento, a Empresa está avaliando sobre a aplicação prática dos pronunciamentos e interpretação mencionados acima e, portanto entende que ainda não é possível quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

NOTA 4 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas por FURNAS estão listadas como segue:

Ativos Circulante e Não Circulante

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras representam recursos mantidos em Fundo Exclusivo de Renda Fixa de Curto Prazo e estão registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Por determinação legal, estas aplicações são efetuadas em fundos de investimentos em renda fixa administrados pelo Banco do Brasil S.A.. Os ativos e passivos do fundo de investimento exclusivo foram consolidados às demonstrações contábeis da Empresa.

c) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Empresa não possui ativos financeiros nas categorias: mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem os empréstimos e financiamentos concedidos, créditos de energia financiados, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

d) Almoxarifado

Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

f) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes às garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

g) Créditos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.

h) Demais direitos

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais ativos estão apresentados ao custo, deduzido de provisões para perdas quando aplicável.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades com influência significativa, ou com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo, ou estejam sob controle comum, estão registrados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrado no passivo.

j) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. A sua depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela Aneel que leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

As imobilizações em curso incluem os encargos financeiros relativos a financiamentos de terceiros. Incluem, também, a remuneração sobre o capital próprio investido, calculada até o exercício de 1998, segundo critério específico do setor.

Os reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Empresa. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil do novo ativo adicionado.

k) Intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

I) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Empresa avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinados o tamanho de eventuais perdas. A Empresa calcula o montante estimado da recuperação tomando por base a unidade geradora de caixa a qual pertence o conjunto de seus ativos. Na definição da unidade geradora de caixa levou-se em consideração os seguintes aspectos:

- O componente executa atividades que geram receitas (inclusive operações internas) e incorrem em despesas (incluindo as transações com outros componentes da mesma empresa);
- Os resultados operacionais do componente são regularmente revistos pelo gestor, permitindo o acompanhamento de sua performance e decidindo sobre a alocação de recursos naquela atividade;
- Exige a disponibilidade de informações sobre aquele componente organizacional, de modo a proporcionar a segmentação da informação.

As características acima apresentadas não estão condizentes com o modelo de gestão da Empresa para seus ativos individuais, ou seja usinas, linhas de transmissão ou outros ativos.

Desta forma, a Empresa pratica sua gestão voltada ao conjunto de ativos não tendo como separar com precisão as informações acima listadas. Por essa razão, foi definido como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos com base no segmento de suas atividades.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Caso o montante do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa seja menor que o valor contábil, este é reduzido ao seu provável valor de recuperação. A perda correspondente – *impairment*, à não recuperabilidade do ativo ou unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos – *impairment*, reconhecida no passado é revertida, total ou em parte, com efeito no resultado do exercício, para ajustar o ativo ao seu

provável valor de recuperação, limitado ao valor contábil original do ativo ou unidade geradora de caixa.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01, a Empresa analisou se existem indicações de que essa perda possa ter ocorrido. Tais indicativos estão apresentados abaixo:

1) Fontes externas de informação

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Empresa ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a Empresa opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

2) Fontes internas de informação

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Empresa, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida;
- Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

De acordo com as premissas acima apresentadas, a Empresa não identificou uma possível desvalorização de seus ativos, através da metodologia de fluxo de caixa descontado.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Empresa não identificou, em seus registros contábeis, saldos de ativos e passivos monetários sujeitos a realização de ajustes a valor presente.

Passivos Circulante e Não Circulante

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação, na data das demonstrações contábeis, levando-se em consideração os riscos e incertezas relacionadas.

o) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, com estimativa mensal, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido, calculada da mesma forma do imposto de renda, possui uma alíquota de 9% sobre o lucro real.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos passivos são reconhecidos integralmente, quando da existência de diferenças temporárias.

A Empresa optou em aderir ao Regime Tributário Transitório - RTT instituído pela MP nº 449/2008, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins, para o biênio 2008 - 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007.

q) Benefícios a funcionários

Obrigações de pensão

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social, são reconhecidos nos termos da NPC - Normas e Procedimentos Contábeis nº 26 do IBRACON, com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Para os planos de contribuição definida, a Empresa paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases compulsórias contratuais. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Empresa oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde para aposentados por invalidez e seguro de vida pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

r) Participação nos lucros e resultados

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Empresa. Quando por força de negociação a Empresa realizar pagamento de participações nos lucros e resultados em valor superior ao registrado no balanço do exercício anterior, a diferença é registrada no resultado do exercício corrente em conta de resultado operacional.

s) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de cambio vigente, nas datas das transações. Os saldos das contas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável nas imobilizações em curso.

t) Demais obrigações

Outros passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis.

Patrimônio Líquido

u) Recursos destinados a aumento de capital

Os recursos destinados ao aumento de capital, oriundos da controladora Eletrobrás, estão registrados neste grupamento por serem revestidos da característica de irreversibilidade.

Resultado

É apurado pelo regime de competência.

v) Fornecimento de energia elétrica (Geração)

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor.

w) Uso da rede de energia elétrica (Transmissão)

A receita proveniente do uso da rede de energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua utilização, limitada a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) através de avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de suas linhas de transmissão.

A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade (Anexo I) é elaborada com base nos registros contábeis de receitas e despesas por unidade operativa.

NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	R\$ mil	
	2009	2008
Aplicações financeiras – Fundo de investimento exclusivo:		
Letras do Tesouro Nacional	247.952	310.239
Operações compromissadas	878	2.543
Total	248.830	312.782

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações das disponibilidades financeiras resultantes de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Empresa representam recursos mantidos no BB em Extramercado Exclusivo 25 Fundo de Investimento em Renda Fixa do Banco do Brasil S.A., cuja carteira é composta basicamente de títulos do governo brasileiro. O Fundo de Investimento Exclusivo possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência. A remuneração do Fundo é de 12,12% ao ano.

Do valor das aplicações financeiras no fundo de investimento exclusivo, R\$ 41.703 mil (R\$ 79.396 mil em 2008) estão registrados contabilmente na conta de cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante (ver Nota 11).

NOTA 6 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2009				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		Saldo	
	Vencidos	Vencidos		Total	2009	2008		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			2009	2008	
Consumidores Industriais	17.886	814	-	18.700	-	-	18.700	13.948
Concessionárias								
Contratos	471.063	85	20.523	491.671	(20.492)	-	471.179	452.583
Comercialização na CCEE	-	-	293.560	293.560	(293.560)	(293.560)	-	-
Disponibilidade e uso da rede elétrica	227.928	1.028	6.571	235.527	(5.319)	-	230.208	219.526
Energia Livre (RTE)	18.390	-	12	18.402	(17.417)	(9.790)	985	10.216
Total	735.267	1.927	320.666	1.057.860	(336.788)	(303.350)	721.072	696.273
Circulante							721.072	696.273
Não circulante							-	-

FURNAS mantém registrados, a valores históricos, créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE), referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica em uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE (ver Nota 37).

Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

6.1) Energia Livre (Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE)

Nos termos dos Ofícios Circulares Aneel nºs 2.212 e 074, datados de 20 de dezembro de 2005 e 23 de janeiro de 2006, respectivamente, a Empresa efetuou a atualização monetária dos valores relacionados à Energia Livre (RTE). No entanto, em conformidade com o Ofício Circular Aneel nº 2.775/2008, a Empresa registrou no exercício de 2008, como perdas, o montante de R\$ 150.605 mil, cujos prazos de ressarcimento encerravam-se até 31 de dezembro de 2008.

Assim, em 31 de dezembro de 2009, estes créditos atualizados e classificados no ativo circulante totalizam R\$ 18.402 mil (R\$ 20.006 mil em 2008), para os quais a Empresa mantém uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor total de R\$ 17.417 mil (R\$ 9.790 mil em 2008), provisão esta julgada suficiente para a cobertura de eventuais perdas destas contas a receber, considerando o fluxo previsto de recebimentos, até o seu prazo final estabelecido na legislação.

NOTA 7 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Empresas	R\$ mil			
	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CPFL Geração S.A.	46.407	-	46.407	141.658
Programa Reluz – Pref. Goiânia	8.836	2.722	11.558	16.251
O N S	1.382	9.035	10.417	11.707
Outros	-	-	-	4
Total	56.625	11.757	68.382	169.620

Estas operações têm as seguintes condições financeiras:

- I) CPFL Geração S.A. – A Empresa está concedendo à Semesa S. A., a título de empréstimo, o valor de R\$ 1,35/MWh, referente a dezembro de 1997, e R\$ 3,44/MWh, a partir de janeiro de 2007, calculado sobre a energia própria contratada e sujeito a reajustes tarifários de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M e remunerado por juros de 10% a.a., capitalizados mensalmente *pro rata temporis*, com vencimento previsto para maio de 2010. Em 30 de março de 2007, a CPFL Geração S.A. passou a ser sucessora da Semesa S.A..
- II) Programa Reluz – Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre FURNAS e o Município de Goiânia – GO, através de dois contratos conforme descrição abaixo:

II.1) Programa Reluz I – Termo firmado em 23 de abril de 2004.

FURNAS abriu linha de crédito ao Município, para cobertura financeira de 75% do valor global do projeto de iluminação pública eficiente com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, transferidos pela Eletrobrás.

O saldo devedor compreende o principal e os juros incorporados durante os 24 meses de carência calculados *pro rata temporis* à taxa de 5% a.a. e com uma taxa de administração calculada de 3% a.a.. A liquidação se dará pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2010.

Em garantia dos compromissos ora assumidos no presente Termo, o Município encaminhou carta ao Banco do Brasil, autorizando o débito das parcelas em sua conta corrente e o crédito correspondente na conta corrente de FURNAS.

II.2) Programa Reluz II – Termo firmado em 03 de julho de 2008.

FURNAS abriu linha de crédito ao Município, para cobertura financeira de 75% do valor global do projeto de iluminação pública eficiente com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, transferidos pela Eletrobrás.

O saldo devedor, compreendendo o principal e os juros incorporados durante os 7 meses de carência calculados *pro rata temporis* à taxa de 5% a.a. e com uma taxa de administração calculada de 3% a.a., será pago através do Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) em 60 parcelas

mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2014.

Em garantia dos compromissos ora assumidos no presente Termo, o Município encaminhou carta ao *Banco do Brasil*, autorizando o débito das parcelas em sua conta corrente e o crédito correspondente na conta corrente de FURNAS.

III) ONS – Através do Instrumento Particular de Contrato assinado entre FURNAS e o Operador Nacional do Sistema - ONS, em 28 de novembro de 2002, foi transferida a propriedade de bens de FURNAS ao ONS, que já detinha a posse, guarda e uso dos mesmos, em razão do disposto no artigo 30 do Decreto nº 2.655, de 02 de julho de 1988.

A transferência foi efetuada em conformidade com os Ofícios nºs 254/2001 e 94/2002-SFF/ANEEL, de 05 de abril de 2001 e 14 de fevereiro de 2002, respectivamente, que determinaram os procedimentos financeiros para a transferência dos bens constitutivos dos centros de operação, e pela Portaria do MME nº 468, de 02 de outubro de 2002, que aprovou as condições para a transferência dos ativos.

Os bens estavam registrados no ativo circulante pelo valor fixado de R\$ 16.183 mil, em 31 de dezembro de 2000, conforme Ofício nº 254/2001-SFF/ANEEL. Contudo, mediante o Ofício nº 435-SFF/ANEEL, de 15 de maio de 2002, seus valores foram ajustados, até a data de 31 de dezembro de 2002, com a aplicação, *pro rata temporis*, de juros de 5% a.a., totalizando a importância de R\$ 17.842 mil. Este valor está sendo pago através do Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) em 159 prestações mensais e sucessivas, com juros de 5% a.a., e acrescidos de uma taxa de administração de 2% a.a., com a primeira parcela em 30 de janeiro de 2003 e a última em 31 de março de 2016. O saldo devedor e as parcelas remanescentes serão atualizados pelo mesmo índice de correção dos recursos da RGR.

Foi vinculada parte da receita do ONS como garantia deste contrato conforme aprovação do Ofício nº 1.084/2002-SFF/ANEEL, de 05 de novembro de 2002. Adicionalmente, para assegurar o cumprimento desta garantia, foi firmado, em 27 de dezembro de 2002, o Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento de Obrigações, entre o ONS e FURNAS com a interveniência do Banco do Brasil como banco gestor.

NOTA 8 – CRÉDITOS DE ENERGIA FINANCIADOS

Devedores	R\$ mil			
	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Tesouro Nacional	130.186	406.684	536.870	571.615
Celg	20.691	222.544	243.235	310.557
CEB	-	-	-	217.708
Cemat	-	-	-	34.103
Cemig	-	-	-	16.624
Total	150.877	629.228	780.105	1.150.607

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

I) Tesouro Nacional – Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e FURNAS, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

- 1) A dívida da União resultante do crédito adquirido será paga a FURNAS em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg, iniciando-se em 1994 e com data de encerramento prevista para 2014;
- 2) Os juros remuneratórios são calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada;
- 3) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

Do saldo do contrato, em 31 de maio de 2005, no valor de R\$ 495.899 mil, o montante de R\$ 228.000 mil, foi cedido ao FURNAS II – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (ver Nota 21).

II) Celg - Através do Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre FURNAS e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

- 1) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1% a.m.;
- 2) Os pagamentos mensais serão liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a transferência destes valores mensais a FURNAS.

Do saldo do contrato, em 31 de maio de 2005, no valor de R\$ 394.610 mil, o montante de R\$ 258.000 mil, foi cedido ao FURNAS II – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (ver Nota 21);

III) CEB – Por meio do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, firmado em 27 de outubro de 2003, entre FURNAS e a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco de Brasília S.A., a CEB reconhece um débito referente ao faturamento de energia própria que será quitado conforme as seguintes cláusulas financeiras:

- 1) A dívida será paga em um prazo estimado de 144 meses, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso;
- 2) O saldo devedor será atualizado com a aplicação *pro rata die* da variação acumulada do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 1% a.m. contados desde o dia 14 de agosto de 2003;
- 3) A CEB autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o banco interveniente a transferir o valor mensal pago por ela, correspondente a 3% do seu faturamento bruto.

Do saldo do contrato, em 31 de maio de 2005, no valor de R\$ 224.649 mil, o montante de R\$ 162.000 mil, foi cedido ao FURNAS II – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (ver Nota 21);

Este contrato foi quitado pela CEB, antecipadamente, em 10 de março de 2009.

IV) Cemar – Através de Instrumento Particular de Dação de Energia Elétrica em Pagamento e Outras Avenças, firmado entre FURNAS e a Cemar e tendo a Caiuá Serviços de Eletricidade S.A. como interveniente, anuente e garantidora, foi celebrada a negociação dos débitos da Cemar, com a assinatura do contrato nº 14.313, de 15 de agosto de 2002, que estabelece as seguintes condições para a quitação da dívida:

O montante original, correspondente a R\$ 138.940 mil, é corrigido mensalmente pelo IGP-M, acrescido de juros de 1% a.m.. Sua amortização é feita por dação de energia contratada no montante mensal de 80 MW médios, a uma tarifa de R\$ 49,39/MWh referida a 15 de agosto de 2002, corrigida pelo IGP-M a cada 12 meses. O contrato com vigência de um período mínimo de 53 meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até que ocorra a completa quitação do saldo da dívida, sendo que o contrato foi liquidado em 24 de agosto de 2009.

V) Cemig – Através do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívidas – TARD, firmado em 01 de agosto de 2005, a Cemig reconheceu os débitos relativos à energia livre, comercializada no âmbito da CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002 (ver Nota 37), tendo o referido Termo as seguintes premissas:

- 1) O valor histórico de R\$ 62.308 mil foi corrigido pela variação do IGP-M, verificada entre as datas dos débitos das liquidações financeiras até a data da liquidação financeira da recontabilização do período base;
- 2) O saldo devedor corrigido (R\$ 72.083 mil) será quitado em 50 parcelas e atualizado pela aplicação da variação da taxa Selic, acrescido de juros de 1% a.a. (a título de *spread*), tendo como data base o vencimento da primeira parcela e utilizando-se a mesma metodologia de cálculo praticada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nos contratos de financiamento concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Apoio às Concessionárias de Geração. Sua quitação foi efetuada em 04 de setembro de 2009.

NOTA 9 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Nos termos da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Empresa mantém registrados contabilmente créditos tributários no montante de R\$ 518.431 mil (R\$ 293.631 mil em 2008), que poderão ser utilizados para redução de cargas tributárias futuras, especificados a seguir:

	R\$ mil	
	2009	2008
Adições Temporárias		
. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	478.392	410.247
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	577.407	453.374
. Provisão para benefício pós emprego	113.112	-
	1.168.911	863.621
Prejuízos fiscais		
	355.885	-
	1.524.796	863.621
Créditos Tributários		
. Imposto de renda	381.199	215.905
. Contribuição social	137.232	77.726
Total	518.431	293.631
Circulante	126.923	3.329
Não Circulante	391.508	290.302

Inconstitucionalidade do PIS/Pasep e Cofins

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo das contribuições PIS/Pasep e Cofins e deu novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão legal constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as autoras de recursos extraordinários julgados.

Em 21 de fevereiro de 2006, FURNAS ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal visando obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior. Até a presente data, o recurso não foi julgado, mas diante da decisão do STF, é provável a compensação do crédito com débitos tributários, mesmo financiados.

O montante desses créditos em 31 de dezembro de 2009 totaliza R\$ 194.676 mil sendo R\$ 32.641 mil de Pasep e R\$ 162.035 mil de Cofins. A Empresa irá efetuar o registro contábil desses créditos quando da sentença definitiva no processo.

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Sob o título impostos e contribuições a recuperar encontram-se os tributos abaixo:

Tributos a compensar	R\$ mil	
	2009	2008
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep compensável	2.850	-
Contribuição para o Finsocial – Cofins compensável	13.080	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	38.615	26.807
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	17.904	6.389
ICMS a recuperar	52.262	49.373
Provisão para perdas	(51.978)	-
Total	72.733	82.569

a) Os créditos de PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL são oriundos de pagamentos a maior, efetuados no exercício, a serem compensados em períodos posteriores.

b) Dos créditos de ICMS, R\$ 51.978 mil referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso – DERMAT, com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso.

Por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999, complementada pela de nº 04/1999, o Governo Federal aprovou a transferência dos ativos do APM Manso da Eletronorte para FURNAS e, consequentemente, a titularidade dos referidos créditos.

O Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira expirou em 31 de dezembro de 2002 e os créditos de ICMS não foram pagos a FURNAS, decorridos 60 dias após o término do referido Convênio. Desde então, FURNAS manteve contatos junto a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso. A referida auditoria foi concluída em 04 de novembro de 2008, tendo como resultado o relatório – Processo 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso. Os valores apontados no referido relatório não apresentaram diferenças significativas daqueles registrados contabilmente em FURNAS.

Com o encerramento do levantamento, a Administração da Empresa solicitou formalmente o posicionamento da Secretaria sobre a regularização da referida pendência, não obtendo resposta até a presente data.

Desta forma, tendo em vista a falta de qualquer pronunciamento por parte do Governo do Estado de Mato Grosso e, por consequência, a incerteza da realização dos créditos, a Administração registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, relativa à totalidade dos créditos a recuperar referente ao ICMS de Manso.

NOTA 11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2009, a Empresa tem registrado nas rubricas de cauções e depósitos vinculados, o montante total de R\$ 235.811 mil, dos quais: R\$ 38.049 mil no ativo circulante e R\$ 197.762 mil no não circulante. Do saldo do não circulante, o valor de R\$ 41.703 mil (R\$ 79.396 mil em 2008), refere-se a aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil S.A., cedidas em garantia a diversas ações judiciais relativas ao ICMS. (Vide Nota 5)

NOTA 12 – DEVEDORES DIVERSOS

Devedores Diversos	R\$ mil			
	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empresas de energia elétrica	20.494	182.785	203.279	182.321
Fundação Real Grandeza	666	-	666	2.410
Adiantamento a fornecedores	44.447	20.115	64.562	68.980
Empregados	9.224	-	9.224	3.894
Outros devedores	520	-	520	5.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(172.642)	(172.642)	(150.024)
Total	75.351	30.258	105.609	113.393

Sob o título, devedores diversos, encontram-se valores a receber dos quais merecem destaque:

a) Empresas de energia elétrica - Companhia de Interconexão Energética - Cien

Em 1998, FURNAS e Cien firmaram um contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a Compañía de Transmision del Mercosul S.A. e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e produção de energia em território argentino.

A recente crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Companhia de Interconexão Energética - Cien, de 1.000 MW médios para 240,8 MW médios, cuja comercialização era feita por FURNAS. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e resarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, FURNAS constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o valor total registrado contabilmente (R\$ 134.284 mil).

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre FURNAS e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para FURNAS.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobrás e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

b) Fornecedores – Eletrobrás Participações S.A. – Eletropar (Lightpar)

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de FURNAS, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos pária raios instalados em substituição aos cabos pária raios convencionais existentes na infra-estrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou.

A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou, junto à massa falida, todos os créditos devidos pela Eletronet.

Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, FURNAS poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet.

Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, relativa à totalidade das receitas cobradas e não repassadas, no montante de R\$ 15.740 mil.

c) Outras Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Empresa, após análise, provisionou além dos montantes citados acima, como créditos de liquidação duvidosa, o montante de R\$ 22.618 mil, relativo a devedores diversos considerando a perspectiva de realização destes créditos.

NOTA 13 – ATIVO ATUARIAL

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, Patrocinadora.

Em 09 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão, a partir de 01 de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD.

No período compreendido entre 01 de junho de 2002 e 31 de agosto de 2002, foi oferecida aos participantes do Plano de Benefício Definido, a opção de migrar do Plano BD para dois novos planos aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar : um Plano Saldado, aprovado em abril de 2001, e o Plano de Contribuição Definida, aprovado em março de 2002. Os participantes ativos poderiam optar pela migração simultânea aos Planos Saldados e de Contribuição Definida ou pela migração exclusiva para o Plano CD. Já os assistidos, somente poderiam fazer a opção de migrar para o Plano Saldado.

A migração para os dois novos Planos alcançou cerca de 68% do total de participantes e assistidos da Real Grandeza. Não obstante, a validade e a eficácia da opção de migração encontrava-se condicionada à revisão, até 31 de maio de 2003, de uma decisão judicial proferida pelo Juízo da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cujo teor determinava à Real Grandeza, provisoriamente, que não promovesse a transferência de qualquer parcela do patrimônio do Plano BD para constituir cotas ou parcelas dos novos planos, enquanto não verificadas as obrigações das Patrocinadoras em relação ao referido Plano BD, antes de autorização expressa daquele Juízo.

Alcançada a data de 31 de maio de 2003, sem que a decisão judicial fosse revista pelo Juízo da 28ª Vara Federal, a opção de migração dos participantes aos novos planos perdeu sua validade e eficácia. O Plano Saldado, embora aprovado em todas as instâncias, prossegue com sua implementação pendente de decisão judicial e de uma nova campanha de adesão.

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. Na data de encerramento do exercício, o número de participantes da Fundação era:

Participantes	Quantidade Por Plano	
	Benefício Definido	Contribuição Definida
Ativos	2.772	1.955
Aposentados	5.257	2
Pensionistas	1.107	10

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da Empresa é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até $\frac{1}{2}$ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de $\frac{1}{2}$ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13,0% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (a) menos (b) menos (c), onde:

- a) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2,0% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 249,10);
- b) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- c) Contribuição Complementar, igual a um percentual calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

As contribuições normais de FURNAS à Real Grandeza, apropriadas no exercício, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 50.150 mil (R\$ 42.613 mil em 2008) e as do Plano CD atingiram R\$ 11.576 mil (R\$ 8.882 mil em 2008).

A Empresa apropriou no exercício o valor de R\$ 28.961 mil (R\$ 25.138 mil em 2008) para cobertura das despesas administrativas, sendo R\$ 25.910 mil referentes ao Plano BD e R\$ 3.051 mil ao Plano CD.

Deliberação CVM n° 371/2000

1) Em atendimento ao pronunciamento Ibracon NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados das avaliações atuariais de FURNAS por atuários independentes, referentes aos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida:

Especificação	R\$ mil	
	31.12.2009	31.12.2008
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	(6.085.808)	(5.623.417)
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	6.313.652	5.198.824
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1+2)	227.844	(424.593)
(4) Ganhos (Perdas) atuariais ainda não reconhecidos (+/-)	33.383	672.501
(Passivo)/Ativo atuarial líquido (3+4)	261.227	247.908
(5) (Passivo)/Ativo atuarial líquido total a ser provisionado	-	-
(6) Instrumentos financeiros não incluídos no valor justo dos ativos	753.334	931.046
(7) Ativo atuarial provisionado	-	931.046
Circulante	-	181.776
Não Circulante	-	749.270
(8) Ativo reconhecido excedente à obrigação do plano	-	-

Reconciliação	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos (*)	(Ganhos)/Perdas atuariais	(Passivo)/Ativo líquido total
Posição em 31.12.2009 - R\$ mil				
Valor no início do exercício	(5.623.417)	5.198.824	672.501	247.908
Custo do serviço corrente	(80.938)	-	-	(80.938)
Custo dos juros	(607.525)	-	-	(607.525)
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	521.067	-	521.067
Amortizações	-	-	-	-
Ganhos ou Perdas atuariais	(123.770)	762.888	(639.118)	-
Contribuições pagas	-	180.715	-	180.715
Benefícios pagos pelo plano	349.842	(349.842)	-	-
Sub-Total	(6.085.808)	6.313.652	33.383	261.227

(*) Não incluídos os Termos de Confissão de Dívida pactuados entre Patrocinadora e Fundação Real Grandeza.

2) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM nº 371/2000

A base de dados fornecida pela Empresa é constituída pelos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Hipóteses gerais:

- Data inicial do benefício:

Para fins de avaliações dos benefícios pós-emprego, foi considerada como data inicial do fluxo de compromissos futuros aquela mais imediata em que os participantes adquirem o direito ao gozo dos benefícios.

- Taxa de inflação:

De acordo com as premissas estabelecidas pela Eletrobrás, com base em estudos internos, a taxa de inflação adotada nas avaliações de todas as empresas do grupo foi estabelecida em 4,5% a.a..

- Índice de dependência principal:

Considerou-se que 95% dos participantes ativos do sexo masculino terão um cônjuge no momento de aposentadoria.

- Idade do cônjuge:

Quando não disponível o dado efetivo no cadastro, considerou-se do sexo feminino quatro anos mais jovem que o titular dos benefícios.

- Idade de vinculação ao regime geral:

Quando não disponível o dado efetivo, considerou-se de 18 anos como momento inicial de vinculação ao regime geral.

Outras hipóteses atuariais e financeiras:

- Mortalidade e sobrevivência: Tábua Geral AT-83 por sexos

- Entrada em invalidez: Tábua LIGHT-Fraca.

- Mortalidade de inválidos: Tábua AT-83.

- Rotatividade: Foi considerada nula no Plano BD.

- Taxa de juros de longo prazo: 6% a.a..

- Taxa de retorno de curto prazo: Refletindo o custo de oportunidade de curto prazo na economia brasileira, essa taxa foi estabelecida em 10,77%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.

- Incremento salarial: A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 2% a.a..

- Incremento de benefícios do regime geral: Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pela previdência social.
- Incremento nos benefícios dos planos: Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.
- Fatores de capacidade: Considerando a inflação projetada e o fluxo de pagamento de salários e benefícios, os mesmos foram ajustados em 0,98.

Em 31 de dezembro de 2007, FURNAS registrou como receita do exercício, a parcela relativa exclusivamente aos contratos pactuados junto à Fundação Real Grandeza, no montante de R\$ 1.001.223 mil, classificando-a como conta redutora de passivo. Em 31 de dezembro de 2008, à título de melhoria na divulgação de suas informações, o montante foi reclassificado para o ativo de FURNAS.

O registro contábil foi baseado nos seguintes fatores:

a) Na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2006, foi constituído um Fundo Previdencial, com recursos, provenientes de superávits acumulados, destinados à quitação de Provisões Matemáticas a Constituir, de responsabilidade dos participantes, e eventual redução nas obrigações futuras da patrocinadora. Após a aprovação das demonstrações contábeis daquele exercício, o Fundo Previdencial representava R\$ 697.858 mil. De acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008, não há restrição para utilização de Fundo Previdencial que tenha sido criado com base em Parecer Atuarial e previsto em Nota Técnica, ambas as condições compridas pela Real Grandeza.

b) Durante o exercício de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização na Fundação Real Grandeza. Tendo em vista o excesso de contribuições em relação ao custo, a SPC determinou que a Real Grandeza adequasse o custeio do plano ao custo verificado. Devido à complexidade dos cálculos e das premissas envolvidas, os estudos foram finalizados em 2009, para aprovação pelas partes envolvidas, visando proceder a redução das contribuições nos termos previstos pela Secretaria de Previdência Complementar.

Em função dos referidos contratos não estarem incluídos no valor justo dos ativos, nos termos do artigo 60 da Deliberação CVM nº 371/2000, e pelo fato desta patrocinadora ser garantidora e responsável pela formação e realização deste ativo, o direito foi reconhecido a título de diferimento.

O superávit apresentado, aliado à realização dos referidos instrumentos financeiros, minimiza o risco futuro de eventual passivo atuarial. De acordo com as condições estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000, a Empresa não reconheceu contabilmente o resultado positivo, além dos montantes não incluídos no valor justo dos ativos, que podem ser realizados a cada amortização das parcelas oriundas dos referidos contratos pactuados.

Durante o exercício de 2009, foram efetuadas alterações na Administração da Fundação Real Grandeza, conforme previsto em seu regulamento.

Aliadas às referidas alterações e visando estabelecer as ações necessárias para viabilizar uma nova gestão entre as patrocinadoras e Real Grandeza, foi assinado, pelas Administrações de ambas, o “Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza”.

Com a assinatura do referido Projeto, as Administrações das patrocinadoras e da FRG, tomaram as providências necessárias, para atendimento às recomendações da SPC, especificamente no que se refere ao Plano BD, no sentido de:

a) Revisão do plano de custeio; e,

b) Liquidação do Fundo Previdencial, no montante de R\$ 697.858 mil, sendo que metade do valor foi utilizado para a quitação de dívida dos participantes e o saldo remanescente foi revertido para o resultado do exercício da FRG.

Em consonância com o estabelecido pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 26, datada de 29 de setembro de 2008, no que se refere às formas de revisão dos planos de benefícios, constam, também, do Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza, estudos de viabilidade no sentido de obter melhorias aos assistidos pela FRG, tais como revisão do benefício de pensão e de piso mínimo, entre outros.

Consta, também, a dotação de recursos para o plano de saúde dos funcionários das patrocinadoras (Plames), visando manter o seu equilíbrio econômico-financeiro-atuarial.

Diante da impossibilidade de mensuração, em suas demonstrações contábeis, dos efeitos que possam advir de futuras avaliações econômico-atuariais decorrentes do Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza, FURNAS decidiu reverter o montante provisionado, no valor de R\$ 767.221 mil, a título de “Ativo Atuarial”.

O superávit apresentado em 2009, no valor de R\$ 261.227 mil, pelos mesmos motivos expostos no parágrafo anterior, não estão registrados nas demonstrações contábeis da Empresa.

NOTA 14 – OUTROS

A seguir estão elencadas as contas que compõem a rubrica de outras contas a receber:

	R\$ mil			
	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Alienação de bens e direitos	4.863	-	4.863	6.041
Bens e direitos destinados à alienação	-	28.368	28.368	27.533
Concessões licitadas	-	7.871	7.871	7.871
Títulos precatórios – Finsocial	-	18.143	18.143	19.516
Desativações em curso	1.049	-	1.049	5.452
Serviços prestados a terceiros	4.048	-	4.048	20.959
Serviços em curso	-	-	-	3.480
Recebimentos - renegociação	1.921	-	1.921	1.795
Dispêndios a reembolsar	4.604	-	4.604	2.719
Concessões a licitar	-	3.862	3.862	19.543
Custos a reembolsar – Programa emergencial de redução de consumo energia elétrica (PERCEE)	-	3.016	3.016	19.317
Outros créditos	378	17.481	17.859	18.705
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(15.999)	(15.999)	
Total	16.863	62.742	79.605	152.931

A Empresa, após análise da perspectiva de realização de valores já vencidos, registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 15.999 mil.

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

Participações	R\$ mil	
	2009	2008
Sociedade de Propósito Específico (SPE)		
Em operação		
Enerpeixe S.A.	460.072	420.960
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	14.539	13.420
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	9.986	8.500
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	7.262	6.029
Em fase pré-operacional		
Chapacoense Geração S.A. (Chapacoense)	259.545	270.855
Serra do Facão Energia S.A.	137.485	-
Serra do Facão Participações S.A.	-	273.713
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	99.920	67.188
Baguari Energia S.A. (Baguari Energia)	79.225	61.925
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	25.284	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	16.060	6.514
Inambari Geração de Energia (Igesa)	7.003	-
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	3.920	-
Madeira Energia S.A. (MESA)	-	39
Total de investimentos em SPE	1.120.301	1.129.143
Outras participações	6.430	6.430
Terrenos para uso futuro	1.883	1.883
Total	1.128.614	1.137.456

O resultado de equivalência patrimonial no exercício de 2009 foi conforme abaixo:

	Enerpeixe	Transleste	Transudeste	Transirapé	MESA	Total
Participação (%)	40	24	25	24,5	39	-
Investimentos	460.072	14.539	9.986	7.262	-	491.859
Patrimônio líquido	1.150.181	60.579	39.946	29.641	(100.167)	-
Resultado do exercício	121.026	12.899	7.800	6.597	(68.777)	-
Resultado de equivalência	48.410	3.096	1.950	1.616	(26.823)	28.249

a) Enerpeixe – SPE, que tem como objetivo a construção, operação e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica ou seus correlatos, em relação à Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no rio Tocantins.

A participação acionária de FURNAS no Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (cuja capacidade de geração instalada é de 452 MW) foi realizada através da aquisição de 40% do capital social da referida sociedade. A Usina está em operação desde maio de 2006.

b) Transleste – SPE criada em 28 de outubro de 2003, conforme Ata de Assembléia Geral de Constituição, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a Linha de Transmissão ligando Montes Claros – Irapé, na tensão de 345 kV, com 139 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 24% do Capital Social e em dezembro de 2005, a linha de transmissão entrou em operação.

c) Transudeste – SPE criada em 25 de outubro de 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a Linha de Transmissão ligando Itutinga – Juiz de Fora, na tensão de 345 kV, com 144 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 25% do Capital Social e em fevereiro de 2007, a linha de transmissão entrou em operação.

d) Transirapé – SPE criada em 06 de dezembro de 2004, com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - Lote B - LT Irapé - Araçuaí, na tensão de 230 kV, com 61 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 24,5% do Capital Social e em maio de 2007, a linha de transmissão entrou em operação.

e) Chapecoense – SPE constituída em 27 de janeiro de 2006 cujo objeto social específico era a participação como acionista da Foz do Chapecó Energia S.A. - FCE, sociedade por ações de capital fechado, instituída em 26 de julho de 2001 que tem como objetivo construir e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó - localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina (Águas de Chapecó) e Rio Grande do Sul (Alpestre), obtido por meio de concessão por 35 anos contados a partir de 2001.

A Usina, cujo reservatório terá uma área inundada de 84,4 km² para uma potência instalada de 855 MW, será implantada e gerida pelo Consórcio Energético Foz do Chapecó (CEFC), composto pela CPFL, com 51% de participação, Chapecoense, com 40%, e CEEE, com 9%, cabendo à equipe de FURNAS o desempenho das atividades de engenharia do proprietário (*Engineering Procurement and Construction - EPC*).

A participação acionária de FURNAS na Chapecoense é de 49,9% de seu Capital Social, e as obras foram efetivamente iniciadas em janeiro de 2007, com a entrada em operação da primeira máquina prevista para agosto de 2010.

Em 16 de julho de 2007, a parcela detida pela Chapecoense no consórcio foi transferida para a Foz do Chapecó Energia S.A. - FCE, que passou a deter a totalidade da Concessão. Na mesma data, a Chapecoense efetuou aporte de capital na FCE, passando a deter 40% do capital social dessa empresa. Essa transação representou o fim do consórcio e o início da participação da Chapecoense no empreendimento UHE Foz do Chapecó, através da participação societária na FCE.

Em 20 de agosto de 2009, os acionistas da CPFL Geração de Energia S.A. e CEEE – GT Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. integralizaram a totalidade das ações de emissão da Foz do Chapecó Energia S.A. de sua titularidade, no capital da Chapecoense Geração S.A., que passou a principal acionista da Foz do Chapecó Energia S.A.

Consequentemente, a participação de FURNAS na Chapecoense foi alterada para 40% e as companhias CPFL-G e CEEE-GT, detentoras respectivamente de 51% e 9% de participação na FCE, ficaram com a participação na Chapecoense, nessas mesmas proporções.

Em junho de 2009, a Chapecoense efetuou redução do capital com absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$ 35.329 mil, acarretando em uma perda de capital para a Empresa, a qual foi registrada no resultado do exercício

Do saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2009, R\$ 43.330 mil referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital.

f) Serra do Facão Energia S.A. – SPE constituída com a finalidade de explorar, na qualidade de concessionária, o aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, constituído pela Usina Hidrelétrica Serra do Facão com potência instalada de 213 MW, localizada no rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Divinópolis, ambos no estado de Goiás, e instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A participação acionária de FURNAS na referida SPE é de 49,5%. As obras foram iniciadas em março de 2007, estando a entrada em operação comercial da primeira máquina, prevista para maio de 2010.

Com a conclusão do processo de reestruturação acionária na SPE Serra do Facão Participações S.A., as ações de propriedade desta na Serra do Facão Energia S.A. foram transferidas para FURNAS em sua totalidade.

Ainda em consequência da reestruturação da referida SPE, a Empresa reconheceu no resultado do exercício uma perda de R\$ 68.649 mil na conta de outras despesas.

g) Retiro Baixo – SPE criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu.

A participação de FURNAS corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007, com previsão de entrada em operação comercial da primeira máquina para o primeiro semestre de 2009.

Do saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009, R\$ 43.570 mil estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital.

h) Baguari Energia – SPE constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para o segundo semestre de 2009.

A participação de FURNAS corresponde a 30,6122% do capital social e o saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 está integralmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

i) IE Madeira – SPE criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2, número 01, em CC, +/- 600 kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV/+/ - 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA, +/- 600 kV/500kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos do Contrato de Concessão; além da exploração de atividades derivadas da utilização subsidiária ou compartilhada de bens materiais e imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial de sua atividade, bem como a prestação de serviço que se relacione ao seu objeto.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 24,5% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2009, a Empresa encontra-se em fase pré-operacional.

j) Centroeste de Minas – SPE criada em 22 de outubro de 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a Linha de Transmissão ligando Furnas – Pimenta, na tensão de 345 kV, com 63 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social e, em 31 de dezembro de 2009, do saldo contábil do investimento, R\$ 25 mil referem-se à integralização de 24.990 ações ordinárias e R\$ 16.035 mil a adiantamentos para futuro aumento de capital.

k) Igesa – SPE criada em 15 de dezembro de 2008, tem por objetivo a participação no desenvolvimento, em conjunto, dos estudos de viabilidade técnico-econômica, ambiental e jurídico, implantação e exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Inambari, no rio Inambari, e do sistema de Transmissão de Uso Exclusivo, incluindo o projeto de exploração de energia do Peru ao Brasil, assim como todas as demais atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da usina e seu sistema de transmissão, bem como a importação e exportação de bens e serviços afetos.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 19,6% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2009, a Empresa encontra-se em fase pré-operacional.

l) Transenergia – SPE criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional especificamente das instalações do Lote C, conforme descrito no edital do Leilão nº 008/2008-ANEEL e demais obras complementares, nos termos do Contrato de Concessão, decorrente da Licitação; além da exploração de atividades derivadas da utilização subsidiária ou compartilhada de bens materiais e imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial de sua atividade, bem como a prestação de serviços que se relacionem ao seu objeto.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2009, a Empresa encontra-se em fase pré-operacional.

m) MESA – SPE constituída com a finalidade de participação na licitação da outorga de concessão da hidrelétrica de Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com vistas ao desenvolvimento do projeto de implementação e a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração dessa hidrelétrica.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 39% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2009, a Empresa encontra-se em fase pré-operacional.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

		2009	2008
Em serviço		11.915.791	11.995.989
Em curso		3.672.190	2.761.475
		15.587.981	14.757.464
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		(112.540)	(112.540)
Total		15.475.441	14.644.924

	Taxas anuais mádias de depreciação	2009			2008
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>					
Geração	2,4	9.118.489	(3.265.572)	5.852.917	5.801.076
Transmissão	3,0	12.633.612	(6.687.229)	5.946.383	6.081.579
Administração	5,9	213.466	(97.787)	115.679	112.467
Comercialização	9,4	1.526	(714)	812	867
		21.967.093	(10.051.302)	11.915.791	11.995.989
<u>Em curso</u>					
Geração		2.231.200	-	2.231.200	1.474.035
Transmissão		1.420.907	-	1.420.907	1.263.346
Administração		20.079	-	20.079	24.016
Comercialização		4	-	4	79
		3.672.190	-	3.672.190	2.761.476
Total		25.639.283	(10.051.302)	15.587.981	14.757.465

A Empresa calcula e contabiliza as quotas de depreciação aplicando as taxas estabelecidas pela Resolução Aneel nº 44, de 17 de março de 1999, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade são as seguintes:

	Taxas de depreciação (%)
Geração	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0
Turbina hidráulica	2,5
Equipamento da tomada d'água	3,7
Estrutura da tomada d'água	4,0
Equipamento geral	10,0
Veículos	20,0
Transmissão	
Estrutura do sistema	2,5
Condutor do sistema	2,5
Religador	4,3
Equipamento geral	10,0
Veículos	20,0
Comercialização	
Equipamento geral	10,0
Administração Central	
Edificação	4,0
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0
Equipamento geral	10,0
Veículos	20,0

Em função do disposto nas Instruções Contábeis 6.3.10, itens 4 e 11 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os juros, os demais encargos financeiros e os efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Os juros computados sobre os recursos de capital próprio que financiaram as obras em andamento, nos termos da legislação específica do Setor Elétrico, foram, igualmente, registrados no imobilizado até 31 de dezembro de 1998.

Os encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos empréstimos e financiamentos que financiam o ativo imobilizado foram apropriados como indicado no quadro abaixo:

	2009				2008
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total	
Encargos financeiros totais	103.797	102.392	3.401	209.590	214.814
(-) Transferências para imobilizado em curso	(51.131)	(369)	-	(51.500)	(28.225)
Líquido apropriado no exercício	52.666	102.023	3.401	158.090	186.589
Efeitos inflacionários e cambiais totais	(766)	(117.448)	14.960	(103.254)	218.615
(-) Transferências para imobilizado em curso	766	-	-	766	(814)
Líquido apropriado no exercício	(0)	(117.448)	14.960	(102.488)	217.801

Segundo a legislação vigente, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Administração da Empresa avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados nos estudos desenvolvidos para o presente balanço, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na Empresa.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	R\$ mil	
	2009	2008
Amortização	81.998	81.998
Participações da União	28.539	28.539
Outras	2.003	2.003
Total	112.540	112.540

O saldo de amortização é proveniente das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, esses saldos são apresentados como redutores do ativo imobilizado e desde 1º de janeiro de 1996 não são mais atualizados pelos efeitos da inflação (ver Nota 16).

NOTA 18 – INTANGÍVEL

	2009			2008
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Geração	5.742	(543)	5.199	5.328
Transmissão	152.040	(3.303)	148.737	147.671
Administração	19.971	(15.739)	4.232	1.589
	177.753	(19.585)	158.168	154.588
<u>Em curso</u>				
Geração	7.695	-	7.695	6.527
Transmissão	51.268	-	51.268	42.214
Administração	35.090	-	35.090	12.558
	94.053	-	94.053	61.299
Total	271.806	(19.585)	252.221	215.887

Em 31 de dezembro de 2009, está registrado no intangível o custo de aquisição das faixas de serviços permanentes, no valor total de R\$ 205.680 mil, e software de manutenção de sistema corporativo, no total de R\$ 66.126 mil, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 19.585 mil, calculada à taxa de 20% a.a..

NOTA 19 – FORNECEDORES

	R\$ mil	
	Circulante	
	2009	2008
Fornecedores de energia elétrica	409.456	362.743
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	7.924	17.572
Materiais e serviços	230.735	176.454
Total	648.115	556.769

Os principais fornecedores de energia elétrica da Empresa são Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e CPFL Geração de Energia S.A. (ver Nota 31)

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	R\$ mil							
	2009				2008			
	Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
		Circul.	Não Circul.			Circul.	Não circul.	
Moeda Estrangeira								
Eletrobrás	3.133	34.659	259.933	297.725	4.841	47.358	402.535	454.734
Subtotal	3.133	34.659	259.933	297.725	4.841	47.358	402.535	454.734
Moeda Nacional								
Eletrobrás	2.053	482.088	555.875	1.040.016	671	158.603	558.885	718.159
Inst. Financeiras								
BNDES	12.012	21.766	814.064	847.842	7.515	-	635.472	642.987
Banco do Brasil	4.086	-	253.180	257.266	6.313	-	253.180	259.493
Banco Pactual	377	-	42.470	42.847	575	-	42.470	43.045
CEF	7.268	-	191.972	199.240	11.394	-	191.972	203.366
BASA	16.147	-	193.000	209.147	12.365	-	193.000	205.365
	39.890	21.766	1.494.686	1.556.342	38.162	-	1.316.094	1.354.256
Fornecedores	-	-	-	-	211	23.923	-	24.134
Subtotal	41.943	503.854	2.050.561	2.596.358	39.044	182.526	1.874.979	2.096.549
Total	45.076	538.513	2.310.494	2.894.083	43.885	229.884	2.277.514	2.551.283

Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos:

I) Eletrobrás – A Empresa detém contratos como especificado abaixo:

I.1) Moeda Estrangeira – Com o objetivo de financiar obras do Projeto de Interligação Norte – Sul (LT Samambaia – Serra da Mesa; LT Serra da Mesa – Gurupi; LT Gurupi – Miracema); Subestação Gurupi e ampliação das subestações Samambaia e Serra da Mesa, a Empresa obteve em 1998 junto à Eletrobrás, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Export-Import Bank of Japan – Eximbank, dois financiamentos, equivalentes a US\$ 257,619 mil com as seguintes características:

- Prestações semestrais, consecutivas e iguais vencendo a primeira em 04 de abril de 2002 e a última em 04 de abril de 2018;
- Taxas de juros sobre saldos devedores diários, determinadas e pagas semestralmente, sendo que para o período de outubro de 2009 a abril de 2010 a taxas de juros é de 4,66% a.a. para recursos do BID e de 1,92% a.a., em média, para recursos do Eximbank.
- Taxa de administração de 2% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre os saldos devedores, vencível a partir da assinatura dos contratos e paga nas mesmas datas dos vencimentos dos juros.

I.2) Moeda Nacional:

I.2.1) Com a finalidade de expansão do sistema e suprimento de capital de giro, FURNAS detém 05 (cinco) contratos de financiamentos com vencimentos finais entre 15 de maio de 2012 e 30 de dezembro de 2018 com as principais premissas a seguir:

- a) Parcelas mensais com o primeiro vencimento em 30 de abril de 2003 e o último em 30 de dezembro de 2018;
- b) Taxas de juros com vencimentos mensais, aplicadas *pro rata temporis* sobre os saldos devedores corrigidos, tendo as taxas fixas um intervalo de 5 a 7,5% a.a. e as variáveis vinculadas à taxa Selic;
- c) Taxas de administração de 0,5 a 2% a.a. calculadas *pro rata temporis* sobre os saldos devedores corrigidos, a partir da data das assinaturas dos contratos.

I.2.2) Contrato de Financiamento aberto com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR para cobertura financeira dos custos diretos da execução de obras de ampliação das subestações SE Macaé e SE Viana, dos quais são excluídos os valores correspondentes aos custos indiretos, firmado em 30 de dezembro de 2008 com as principais premissas:

- a) O período de carência será de 24 meses contados a partir de 30 de dezembro de 2008 até 30 de dezembro de 2010;
- b) O saldo devedor será amortizado em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas com a primeira vencendo em 30 de janeiro de 2011 e a última em 30 de dezembro de 2015;
- c) Taxa de juros de 5% a.a. calculadas *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, com vencimento mensal e incorporada ao saldo devedor durante o período de carência;
- d) Taxa de administração de 2% a.a. calculadas *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente a partir de 30 de dezembro de 2008.

I.2.3) Contrato de Financiamento aberto com recursos da RGR para cobertura financeira de até 75% do custo global do Projeto de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Município de Goiânia no estado de Goiás, a ser aplicado em custos diretos, excetuando-se materiais em estoque, mão-de-obra e transporte próprios. Foram firmados 02 (dois) contratos em 23 de abril de 2004 e 03 de julho de 2008, com as seguintes condições:

- a) O período de carência será de 24 meses contados a partir de 29 de dezembro de 2005 até 30 de dezembro de 2007 e de 7 meses contados a partir de 30 de março de 2009 até 30 de outubro de 2009, respectivamente;
- b) O saldo devedor será amortizado em 36 e 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas com as primeiras vencendo em 30 de janeiro de 2008 e 30 de novembro de 2009 e as últimas em 30 de dezembro de 2010 e 30 de outubro de 2014;
- c) Taxa de juros de 5% a.a. calculadas *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, com vencimento mensal e incorporada ao saldo devedor durante o período de carência;

d) Taxa de administração de 1,5% a.a. calculadas *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente.

I.2.4) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio financeiro de FURNAS referente ao ano de 2009, foi aberto um contrato de financiamento no valor total de R\$ 303.430 mil em 16 de dezembro de 2009, com as seguintes condições:

- a) O valor de R\$ 270.938 mil será desembolsado através de encontro de contas com os dividendos referentes ao exercício de 2008, considerando como data de liquidação o dia 22 de dezembro de 2009;
- b) O período de carência será de 180 dias contados a partir de 22 de dezembro de 2009 até 20 de junho de 2010;
- c) O saldo devedor será amortizado em cota única no final da carência;
- d) Taxa de juros calculadas *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido baseada na taxa selic acrescido de spread de 0,5% a.a, será incorporada ao saldo devedor durante o período de carência e paga em cota única;

II) Instituições Financeiras

II.1) BNDES – Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, assinado em 10 de março de 2008, no valor de R\$ 1.034.410 mil, com vencimento final em 15 de julho de 2026, destinado à implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, localizada no rio Paraíba do Sul, com as seguintes cláusulas financeiras:

- a) Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,91% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;
- b) O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, sendo o vencimento da primeira em 15 de agosto de 2010 e da última em 15 de julho de 2026.

O referido contrato possui obrigação por parte da Empresa de manutenção de índice de capitalização mínimo de 30%. Em 31 de dezembro de 2009, a Empresa não estava em descumprimento com nenhuma de suas obrigações contratuais.

II.2) Banco do Brasil S.A. - Refere-se a duas modalidades, abaixo descritas:

II.2.1) CCB - Cédulas de Créditos Bancários no valor total de R\$ 70.180 mil, tendo como emitente FURNAS, credor o Banco do Brasil S.A., e firmado conforme os dispositivos da Lei nº 10.931/2004.

Cédula	Vencimento	Valor	Assinado em:
CCB 001	14.10.2011	12.190	26.10.2006
CCB 002	14.10.2011	3.550	30.10.2006
CCB 003	14.10.2011	7.030	31.10.2006
CCB 004	14.10.2011	3.700	01.11.2006
CCB 005	04.11.2011	3.300	06.11.2006
CCB 006	04.11.2011	17.600	16.11.2006
CCB 008	04.11.2011	10.580	30.11.2006
CCB 012	05.12.2011	12.230	26.12.2006
Total		70.180	

Juros: CDI extragrupo, apurada pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip e vencíveis semestralmente.

II.2.2) Contrato de Abertura de Crédito Fixo, até o valor de R\$ 104.000 mil, firmado em 12 de março de 2007.

Sobre os saldos devedores incidirão encargos financeiros correspondentes à 104,15% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Referidos encargos serão debitados mensalmente e exigidos integralmente em 25 de outubro de cada ano, até o seu vencimento final em 25 de outubro de 2012.

II.2.3) Contrato de Abertura de Crédito Fixo, até o valor de R\$ 79.000 mil, firmado em 08 de outubro de 2007.

Sobre os saldos devedores incidirão encargos financeiros correspondentes à 103,2 % e da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Referidos encargos serão debitados mensalmente e exigidos integralmente em 15 de outubro de cada ano, até o seu vencimento final em 15 de outubro de 2012.

II.3) Banco Pactual S.A. – Refere-se a Cédulas de Créditos Bancários no valor total de R\$ 42.470 mil, tendo como emitente FURNAS, credor o Banco Pactual S.A. e firmado de acordo com os dispositivos da Lei nº 10.931/2004.

Cédula	Vencimento	Valor	Assinado em:
CCB 007	04.11.2011	12.200	27.11.2006
CCB 009	04.11.2011	3.700	01.12.2006
CCB 010	05.12.2011	3.180	05.12.2006
CCB 011	05.12.2011	16.360	15.12.2006
CCB 013	05.12.2011	7.030	28.12.2006
Total		42.470	

Juros: CDI extragrupo, apurada pela CETIP e vencíveis semestralmente.

II.4) CEF – Instrumento Contratual de Financiamento mediante Abertura de Crédito, firmado em 19 de junho de 2007 entre FURNAS e Caixa Econômica Federal, no valor até R\$ 192.000 mil, com vencimento final em 25 de julho de 2012 e juros de 103,90% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Os juros serão debitados mensalmente e exigidos integralmente nas seguintes datas: 25 de julho de 2008, 27 de julho de 2009, 26 de julho de 2010, 25 de julho de 2011 e 25 de julho de 2012.

II.5) BASA – Contrato de abertura de crédito até R\$ 193.000 mil, firmado em 12 de fevereiro de 2008, a ser pago em parcela única em 15 de fevereiro de 2013. Sobre os saldos devedores incidirão encargos correspondentes a 101,9999% da taxa média diária dos CDI. Os referidos encargos financeiros, calculados por dias úteis, serão mensalmente, a cada data-base, acrescidos aos saldos devedores e seus pagamentos exigidos anual e integralmente, nas seguintes datas: 16 de fevereiro de 2009, 17 de fevereiro de 2010, 15 de fevereiro de 2011, 15 de fevereiro de 2012 e 15 de fevereiro de 2013.

III) Fornecedores

III.1) Eletronuclear – Instrumento Particular de Contrato, de 08 de junho de 2006, foi liquidado em 11 de setembro de 2009.

III.2) EPE – Refere-se ao financiamento junto à Empresa Produtora de Energia Ltda. – EPE, no valor de R\$ 137.857 mil cujo saldo foi liquidado em 08 de junho de 2009.

Composição dos Empréstimos e Financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda / Indexador	2009			2008		
	\$ mil	R\$ mil	%	\$ mil	R\$ mil	%
Moeda estrangeira						
US\$	30.678	53.417	1,9	34.315	80.194	3,1
Yen	12.988.912	244.308	8,4	14.517.047	374.540	14,7
	297.725	10,3		454.734	17,8	
Moeda nacional						
CDI		536.976	18,6		538.560	21,1
DI		171.523	5,9		172.709	6,8
Selic		813.625	28,1		490.299	19,2
TJLP		847.842	29,3		642.987	25,2
Não Indexado		2.369.966	81,9		1.844.555	72,3
	226.392	7,8		251.994	9,9	
	2.596.358	89,7		2.096.549	82,2	
Total	2.894.083	100,0		2.551.283	100,0	

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

	Variação anual (%)	
	2009	2008
US\$	(25,49)	31,94
Yen	(27,25)	62,89
Selic	9,98	12,48

O saldo do principal dos empréstimos e financiamentos não circulantes de R\$ 2.310.494 mil (R\$ 2.277.514 mil em 2008), tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	R\$ mil			
	2009		Total	2008
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira		
2010	-	-	-	867.910
2011	378.058	34.658	412.716	338.069
2012	548.310	34.659	582.969	471.728
2013	300.829	34.659	335.488	264.639
2014	108.527	34.658	143.185	72.455
2015	90.979	34.658	125.637	73.334
Após 2015	623.858	86.641	710.499	189.379
Total	2.050.561	259.933	2.310.494	2.277.514

Mutação dos Empréstimos e Financiamentos:

	R\$ mil			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2007	512.855	756.337	33.836	287.554
Ingressos	179.516	836.416	-	-
Encargos	201.588	-	15.350	-
Variação monetária e cambial	5	809	18.596	149.178
Transferências para o circulante	184.298	(184.298)	34.197	(34.197)
Transferências entre contas	(465.715)	465.715	-	-
Amortizações	(390.977)	-	(49.780)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	221.570	1.874.979	52.199	402.535
Ingressos	274.036	355.943	-	-
Encargos	199.498	-	16.063	-
Variação monetária e cambial	4	763	(13.657)	(103.791)
Transferências para o circulante	192.084	(192.084)	38.811	(38.811)
Transferências entre contas	(14.058)	10.960	-	-
Amortizações	(327.337)	-	(55.624)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	545.797	2.050.561	37.792	259.933

NOTA 21 – OUTRAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

FURNAS, baseada na legislação civil em vigor, efetuou operações de cessão de créditos de sua titularidade, com a finalidade de obter recursos para fazer face ao seu programa de investimentos, como demonstrado abaixo:

Créditos cedidos	Período de realização	Valor cedido (r\$ mil)
FIDC I		
Energia Livre (RTE)	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento – Cemar	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia – Proman	10/2004 a 12/2006	52.000
Subtotal Cedido		342.000
FIDC II		
Refinanciamento Tesouro Nacional Lei nº 8.727	06/2005 a 05/2010	228.000
Financiamento Eletronorte	06/2005 a 02/2008	89.100
Refinanciamento Celg	06/2005 a 05/2010	258.000
Refinanciamento CEB	06/2005 a 05/2010	162.000
Financiamento Eletronuclear	06/2005 a 06/2007	165.950
Subtotal Cedido		903.050
Total dos Créditos Cedidos		1.245.050

Foram criados dois fundos de Investimentos (FURNAS I e FURNAS II) com as seguintes características:

Características	FURNAS I	FURNAS II
Data de Constituição	27.09.2004	25.05.2005
Banco	Santander	Santander (líder), BB Investimentos, Itaú e Votorantim
Administrador do Fundo	Santander	BEM DTVM S.A.
Fator de atualização	Taxa Selic	Taxa Selic
Taxa de desconto	1,38% a.a.	1,80% a.a.

Ambas as cessões foram efetuadas com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos direitos creditórios, nos termos do artigo 296 do Código Civil Brasileiro, sendo firmados instrumentos particulares de contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças.

Abaixo demonstramos a mutação das cessões de créditos:

	R\$ mil	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	311.907	583.715
Variações monetárias	14.960	50.028
Amortizações	(255.196)	(321.836)
Saldo final	71.671	311.907
Circulante	71.671	224.977
Não circulante	-	86.930

NOTA 22 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

22.1) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA – TERMOS DE COMPROMISSOS

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da Fundação Real Grandeza aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no artigo 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, em 14 de dezembro de 2000, a Empresa celebrou com a Fundação um Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigações de Pagamento e Outras Avenças, no valor de R\$ 619.743 mil (base 31 de dezembro de 1999), consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001, compromissos da Patrocinadora estabelecidos no Estatuto e no Regulamento do programa previdenciário, preponderantemente relativos a tempos de serviços anteriores à inscrição dos participantes na Real Grandeza. O saldo do reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2009 corresponde a R\$ 479.124 mil, dos quais R\$ 150.755 mil classificados no passivo circulante.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de Benefício Definido e atendendo à determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a Real Grandeza firmou com FURNAS o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348 mil, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por FURNAS, em 31 de dezembro 2009, monta R\$ 274.210 mil, dos quais R\$ 40.449 mil classificados no passivo circulante.

Os contratos com a Fundação Real Grandeza tem a seguinte movimentação e perfil:

	R\$ mil		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2008	181.776	749.270	931.046
Juros contabilizados	50.419	-	50.419
Variação monetária	(1.396)	2.417	1.021
Pagamentos de juros	(50.668)	-	(50.668)
Pagamentos principal	(178.484)	-	(178.484)
Transferência para o circulante	189.557	(189.557)	-
Saldo em 31.12.2009	191.204	562.130	753.334

Vencimento	R\$ mil
2011	200.871
2012	212.923
2013	46.594
2014	49.390
2015	52.352
Total	562.130

22.2) OUTROS BENEFÍCIOS PÓS- EMPREGO

A Empresa subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Empresa.

Características da Massa Segurada

	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
Segurados titulares	4.797	3.082	7.879
Idade média	47,6	62,5	67,0
População titular potencial	5.701	5.245	10.946
Nível de adesão	1,00	0,427	0,869
Prêmios anuais (R\$ mil)	560.028	331.164	891.192
Taxa segregada calculada	0,003628	0,010790	0,009060
Taxa equalizada contratada	0,007530	0,007530	0,007530

Com base nas características apresentadas, a Empresa está registrado, no passivo não circulante, o montante de R\$ 110.308 mil relativo a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Adicionalmente, registrou o montante de R\$ 2.804 mil relativo à cobertura do programa de saúde para beneficiários inválidos.

NOTA 23 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ

É calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, nos termos da legislação em vigor.

Do saldo de créditos tributários sobre diferenças temporárias (ver Nota 9), R\$ 309.084 mil foram constituídos no exercício de 2009.

b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

É calculada sobre o lucro ajustado nos termos da legislação vigente.

Do saldo de créditos tributários sobre diferenças temporárias (ver Nota 9), R\$ 111.270 mil foram constituídos no exercício de 2009.

c) Apropriação das despesas de IRPJ e CSLL no resultado

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstrados:

	R\$ mil	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Prejuízo antes do IR, CSLL e participação nos lucros	(463.193)	(463.193)
Encargo total do IRPJ e CSLL	115.798	41.687
Efeito das adições permanentes e temporárias	(383.375)	(138.015)
Efeito das exclusões	204.511	73.079
Subtotal	(63.066)	(23.249)
Constituição de créditos tributários (Nota 9)	309.084	111.270
Efeito líquido no resultado	246.018	88.021

As adições e exclusões referem-se, basicamente, à constituição e reversão de provisões.

d) Impostos e contribuições a pagar:

	R\$ mil			
	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Parcelamento Especial – Paes	95.160	713.704	82.518	715.896
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	4.175	-	4.539	232.762
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.503	-	1.634	83.794
Imposto de Renda Retido na Fonte	4.841	-	80	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	1.403	-	16.146	-
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep	309	-	3.504	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	33.983	-	25.236	-
Impostos retidos – Lei nº 10.833	20.396	-	16.596	-
ICMS/ISS	8.997	-	8.521	-
Outros	5.981	-	4.629	-
Total	176.748	713.704	163.403	1.032.452

e) Parcelamento Especial – Paes – Lei nº 10.684/2003

Em 01 de março de 2000, a Empresa formalizou a opção ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis com o objetivo de regularizar os débitos junto à União relativos ao Pasep e Cofins decorrentes, principalmente, da decisão desfavorável do julgamento, por parte da Secretaria da Receita Federal, do auto de infração emitido em 30 de abril de 1999, relativo a fatos geradores do período de 1994 a 1998.

Contudo, em 30 de maio de 2003 por meio da Lei nº 10.684, o Governo Federal instituiu o Paes, que se destinava a promover a regularização de débitos tributários e previdenciários, vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Desta forma, em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2009, está assim discriminado:

	R\$ mil
Débito total consolidado incluído no Paes em 31.07.2003	968.789
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2008	(482.262)
Atualização monetária até 31.12.2008	319.759
Crédito ILL Compensado	(7.872)
Saldo total em 31.12.2008 (114 parcelas)	798.414
Valor dos pagamentos efetuados no exercício de 2009	(99.921)
Atualização monetária no exercício de 2009	110.371
Saldo total em 31.12.2009 (102 parcelas)	808.864
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2009 (12 parcelas)	95.160
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2009 (90 parcelas)	713.704

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	R\$ mil	
	2009	2008
Provisão de férias	36.834	31.150
Provisão de gratificação de férias	18.096	15.262
Provisão para contribuição FRG	7.265	6.223
INSS sobre provisão de férias	15.820	13.367
FGTS sobre provisão de férias	4.669	3.945
Adicional Senai sobre provisão de férias	110	93
Provisão de verba indenizatória	40.835	-
Total	123.629	70.040

Em 2009, além dos encargos sociais incidentes sobre Férias compõe o saldo de obrigações com pessoal uma provisão de pagamento de abono referente ao acordo da indenização da diferença dos interníveis salariais no novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações – PCCR de FURNAS, no valor de R\$ 40.835 mil.

NOTA 25 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	R\$ mil			
	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	4.416	-	4.416	27.916
Ministério de Minas e Energia	2.208	-	2.208	14.813
Pesquisa e Desenvolvimento – projetos próprios	-	120.369	120.369	11.624
Total	6.624	120.369	126.993	54.353

Nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, observado o seguinte:

I – 40% (quarenta por cento) para o FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991;

II – 40% (quarenta por cento) para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e

III – 20% (vinte por cento) para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

O montante apresentado de recursos próprios, está líquido dos desembolsos efetuados.

Conforme o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2011 as empresas não poderão acumular na conta de projetos próprios de P&D, montante superior ao investimento obrigatório dos últimos dois anos.

NOTA 26 – PROVISÃO PARA RISCOS COM AÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	R\$ mil					
	2009			2008		
	Valor da provisão		Depósitos Judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Saldo		No exercício	Saldo	
Ações trabalhistas:						
Engenheiros	69.706	82.300	-	11.936	83.436	-
Periculosidade	19.513	82.110	-	4.441	62.597	-
Complementação de aposentadoria	27.168	61.905	102.602	19.887	58.808	56.777
Outras ações cíveis e trabalhistas	38.782	162.759	91.398	60.380	121.982	87.037
Ações fiscais	5.894	89.318	108	6.328	83.424	108
Total	161.063	478.392	194.108	102.972	410.247	143.922

A Empresa é parte envolvida em ações fiscais, trabalhistas e cíveis discutidas tanto na esfera administrativa como na judicial, que são amparadas por depósitos judiciais quando aplicável. As provisões para os riscos decorrentes destes processos são estimados e atualizados pela Administração, amparada pela opinião da Consultoria Jurídica da Empresa e de seus consultores legais externos. Para todos os processos julgados como perda provável são constituídas provisões, das quais, abaixo estão descritas as principais:

a) Data – base dos engenheiros.

O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação.

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico.

c) Complemento de aposentadoria

Refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos.

d) Diversas ações

Para cobertura de diversas ações cíveis e trabalhistas, movidas contra a Empresa, é mantida provisão de R\$ 162.759 mil relativa aos processos em andamento, destacando-se a ação de cobrança movida pela Aes Tietê (R\$ 39.426 mil) e a ação de correção de contratos inciais, movida pela Tractebel (R\$ 49.617 mil).

e) Autos de infração – Finsocial, Cofins e Pasep

Em 03 de maio de 2001, a Empresa recebeu autos de infração relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil (R\$ 791.796 mil históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de ITAIPU, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepunderam-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 01 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes (ver Nota 23-e).

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para 5 (cinco) anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil para R\$ 241.441 mil.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 89.318 mil, relativas ao Pasep/Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 195.187 mil refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

NOTA 27 – CREDITORES DIVERSOS

	R\$ mil			
	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Passivo regulatório - Revisão tarifária periódica	-	-	-	70.017
Passivo a descoberto – Madeira Energia S.A.	-	39.065	39.065	-
Outros credores	13.927	-	13.927	11.246
Total	13.927	39.065	52.992	81.263

FURNAS reconheceu, pela equivalência patrimonial, a obrigação de R\$ 39.065 mil referente ao Passivo a descoberto apurado na SPE Madeira Energia S.A., com reflexos de R\$ 12.281 mil no Patrimônio Líquido (Nota 31), R\$ 26.745 mil no Resultado e R\$ 39 mil na conta de investimentos.

Nos termos do Contrato de Concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre FURNAS e a União em 29 de junho de 2001, a Aneel homologou, em 26 de junho de 2007, por meio da Resolução nº 486, o resultado da primeira revisão tarifária periódica, fixando o reposicionamento tarifário de FURNAS em menos 26,17% a ser aplicado sobre as parcelas das receitas da Rede Básica Novas Instalações (RBNI) e de Rede de Conexão das Demais Instalações (RCDM) vigentes em 1º de julho de 2005.

FURNAS não concordou com os critérios adotados pela Aneel para estabelecer a nova Receita Anual Permitida (RAP), ingressando com ação cautelar para a suspensão de seus efeitos.

A diferença de arrecadação no período de 1º de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 280.070 mil, classificada como passivo regulatório, foi compensada em 24 meses, a partir de 1º de julho de 2007, por meio de mecanismo contratual da parcela de ajuste e incorporada à receita bruta de transmissão. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2008 no valor de R\$ 70.017 mil foi liquidado ao longo do exercício de 2009.

NOTA 28 – OUTROS

	R\$ mil			
	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
1) Taxas regulamentares				
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	48.975	-	48.975	30.570
Taxa de serviço de energia elétrica	1.246	-	1.246	1.197
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	241
Quota da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	262
Quota para o PROINFA	112	-	112	-
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	27.129	-	27.129	20.669
Subtotal	77.462	-	77.462	52.939
2) Outros				
Folha de pagamento	58.091	-	58.091	45.643
Fundação Real Grandeza	11.292	-	11.292	8.370
Adiantamentos	11.612	-	11.612	11.797
Cauções em garantia	1.612	-	1.612	1.804
Outros	-	2	-	1
Subtotal	82.607	2	82.609	67.615
Total	160.069	2	160.071	120.554

A Reserva Global de Reversão destina-se a prover recursos para os casos de reversão e encampação dos serviços de energia elétrica.

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos destina-se a indenizar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal pela utilização dos territórios em que se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos reservatórios.

NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

	Quantidade de ações (em milhares)	
	2009	2008
Ordinárias	50.710.649	50.710.649
Preferenciais	14.293.398	14.293.398
Total	65.004.047	65.004.047

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás detém 99,54% do Capital Social de FURNAS.

As ações ordinárias são nominativas com direito de voto.

As ações preferenciais são nominativas e sem direito de voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens:

- Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Direito de voto nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto;
- Em conformidade com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações. Do total de dividendos, destaca-se a parcela destinada às ações preferenciais (dividendo prioritário, mínimo e cumulativo de 10% sobre o capital social) e o restante, até 12% do capital social representado por ações ordinárias, a estas é destinado. Havendo saldo remanescente, ambas as espécies de ações participam em igualdade de condições;

Composição do Patrimônio Líquido:

	R\$ mil	
	2009	2008
Capital social	6.000.000	6.000.000
Reservas de capital		
Correção monetária do ativo imobilizado	102.885	102.885
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	2.181.449	2.181.449
Doações e subvenções para investimento – CRC	3.405.297	3.405.297
Outras	752	752
	5.690.383	5.690.383
Ajuste de avaliação patrimonial – MESA	(12.281)	-
Reservas de lucros		
Reserva legal	403.118	403.118
Retenção de lucros	1.131.512	1.131.512
Lucros a realizar	296.222	425.376
	1.830.852	1.960.006
Recursos destinados a aumento de capital	31.154	31.154
Total do Patrimônio Líquido	13.540.108	13.681.543

A reserva de retenção de lucros é constituída com o objetivo de assegurar recursos para o plano de investimentos da Empresa.

De acordo com a Lei nº 11.941/2009, na conta de ajustes de avaliação patrimonial serão classificados, enquanto não computados no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos na Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Assim, FURNAS reconheceu por reflexo, o efeito da avaliação patrimonial oriunda de operação de hedge na SPE Madeira Energia S.A.

A reserva de lucros a realizar é decorrente de resultado credor de correção monetária de balanço de exercícios anteriores, sendo que a mesma está sendo realizada, no mínimo, pela depreciação e baixas do ativo imobilizado.

NOTA 30 – FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	2009		2008	
	MWh*	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Suprimento	53.565.931	4.312.745	52.827.577	4.015.314
Energia de curto prazo	-	-	-	58.076
Fornecimento industrial	1.627.354	222.372	2.236.473	255.703
Total	55.193.285	4.535.117	55.064.050	4.329.093

* Informação não auditada

NOTA 31 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	2009		2008	
	MWh*	R\$ mil	MWh*	R\$ mil
Contratos iniciais / bilaterais	12.244.244	2.161.156	16.355.856	1.929.746
Energia de curto prazo	-	168.790	-	206.060
Total	12.244.244	2.329.946	16.355.856	2.135.806

* Informação não auditada

O montante de energia que é disponibilizado para venda pela Empresa é composto pela energia dos seus empreendimentos de geração própria, como também pela energia adquirida mediante contratos firmados com as empresas que se seguem: CPFL Geração S.A. (Semesa), Empresa Produtora de Energia Elétrica Ltda. (EPE-Cuiabá), Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemar) e Produtores Energéticos de Manso S.A. (Proman).

Com relação a Empresa Produtora de Energia Elétrica Ltda. (EPE-Cuiabá), o Despacho ANEEL nº 4.332, de 20 de novembro de 2009, determinou ao Operador Nacional do Sistema(ONS) que considere totalmente indisponível dos processos de planejamento e programação de operação a Usina Termelétrica Mario Covas, bem como que a CCEE exclua a referida usina dos ativos que deram suporte de lastro e energia para os contratos de FURNAS.

Especificamente no caso da Eletronuclear, as normas e diretrizes que regulamentam a aquisição de sua energia são estabelecidas pelo Decreto nº 2.655/1998, com a redação dada pelo Decreto nº 4.550, pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 320/2004 e pela Resolução Aneel nº 400/2006. Tais instrumentos legais estabelecem que a totalidade da energia da Eletronuclear (1.475 MW médios) deve ser adquirida por FURNAS, a um preço que garanta o equilíbrio econômico-financeiro da geradora nuclear.

Por sua vez, o Decreto nº 5.163/2004, no seu segundo artigo, estabeleceu, *in verbis*, que:

"I - os agentes vendedores deverão apresentar lastro para a venda de energia e potência para garantir cem por cento dos seus contratos.

*...
§1 O lastro para venda de que trata o inciso I do caput será constituído pela garantia física proporcionada por empreendimento de geração própria ou de terceiros, neste caso, mediante contratos de compra de energia ou de potência."*

Neste sentido, FURNAS contou com a totalidade de seus recursos (empreendimentos próprios e contratos de compra) para participação nos leilões de energia existente, e, de acordo com as regras emanadas dos editais dos leilões, estabeleceu um único preço para a venda da totalidade de sua energia.

Tal preço de venda foi determinado de forma a assegurar uma margem operacional adequada para a Empresa, compatível com a situação vigente no mercado de energia elétrica.

A aplicação dos meios disponíveis para a comercialização de energia de FURNAS para a consecução do objetivo de obter uma margem operacional adequada permitiu um incremento na receita de aproximadamente 19%, relativa a variação do IPCA no período 2006-2009, índice este adotado para os reajustes dos contratos de aquisição de energia pactuados quando após o 1º leilão de energia existente, ocorrido em dezembro de 2004.

Entretanto, cumpre assinalar que os preços de venda de alguns contratos de compra de energia sofreram uma majoração significativamente superior à inflação ocorrida no período 2006-2009. Em particular, os preços contratuais adotados pela compra de energia da Eletronuclear sofreu um incremento efetivamente realizado nesse período, de aproximadamente 33%. O referido aumento, dada a sua origem, é um fato extraordinário e imprevisível, alheio ao controle de FURNAS, ocasionando uma redução de sua margem operacional.

Em vista do exposto, e visando recuperar a sua margem operacional, FURNAS fez gestões junto à sua Controladora Eletrobrás, à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia, para eliminação dos impactos decorrentes da utilização de critérios assimétricos para a indexação dos contratos de aquisição e os de venda de energia no ambiente regulado.

Nos termos da Lei nº 12.111, editada em 09 de dezembro de 2009, a partir de 2010 será adotado um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por FURNAS, da energia proveniente da Eletronuclear. De acordo com o referido ditame legal, fica autorizada a Eletronuclear a repassar para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da Eletronuclear homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em dezembro de 2004 atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme regulamentação.

Diante do exposto, o impacto referente comercialização da energia proveniente da Eletronuclear terá uma redução significativa, a partir de 2013, quando se dará a realização financeira das diferenças apuradas entre os preços praticados nos contratos de venda de energia no ambiente regulado e os estabelecidos pela Aneel para a Eletronuclear no período de 2010 a 2012.

A referida legislação ainda encontra-se pendente de regulamentação.

NOTA 32 – DESPESAS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2009, as despesas operacionais totalizavam R\$ 5.427.219 mil (R\$ 4.858.236 mil em 2008). Deste montante, há valores despendidos com pessoal tanto em virtude da legislação trabalhista vigente como aqueles julgados importante pela Empresa como investimento, no desenvolvimento profissional e na qualidade de vida, para seu corpo de colaboradores. Esses investimentos estão controlados em contas alocadas às seguintes rubricas evidenciadas na demonstração de resultado:

- a) Despesas com pessoal - R\$ 881.554 mil (R\$ 638.989 mil em 2008);
- b) Despesas com serviços de terceiros - R\$ 489.845 mil (R\$ 484.602 mil em 2008);
- c) Outras despesas - R\$ 269.177 mil (R\$ 145.884 mil em 2008).

Destes valores, estão listadas abaixo as principais contas envolvendo despesas com pessoal, treinamentos e benefícios diversos oferecidos pela Empresa ao seu corpo de colaboradores.

	R\$ mil	
	2009	2008
Remuneração	490.854	423.386
Encargos sociais	201.903	160.953
Auxílio alimentação	38.695	37.558
Convênio assistencial e outros benefícios	201.612	43.376
Previdência privada	90.687	76.633
Saúde	86.717	82.287
Segurança e saúde no trabalho	8.040	6.287
Educação	2.896	1.860
Cultura	1.986	3.274
Capacitação e desenvolvimento profissional	18.157	21.452
Creches ou auxílio creche	5.673	683
Provisão gratificação	57.211	44.593
Indenizações trabalhistas (constitucional)	119.294	26.243
(-) transferências para imobilizado em curso(*)	(187.598)	(158.487)
Mão de obra contratada	157.860	153.465
Hospedagem e alimentação no país	23.656	25.216
Consultorias	20.261	18.809
Serviço de segurança e vigilância	18.875	17.496
Total	1.356.779	985.084

(*) Todos os gastos diretos e indiretos e que estão relacionados a construção do ativo imobilizado são alocados, em sua totalidade, ao resultado e, então transferidos para o imobilizado.

NOTA 33 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, foram de R\$ 24.963,98 e R\$ 1.126,45, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada por FURNAS. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, correspondeu a R\$ 29.482,61.

Em atendimento ao CPC 05 apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos.

	R\$ mil	
	2009	2008
Honorários de Diretoria	2.369	2.108
Honorários do Conselho	319	279
Salários e encargos sociais	937	1.122
Participação nos lucros	-	319
Total	3.625	3.828

NOTA 34 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2009											2008	
	Eletrobrás	CGTEE	CHESF	Eletrosul	Eletronorte	Ceron	Ceal	Cepisa	Eletrownuclear	Itaipu	Eletropar	Total	Total
Saldos:													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	158	15.471	-	10.774	-	8.717	9.368	1.056	-	-	45.544	45.737
Fornecedores	(5.272)	-	(4.803)	(3.322)	(3.456)	-	-	-	(324.915)	(22)	-	(341.790)	(298.886)
Empréstimos e financiamentos captados	(1.337.742)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.337.742)	(1.178.131)
Contas a receber	1.041	-	30.141	179	137	-	-	-	2.297	17	21.197	55.009	58.637
Contas a pagar	-	-	(3.312)	(5)	-	-	-	(3)	-	-	-	(3.320)	(368.006)
Saldo Líquido	(1.341.973)	158	37.497	(3.148)	7.455	-	8.717	9.365	(321.562)	(5)	21.197	(1.582.299)	(1.740.649)
Transações:													
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.677.069)	-	-	(1.677.069)	(1.570.974)
Venda de Energia	-	-	-	-	-	-	66.128	70.007	-	-	-	136.135	130.112
Encargos sobre o uso da rede elétrica	-	-	(44.114)	(30.387)	(32.844)	-	-	-	-	-	-	(107.345)	(104.182)
Receita de uso da rede elétrica	-	1.358	129.956	-	90.504	-	3.658	5.100	8.935	-	-	239.511	216.874
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56
Despesa financeira	(331)	-	-	-	-	-	-	-	(241)	-	-	(572)	(291.870)
Saldo Líquido	(331)	1.358	85.842	(30.387)	57.660	-	69.786	75.107	(1.668.375)	-	-	(1.409.340)	(1.619.984)

Em atendimento à Resolução ANEEL nº 22, de 04.02.1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560/08, de 11.12.2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

NOTA 35 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em função da Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14, e da Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, FURNAS revisou a avaliação de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2009 e destaca a seguir, suas considerações:

Numerário disponível - O valor contábil representa o seu valor de mercado.

Aplicações financeiras - São classificadas e registradas pelo seu valor de negociação que reflete seu valor de mercado.

Consumidores, concessionárias e permissionárias - São provenientes de operações da Empresa, sendo contabilizados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações, provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e outras captações de recursos - Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de recursos específicas para aplicação em investimentos em geração e transmissão de energia.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - Considerando as características próprias da Empresa e do setor elétrico em geral, destacamos que os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de recursos específicas para financiamento de investimentos em geração e transmissão de energia, captados diretamente da Controladora. A Eletrobrás está, por disposição estatutária expressa, restrita a conceder financiamento apenas as concessionárias de serviço público de energia elétrica sob o seu controle, dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Desta forma, a taxa de mercado (o custo de oportunidade do capital da Empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor.

A Empresa não mantém operações referentes a contratos futuros, swap e outros instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 36 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Vigência		R\$ mil	
	Início	Término	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Operacionais (All risks) – FURNAS	26.08.2009	26.02.2011	17.656.210	17.998
Riscos Operacionais (All risks) – UHE Batalha	03.02.2009	05.12.2011	206.554	4.460
Riscos Operacionais (All risks) – AHE Foz Chapecó	22.06.2007	31.01.2011	1.567.919	2.151
Aeronáutico	07.07.2009	07.07.2010	5.830	81
Risco diversos I	14.07.2009	14.07.2010	210	10
Riscos diversos II	20.07.2009	14.07.2010	138	3
Riscos diversos III	01.08.2008	31.08.2011	97.040	1.900
Responsabilidade Civil – AHE Simplício	01.05.2007	01.10.2010	20.400	990
Riscos de Engenharia – AHE Simplício	29.06.2007	13.04.2010	708.214	6.509
Responsabilidade Civil – UHE Batalha	03.02.2009	05.12.2010	30.000	1.413
Responsabilidade Civil – AHE Foz Chapecó	15.05.2007	31.01.2011	5.000	151
Transportes Nacional e Internacional:				
a) Aereo; Interestadual; Internacional/Importação Exportação	02.09.2008	02.09.2010	270.548	68
b) Perímetro urbano/Operação isolada	30.01.2009	30.01.2011	215.303	183
Total			20.783.366	35.917

Riscos Operacionais - Cobertura de seguro que abrange a totalidade dos bens pertencentes a uma empresa contra danos materiais de causas internas e externas, além de cobrir também as perdas econômicas decorrentes. Dessa forma, o seguro é elaborado de acordo com a exposição dos riscos e com danos prováveis calculados. Em FURNAS, este seguro abrange cobertura para quebra de máquinas e danos ambientais (despesas de descontaminação decorrentes de vazamento de óleo) e, como bens segurados incluem-se os estoque nos almoxarifados; prédio e conteúdo nos Escritórios; equipamentos elétricos e de telecomunicações nas Estações de Telecomunicações; prédio e conteúdo dos Centros de Operação do Sistema Elétrico; prédio e conteúdo dos laboratórios, além de todos os equipamentos em operação nas Usinas Hidrelétricas e Subestações; exclui da cobertura de FURNAS: Barragens, Linhas de Transmissão e Torres dentre outros previstos na apólice.

Aeronáutico - Cobertura para prejuízos sofridos pela aeronave de propriedade de FURNAS e se subdivide em: Casco, que trata da aeronave, motores, célula, etc.; e Reta que trata de prejuízos causados a terceiros como passageiros, carga, tripulação, pessoas e bens no solo (este seguro é obrigatório).

Riscos Diversos I - Este seguro abrange várias modalidades e diversas coberturas numa única apólice (Multiriscos), sendo que a sua grande característica é a de cobrir perdas e danos materiais contra acidentes decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos. Neste caso específico, trata-se de seguro para cobertura do caminhão laboratório de FURNAS.

Riscos Diversos II - Neste caso específico, trata-se de seguro para cobertura do caminhão Unimog de propriedade de FURNAS.

Riscos Diversos III - Neste caso específico, cobre os equipamentos móveis e estacionários nos canteiros de obras e/ou locais de trabalho e guarda da UHE Simplício, devidamente indicados na apólice bem como a movimentação entre canteiros ou locais, por autopropulsão ou qualquer meio de transporte adequado.

Responsabilidade Civil - Cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente. Neste caso, a cobertura é para as obras civis e serviços de instalação e montagem da UHE Simplício.

Riscos de Engenharia - Este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de Engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Civis em Construção, Quebra de Máquinas (computadores e equipamentos de Informática também estão incluídos), etc. Neste caso, a cobertura é para obras civis e serviços de instalação e montagem da UHE Simplício.

Transportes Nacionais e Internacionais - Cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal, etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

NOTA 37 – ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

As Empresas de Geração de Energia Elétrica e as Empresas Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, visando equacionar os efeitos econômico-financeiros causados pelo racionamento ocorrido entre 2000 e 2002, firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico, sob a coordenação da Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica.

O referido Acordo estabeleceu, entre outras, as seguintes condições:

- faturamento complementar contra as concessionárias de distribuição, considerando 97,659% dos contratos iniciais. Entretanto, a Aneel, em conformidade com Ofício Circular nº 1.004/2002-SFF-SRE/ANEEL, fixou em 93,584% para o período de junho a dezembro de 2001 e 99,333% para o período de janeiro e fevereiro de 2002;
- responsabilidade pelos custos da energia livre, durante o período de racionamento, cabendo aos distribuidores a diferença entre o preço do MAE e R\$ 49,26/MWh e aos geradores o valor restante.

A quitação integral da dívida é de responsabilidade dos geradores, sendo certo o direito de resarcimento pelas distribuidoras, de acordo com a metodologia mencionada anteriormente.

Para dar suporte legal ao citado Acordo, foram editadas a MP nº 14, a Resolução GCE nº 91, ambas de 21 de dezembro de 2001 e a Resolução Aneel nº 31, de 24 de janeiro de 2002, que autorizam a recomposição tarifária extraordinária.

Em 07 de fevereiro de 2002, a Aneel editou a Resolução nº 72, estabelecendo os procedimentos para o registro contábil dos efeitos decorrentes destas medidas.

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que concretizou os instrumentos legais de implementação do chamado Acordo Geral do Setor Elétrico, autorizou a Aneel a proceder a RTE, que teve por propósito fazer frente aos impactos financeiros a que ficaram submetidas as distribuidoras do Sistema Elétrico Interligado Nacional sujeitas ao PERCEE (prevista no próprio artigo 4º), os montantes referente à Energia Livre pertence às empresas de geração ou distribuição que tiveram despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, durante o período do racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), como prevê o artigo 2º da Lei nº 10.438/2002. Como quem arrecada a RTE não é quem faz jus à parcela de Energia livre, foi elaborado, no âmbito do Acordo Geral do Setor Elétrico, o Acordo de Reembolso de Energia Livre, onde ficam estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para seus credores.

A parcela de R\$ 525.932 mil, em 31 de dezembro de 2002, decorrente da exposição da Empresa no período de racionamento, denominada Direito de Ressarcimento do Gerador, equivalente à diferença do preço MAE menos R\$ 49,26 foi recalculada em junho de 2003, após a liberação da nova contabilização pelo Sistema de Contabilização e Liquidação do MAE (SINERCOM), compreendendo o período de setembro de 2000 a setembro 2002.

O montante de Energia Livre homologado pela Resolução Aneel nº 001/2004, a ser recuperado pelos geradores, ficou estabelecido em R\$ 2.853.557 mil. A participação de FURNAS foi de 16,2372% totalizando R\$ 463.338 mil, corrigido monetariamente pela variação da taxa Selic, a ser recebido das distribuidoras afetadas pelo PERCEE.

A partir de 2003, as distribuidoras realizaram os repasses de Energia Livre, sendo os montantes corrigidos pela variação da taxa Selic, com base na metodologia divulgada pela Aneel.

Várias empresas encerraram os repasses de energia livre, considerando o prazo médio de 72 meses, estabelecidos pela Lei nº 10.438/2002, independente do saldo remanescente a liquidar, corrigido monetariamente.

Em cumprimento ao estabelecido pela Aneel, por meio de seus Ofícios nºs 2.409/2007 e 2.775/2008 e Despacho nº 4.722/2009, a Empresa registrou como perdas os valores a receber, no montante de R\$ 278.070 mil, cujos prazos de ressarcimento encerraram-se até 31 de dezembro de 2009.

Adicionalmente, registrou o montante de R\$ 7.626 mil, a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa, montante este julgado suficiente para a cobertura de eventuais perdas destas contas a receber (ver Nota 6), relativo às perdas que devem realizar-se após 31 de dezembro de 2009.

Em 12 de janeiro de 2010, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 387/2009, de 15 de dezembro de 2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

Tais cálculos foram apresentados pelas distribuidoras à Aneel em fevereiro de 2010, que homologará, através de Despacho, no prazo de até 90 dias, definindo os valores que deverão ser pagos em até 30 dias.

A Administração da Empresa espera que a homologação pela Aneel resulte em valores a receber e reconhecerá o montante quando edição do citado Despacho.

FURNAS, em conjunto com as empresas do Sistema Eletrobrás, continuam a envidar esforços junto aos órgãos e instâncias competentes, no sentido de preservar os direitos previstos no Acordo Geral do Setor Elétrico.

NOTA 38 – COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO

Em 2002, foi ajustada a estimativa dos valores apurados no MAE, compreendendo o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo registro contábil total nas contas a receber foi de R\$ 967.482 mil, correspondente à energia comercializada no mercado. A energia comprada no mesmo período correspondeu ao montante de R\$ 577.834 mil.

Em dezembro do 2002, ocorreu a primeira liquidação financeira, correspondente a 50% das operações realizadas no MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, no valor líquido de R\$ 100.411 mil, deduzidos os valores decorrentes de liminares.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, dando continuidade às liquidações das operações realizadas no âmbito do MAE, FURNAS efetuou o pagamento de R\$ 60.158 mil, relativos a aproximadamente 50% das operações ocorridas no período de outubro a dezembro de 2002. A parcela remanescente, no valor de R\$ 61.627 mil, foi liquida em julho de 2003.

Em junho de 2003, após a liberação da nova contabilização pelo SINERCOM, compreendendo o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, ficou registrada nas contas a receber a importância de R\$ 1.036.336 mil. As compras também foram ajustadas para o valor de R\$ 557.113 mil.

Em julho de 2003, após a conclusão dos trabalhos de auditoria no MAE, foi realizada a liquidação financeira das operações realizadas no âmbito do MAE. Do valor registrado nas contas a receber, FURNAS realizou o montante de R\$ 667.467 mil e efetuou pagamentos relativos a compra de energia no montante de R\$ 435.328 mil.

Após liquidações de R\$ 667.467 mil ocorridas em 2003 e de R\$ 75.309 mil ocorridas em 2005, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ficou pendente de recebimento o valor de R\$ 293.560 mil, registrado no ativo circulante, que se encontra sub judice em decorrência de ações judiciais impetradas por concessionárias de distribuição, contra o MAE e a Aneel, por discordarem da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, consoante disposto no Despacho Aneel nº 288, de 16 de maio de 2002, que impediu estes agentes de comercializarem a energia de Itaipu no mercado spot da região Sudeste, a preços de racionamento, alegando alteração retroativa de uma regra de mercado já aprovada.

Além disso, a Resolução Aneel nº 552, de 14 de outubro de 2002, estabelece em seu artigo 9º que os valores apurados a título de ajustes acima referenciados deverão ser lançados em registro escritural especial e mantidos pelo MAE em nome dos agentes afetados.

A mesma Resolução estabelece no inciso II, § 4º do artigo 10 que o MAE deverá proceder ao cancelamento daquele registro escritural mantido pelo agente credor afetado pelas medidas judiciais caso fique caracterizada a procedência do questionamento feito pelo agente de mercado beneficiário da medida judicial.

No exercício de 2004, foram iniciadas tratativas, com a participação da Aneel, CCEE e agentes envolvidos, visando o equacionamento das pendências judiciais relativas ao referido processo de contabilização e liquidação, de forma a viabilizar uma solução negociada para as referidas ações.

Os entendimentos com a Cemig – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., foram finalizados, tendo sido firmado um Termo de Ajuste com esta concessionária e com todos os credores envolvidos, que possibilitou a desistência da ação judicial.

O montante de R\$ 62.308 mil foi atualizado monetariamente e está sendo recebido por FURNAS em 50 meses. O referido montante foi corrigido pela variação do IGP-M até a assinatura do Termo de Ajuste e, após, pela variação da taxa Selic, acrescidos de juros de 1% ao ano (ver Nota 8).

A Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. desistiu de sua ação junto à CCEE e a Empresa recebeu o montante de R\$ 13.001 mil, atualizado monetariamente pela variação do IGP-M.

Durante o exercício de 2008, a AES Sul S.A., uma das distribuidoras envolvidas nas ações judiciais interpostas contra a aplicação do Despacho Aneel nº 288, de 16 de maio de 2002, obteve liminar favorável em relação ao seu pleito. Foram interpostos diversos recursos por FURNAS e por outras envolvidas e/ou interessadas no processo. A Empresa está acompanhando a evolução das mesmas e tomará as medidas cabíveis para defender seus interesses, em conjunto com as Empresas do Sistema Eletrobras.

O saldo remanescente a receber da CCEE, no montante de R\$ 293.560 mil, conforme nota 6, está integralmente deduzido da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 39 – PARTICIPAÇÃO EM LEILÕES PÚBLICOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Dando prosseguimento a sua política de expansão, FURNAS tem participado de diversos leilões dos quais foi vitoriosa:

- em 24 de novembro de 2008, através do consórcio Transenergia Renovável (FURNAS - 49%; Delta Construções S/A - 25,50% e Fuad Rassi Engenharia, Indústria e Comércio Ltda - 25,50%), em que arrematou no leilão promovido pela Aneel, um lote para a construção e operação de três linhas de transmissão: Chapadão-Jataí; Barra dos Coqueiros-Quirinópolis e Palmeiras-Edéia; totalizando 635 km entre Goiás e Mato Grosso do Sul.
- em 26 de novembro de 2008, pelo consórcio Madeira Transmissão, composto por FURNAS (24,5%), Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (24,5%), em que ganhou a outorga para construir e operar a linha Porto Velho-Araraquara (linhão do Madeira), com 2.375 km de extensão, cortando cinco estados. O valor do deságio foi de 0,21%, o que corresponde à RAP de R\$ 176.249 mil. Esse consórcio também conquistou o lote F do leilão, com RAP de R\$ 151.788 mil, o que corresponde a um deságio de 9,99%. O lote prevê a construção de uma estação retificadora (3.150 MW) e uma inversora (2.950 MW).

Em 2009, FURNAS intensificou seus estudos estratégicos para os leilões de geração e transmissão, de inventário e viabilidade de novos aproveitamentos. Como consequência, venceu vários lotes ofertados nos dois leilões de transmissão, significando a implementação e incorporação, em parceria ou isoladamente, de aproximadamente 800 km de novas linhas e quatro novas subestações ao seu sistema. As vitórias de FURNAS nestes leilões estão listadas como segue:

Lote	Objeto	Vencedor
Leilão nº 001/2009		
G	SE Itatiba, 500 kV	Consórcio Concessionária Transenergia São Paulo S.A. composto por: • FURNAS (49,0%) • J. Malucelli (25,5%) • Delta Construções S.A. (25,5%)
K	LT Serra da Mesa-Niquelândia, LT Niquelândia-Barro Alto, ambas de 230 kV	Consórcio Concessionária Transenergia Goiás S.A. composto por: • FURNAS (49,0%) • J. Malucelli (25,5%) • Delta Construções S.A. (25,5%)
Leilão nº 005/2009		
A	LT Rio Verde Norte-Trindade, circuito duplo, em 500 kV LT Trindade-Xavantes, circuito duplo, em 230 kV LT Trindade-Carajás, circuito simples, em 230 kV SE Trindade, 500/230 kV	Consórcio Goiás – SPE em constituição, composto por: • FURNAS (49,0%) • J. Malucelli (31%) • Engevix (20%)
G	LT Mesquita-Viana 2, em 500 kV LT Viana 2-Viana, em 345 kV SE Viana 2, em 500/345 kV	Consórcio MGE – SPE em constituição, composto por: • FURNAS (49,0%) • J. Malucelli (20%) • Engevix (31%)
E	LT Mascarenhas-Linhares, em 230 kV SE Linhares, 230/138 kV	100% FURNAS

NOTA 40 – QUESTÕES AMBIENTAIS (NÃO AUDITADA)

FURNAS, como integrante do Governo Federal e alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), salienta seu compromisso na promoção do crescimento com desenvolvimento sustentável, investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações.

Sua visão “é ser *Empresa de excelência no ciclo de energia elétrica contribuindo para o bem-estar da sociedade, o desenvolvimento tecnológico do país e a conservação do meio ambiente*”. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agridam ao meio ambiente.

A Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Afim de atender suas metas estratégicas relacionadas às ações de proteção, monitoramento, recuperação ou compensação dos impactos sócio-ambientais e a legislação ambiental vigente, foram feitos investimentos e gastos com projetos e estudos detalhados como seguem:

	R\$ mil	
	2009	2008
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	13.882	12.260
2) Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	64	1
Subtotal	13.946	12.261
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
3) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	26.719	25.864
4) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2.913	3.055
5) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	3.927	3.568
Subtotal	33.559	32.487
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	47.505	44.748

Referidos gastos encontram-se registrados nas despesas operacionais.

NOTA 41 – AUDTORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobras contratou os serviços de auditoria independente da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para todas as empresas do Sistema, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que FURNAS não possui com a referida empresa nenhum contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria externa.

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de março de 2010, a Empresa tomou conhecimento da aplicação, pela Aneel, de um auto de infração, no montante de R\$ 53.734 mil, relativo a problemas ocorridos, segundo aquela Agência, em 10 de novembro de 2009, em seu sistema de transmissão de energia elétrica, o que acarretou em falta de energia para vários Estados do País. De acordo com a Aneel, a aplicação do referido auto está amparada no Contrato de Concessão de Transmissão nº 062/2001-Aneel, de 20 de junho de 2001. Baseado em seu levantamento técnico sobre o ocorrido, a Empresa pretende recorrer da aplicação do auto de infração.

CARLOS NADALUTTI FILHO
Diretor - Presidente

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor

CESAR RIBEIRO ZANI
Diretor

MARIO MÁRCIO ROGAR
Diretor

MARCIO ANTONIO ARANTES PORTO
Diretor

LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS
Diretor

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE AGUIAR
Superintendência de Contabilidade e de Controle
CRC - RJ 026.157/O-5 – Contador

MILTON RONALDO URYN
Departamento de Contabilidade
CRC - RJ 053.486/O-0 – Contador

Composição Acionária do Capital Social

AÇÕES ORDINÁRIAS (%)

Acionistas		31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais (Eletrobras)	99,819	99,819	99,819
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Capital Estrangeiro	<i>Free-Float</i>		
	Pessoas Físicas	0,001	0,001	0,001
	Pessoas Jurídicas	0,180	0,180	0,180
	Capital Estrangeiro			
Total		100,000	100,000	100,000

AÇÕES PREFERENCIAIS (%)

Acionistas		31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais (Eletrobras)	98,564	98,564	98,564
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Capital Estrangeiro	<i>Free-Float</i>		
	Pessoas Físicas	0,201	0,198	0,195
	Pessoas Jurídicas	1,235	1,238	1,241
	Capital Estrangeiro			
Total		100,000	100,000	100,000

Investimento

Ver subitem 2.3.2. deste Relatório e Nota 15 das Demonstrações Contábeis.

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Furnas - Centrais Elétricas S.A.

- 1 Examinamos o balanço patrimonial de Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa") em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis das empresas investidas Enerpeixe S.A., Chapecoense Geração S.A. e Interligação Elétrica do Madeira S.A. referidas na Nota 15, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, e nosso parecer, no que se refere ao valor desses investimentos e aos lucros por eles produzidos, nos montantes de R\$ 744.901 mil e R\$ 48.410 mil, respectivamente, em 2009, está fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Com base em nosso exame e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores, conforme mencionado no parágrafo 1, somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do resultado segregado por atividade (anexo I), apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Empresa, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis. A referida demonstração foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 5 A Empresa mantém registrado na conta de devedores diversos, no ativo não circulante, crédito no valor de R\$ 30.096 mil, junto à Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF (empresa ligada), relativo a procedimentos divergentes entre as partes adotados quando da liquidação do saldo remanescente das operações do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE). A realização desse crédito está sendo negociada pelas empresas com a interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
- 6 O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 06 de março de 2009, sem ressalvas e contendo ênfases quanto: (i) ao mesmo assunto descrito no parágrafo 5; (ii) a realização de ativos de crédito de ICMS no valor de R\$ 49.374 mil; (iii) a majorações superiores dos preços de aquisição dos contratos de compra de energia gerada por parte relacionada em relação aos obtidos nos leilões de energia; (iv) o reconhecimento no ativo circulante e não circulante da parcela excedente da avaliação atuarial de suas obrigações pós-emprego e (v) as mudanças advindas da Lei no 11.638 e a opção adotada pela Empresa de não reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2007 ajustados para fins de comparação entre os exercícios, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2010.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Decisão Normativa nº 100, de 01 de outubro de 2009 – Anexo II, C, Item 4

Ao longo do ano de 2009, FURNAS desenvolveu, exclusivamente, ações de Publicidade Legal e Institucional. Não houve campanha de Utilidade Pública e FURNAS não pratica Publicidade Mercadológica.

No período em questão, FURNAS trabalhou com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para Publicidade Legal. A dotação orçamentária foi de R\$ 2.413.092,00 e as despesas montaram R\$ 3.532.460,96.

No mesmo período, para Publicidade Institucional, FURNAS trabalhou com duas empresas, McCann Erickson Publicidade Ltda. e D&M Comunicação Ltda. A dotação orçamentária foi de R\$ 13.415.600,00 e as despesas, nesse item, montaram R\$ 12.964.801,26.

Os quadros a seguir detalham as ações de Publicidade Legal e Institucional em 2009.

Instituição: 32228 – FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Publicidade Legal

Contrato 18.565 – Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

Vigência do Contrato: 06.11.2008 a 06.11.2010

Valor do Contrato: R\$ 8.800.000,00

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Balanço Patrimonial	O Globo	9/4/2009	1.750.128,32
Convocações Assembleias			
Ata da Assembleia Geral Extraordinária	O Globo	17/12/2008	20.716,80
Aviso aos Acionistas	O Globo	30/3/2009	3.584,00
Aviso aos Acionistas	O Globo	31/3/2009	3.584,00
Aviso aos Acionistas	O Globo	1/4/2009	3.584,00
Aviso aos Acionistas	O Globo	1/4/2009	3.584,00
Edital de Convocação – Acionistas	O Globo	17/4/2009	7.168,00
Edital de Convocação – Acionistas	O Globo	18/4/2009	7.520,00
Edital de Convocação – Acionistas	O Globo	19/4/2009	11.888,00
Ata da Assembleia Geral Ordinária 29/04/2009	O Globo	26/5/2009	69.888,00
Aviso aos Acionistas - Ata da Assembleia 29/04/2009	O Globo	10/6/2009	3.548,00
Edital de Convocação – Acionistas	O Globo	11/8/2009	5.017,60
Edital de Convocação – Acionistas	O Globo	12/8/2009	5.017,60
Edital de Convocação – Acionistas	O Globo	13/8/2009	5.017,60
Ata da Assembleia Geral Extraordinária 19/09/2009	O Globo	8/9/2009	26.880,00
Extrato – Ata da 362ª Reunião do Conselho de Administração	O Globo	1/10/2009	12.185,60
Total de Convocações de Assembleias			189.183,20
Comunicados Diversos			
Edital para conhecimento de terceiros – LT São Roque – Tijuco Preto	Jornal da Tarde	12/12/2008	838,50

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Edital de intimação de terceiros – Lauro Guilherme e Outro	Jornal da Tarde	1/12/2008	1.341,60
Edital de intimação de terceiros – Lauro Guilherme e Outro	Jornal da Tarde	3/12/2008	2.028,00
Edital para conhecimento de terceiros – LT São Roque – Tijuco Preto	Jornal da Tarde	11/12/2008	838,50
Edital de intimação de terceiros – Ferragens Santos S.A.	Jornal da Tarde	21/10/2008	3.888,00
Aviso de concessão de Licença de Instalação	Jornal do Brasil	19/12/2008	1.623,36
Auditória ambiental – UTE Santa Cruz	Jornal do Brasil	12/1/2009	2.029,20
Auditória ambiental – UTE Campos	Jornal do Brasil	12/1/2009	2.029,20
Aviso de alteração PE.DAQ.G.0440.2008	Jornal do Commercio	9/1/2009	1.012,50
Auditória ambiental de atividade geração energia – UTE Campos	O Dia	12/1/2009	1.700,00
Edital para conhecimento de terceiros – LT Itaberá – Tijuco Preto 3	Jornal da Tarde	26/1/2009	873,60
Aviso público – Relatório de Análise – Usina de Furnas e Outra	Folha da Manhã	23/10/2008	450,00
Edital para conhecimento de terceiros – LT Itaberá – Tijuco Preto 3	Jornal da Tarde	27/1/2009	873,60
Aviso de concessão de Licença de Instalação GCA – SAIA 024/2009	A Tribuna	2/2/2009	525,30
Aviso de concessão de Licença Ambiental Prévia 1350	Mogi News	14/2/2009	432,00
Comunicado – Lola Rent a Car Veículos Ltda.	O Globo	11/3/2009	3.584,00
Comunicado – Edital 001/2009	Correio Braziliense	22/3/2009	1.624,54
Comunicado – Edital 001/2009	Correio Braziliense	21/3/2009	1.083,02
Comunicado – Edital Número 001/2009	Correio Braziliense	23/3/2009	1.083,02
Aviso de requerimento de renovação de LO – 434/2005	Estado de Minas	9/3/2009	795,60
Comunicado – Edital 001/2009	O Popular	21/3/2009	750,55
Comunicado – Edital 001/2009	O Popular	22/3/2009	1.050,60
Comunicado – Edital 001/2009	O Popular	23/3/2009	750,55
Comunicado – Edital 001/2009	Gazeta do Povo	21/3/2009	880,00
Comunicado – Edital 001/2009	Gazeta do Povo	22/3/2009	1.584,00
Comunicado – Edital 001/2009	Gazeta do Povo	23/3/2009	880,00
Aviso de concessão de Licença de Instalação 020/2008	O Debate (Macaé)	20/12/2008	206,72
Comunicado – Edital 001/2009	O Globo	21/3/2009	3.760,00
Comunicado – Edital 001/2009	O Globo	22/3/2009	5.944,00
Comunicado – Edital 001/2009	O Globo	23/3/2009	3.584,00
Comunicado – Edital 001/2009	Folha de São Paulo	21/3/2009	5.354,79
Comunicado – Edital 001/2009	Folha de São Paulo	22/3/2009	6.700,90
Comunicado – Edital 001/2009	Folha de São Paulo	23/3/2009	5.354,79
Comunicado – Edital 001/2009	Estado de Minas	21/3/2009	795,60
Comunicado – Edital 001/2009	Estado de Minas	23/3/2009	795,60
Comunicado – Edital 001/2009	Estado de Minas	22/3/2009	1.047,20
Comunicado – Cabo para-raio com fibras ópticas – OPGW	Jornal do Commercio	1/4/2009	1.458,00
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	Jornal do Commercio	2/4/2009	1.458,00
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	Jornal do Commercio	3/4/2009	1.458,00
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	O Globo	1/4/2009	6.451,20
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	O Globo	2/4/2009	6.451,20
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	O Globo	3/4/2009	6.451,20
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	Folha de São Paulo	3/4/2009	9.638,62
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	Folha de São Paulo	2/4/2009	9.638,62
Comunicado – Cabo para-raio com Fibras Ópticas – OPGW	Folha de São Paulo	1/4/2009	9.638,62
Aviso de requerimento de renovação de Licença de Op. 434/2005	A Gazeta	9/3/2009	623,04
Edital para conhecimento de terceiros – Bendita Nogueira Lima e Outros	Jornal da Tarde	29/4/2009	1.138,80

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Comunicado Portobrás Comercial Ltda.	Jornal do Brasil	22/4/2009	2.297,10
Edital para conhecimento de terceiros – Bendita Nogueira Lima e Outros	Jornal da Tarde	30/4/2009	748,80
Extrato de protocolo de intenções – Assessoria e Outros	O Globo	12/5/2009	4.300,80
Extrato de protocolo de intenções – Assessoria e Outros	O Globo	18/5/2009	4.300,80
Aviso de concessão de Licença de Instalação – 002/2009	Estado de Minas	21/5/2009	46.014,00
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	5/6/2009	1.299,63
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	8/6/2009	1.299,63
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	9/6/2009	1.299,63
Edital de citação – Luiz Gomes Martins	Jornal da Tarde	22/5/2009	748,80
Edital de citação – Luiz Gomes Martins	Jornal da Tarde	25/5/2009	748,80
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	5/6/2009	4.300,80
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	8/6/2009	4.300,80
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	9/6/2009	4.300,80
Comunicado – Parceria – Empresas Privadas – EPE	Correio Braziliense	16/6/2009	1.299,63
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	5/6/2009	900,66
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	8/6/2009	900,66
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	9/6/2009	900,66
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	5/6/2009	1.036,36
Edital para conhecimento – Rapael Martins Filho – Espólio	Jornal da Tarde	8/6/2009	748,80
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha da Tarde	5/6/2009	6.245,75
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha de São Paulo	8/6/2009	6.425,75
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha de São Paulo	9/6/2009	6.425,75
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	5/6/2009	770,11
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	8/6/2009	770,11
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	9/6/2009	770,11
Edital para conhecimento – Rapael Martins Filho – Espólio	Jornal da Tarde	10/6/2009	1.138,80
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	9/6/2009	1.036,32
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	8/6/2009	1.036,32
Comunicado – Parceria – Empresas Privadas – EPE	A Gazeta	16/6/2009	770,11
Aviso de concessão de Licença Ambiental Prévia – 1350	Jornal de Itaqua	14/2/2009	531,90
Comunicado – Parceria – Empresas Privadas – EPE	Estado de Minas	16/6/2009	1.036,32
Comunicado – Parceria – Empresas Privadas – EPE	O Globo	16/6/2009	4.300,80
Comunicado – Parceria – Empresas Privadas – EPE	Folha de São Paulo	16/6/2009	6.425,75
Comunicado – Parceria – Empresas Privadas – EPE	O Popular	16/6/2009	900,66
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	7/7/2009	1.299,63
Ação de Desapropriação – Paulo Souto Malta (Espólio) e Outros	Jornal do Commercio	2/7/2009	1.458,00
Ação de Desapropriação – Paulo Souto Malta (Espólio) e Outros	Jornal do Commercio	3/7/2009	1.458,00
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	7/7/2009	4.300,80
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	7/7/2009	900,66
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	16/7/2009	1.083,02
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	17/7/2009	1.083,02
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Correio Braziliense	18/7/2009	1.083,02
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	7/7/2009	770,11
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha de São Paulo	7/7/2009	6.425,75
Aviso de Licitação – PE.DAQ.G.0246.2009	O Popular	14/7/2009	750,55
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	16/7/2009	750,55

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	18/7/2009	750,55
Comunicado – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	7/7/2009	1.036,32
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	17/7/2009	863,60
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	16/7/2009	863,60
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Popular	17/7/2009	750,55
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	16/7/2009	641,76
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	17/7/2009	641,76
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	A Gazeta	18/7/2009	641,76
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	16/7/2009	3.584,00
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	17/7/2009	3.584,00
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	O Globo	18/7/2009	3.760,00
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha de São Paulo	16/7/2009	5.354,79
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha de São Paulo	17/7/2009	5.354,79
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Folha de São Paulo	18/7/2009	5.354,79
Ocorrência com Documentos Fiscais	Folha de São Paulo	31/7/2009	5.354,79
Aviso de Alteração – Leilão de Energia de Reserva 2009 – Eólica	Estado de Minas	18/7/2009	863,60
Aviso de Prospecção Pública – Projeto P&D Programa 2009	O Globo	7/8/2009	3.584,00
Extrato de Instrumento Contratual Tecnologia	O Globo	12/8/2009	4.300,80
Extrato de Instrumento Contratual Gestão Eletrônica	O Globo	12/8/2009	4.300,80
Edital de Intimação – Hélio José Rolim Leme	Jornal da Tarde	7/8/2009	1.185,60
Aviso de Requerimento de Renovação de Licença de Operação	A Tribuna	10/8/2009	727,60
Edital de Intimação – Hélio José Rolim Leme	Jornal da Tarde	10/8/2009	1.185,60
Nota de Esclarecimento	Folha Dirigida	24/8/2009	950,40
Ocorrência com Documentos Fiscais	Folha de São Paulo	1/8/2009	5.354,79
Ocorrência com Documentos Fiscais	Folha de São Paulo	3/8/2009	5.354,79
Aviso de Prospecção Pública – Projeto P&D Programa 2009	Folha de São Paulo	7/8/2009	5.354,79
Aviso de Requerimento de Licença Prévia e de Instalação	Estado de Minas	13/8/2009	863,60
Edital – Miguel Espinosa e Outros	Jornal da Tarde	20/8/2009	811,20
Edital – Maria Elisabeth Finotto Cabelo e Outros	Jornal da Tarde	19/8/2009	1.233,70
Edital – Miguel Espinosa e Outros	Jornal da Tarde	19/8/2009	1.233,70
Edital – Maria Elisabeth Finotto Cabelo e Outros	Jornal da Tarde	20/8/2009	811,20
Aviso de Recebimento de Concessão de Licença de Operação	O Estado de São Paulo	30/9/2008	5.858,80
Aviso de Requerimento de LO nº 01159/2008 – Macaé	O Globo	23/9/2009	2.867,20
Prosp. Publ. de Proposta de Projeto de P&D – Adiamento de Prazo	O Globo	30/9/2009	3.584,00
Prosp. Publ. de Proposta de Projeto de P&D – Adiamento de Prazo	Folha de São Paulo	30/9/2009	5.354,79
Edital para Conhecimento de Terceiros – Alberto Fernandes Araujo	Jornal da Tarde	27/9/2008	670,80
Edital de Informação – Santa Casa da Misericórdia	Jornal do Commercio	14/10/2009	1.620,00
Edital de Informação – Santa Casa da Misericórdia	Jornal do Commercio	15/10/2009	1.620,00
Aviso de Concessão de LO – LMO 049/2009 Macaé	O Dia	2/10/2009	1.001,00
Aviso de Requerimento de Licença Prévia – LT Além Paraíba	Estado de Minas	30/9/2009	1.036,32
Aviso de Requerimento de Licença de Instalação – LT Tijuco Preto	Mogi News	5/11/2009	432,00
Informe Obras BR 393	Rádio Cultura	29, 30 e 31/10/2009	312,00
Informe Obras BR 393	Rádio Cultura	1 e 2/11/2009	208,00
Informe Obras BR 393	Rádio Três Rios	1 e 2/11/2009	504,00
Informe Obras BR 393	Rádio Três Rios	29, 30 e 31/10/2009	756,00

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Informe Obras BR 393	Rádio Três Rios	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10/11/2009	1.344,00
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	Correio Braziliense	5/11/2009	1.299,63
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	Correio Braziliense	6/11/2009	1.299,63
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	A Tribuna	5/11/2009	873,12
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	A Tribuna	6/11/2009	873,12
Edital de Citação – Empresa Brasileira de Calderaria Ltda. e Outro	Jornal do Commercio	13/11/2009	1.296,00
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	Folha de São Paulo	5/11/2009	6.425,75
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	Folha de São Paulo	6/11/2009	6.425,75
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	O Globo	6/11/2009	4.300,80
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	O Globo	5/11/2009	4.300,80
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	Estado de Minas	6/11/2009	1.036,32
Licença de Operação Centroeste – Furnas – Pimenta 2	O Tempo	20/11/2009	1.142,40
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	O Popular	5/11/2009	945,54
Comunicado Leilão de Transmissão da Aneel – Edital nº 005/2009	O Popular	6/11/2009	945,54
Informe Obras BR 393	Rádio 87,7 FM	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10/11/2009	468,80
Informe Obras BR 393	Rádio 87,7 FM	29, 30 e 31/10/2009	390,00
Edital de Citação – Empresa Brasileira de Calderaria Ltda. e Outro	Jornal do Commercio	16/11/2009	1.296,00
Edital nº EDT.0023.000040-2009	Jornal do Commercio	16 e 17/11/2009	2.916,00
Edital para Conhecimento de Terceiros – Espólio de Ruy Fonseca Brunetti	Jornal da Tarde	26/11/2009	873,60
Edital para Conhecimento de Terceiros – Elide Schiavetti	Jornal da Tarde	26/11/2009	499,20
Edital para Conhecimento de Terceiros – Laura Medeiros de Abreu Freire	Jornal da Tarde	26/11/2009	873,60
Edital para Conhecimento de Terceiros – Espólio de Ruy Fonseca Brunetti	Jornal da Tarde	27/11/2009	873,60
Edital para conhecimento de terceiros – Elide Schiavetti	Jornal da Tarde	27/11/2009	499,20
Edital para Conhecimento de Terceiros – Laura Medeiros de Abreu Freire	Jornal da Tarde	27/11/2009	873,60
Total de Comunicados Diversos			408.743,11

Avisos de Licitações

Aviso de Licitação PE.DRB.O.021.2008	Correio Braziliense	19/2/2008	1.391,04
Aviso de Licitação PE.DRM.O.021.2008	Folha da Manhã	28/10/2008	225,00
Aviso de Licitação TP.DAQ.024.2008	O Globo	23/12/2008	5.179,20
Aviso de Licitação TP.DAQ.024.2008	O Globo	24/12/2008	5.179,20
Aviso de Lcitação PE.DAQ.G.0475.2008	Jornal do Commercio	28/1/2009	2.025,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.022.2008	O Popular	6/1/2009	857,82
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0455.2008	O Dia	18/12/2008	2.020,00
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0357.2008	Jornal do Brasil	4/12/2008	2.029,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0481.2008	Jornal do Brasil	19/12/2008	2.029,20
Aviso de Licitação OE.DRB.O.021.2008	O Estado de São Paulo	19/12/2008	7.693,56
Aviso de Licitação PE.DRB.O.021.2008	Jornal do Tocantins	19/12/2008	309,40
Aviso de Licitação DAQ.G.0008.2009	Jornal do Commercio	15/1/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRB.O.023.2009	O Popular	8/1/2009	857,82
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0441.2008	Jornal do Brasil	8/1/2009	2.029,20
Aviso de Licitação PE.DRL.O.0005.2008	Mogi News	10/1/2009	518,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.021.2008	O Popular	19/12/2008	1.000,79

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DRB.O.022.2008	Correio Braziliense	6/1/2009	1.192,32
Aviso de Licitação PE.DRB.O.023.2008	Correio Braziliense	8/1/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0001.2009	O Globo	7/1/2009	2.867,20
Aviso de cadastramento de fornecedores novos e ingressos	O Globo	9/1/2009	2.867,20
Aviso de Licitação PE.DRM.O.024.2008	Folha da Manhã	24/10/2008	225,00
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0023.2009	Jornal do Commercio	22/1/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.024.2008	O Estado de São Paulo	21/1/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2008	O Estado de São Paulo	22/1/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.022.2008	Jornal do Tocantins	6/1/2009	326,40
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0460.2008	Jornal do Commercio	20/1/2009	810,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.023.2008	Jornal do Tocantins	8/1/2009	326,40
Aviso de Licitação PE-DRR.O.001.2009	O Globo	23/1/2009	860,60
Aviso de Licitação PE.DRR.O.002.2009	O Globo	23/1/2009	2.867,20
Com. Suspensa – ICS Comércio e Rep. Eletr. e Ind. Ltda	O Globo	27/1/2009	3.584,00
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0024.2008	O Globo	29/1/2009	2.867,20
Aviso de Requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação	O Popular	15/1/2009	571,88
Aviso de Licitação PE.DRB.O.024.2008	O Popular	21/1/2009	857,82
Aviso de Licitação PE.DRB.O.024.2008	Correio Braziliense	21/1/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0449.2008	Folha de São Paulo	26/1/2009	5.354,79
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2008	Estado de Minas	22/1/2009	954,72
Aviso de Licitação PE.DRB.O.024.2008	Estado de Minas	21/1/2009	954,72
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0170.2008	Jornal do Commercio	30/1/2009	1.215,00
Aviso de Alteração LIC.PE.DAQ.G.0449.2008	Jornal do Commercio	2/2/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRB.O.024.2008	Jornal do Tocantins	21/1/2009	326,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2008	A Mantiqueira	22/1/2009	270,00
Comunicado – Parceria para Leilão de Transmissão	Folha de São Paulo	31/10/2008	5.106,20
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0025.2008	Jornal do Brasil	5/1/2009	3.246,72
Aviso de Licitação PE.DRM.O.016.2008	Estado de Minas	23/6/2008	954,72
Aviso de Licitação PE.DRM.O.006.2008	Estado de Minas	13/6/2008	954,72
Aviso de Licitação PE.DRM.O.008.2008	Estado de Minas	19/6/2008	954,72
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0026.2008	O Globo	9/2/2009	11.468,80
Aviso de RET. PE.DRR.O.003.2009	O Globo	13/2/2009	2.867,20
Aviso de Licitação PE.DRR.O.003.2009	O Globo	10/2/2009	2.867,20
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0001.2009	O Globo	12/2/2009	5.160,96
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0432.2008	Folha de São Paulo	4/2/2009	6.425,75
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0170.2008	Jornal do Commercio	16/2/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0013.2009	Jornal do Commercio	18/2/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Estado de São Paulo	16/2/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.017.2008	Folha da Manhã	25/7/2008	337,50
Aviso ED. PE.USFL.O.0002.2009	Jornal do Commercio	26/2/2009	1.215,00
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0170.2008	Jornal do Commercio	26/2/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRM.O.004.2009	O Globo	19/2/2009	4.300,80
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0002.2009	O Globo	19/2/2009	3.548,00
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0023.2008	O Globo	21/2/2009	3.008,00
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0002.2009	O Globo	21/2/2009	3.760,00
Aviso de Licitação PE.DRR.O.005.2009	O Globo	26/2/2009	3.548,00

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso ED. PE.USFL.O.0002.2009	O Globo	26/2/2009	4.300,80
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0025.2008	Folha de São Paulo	5/1/2009	8.007,87
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Mantiqueira	17/2/2009	270,00
Aviso de Cancelamento de Publicação PE.DRM.O.026.2008	Estado de São Paulo	23/2/2009	4.941,60
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0013.2009	Jornal do Comércio	5/3/2008	1.012,50
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0026.2008	O Globo	4/3/2009	2.687,20
Aviso de Licitação PE.DAG.G.0027.2009	O Globo	4/3/2009	3.584,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0003.2009	O Globo	6/3/2009	4.300,80
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0001.2009	O Globo	11/3/2009	2.867,20
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Estado de Minas	16/2/2009	954,72
Aviso de Cancelamento de Publicação PE.DRM.O.026.2008	Estado de Minas	23/2/2009	636,48
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Estado de Minas	2/3/2009	954,72
Aviso de Licitação PE.DRB.O.022.2009	Correio Braziliense	10/3/2009	1.299,63
Aviso de Licitação TP.EM.O.007.2008	Folha de São Paulo	16/2/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DRB.O.001.2009	O Popular	10/3/2009	900,66
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0004.2009	Jornal do Commercio	19/3/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	O Estado de São Paulo	2/3/2009	7.412,40
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0021.2008	Folha de São Paulo	6/3/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DRQ.O.002.2009	Folha de São Paulo	10/3/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0003.2009	Jornal do Commercio	20/3/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRB.O.001.2009	O Popular	18/3/2009	900,66
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	O Estado de São Paulo	18/3/2009	7.412,40
Aviso de Revogação PR.DAQ.G.0003.2009	O Globo	17/3/2009	3.584,00
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0026.2008	O Globo	19/3/2009	3.584,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.002.2009	Correio Braziliense	30/3/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PE.DRB.O.004.2008	Correio Braziliense	30/3/2009	1.732,84
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0057.2008	O Popular	6/3/2009	750,55
Aviso de Licitação PE.DRB.O.002.2008	O Popular	30/3/2009	900,66
Aviso de Licitação PE.DRB.O.004.2008	O Popular	30/3/2009	1.200,88
Aviso de Licitação PE.DRB.O.003.2008	O Popular	30/3/2009	1.050,77
Aviso de Cancelamento DRM.O.026.2008	Diário de Franca	24/2/2009	179,20
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Diário de Franca	3/3/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Diário de Franca	18/3/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRB.O.003.2008	Correio Braziliense	30/3/2009	1.516,24
Aviso de Licitação TP.EM.O.002.2009	Folha de São Paulo	31/3/2009	7.496,70
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Estado de Minas	18/3/2009	954,72
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Mantiqueira	18/3/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.001.2009	Jornal do Tocantins	18/3/2009	326,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.004.2008	Jornal do Tocantins	31/3/2009	435,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0467.2008	Jornal do Brasil	12/3/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.EM.O.002.2009	Jornal do Brasil	31/3/2009	3.215,94
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0004.2009	Jornal do Commercio	3/4/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRB.O.002.2008	Jornal do Tocantins	31/3/2009	326,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.003.2008	Jornal do Tocantins	31/3/2009	380,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.007.2009	O Estado de São Paulo	2/4/2009	1.515,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.008.2009	O Estado de São Paulo	2/4/2009	6.177,00

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DRM.O.009.2009	O Estado de São Paulo	2/4/2009	6.177,00
Aviso de Licitação CS.ECBR.C.0001.2009	O Popular	9/4/2009	1.050,77
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0003.2009	Jornal do Commercio	1/4/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRM.O.007.2009	Mantiqueira	2/4/2009	225,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.009.2009	Mantiqueira	2/4/2009	225,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.008.2009	Mantiqueira	2/4/2009	225,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.007.2009	Estado de Minas	2/4/2009	795,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.009.2009	Estado de Minas	2/4/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.008.2009	Estado de Minas	2/4/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2008	Hoje em Dia	18/3/2009	848,40
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0026.2008	Jornal do Brasil	7/4/2009	1.837,68
Aviso de Alteração CO.EM.O.001.2008	Folha de São Paulo	14/4/2009	6.452,75
Aviso ED. PE.DRN.O.004.2009	Folha de São Paulo	8/4/2009	6.452,75
Balanço Resumido 2008	Estado de Minas	9/4/2009	7.599,68
Aviso de Licitação CS.ECBR.C.0001.2009	Correio Braziliense	9/4/2009	1.516,23
Aviso de Licitação PE.DRT.O.0002.2009	Jornal Bom Dia	16/4/2009	445,20
Aviso de Licitação PE.DRB.O.001.2009	Jornal do Tocantins	10/3/2009	326,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.007.2009	Diário de Franca	2/4/2009	224,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.008.2009	Diário de Franca	2/4/2009	224,00
Aviso de Licitação PE.DRM.009.2009	Diário de Franca	2/4/2009	224,00
Aviso de Alteração PE.DRM.O.007.2009	Estado de São Paulo	29/4/2009	1.515,80
Aviso de Alteração PE.DRN.O.004.2009	Folha de São Paulo	29/4/2009	5.354,79
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0046.2009	Jornal do Brasil	27/4/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DRB.O.005.2008	Correio Braziliense	7/5/2009	1.516,24
Aviso de ED. PE.DRN.O.0003.2009	Jornal do Brasil	16/3/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.DRM.O.007.2009	Estado de Minas	29/4/2009	863,60
Aviso de Licitação TP.DAG.G.0006.2009	Jornal do Commercio	22/4/2009	1.215,00
Aviso de Alteração PR.DAQ.G.0003.2009	Jornal do Commercio	22/4/2009	1.012,50
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0009.2009	Jornal do Commercio	24/4/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRR.O.006.2009	O Globo	20/3/2009	3.584,00
2 Avisos de Alteração PE.DRM.O.007.2009	O Estado de São Paulo	5/5/2009	1.515,80
Aviso de Licitação PE.DRB.O.005.2008	O Estado de São Paulo	7/5/2009	8.647,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.010.2009	O Estado de São Paulo	5/5/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0097.2009	Valor Econômico	12/5/2009	1.366,20
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0008.2009	Valor Econômico	5/5/2009	2.185,92
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0004.2009	Valor Econômico	5/5/2009	2.185,92
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0003.2009	Valor Econômico	5/5/2009	2.185,92
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0008.2009	Valor Econômico	5/5/2009	1.639,44
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0007.2009	Valor Econômico	5/5/2009	2.185,92
2 Avisos de Alteração PE.DRM.O.007.2009	Diário de Franca	5/5/2009	224,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.010.2009	Diário de Franca	5/5/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DSUC.G.0064.2009	Folha de São Paulo	22/5/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.EM.O.002.2009	Folha de São Paulo	27/5/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DRM.O.010.2009	Mantiqueira	5/5/2009	270,00
2 Avisos de Alteração PE.DRM.O.007.2009	Mantiqueira	5/5/2009	225,00
Aviso de Alteração PE.DRM.O.007.2009	Mantiqueira	29/4/2009	225,00

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0140.2009	Valor Econômico	22/5/2009	1.639,44
Aviso de Licitação PE.DRB.O.006.2009	Correio Braziliense	5/6/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PE.DRB.O.007.2009	Correio Braziliense	8/6/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	O Estado de São Paulo	27/5/2009	8.647,80
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0092.2009	O Dia	28/5/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0129.2009	O Dia	27/5/202009	1.001,00
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0006.2009	O Dia	22/5/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2008	Diário de Franca	22/1/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	Estado de Minas	27/5/2009	1.209,04
Aviso de Licitação PE.EM.O.001.2009	Estado de Minas	28/5/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.013.2009	Mantiqueira	3/6/2009	225,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	Mantiqueira	27/5/2009	315,00
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0005.2009	Jornal do Brasil	11/5/2009	3.675,36
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0012.2009	Editora JB	5/5/2009	2.052,00
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0011.2009	Editora JB	5/5/2009	1.824,00
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.0010.2009	Editora JB	5/5/2009	1.824,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.006.2009	O Popular	5/6/2009	900,66
SV. LIV. PE.DRB.O.007.2009	O Popular	8/6/2009	900,66
Aviso de Licitação PE.EM.O.001.2009	Estado de Minas	1/6/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.013.2009	Estado de Minas	3/6/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.00116.2009	Folha de São Paulo	12/6/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DRR.O.007.2009	O Dia	4/6/2009	1.201,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0153.2009	O Dia	10/6/2009	1.201,20
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.002.2009	Jornal do Brasil	6/5/2009	2.756,52
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0007.2009	Jornal do Brasil	6/5/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0084.2009	Jornal do Brasil	8/5/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.013.2009	Jornal do Brasil	20/5/2009	3.215,94
Aviso de Retificação PE.DAQ.G.0131.2009	Jornal do Brasil	19/5/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0046.2009	Jornal do Brasil	19/5/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.066.2009	Jornal do Brasil	20/5/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0046.2008	Jornal do Brasil	26/5/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0139.2009	Jornal do Brasil	26/5/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.EM.O.002.2009	Jornal do Brasil	27/5/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0004.2009	Jornal do Brasil	4/5/2009	2.756,52
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.009.2009	Jornal do Brasil	18/5/2009	3.215,94
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0131.2009	Jornal do Brasil	18/5/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0110.2009	Valor Econômico	1/6/2009	1.366,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0147.2009	Valor Econômico	3/6/2009	1.912,68
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0128.2009	Valor Econômico	3/6/2009	1.366,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0058.2009	Valor Econômico	3/6/2009	1.639,44
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0008.2009	Valor Econômico	5/6/2009	1.366,20
Aviso de Licitação PE.DRM.O.013.2009	O Estado de São Paulo	3/6/2009	6.177,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0115.2009	O Estado de São Paulo	3/6/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.006.2009	O Estado de São Paulo	5/6/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.007.2009	O Estado de São Paulo	8/6/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	Diário de Franca	27/5/2009	313,60

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DRM.O.013.2009	Diário de Franca	3/6/2009	224,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.007.2009	Estado de Minas	8/6/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.014.2009	Diário de Franca	17/6/2009	268,80
Resultado da Pré-qualificação CO.DAQ.G.0015.2008	O Globo	18/6/2009	3.584,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G..0127.2009	Editora JB	26/5/2009	1.368,00
Aviso de Licitação TP.EM.O.006.2009	Folha de São Paulo	16/6/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0059.2009	Folha de São Paulo	17/6/2009	6.425,75
Aviso de Alteração PE.EM.O.002.2009	Folha de São Paulo	17/6/2009	5.354,79
Aviso de Licitação PE.DRL.O.0006.2009	Mogi News	18/6/2009	518,40
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0006.2009	O Dia	19/6/2009	1.001,00
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0153.2008	O Dia	29/6/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.016.2009	O Estado de São Paulo	25/6/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.006.2009	Jornal do Tocantins	5/6/2009	326,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.014.2009	Mantiqueira	17/6/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.016.2009	Mantiqueira	25/6/2009	270,00
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.015.2009	Jornal do Brasil	25/5/2009	3.675,36
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.021.2009	Jornal do Brasil	25/5/2009	3.675,36
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0005.2009	Jornal do Brasil	25/5/2009	2.756,52
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.019.2009	Jornal do Brasil	25/5/2009	3.675,36
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0131.2009	Jornal do Brasil	28/5/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.EM.O.001.2009	Jornal do Brasil	28/5/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.EM.O.001.2009	Jornal do Brasil	1/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.017.2009	Jornal do Brasil	4/6/2009	3.675,36
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.022.2009	Jornal do Brasil	4/6/2009	3.675,36
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0171.2009	Jornal do Brasil	4/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0164.2009	Jornal do Brasil	4/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0113.2009	Jornal do Brasil	5/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0135.2009	Jornal do Brasil	5/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0200.2009	Jornal do Brasil	5/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0125.2009	Jornal do Brasil	5/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0127.2009	Jornal do Brasil	10/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0184.2009	Jornal do Brasil	10/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DRB.O.005.2009	Estado de Minas	7/5/2009	1.209,04
2 Avisos de Alteração PE.DRM.O.007.2009	Estado de Minas	5/5/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.010.2009	Estado de Minas	5/5/2009	1.036,32
Aviso de Alteração PE.DRL.O.006.2009	Mogi News	7/7/2009	432,00
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0046.2008	Jornal do Brasil	12/5/2009	1.837,68
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0117.2009	Jornal do Brasil	12/6/2009	2.297,10
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0002.2009	Jornal do Brasil	15/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0111.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0131.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0118.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0014.2009	Jornal do Brasil	26/6/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0059.2008	Jornal do Brasil	26/6/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0184.2008	Jornal do Brasil	29/6/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.117.2009	Jornal do Brasil	29/6/2009	2.297,10

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0008.2009	Valor Econômico	16/6/2009	1.366,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0141.2009	Valor Econômico	16/6/2009	1.639,44
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0007.2009	Valor Econômico	16/6/2009	1.366,20
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0128.2009	Valor Econômico	18/6/2009	1.639,44
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0009.2009	Jornal do Commercio	3/7/2009	1.012,50
Aviso de Licitação PE.DRM.O.014.2009	Estado de Minas	17/6/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.016.2009	Estado de Minas	25/6/2009	1.036,32
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0023.2008	Jornal do Commercio	3/7/2009	1.012,50
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0001.2009	O Estado de São Paulo	16/6/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.014.2009	O Estado de São Paulo	17/6/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0196.2009	O Estado de São Paulo	18/6/2009	6.177,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0246.2009	Correio de Uberlândia	14/7/2009	153,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	Mantiqueira	8/7/2009	315,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0168.2009	Valor Econômico	15/7/2009	1.639,44
Aviso de Licitação PE.DRM.0011.2009	Estado de Minas	8/7/2009	1.209,04
Aviso de Requerimento de LAR	A Tribuna	15/7/2009	582,08
Aviso de Alteração PE.EM.O.001.2009	O Estado de São Paulo	8/7/2009	8.647,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	O Estado de São Paulo	8/7/2009	8.647,80
Aviso de Alteração PE.EM.O.006.2009	O Estado de São Paulo	9/7/2009	7.412,40
Aviso de Edital PE.DRN.O.0006.2009	Jornal do Commercio	17/7/2009	1.417,50
Aviso de Licitação PE.DRM.O.006.2009	Mantiqueira	24/7/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.011.2009	Diário de Franca	8/7/2009	224,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.006.2009	Diário de Franca	24/7/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0224/2009	O Dia	8/7/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DA.G.0156.2009	O Dia	9/7/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0010.2009	O Dia	17/7/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DRT.O.003.2009	Jornal Bom Dia	23/7/2009	519,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.010.2009	Correio Braziliense	5/8/2009	1.732,84
Aviso de Licitação PE.DRM.O.001.2009	O Estado de São Paulo	27/7/2009	7.412,40
Aviso de Licitação TP.DRM.O.0001.2009	O Estado de São Paulo	29/7/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.001.2009	Mantiqueira	28/7/2009	270,00
Aviso de Licitação TP.DRM.O.0001.2009	Mantiqueira	29/7/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0222.2009	Valor Econômico	21/7/2009	1.366,20
Aviso de Licitação CC Nacional.CO.DAQ.G.0016.2009	Valor Econômico	24/7/2009	1.639,44
Aviso de Licitação PE.DRM.O.006.2009	O Estado de São Paulo	24/7/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.006.2009	Estado de Minas	24/7/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRL.O.004.2009	Mogi News	11/8/2009	604,80
Aviso de Licitação PE.DRB.O.008.2009	Correio Braziliense	11/8/2009	1.732,84
Aviso de Licitação TP.DRM.O.0001.2009	Estado de Minas	29/7/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.001.2009	Estado de Minas	27/7/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0195.2009	Valor Econômico	12/8/2009	1.366,20
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0208.2009	Valor Econômico	12/8/2009	1.639,44
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0234.2009	Valor Econômico	5/8/2009	1.639,44
Aviso de Licitação PE.DRM.O.019.2009	O Estado de São Paulo	5/8/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.018.2009	O Estado de São Paulo	5/8/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.010.2009	O Estado de São Paulo	5/8/2009	9.883,20

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DRB.O.008.2009	O Estado de São Paulo	11/8/2009	9.883,20
Aviso de Licitação TP.Centroeste.002.2009	O Estado de São Paulo	12/8/2009	6.177,00
Aviso de Licitação TP.Centroeste.001.2009	O Estado de São Paulo	12/8/2009	6.177,00
Aviso de Licitação TP.Centroeste.003.2009	O Estado de São Paulo	12/8/2009	6.177,00
Aviso de Licitação DRM.O.002.2009	O Estado de São Paulo	14/8/2009	8.647,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.019.2009	Estado de Minas	5/8/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.018.2009	Estado de Minas	5/8/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRB.O.010.2009	Estado de Minas	5/8/2009	1.381,76
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0010.2009	Jornal do Commercio	17/8/2009	1.215,00
Aviso de Licitação TP.EM.O.007.2009	Folha de São Paulo	4/8/2009	7.496,71
Aviso de Licitação TP.EM.O.001.2009	Folha de São Paulo	4/8/2009	6.425,75
Aviso de Licitação TP.EM.O.003.2009	Folha de São Paulo	10/8/2009	6.425,75
Aviso de Licitação TP.EM.O.005.2009	Folha de São Paulo	14/8/2009	6.425,75
Aviso de Licitação CO.EM.O.001.2009	Folha de São Paulo	14/8/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DRB.O.010.2009	O Popular	5/8/2009	1.200,88
Aviso de Licitação PE.DRB.O.008.2009	O Popular	11/8/2009	1.200,88
Aviso de Licitação PE.DRB.O.009.2009	Correio Braziliense	31/8/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PE.DRB.O.009.2009	O Popular	31/8/2009	900,66
Aviso de Licitação PE.DRM.O.002.2009	Estado de Minas	14/8/2009	1.209,04
Aviso de Licitação PE.DRM.O.005.2009	Estado de Minas	17/8/2009	1.036,32
Aviso de Licitação TP.Centroeste.001.2009	Estado de Minas	12/8/2009	863,60
Aviso de Licitação TP.Centroeste.002.2009	Estado de Minas	12/8/2009	863,60
Aviso de Licitação TP.Centroeste.003.2009	Estado de Minas	12/8/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.019.2009	Mantiqueira	5/8/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.018.2009	Mantiqueira	5/8/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.002.2009	Mantiqueira	14/8/2009	315,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.005.2009	Mantiqueira	18/8/2009	270,00
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0195.2009	Valor Econômico	27/8/2009	1.366,20
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0011.2009	Jornal do Commercio	31/8/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.017.2009	Estado de Minas	19/8/2009	1.209,04
Aviso de Alteração TP.EM.O.007.2009	Folha de São Paulo	28/8/2009	6.425,75
Aviso de Licitação PE.DAB.O.010.2009	Jornal do Tocantins	5/8/2009	435,20
Aviso de Licitação PE.DRB.O.008.2009	Jornal do Tocantins	11/8/2009	435,20
Aviso de Licitação TP.DRM.O.0009.2009	Diário de Franca	29/7/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.001.2009	Diário de Franca	28/7/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.018.2009	Diário de Franca	5/8/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.019.2009	Diário de Franca	5/8/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.002.2009	Diário de Franca	14/8/2009	313,60
Aviso de Licitação PE.DRT.O.005.2009	Jornal Bom Dia	4/9/2009	588,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.015.2009	Estado de Minas	28/8/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.005.2009	Estado de São Paulo	17/8/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.017.2009	O Estado de São Paulo	19/8/2009	8.647,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.020.2009	O Estado de São Paulo	25/8/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.009.2009	O Estado de São Paulo	31/8/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0295.2009	O Estado de São Paulo	31/8/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.015.2009	O Estado de São Paulo	28/8/2009	7.412,40

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DRM.O.020.2009	Estado de Minas	25/8/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRB.O.009.2009	Estado de Minas	31/8/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DRM.O.015.2009	Mantiqueira	28/8/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.020.2009	Mantiqueira	25/8/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.017.2009	Mantiqueira	19/8/2009	315,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.015.2009	Folha da Manhã	28/8/2009	337,50
Aviso de Licitação PE.DRB.O.008.2009	Estado de Minas	11/8/2009	1.381,76
Aviso de Licitação PE.DRB.O.009.2009	Jornal do Tocantins	1/9/2009	326,40
Aviso de Alteração PE.DRM.O.015.2009	O Estado de São Paulo	10/9/2009	1.515,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.021.2009	O Estado de São Paulo	8/9/2009	1.818,96
Aviso de Licitação PE.DRM.O.022.2009	O Estado de São Paulo	2/9/2009	8.647,80
Aviso de Alteração PE.DRM.O.017.2009	O Estado de São Paulo	1/9/2009	1.515,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.021.2009	Mantiqueira	9/9/2009	270,00
Aviso de Alteração PE.DRM.O.017.2009	Folha da Manhã	1/9/2009	270,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.022.2009	Folha da Manhã	2/9/2009	405,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.022.2009	Mantiqueira	2/9/2009	315,00
Aviso de Alteração PE.DRM.O.017.2009	Mantiqueira	1/9/2009	225,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.011.2009	Correio Braziliense	24/9/2009	1.732,84
Aviso de Edital PE.DRN.O.0010.2009	Jornal do Commercio	16/9/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.021.2009	Folha da Manhã	9/9/2009	405,00
Aviso de Alteração PE.DRM.O.017.2009	Estado de Minas	1/9/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.022.2009	Estado de Minas	2/9/2009	1.209,04
Aviso de Licitação PE.DRM.O.021.2009	Estado de Minas	8/9/2009	1.036,32
Aviso de Alteração PE.DRM.O.015.2009	Estado de Minas	10/9/2009	863,60
Aviso de Alteração PE.DRM.O.017.2009	Diário de Franca	1/9/2009	224,00
Aviso de Alteração PE.DRM.O.015.2009	Diário de Franca	10/9/2009	224,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.022.2009	Diário de Franca	2/9/2009	313,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.021.2009	Diário de Franca	9/9/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRB.O.011.2009	O Popular	24/9/2009	1.260,72
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0015.2009	Jornal do Commercio	18/9/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.011.2009	Folha de São Paulo	24/9/2009	8.567,66
Aviso de Licitação TP.EM.O.O.001.2009	Jornal do Brasil	4/8/2009	2.756,52
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0013.2009	Jornal do Brasil	4/8/2009	2.756,52
Aviso de Licitação TP.EM.O.O.007.2009	Jornal do Brasil	4/8/2009	3.215,94
Aviso de Licitação PE.DRB.O.010.2009	Jornal do Brasil	5/8/2009	3.675,36
Aviso de Licitação TP.EM.O.O.003.2009	Jornal do Brasil	10/8/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0006.2009	Jornal do Brasil	11/8/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.Centroeste.002.2009	Jornal do Brasil	12/8/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.Centroeste.001.2009	Jornal do Brasil	12/8/2009	2.297,10
Aviso de Licitação Centroeste.003.2009	Jornal do Brasil	12/8/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0114.2009	Jornal do Brasil	13/8/2009	2.756,52
Aviso de Licitação CO.EM.O.001.2009	Jornal do Brasil	14/8/2009	2.756,52
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0014.2008	Jornal do Brasil	17/8/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0273.2009	Jornal do Brasil	17/8/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0007.2009	Jornal do Brasil	20/8/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0114.2009	Jornal do Brasil	28/8/2009	2.297,10

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Alteração TP.EM.O.007.2009	Jornal do Brasil	28/8/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PR.DAQ.G.0006.2009	Jornal do Brasil	24/8/2009	2.297,10
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.023.2009	Jornal do Brasil	25/8/2009	4.134,78
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0273.2009	Jornal do Brasil	25/8/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DRM.O.015.2009	Folha da Manhã	10/9/2009	337,50
Aviso de Licitação PE.DRB.O.011.2009	Jornal do Tocantins	24/9/2009	435,20
Aviso de Alteração PE.DRM.O.015.2009	Mantiqueira	10/9/2009	225,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.011.2009	Estado de Minas	24/9/2009	1.381,76
Aviso de Licitação CO.EM.O.001.2009	Folha de São Paulo	1/10/2009	8.567,66
Aviso de Licitação PE.CTE.O.001.2009	O Dia	9/10/2009	1.201,20
Aviso de Licitação PE.CTE.O.001.2009	Estado de Minas	9/10/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0012.2009	Jornal do Commercio	14/10/2009	1.215,00
Aviso de Licitação TP.Centroeste.004.2009	Estado de Minas	14/10/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.020.2009	Diário de Franca	25/8/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.005.2009	Diário de Franca	18/8/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.017.2009	Diário de Franca	19/8/2009	313,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.015.2009	Diário de Franca	28/8/2009	268,80
Informe Obras BR 393	Rádio Juventude FM	29, 30 e 31/10/2009	783,00
Informe Obras BR 393	Rádio Juventude FM	1/11/2009	522,00
Aviso de Licitação PE.DRP.O.0003.2009	Gazeta do Povo	19/10/2009	1.113,60
Aviso de Licitação TP.Centroeste .004.2009	O Estado de São Paulo	14/10/2009	6.177,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2009	Diário de Franca	21/10/2009	268,80
Aviso de Licitação PE.DRB.O.012.2009	Correio Braziliense	6/11/2009	1.299,63
Aviso de Licitação PE.EM.O.003.2009	Folha de São Paulo	23/10/2009	6.425,75
Aviso de Licitação TP.DSUC.G.0001/2009	Folha de São Paulo	21/10/2009	8.567,66
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0174.2009	Jornal do Brasil	25/6/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0200.2009	Jornal do Brasil	23/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.EM.O.005.2009	Jornal do Brasil	14/8/2009	2.756,52
Aviso de Alteração TP.DAQ.G.0024.2009	Jornal do Brasil	14/8/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0302.2009	Jornal do Brasil	1/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0308.2009	Jornal do Brasil	1/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0309.2009	Jornal do Brasil	1/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0310.2009	Jornal do Brasil	1/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0307.2009	Jornal do Brasil	1/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0273.2009	Jornal do Brasil	3/9/2009	2.297,10
Aviso de Retificação PE.DAQ.G.0310.2009	Jornal do Brasil	3/9/2009	2.756,52
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0017.2009	Jornal do Brasil	11/9/2009	2.756,52
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0013.2009	Jornal do Brasil	26/11/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0308.2009	Jornal do Brasil	15/9/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0271.2009	Jornal do Brasil	15/9/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0309.2009	Jornal do Brasil	15/9/2009	2.297,10
Aviso de Edital PE.DRN.O.0010.2009	Jornal do Brasil	16/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2009	Estado de Minas	21/10/2009	1.036,32
Aviso de Licitação PE.CTE.O.001.2009	O Estado de São Paulo	9/10/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2009	Folha da Manhã	21/10/2009	337,50
Aviso de Licitação PE.DRC.O.003.2008	Jornal do Commercio	5/11/2009	1.215,00

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Licitação PE.DRC.O.007.2008	Jornal do Commercio	5/11/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRC.O.002.2009	Jornal do Commercio	5/11/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRC.O.003.2008	Jornal do Commercio	5/11/2009	1.215,00
Aviso de Edital PE.USFL.O.0006.2009	Jornal do Commercio	9/11/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRC.O.0008.2009	Jornal do Commercio	9/11/2009	1.215,00
Aviso de Licitação TP.EM.O.006.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0001.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0130.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	3.215,94
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0132.2009	Jornal do Brasil	16/6/2009	3.215,94
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0059.2009	Jornal do Brasil	17/6/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.EM.O.002.2009	Jornal do Brasil	17/6/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0171.2008	Jornal do Brasil	22/6/2009	2.297,10
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0118.2009	Jornal do Brasil	22/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação TP.DAQ.G.020.2009	Jornal do Brasil	6/6/2009	3.675,36
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0192.2009	Jornal do Brasil	19/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0060.2009	Jornal do Brasil	19/6/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.DAQ.G.0111.2009	Jornal do Brasil	19/6/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DRB.O.010.2009	Jornal do Brasil	24/9/2009	3.675,36
Aviso de Licitação CO.DAQ.G.0014.2009	Jornal do Brasil	24/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0296.2009	Jornal do Brasil	25/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PR.DAQ.G.0008.2009	Jornal do Brasil	25/9/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0328.2009	Jornal do Brasil	25/9/2009	2.756,52
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0271.2009	Jornal do Brasil	28/9/2009	2.297,10
Aviso de Alteração CO.DAQ.G.0010.2009	Jornal do Brasil	29/9/2009	2.297,10
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0332.2009	Jornal do Brasil	30/9/2009	2.756,52
Aviso de Alteração PE.CTE.001.2009	O Dia	24/10/2009	1.001,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.026.2009	O Estado de São Paulo	21/10/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRT.O.0006.2009	Jornal Bom Dia	28/10/2009	686,00
Aviso de Licitação PE.EM.O.003.2009	O Globo	23/10/2009	4.300,80
Aviso de Alteração PE.CTE.O.001.2009	Estado de Minas	27/10/2009	863,60
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2009	Estado de Minas	28/10/2009	1.036,32
Informe Obras BR 393	Rádio Cultura	7 e 8/11/2009	554,56
Informe Obras BR 393	Rádio Transamérica	29, 30 e 31/10/2009	226,80
Informe Obras BR 393	Rádio Transamérica	1 e 2/11/2009	151,20
Informe Obras BR 393	Rádio Jovem Pan FM	29, 30 e 31/10/2009	1.440,00
Aviso de Licitação PE.DRM.0.025.2009	Diário de Franca	28/10/2009	268,80
Informe Obras BR 393	Rádio Agora FM	29, 30 e 31/10/2009	900,00
Informe Obras BR 393	Rádio Agora FM	1 e 2/11/2009	600,00
Informe Obras BR 393	Rádio Agora FM	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10/11/2009	1.600,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2009	Folha da Manhã	28/10/2009	337,50
Informe Obras BR 393	Rádio Transamérica	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10/11/2009	432,00
Aviso de Alteração TP.Centroeste.004.2009	Estado de São Paulo	3/11/2009	6.177,00
Aviso de Licitação PE.DRB.O.012.2009	Folha de São Paulo	6/11/2009	6.425,75
Aviso de Alteração TP.Centroeste.004.2009	Estado de Minas	3/11/2009	863,60

Título da Publicação	Veículo	Data da Publicação	Valor (R\$)
Aviso de Edital PE.USFL.O.0006.2009	O Globo	9/11/2009	4.300,80
Aviso de Licitação PE.DRM.O.025.2009	O Estado de São Paulo	28/10/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.012.2009	Estado de Minas	6/11/2009	1.036,32
Aviso de Edital PE.DRG.O 015.2009	O Popular	19/11/2009	945,54
Aviso de Licitação PE.DRB.O 012/2009	O Popular	6/11/2009	945,54
Aviso de Edital PE.DRG.O.017.2009	O Popular	13/11/2009	787,95
Aviso de Licitação PE.DRP.O.0008.2009	Gazeta do Povo	18/11/2009	1.113,60
Aviso de Alteração PE.DRP.O.0008.2009	Gazeta do Povo	26/11/2009	928,00
Aviso de Licitação PE.DRC.O.0010.2009	Jornal do Commercio	16/11/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRC.O.018.2009	Jornal do Commercio	16/11/2009	1.215,00
Aviso de Licitação PE.DRC.O.012.2009	Jornal do Commercio	16/11/2009	1.215,00
Aviso de Edital PE.DRG.O.014.2009	O Popular	24/11/2009	945,54
Aviso de Edital PE.DRG.O.016.2009	A Gazeta	12/11/2009	880,00
Aviso de Licitação PE.DAQ.G.0378.2009	O Estado de São Paulo	19/11/2009	6.177,00
Aviso de Licitação PE.DRM.O.028.2009	O Estado de São Paulo	24/11/2009	7.412,40
Aviso de Licitação PE.DRB.O.012.2009	Jornal do Tocantins	6/11/2009	326,40
Total de Avisos de Licitações			1.184.406,33
Total Geral			3.532.460,96

Publicidade Institucional

Contrato 16236 – McCann Erickson Publicidade Ltda.

Vigência do Contrato: 28.01.2006 a 28.01.2010

Valor do Contrato: R\$ 40.000.000,00

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Painéis Melucci	01/05/2009 a 31/01/2010	572.123,57		6
Rádioweb	22/06/2009 a 23/06/2009		59.389,20	6
Institucional Menorah	01/08/2009 a 31/01/2010	90.388,21		6
Cadastro Firjan	11/01/2009 a 31/10/2010	7.051,18		6
Jornal Pirinforma	01/08/2009 a 31/08/2009	1.184,40		9
Radio Transamérica Além Paraíba	01/08/2009 a 28/01/2010	67.687,85		9
Rádio Cultura AM	01/08/2009 a 28/01/2010	57.844,42		9
Rádio Itatiaia	01/08/2009 a 28/01/2010	564.068,68		9
Revistas ABENDE	01/08/2009 a 31/12/2009	17.212,58		6
TV CNT	08/01/2009 a 30/09/2009	75.202,29		6
Revista Agenda Viva Música	01/07/2009 a 31/01/2010	76.833,72		6
Backlights	24/08/2009 a 28/01/2010		59.172,00	6
Revista Viva Música	01/08/2009 a 31/08/2009		342,50	6
Anúncio Revista Pirinforma	15/07/2009 a 15/07/2009		490,00	9
Revista Menorah	14/07/2009 a 14/10/2009		885,00	6
Institucional – 2009	05/10/2009 a 07/10/2009		66.029,50	6
Rádio Melodia	01/08/2009 a 28/01/2010	150.024,00		6
Rádio Cultura	01/08/2009 a 28/01/2010	57.844,42		6
Reutilização Fotos Trabalhador	22/07/2009 a 22/07/2009		8.490,00	6
Revista O Federal	01/08/2009 a 31/08/2009	11.720,63		6

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Renovação Direitos Spots Itatiaia	01/08/2009 a 28/01/2009	26.000,00	9	
Renovação Direitos Spots Rádio Simplício	27/07/2009 a 29/07/2009	26.000,00	9	
Renovação Direitos Spots Iluminando Caminhos	08/03/2009 a 08/06/2009	17.400,00	6	
Rádio Simplício	01/08/2009 a 31/01/2010	17.240,13	9	
Jornal Adesguiano	08/01/2009 a 31/08/2009	7.986,77	9	
Institucional FURNAS Cultural	01/08/2009 a 31/01/2010	510.634,88	4	
Finalização Anúncios FURNAS Cultural Agosto	01/08/2009 a 28/01/2010	3.140,00	4	
Revista Conjuntura Econômica	08/01/2009 a 31/08/2009	32.311,56	6	
Projeto Morar Mais por Menos	08/01/2009 a 31/12/2009	472.486,30	6	
Revista Sapucaia	08/01/2009 a 30/09/2009	705,00	6	
Revista Ventura	01/09/2009 a 31/12/2009	115.150,00	6	
Jogo do Poder TV CNT	01/08/2009 a 31/01/2010	256.620,00	6	
Revista ACIE	08/01/2009 a 31/08/2009	14.100,00	6	
Finalização Anúncio Revista ABENDE	28/07/2009 a 30/07/2009	699,50	6	
Renovação Imagem Lâmpada	03/08/2009 a 30/08/2009	9.190,00	6	
Renovação Filme Criancinhas e Nova Finalização	01/08/2009 a 30/08/2009	163.600,00	6	
Institucional – Programa Diário de Paula	01/08/2009 a 30/09/2009	49.499,65	9	
Adaptação de Anúncio para o Jornal Adesguiano	01/08/2009 a 30/08/2009	319,20	6	
Adaptação do Anúncio Lâmpada para Revista Conjuntura Econômica	01/08/2009 a 31/08/2009	979,30	6	
Adaptação Anúncio Lâmpada Revista ACIE	01/08/2009 a 31/08/2009	342,65	6	
Revista Anuário da Justiça	01/09/2009 a 31/11/2009	36.278,13	6	
Renovação Trilha Criancinhas	08/03/2009 a 30/08/2009	47.334,00	6	
Adaptação de Anúncio Lâmpada para o Anuário da Justiça	01/09/2009 a 30/09/2009	369,95	6	
Regravação Spots Iluminando Caminhos	10/08/2009 a 10/08/2009	3.000,00	6	
Adaptação de Anúncio Lâmpada para a Revista Sapucaia	01/09/2009 a 30/09/2009	342,65	9	
Rádio Transamérica Além Paraíba	07/01/2009 a 31/07/2010	11.281,31	9	
Rádio Itatiaia Julho	01/07/2009 a 31/07/2009	94.000,00	9	
Rádio Cultura	07/01/2009 a 31/07/2010	9.640,74	9	
Prêmio Ouro Azul	01/08/2009 a 02/10/2009	1.870.594,03	9	
Criação Banner Internet Lâmpada	18/08/2009 a 24/08/2009	4.669,17	6	
Festa Agropecuária de Sapucaia Rádio Transamérica	01/09/2009 a 30/09/2009	6.580,00	9	
Revista Meio Ambiente e Turismo	01/09/2009 a 30/09/2009	18.800,00	6	
Folha de Notícia Itumbiara	10/12/2009 a 10/12/2009	2.165,92	9	
Adaptação Anúncio Lâmpada	01/09/2009 a 30/09/2009	342,65	6	
Projeto Festival Nacional da Canção	04/09/2009 a 06/09/2009	90.945,00	6	
Jornal de Chiador	09/01/2009 a 30/09/2009	352,50	6	
Projeto Casa Brasil – JB	10/01/2009 a 15/12/2009	369.702,00	6	
Adaptação Anúncio Lâmpada Revista Ventura	09/10/2009 a 14/09/2009	528,85	6	
Jornal O Regional Itumbiara	10/12/2009 a 10/12/2009	940,08	9	
Projeto AERT	25/09/2009 a 31/10/2009	47.003,76	6	
Projeto Campeonato Ciclismo Boa Esperança	10/01/2009 a 31/10/2009	27.025,75	6	
Revista Pole Position	10/01/2009 a 31/10/2009	116.296,80	6	
11º Encontro de Motociclistas Rádio Cultura Além Paraíba	14/10/2009 a 31/10/2009	13.197,60	6	
Jornal Correio Mineiro	11/01/2009 a 30/11/2009	4.158,85	6	
Adaptação Anúncio Lâmpada Revista e Jornal Campeonato Ciclismo	01/10/2009 a 31/10/2009	652,40	6	

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Projeto BH na Paz	15/10/2009 a 24/10/2009	116.367,30		6
Rádio Cultura AM – Prog. Rádio Serviço	11/01/2009 a 30/11/2009	4.003,27		6
Prova de Cor Anúncio Furnas Cultural Revista Época	16/11/2009 a 17/11/2009		580,00	6
Finalização Anúncios Institucionais Página Simples	19/10/2009 a 21/10/2009		1.585,50	6
Finalização Anúncio Institucional Mulher Revista AERT	01/09/2009 a 31/10/2009		775,50	6
Finalização Anúncios Revista Pole Position	01/10/2009 a 31/10/2009		1.278,45	6
Finalização Anúncio Institucional Menina Revista Menorah	15/10/2009 a 20/10/2009		755,50	6
Finalização Anúncio Institucional Menina Revista Viva Música	15/10/2009 a 20/10/2009		528,50	6
Revista Brasil Energia – Mapa GTD	11/01/2009 a 31/12/2009	18.378,88		6
Adaptação Anúncio Página Simples Homem Revista Firjan	23/10/2009 a 29/10/2009		369,95	6
Revista Potencialidade ES	11/01/2009 a 31/12/2009	107.532,67		6
Adaptação Anúncio Lâmpada para o Jornal de Itumbiara	27/10/2009 a 11/05/2009		714,70	6
Adaptação Anúncio Página Simples BH na Paz	29/10/2009 a 11/05/2009		739,90	6
Programa Balanço Esportivo TV CNT	12/01/2009 a 30/01/2010	75.202,29		6
Programa Diário de Paula	12/01/2009 a 31/10/2010	49.499,65		6
Adaptação Anúncios Revista Potencialidades	30/10/2009 a 11/03/2009		739,90	6
Adaptação Anúncio Página Simples e Meia Página Jornal Projeto Casa Brasil	29/10/2009 a 11/03/2009		788,90	6
Guia Vale do Piranga	20/11/2009 a 31/01/2010	17.145,60		6
Menorah	08/01/2009 a 31/01/2010	15.064,70		6
Revista Contemporânea	15/11/2009 a 31/01/2010	1.410,00		9
Jornal Adesguiano	30/11/2009 a 31/12/2009	7.986,77		6
Rádio Cultura AM – Prog. Rádio Serviço	12/01/2009 a 31/01/2010	8.006,54		6
Adaptação de Anúncio Homem para o Jornal de ADESG	16/11/2009 a 17/11/2009		344,75	6
Finalização Anúncio Institucional Mulher Revista Viva Música	18/11/2009 a 20/11/2009		369,95	6
Finalização Anúncio Institucional Mulher Revista Menorah	18/11/2009 a 20/11/2009		528,25	6
Adaptação de Anúncio Institucional Obras para a Revista Abende	18/11/2009 a 20/11/2009		528,25	6
Jornal Folha de Notícias	01/12/2009 a 30/12/2009	1.175,11		9
Adaptação de Anúncios Mulher para Jornal Aqui	25/11/2009 a 30/11/2009		689,50	6
Adaptação de Anúncio Homem Jornal Estado de Minas	25/11/2009 a 30/11/2009		444,15	6
Adaptação de Anúncios Homem Jornal Correios Brasiliense	25/11/2009 a 30/11/2009		344,15	6
Institucional Projeto Natal da Alterosa	12/01/2009 a 31/12/2009	80.194,43		6
Institucional Rádio Manchete AM	12/01/2009 a 31/01/2010	103.482,72		6
Adaptação dos Anúncios Institucionais para o Jornal Gazeta	16/11/2009 a 17/11/2009		1.034,25	6
Institucional Rádio Transcontinental FM	12/01/2009 a 31/01/2010	158.304,70		6
Institucional 40 Anos da Usina de Funil	12/03/2009 a 20/12/2009	124.357,94		9
Institucional PMGA	31/12/2009 a 31/01/2010	15.042,00		6
Adaptação de Anúncios no Jornal Aqui	12/02/2009 a 12/04/2009		689,50	6
Adaptação do Anúncio Institucional Obras para o Jornal do Comercio	12/01/2009 a 12/03/2009		344,75	6
Institucional Programa Deles e Delas	12/06/2009 a 31/01/2010	56.400,00		6
Adaptação de Anúncio Natal para Gazeta ES	12/04/2009 a 12/07/2009		344,75	6
Adaptação de Anúncio Natal para o Jornal JB	12/04/2009 a 12/07/2009		344,75	6

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Adaptação de Anúncio Obras para a Folha de Notícias	12/04/2009 a 12/07/2009	282,45	6	
Adaptação de Anúncio Cidade para Revista Ventura	12/04/2009 a 12/07/2009	528,85	6	
Adaptação de Anúncio Obras para a Revista Imagem	12/04/2009 a 12/07/2009	369,95	6	
Adaptação de Anúncio Escola para o Guia Vale do Ipiranga	12/04/2009 a 12/07/2009	528,85	6	
ABENDI	08/01/2009 a 31/12/2009	70.500,00		6
Adaptação Anúncio FURNAS Revista A Rede	10/07/2009 a 12/09/2009	369,95	6	
Finalização Anúncios e Produção Fundo Anúncio Funil 40 Anos	12/04/2009 a 12/08/2009	2.526,75	6	
Adaptação de Anúncio Natal para o Jornal Correio Brasiliense	12/09/2009 a 12/10/2009	344,75	6	
Institucional Evento Niterói	15/12/2009 a 23/12/2009	25.753,98		6
Criação e Produção Anúncio Futebol Fim de Ano Feliz	12/10/2009 a 12/12/2009	5.896,20	6	
Criação e Produção Spot Funil 40 Anos	12/04/2009 a 12/08/2009	6.453,00	6	
Prova de Cor FURNAS Cultural UFRJ Revista Época	17/11/2009 a 30/12/2009	300,00	6	
Prova de Cor FURNAS Cultural UFRJ Revista Veja Rio	17/11/2009 a 30/12/2009	300,00	6	
Adaptação Anúncio institucional Obras para a Revista Agenda Viva Música	15/12/2009 a 16/12/2009	369,95	6	
Adaptação de Anúncio Obras para a Revista JB Ecológico	15/12/2009 a 17/12/2009	282,45	6	
Adaptação de Anúncio Obras para o Jornal Correio Mineiro	15/12/2009 a 17/12/2009	634,50	6	
Institucional Campanha Batalha	21/12/2009 a 31/01/2010	17.502,05		6
Criação e Produção Spot Fim de Ano Feliz	21/12/2009 a 22/12/2009	6.053,00	6	
Adaptação e Finalização dos Anúncios de Funil 40 Anos	16/12/2009 a 18/12/2009	1.930,25	6	
Adaptação e Finalização dos Anúncios de Fim de Ano Futebol Niterói	14/12/2009 a 18/12/2009	774,95	6	
Adaptação e Animação do Banner de Internet para o Site Vale do Piranga	15/12/2009 a 22/12/2009	550,00	6	
Adaptação de Anúncio FURNAS para o Jornal Estado de MG	12/07/2009 a 12/08/2009	444,15	6	
Finalização Totens Melucci	01/05/2009 a 31/01/2010	8.850,20	6	
Criação e Produção Spot Batalha	22/12/2009 a 23/12/2009	6.388,00	6	
Total		7.018.193,31	558.750,52	
				7.576.943,83

Publicidade Institucional

Contrato 16.237 – D&M Comunicação Ltda.

Vigência do Contrato: 28.01.2006 a 07.07.2009

Valor do Contrato: R\$ 40.000.000,00

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Campeonato Carioca 2009	25/01/2009 a 01/04/2009	1.955.200,00		6
Espaço FURNAS Cultural "Cariocando" e "Algum Sentimento Bom"	19/01/2009 a 19/01/2009	2.800,00		4
Exposições Cariocando e Algum Sentimento Bom	30/01/2009 a 18/02/2009	110.749,30		4
TV Corcovado – O Jogo do Poder	01/02/2009 a 30/06/2009	217.140,00		6
Revistas Carnaval 2009	14/02/2009 a 28/02/2009	220.696,96		6
Revistas Menorah	01/02/2009 a 30/07/2009	84.927,83		6
Anúncios Carnaval 2009	14/02/2009 a 28/02/2009	7.336,00		6
Projeto Especial Energias do Futuro	11/03/2009 a 11/03/2009	23.730,30		6

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Sambas Enredos Carnaval 2009	22/02/2009 a 23/02/2009	31.725,00		6
Rádio Transamérica	02/02/2009 a 30/06/2009	33.840,00		9
Guia Fone – Fácil 2009	09/02/2009 a 31/12/2009	3.525,00		6
Rádio Cultura AM	02/02/2009 a 30/06/2009	48.203,68		9
Revistas Folha da Sociedade	10/02/2009 a 30/03/2009	6.873,75		6
Painel Back Light	01/02/2009 a 31/07/2009			6
Exposição Iluminando o Novo	06/03/2009 a 27/03/2009	92.713,12		6
Exposição Iluminando o Novo	06/03/2009 a 27/03/2009	3.652,50	3.652,50	4
Nota de Esclarecimento Furnas	25/02/2009 a 25/02/2009	773.829,94		6
Revista Ventura	03/03/2009 a 30/06/2009	115.150,00		6
Rádio Melodia – Desperta Brasil	04/03/2009 a 30/06/2009	100.016,00		9
Programa Dário de Paula Rádio 88 FM	09/03/2009 a 30/06/2009	98.999,30		6
Rádio Itatiaia SAT	30/03/2009 a 30/06/2009	376.000,00		9
Anuário de Negócios do CREA-RJ	01/01/2009 a 31/12/2009	6.110,00		6
Jornal Tribuna Jurídica	15/03/2009 a 30/05/2009	37.600,00		6
Revista Menorah	01/09/2009 a 31/01/2009	7.549,14		6
Geração Musical	31/03/2009 a 03/04/2009	160.551,62		4
Geração Musical	31/03/2009 a 03/04/2009		4.066,50	4
Casa Brasil MIT	01/04/2009 a 12/05/2009	293.750,00		6
Spots Usinas de Minas	14/04/2009 a 14/04/2009		22.820,00	6
Anúncios Rio	15/04/2009 a 16/04/2009		7.411,00	6
Rádio Maringá FM	13/04/2009 a 30/04/2009	28.200,00		6
Filme Institucional	05/02/2009 a 26/07/2009		10.918,70	6
ABENDE	01/04/2009 a 30/06/2009	11.475,05		6
TV Corcovado – CNT – Mesa Redonda	05/04/2009 a 30/06/2009	61.625,46		6
Revista Ritmos e Manifestações Populares	01/05/2009 a 30/05/2009	20.973,75		6
Revista Agenda Viva Música	01/05/2009 a 30/06/2009	25.611,24		4
Viver Melhor no Trânsito	01/05/2009 a 30/05/2009	23.500,00		6
Adesguiano	01/05/2009 a 30/05/2009	8.407,13		6
Iluminando o Novo	17/04/2009 a 15/05/2009	114.187,16		4
Iluminando o Novo	17/04/2009 a 15/05/2009		2.403,50	4
Spots Simplício Fase 2	06/02/2009 a 29/01/2010		22.820,00	8
Jornal O Lance	04/05/2009 a 04/05/2009	28.992,42		6
Anúncio de Oportunidades	04/05/2009 a 04/05/2009		3.600,00	6
Revista Cruzeiro	06/05/2009 a 31/05/2009	5.922,00		6
Revista Cruzeiro	06/05/2009 a 31/05/2010		489,50	6
Encarte Simplício	01/06/2009 a 30/06/2009	18.066,80		1
Exposição Humor do Aquecimento Global	05/06/2009 a 30/06/2009	80.280,02		4
Exposição Humor do Aquecimento Global	27/05/2009 a 28/05/2009		1.610,50	4
Meio Ambiente – Batalha e Simplício	01/06/2009 a 30/06/2009	35.827,94		6
Meio Ambiente – Batalha e Simplício	22/05/2009 a 22/05/2009		10.210,50	9
Arraial Flor do Maracujá	25/06/2009 a 14/07/2009	9.400,00		9
Expovel – Exposição agropecuária de porto velho	05/06/2009 a 14/06/2009	9.400,00		9
Rádio Usina de Simplício	08/06/2009 a 30/06/2009	3.316,32		9
Total		5.287.718,73	100.138,70	
Total (Mídia+Produção)			5.387.857,43	

Decisão Normativa TCU nº 100 – Anexo II C – Item 13

Demonstrativo da remuneração paga aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal – apresentado na página 240.

Declaração de que as Atas das Reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal estão à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo – apresentado na página 241.

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 27.05.2010, por meio da RD nº 001/2547.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2010.

Luiz Henrique Hamann
Diretor-Presidente em Exercício

**DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS AOS CONSELHEIROS.
POR COMPETÊNCIA DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009**

ANO 2009

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JULHO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ABO ESP.	TOTAL
Luiz Paulo Fernandez Conde	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Carlos Nadalutti Filho	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Alexandre Meira da Rosa	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Pedro Carlos Hosken Vieira	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Armando Casado de Araujo	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26						20.248,84
Francisco Romario Wojcicki	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Flavio Decat de Moura	-	-	-	-	-	-	-	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	17.689,56
Total	16.911,60	16.911,60	16.911,60	17.689,56	227.630,40									
CONSELHO DE FISCAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JULHO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	AB. ESP.	TOTAL
Marisete Fátima Dadald Pereira	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Antonio de Pádua F. Passos	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	37.938,40
Fernando Swami T. Martins	2.818,60	2.818,60	2.818,60	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	1.670,68	-	-	-	-	21.919,52
Armando Casado de Araujo	-	-	-	-	-	-	-	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26	17.689,56
Total	8.455,80	8.455,80	8.455,80	8.844,78	8.844,78	8.844,78	8.844,78	10.515,46	8.844,78	8.844,78	8.844,78	8.844,78	8.844,78	115.485,88
TOTAL GERAL	25.367,40	25.367,40	25.367,40	26.534,34	26.534,34	26.534,34	26.534,34	28.205,02	26.534,34	26.534,34	26.534,34	26.534,34	26.534,34	343.116,28

Fernando Swami T. Martins - desligamento em 06/08/2009

Flavio Decat de Moura - nomeado em 19/08/2009

DECLARAÇÃO

Marco Antônio Fernandes da Costa, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 87.390 e no CPF/MF sob o nº 000.084.977/45, empregado de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., matrícula nº FR.19.829-7, na condição de Chefe da Assessoria de Apoio às Deliberações, responsável pela guarda do acervo documental da Administração Superior desta Empresa, **declaro que as Atas das Reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, relativas ao Exercício de 2009, estão à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo**, conforme Decisão Normativa TCU nº 100 – Anexo II C – Item 13.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2010.

Marco Antônio Fernandes da Costa
Assessoria de Apoio às Deliberações